

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Francisco Ludermir Ferreira

A EMERGÊNCIA DO MOVIMENTO OCUPE ESTELITA:
das origens à ocupação, fragmentos de uma história de resistência

Recife
2018

Francisco Ludermir Ferreira

A EMERGÊNCIA DO MOVIMENTO OCUPE ESTELITA:
das origens à ocupação, fragmentos de uma história de resistência

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de mestre em Sociologia. Área de concentração: mudança social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Eduarda da Mota Rocha.

Recife
2018

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

F383e Ferreira, Francisco Ludermir.
 A emergência do Movimento Ocupe Estelita : das origens à ocupação,
fragmentos de uma história de resistência / Francisco Ludermir Ferreira. – 2018.
 251 f. : il. ; 30 cm.

 Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Eduarda da Mota Rocha.
 Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife, 2018 .
 Inclui referências.

 1. Sociologia. 2. Crescimento urbano. 3. Movimentos sociais. 4. Direito
urbanístico. I. Rocha, Maria Eduarda da Mota (Orientadora). II. Título.

301 CDD (22. ed.)

(BCFCH2021-175)

Francisco Ludermir Ferreira

A EMERGÊNCIA DO MOVIMENTO OCUPE ESTELITA:

das origens à ocupação, fragmentos de uma história de resistência

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia. Área de concentração: mudança social.

Aprovada em 28.08.2018

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Maria Eduarda da Mota Rocha (Presidente/Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Moacir Tavares Rodrigues dos Anjos Junior (Coorientador)
Fundação Joaquim Nabuco

Prof. Dr. Paulo Marcondes Ferreira Soares (Examinador interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof Dr. Alexandre Simão de Freitas (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

Ao Movimento Ocupe Estelita, que me acompanha e me constitui;

Aos meus e minhas companheiros de luta: Ocupar! Resistir!

AGRADECIMENTOS

Ao Movimento Ocupe Estelita e todes es companheiros que, ao meu lado, sonham e constroem o comum: Juô, Nino, Ivana, Lucas, Frida, Daniel, Artur, Pedro, Marcelo, Mia, Luana, Vic, Bruna, Pethrus e todes aqueles que construíram a ocupação; aos companheiros do DU, Ana Paula, Cris, Leo, Claudio, Liana, Maira que apontaram para a necessidade de olhar para a cidade com a sede de mudança; à minha querida e admirada orientadora, Maria Eduarda, que confiou em mim quando nem eu mesmo confiei; ao meu coorientador Moacir dos Anjos, que naquela aula pública dentro da ocupação me despertou o desejo desta pesquisa; aos meus companheiros de vida: Igor, que me deu todo o suporte para a seleção do mestrado, quando havia pouca esperança; Victor Hugo, que esteve ao meu lado em quase todo o processo do curso; Fravo, pelo carnaval que eu merecia; Tiago que me segurou quando achei que ia cair; aos meus amigos do mestrado, com quem dividi um ano intenso de aprendizado, em especial, à Bia, inspiração desde antes até depois, Clarissa, companhia reconfortante nas voltas intermináveis do CDU/Caxangá/Boa Viagem (e também pela presença nos momentos finais) e também à Bella, Irys, Bruno, Anita e Guto e demais alunes da turma de 2016; aos meus professores do curso, pela partilha de saberes; à minha família que me estimulou à curiosidade, a inquietação e o desejo de saber, crescer e transformar desde o berço: Mainha, Painho, Luluca, Leo, Paulinho, Marcília, Tânia, Pedrinho e Bia (pela chegada em boa hora); aos meus cuidadores: João Albuquerque, Ligia Bittencourt, Socorro Guerra e Victor Arai; aos meus amigos de toda a vida, por me darem alegria e colo: Cleiton, Kata, Help, João, Caio, Daniel, Mariana, Helena, Vini, Yvana, Júlia...; aos meus vizinhos Thiago, Thayná e Thaynara pelos desenhos e passeios com o cachorro, de pura reenergização; ao meu cachorro Moacir, que foi meu travesseiro, companhia e leveza cotidiana, mesmo nas noites mais escuras. A Lucas, Lary e Júnior por me rejuvenescerem; aos integrantes da minha banca, Paulo Marcondes (PPGS), e Alexandre Freitas (PPGEDU, fonte de minha maior admiração e amor), pela generosidade em participar e ler um trabalho tão grande em tão pouco tempo; mais uma vez a Maíra, a Tiago e a Juô pela participação neste trabalho. Gratidão sem tamanho a Pedro, Bruna, Vic e Artur pelo tempo emprestado ao me contarem suas vidas e experiências em entrevistas tão lindas e sábias. Por fim, ao PPGS-UFPE e ao CNPQ que tornaram possível a realização deste projeto.

Grato à vida, que me dá mais do que preciso.

“Renunciar à construção de mundos através de nossas mãos é se condenar a uma existência espectral [...] Tornar-se revolucionário é se entregar a uma felicidade difícil, mas imediata” (INVISÍVEL, 2016, p. 191)

RESUMO

O Movimento Ocupe Estelita é uma organização movimentalista surgida em 2012 contra o Projeto Novo Recife – composto por 12 prédios de até 40 andares, situados no terreno do Cais José Estelita, adquirido em leilão, em 2008, pelo Consórcio Novo Recife. Desde que foi apresentado à população, em audiência pública realizada no dia 22 de março de 2012, um grupo de pessoas se articulou em resistência ao projeto de alto impacto na Cidade do Recife. Intitulados Movimento Ocupe Estelita, atuaram em contraposição ao crescimento desordenado que o Novo Recife representa, assentados no direito à cidade, e exigindo um processo de participação popular, o cumprimento das legislações vigentes e denunciando irregularidades do processo. A trajetória do Ocupe Estelita, a que tentamos reconstruir nessa dissertação, inclui diversos momentos que destacamos neste trabalho: o leilão, as audiências públicas, a criação do grupo Direitos Urbanos, e as “ocupações” pontuais (dominicais) e permanentes (acampamento). O Movimento, como encontramos na nossa pesquisa, contou com forte adesão popular e repercussão midiática, vasta produção artística – vídeos, cartazes e eventos de música, teatro, dança e performance – e uma articulação e mobilização que perpassou fortemente as redes sociais, em especial o facebook e o blog do grupo Direitos Urbanos. Encontramos ainda uma forte vinculação do movimento recifense com uma série de movimentações espalhadas pelo mundo, a saber, a Primavera Árabe, os Indignados, na Europa e os Occupies, com destaque para o Occupy Wall Street. Este trabalho combina alguns métodos: uma revisão bibliográfica que prioriza autores engajados e produções conectadas com o momento presente, um levantamento dos arquivos de jornais sobre o assunto, entrevistas com membros do Ocupe Estelita e uma arqueologia nas redes sociais. Dada a minha participação ativa no Movimento Ocupe Estelita, incluo também meus próprios relatos, quando pertinentes.

Palavras-chave: Ocupe Estelita. Movimentos Sociais. Occupy. Direitos Urbanos. Direito à Cidade.

ABSTRACT

The “Movimento Ocupe Estelita” is an organization arisen in 2012 against “Novo Recife” project – comprised of 12 buildings up to 40 storeys, located in José Estelita Pier, purchased in an auction, in 2008, by the “Novo Recife” consortium. Since it was introduced to the community, in a public hearing held on March 22, 2012, a group of people articulated towards resisting the high impact project in the city of Recife. Entitled “Movimento Ocupe Estelita”, they acted in opposition to the disordered growth “Novo Recife” represents, based on the right to the city and demanding a public participation process, the observance of the current legislation and denouncing irregularities within the process. “Ocupe Estelita’s” trajectory, the one we attempted to reconstruct in this dissertation, includes a handful of moments we highlight in this writing: the auction, the public hearings, the “Direitos Urbanos” group foundation and the fitful occupations (held on Sundays) and permanents (camping). The Movement, as we found in our research, had solid popular adherence e media impact, vast artistic production – videos, posters and music events, theater, dance and performance – and both articulation and mobilization that strongly penetrated social network, especially the facebook e “Direitos Urbanos” group blog. Still, we were able to find a strong interface between the “Ocupe Estelita” movement and a series of movements spread around the world, namely the Arab Spring, “Los Indignados” in Europe, and the ‘Occupies’, emphasizing the Occupy Wall Street. This writing combines a few methods: a bibliographic review that prioritizes engaged authors and productions connected to the present moment, an overview of newspapers files regarding the subject, interviews with “OcupeEstelita’s” members and social network archaeology. Given my active participation on the “OcupeEstelita” movement, I also include my own descriptions, when pertinent.

Keywords: Ocupe Estelita. Social Movements. Occupy. Urban Rights. Right to the City.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 -	Registro da primeira audiência pública sobre o Projeto Novo Recife	67
Fotografia 2 -	Fotos do Ocupe Estelita do dia 15 de Abril de 2012	107
Fotografia 3 -	Fotos do Ocupe Estelita do dia 15 de Abril de 2012	108
Fotografia 4 -	Fotos do Ocupe Estelita de 15 de abril de 2012.....	109
Fotografia 5 -	'A revolução é irresistível'.....	111
Fotografia 6 -	Imagens da cobertura da mídia.....	120
Fotografia 7 -	Debate com arquitetos no Ocupe Estelita de 22 de abril de 2012.....	135
Fotografia 8 -	Atividades durante o Ocupe Estelita de 22 de abril de 2012	136
Fotografia 9 -	Otto no Abril pro Rock de 2012.....	138
Fotografia 10 -	Augusto Ferrer no Abril pro Rock de 2012.....	138
Fotografia 11 -	Reunião entre Direitos Urbanos, professores do curso de arquitetura e urbanismo da UFPE e a promotora Belize Câmara.....	142
Fotografia 12 -	Reunião no IPHAN com Frederico Farias Neves de Almeida.....	144
Fotografia 13 -	Reunião com Secretário de Cultura de Pernambuco, Fernando Duarte.....	147
Fotografia 14 -	Ocupe Agamenon no Parque Amorim.....	171
Fotografia 15 -	Protesto no 12º andar da prefeitura.....	178
Fotografia 16 -	Protesto no 12º andar da prefeitura.....	180
Fotografia 17 -	"#OcupeMPPE.....	195
Fotografia 18 -	Sérgio Urt, agredido por seguranças privados durante a demolição.....	203
Fotografia 19 -	Fogueira na primeira madrugada da ocupação.....	204
Fotografia 20 -	Armazém de Açúcar parcialmente demolido.....	204
Fotografia 21 -	Aula pública do professor Tomás Lapa dentro da ocupação.....	211
Fotografia 22 -	Apoio de artistas ao movimento.....	217
Fotografia 23 -	Reunião de negociação com a prefeitura.....	227
Fotografia 24 -	Aula Pública "O Espaço Público e o privado"	230

Fotografia 25 -	Registro da aula pública “Arte e Cidade”	236
Fotografia 26 -	Reintegração de posse. Momento em que cheguei ao Cais.....	237
Fotografia 27 -	Pessoas feridas pela violência policial.....	238
Fotografia 28 -	Pessoas feridas pela violência policial.....	239
Fotografia 29 -	Acampamento pós reintegração	240
Fotografia 30 -	Manifestantes recebendo spray de pimenta enquanto resistiam pacificamente.....	242
Fotografia 31 -	Tapumes sendo colocado pós-reintegração de posse.....	243
Fotografia 32 -	Boas-vindas na entrada da ocupação.....	245

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 -	Banner publicado por Henrique Mafra no evento do primeiro evento Ocupe Estelita (Dicas)	95
Imagem 2 -	Banner publicado por Henrique Mafra no evento do primeiro evento Ocupe Estelita	96
Imagem 3 -	Cartaz de Henrique Mafra postado no evento do Facebook	97
Imagem 4 -	Cartaz de divulgação, sem crédito, encontrado no Blog do Direito Urbanos	100
Imagem 5 -	Material de divulgação on-line do Ocupe Estelita de 22 de abril	129
Imagem 6 -	Material de divulgação do Ato Público 'Nossa Paisagem, Nosso Patrimônio'	147
Imagem 7 -	Material de divulgação do Ocupe Estelita 12M	150
Imagem 8 -	Divulgação das atividades musicais do Ocupe Estelita 12M	152
Imagem 9 -	Cartaz de Divulgação da Mostra Direitos Urbanos.....	159
Imagem 10 -	Cartaz de Divulgação do V Janela Internacional de Cinema do Recife	164
Imagem 11 -	Cartaz de Henrique Mafra para o Ocupe Agamenon.....	171
Imagem 12 -	Cartaz de Isabella Alves (A Firma) para divulgação do Ocupe Prefeitura	175
Imagem 13 -	Cartaz de Felipe Quérrete para o Ocupe Estelita +1	198
Imagem 14 -	A foto/banner da demolição, postada na página do Direitos Urbanos teve mais de 400 compartilhamentos..	203
Imagem 15 -	Cartaz de divulgação do #OcupeEstelita + 2.....	222
Imagem 16 -	Cartaz publicado no evento virtual. Autoria desconhecida.....	225
Imagens 17 -	Cartazes publicados na página Resiste Estelita.....	229
Imagem 18 –	Cartaz da Aula Pública "O Espaço Público e o privado"	230
Imagem 19 –	Divulgação da formação "Nós, mulheres na cidade"	231
Imagem 20 –	Cartaz de divulgação do Ocupaço.....	232
Imagem 21 –	Cartaz de divulgação da palestra “Movimentos sociais democráticos e de resistência popular”	234

Imagem 22 –	Cartazes de divulgação domingo 25/6.....	235
Imagem 23 –	Divulgação da aula pública “Arte e Cidade”.....	236
Imagem 24 -	Cartaz digital de convocação	239

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	OS VAGA-LUMES	19
2	A EMERGÊNCIA DAS OCUPAÇÕES	25
2.1	DA PRIMAVERA ÁRABE AO OCCUPY WALL STREET	27
2.2	CARACTERIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS INSURGENTES	29
2.3	DAS MOTIVAÇÕES	32
2.4	O DESCONTENTAMENTO GLOBALIZADO	36
2.5	AS CIDADES REBELDES	39
2.6	A REVISÃO DE MARIA DA GLÓRIA GOHN	44
3	A EMERGÊNCIA DO MOVIMENTO OCUPE ESTELITA	52
3.1	UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO A PARTIR DAS NOTÍCIAS	53
3.2	A AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO PROJETO	59
3.2.1	O evento da audiência no Facebook	60
3.2.2	Repercussão nacional: a matéria no Blog de Raquel Rolnik.....	62
3.2.3	Articulação e repercussão nas redes	71
3.2.3.1	A nota	72
3.2.3.2	O conteúdo do texto da nota	72
3.2.3.3	Os comentários	72
3.2.4	Desconstrução Civil e o Vurto	77
3.2.5	Repercussão na imprensa	78
4	A CRIAÇÃO DO DIREITOS URBANOS	83
5	OS OCUPES DOMINICAIS	92
5.1	OCUPE ESTELITA DE 15 DE ABRIL DE 2012: O PRIMEIRO	92
5.1.1	A organização – o evento no Facebook e o blog dos Direitos Urbanos	92
5.1.2	Os Relatos	102
5.1.3	A Repercussão Midiática	112
5.1.4.	O Editorial do Jornal do Commercio	121
5.1.4.1	Críticas ao jornalismo e sua relação com o empresariado.....	123
5.1.4.2	Contra-argumentos ao conteúdo do editorial.....	124
6	O APOIO DE JOÃO DA COSTA	125
7	OCUPE ESTELITA DE 22 DE ABRIL – O SEGUNDO	129
7.1	O EVENTO	130

7.2	APOIO DE ARTISTAS NO ABRIL PRO ROCK	137
7.3	PORQUE O DU É CONTRA	139
7.4	A REUNIÃO COM BELIZE	140
7.5	CARTA DO LEITOR	142
7.6	A CARTA EM DEFESA DO CAIS JOSÉ ESTELITA	143
7.6.1	A entrega da carta	144
7.7	VELHO RECIFE NOVO	147
7.8	O TERCEIRO OCUPE: UMA ARTICULAÇÃO COM O 12M	150
7.9	IMPRENSA LOCAL	154
7.10	A MATÉRIA DA FOLHA DE SÃO PAULO	155
7.10.1	A resposta de Cris Gouvêa	156
7.11	DE QUE LADO ESTAMOS	157
7.12	AUDIÊNCIA COM O MINISTÉRIO PÚBLICO	158
8	MOSTRA DU DE CINEMA	159
9	BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO ACERCA DO OCUPE AGAMENON	168
10	A REUNIÃO NO CDU E O OCUPE PREFEITURA	172
11	A GESTÃO DE GERALDO JÚLIO	187
12	A DISPENSA DE BELIZE CÂMARA	189
13	OCUPE ESTELITA +1.....	196
14	JUNHO DE 2013 E O COQUE (R)EXISTE	299
15	A OCUPAÇÃO	202
15.1	DIAS 21 E 22 DE MAIO (QUARTA E QUINTA-FEIRA)	202
15.2	DIA 23 DE MAIO (SEXTA-FEIRA)	209
15.3	DIA 24 DE MAIO (SÁBADO)	210
15.4	DIA 25 DE MAIO (DOMINGO)	210
15.5	DIA 26 DE MAIO (SEGUNDA-FEIRA)	211
15.6	DIA 27 DE MAIO (TERÇA-FEIRA)	212
15.7	DIA 28 DE MAIO (QUARTA-FEIRA)	213
15.8	DIA 29 DE MAIO (QUINTA-FEIRA)	214
15.9	DIA 30 DE MAIO (SEXTA)	219
15.10	DIA 31 DE MAIO (SÁBADO)	221
15.11	DIA 01 DE JUNHO (DOMINGO)	221
15.12	DIA 2 DE JUNHO (SEGUNDA-FEIRA)	225
15.13	DIA 3 DE JUNHO (TERÇA-FEIRA)	226

15.14	DIA 4 DE JUNHO (QUARTA-FEIRA)	238
15.15	DIA 5 DE JUNHO (QUINTA-FEIRA)	229
15.16	DIA 6 DE JUNHO (SEXTA-FEIRA)	230
15.17	DIA 7 DE JUNHO (SÁBADO)	231
15.18	DIA 8 DE JUNHO (DOMINGO)	231
15.19	DIA 9 DE JUNHO (SEGUNDA-FEIRA)	233
15.20	DIA 10 DE JUNHO (TERÇA-FEIRA)	233
15.21	DIA 11 DE JUNHO (QUARTA-FEIRA)	233
15.22	DIA 12 DE JUNHO (QUINTA-FEIRA)	233
15.23	DIA 13 DE JUNHO (SEXTA-FEIRA)	234
15.24	DIA 14 DE JUNHO (SÁBADO)	234
15.25	DIA 15 DE JUNHO (DOMINGO)	234
15.26	DIA 16 DE JUNHO (SEGUNDA-FEIRA)	235
15.27	DIA 17 DE JUNHO (TERÇA-FEIRA)	236
16	CONCLUSÕES.....	246
	REFERÊNCIAS	248

1 INTRODUÇÃO

As manifestações em torno do Cais José Estelita surgem em 2012 contra o Projeto Novo Recife que previa a construção de 12 prédios no terreno localizado na área Central do Recife. Entenderemos o que acontece no Recife, com o MOE, como sendo parte de uma nova configuração de movimentos sociais – e militantes – que seguem uma prática de ocupar os espaços como forma de resistência. O Ocupe Estelita está circunscrito em um tempo e espaço e, portanto, carrega em si as marcas desta filiação. Por isso, tomaremos como ponto de partida algumas das reflexões contidas em escritos de Slavoj Žižek, (2013) e David Harvey (2013), que se dedicaram aos movimentos que ficaram conhecidos como “ocupes” (occupies, no original). O Comitê Invisível, que assina o livro *Crise e Insurreição* (2016), também nos ajudará com reflexões globais que partem da experiência. Os ocupes foram experienciados ao redor do mundo, dos Estados Unidos à Turquia, intensificando-se no Brasil a partir do marco que foram as jornadas de junho de 2013. A pesquisadora brasileira Maria da Gloria Gohn (2011) nos aponta para uma questão norteadora. Segundo ela, por trás de um desejo de transformação social, que pode ser alcançado ou não, há, invariavelmente, um caráter de transformação individual importante nas práticas que se desenrolam no ato de participação de tais protestos. O presente projeto de pesquisa se propõe a refazer a trajetória do Movimento Ocupe Estelita partir de arquivos e documentos variados que incluem arquivos de jornal e blogs – em especial o blog Direitos Urbanos - publicações nas redes sociais, fotos e vídeos.

O Movimento Ocupe Estelita, como é possível perceber a partir da leitura de Žižek (2013), não surge isolado. São diversos os casos de “ocupes”. Somente no Brasil poderíamos citar o Ocupe Parque Augusta, em São Paulo, o Ocupe Cocó, em Fortaleza, o Ocupe Isidora, em Belo Horizonte, todos iniciados depois de Junho de 2013¹. Aos moldes de outros movimentos da mesma geração, o Estelita reuniu no mesmo lugar debates políticos tradicionais (que perpassam as instituições, partidos, representação), urbanísticos e artísticos. Aglomerados ao redor do Cais, esses

¹ As informações dos movimentos citados podem ser encontradas em suas páginas do facebook: Ocupe Parque Augusta - <https://www.facebook.com/parqueaugusta>
Ocupe Cocó - <https://www.facebook.com/Parque-do-Coc%C3%B3-117252488384460/timeline/>.
Ocupe Isidora - <https://www.facebook.com/groups/isidororesiste>

debates iam-se mostrando como indissociáveis. A partir do caso Estelita, a cidade debatia as suas interfaces.

No entanto, no meio de tantos outros, o Ocupe Estelita se destacou por seu viés artístico e sua penetração global a partir da sua produção de uma vasta gama de produtos ligados à arte. Somente de vídeos, a Coletânea de filmes *Ocupe Estelita*, compilação do grupo publicada em 2015, reuniu 85 títulos de produções de cineastas renomados como Marcelo Pedroso, Pedro Severien e Ernesto de Carvalho ao lado de um sem número de outros *videomakers* e cinegrafistas amadores.

A partir da madrugada do dia 21 de maio de 2014, quando estabeleceram acampamento no Cais, até o dia 17 de junho, quando sofreram uma reintegração de posse amplamente registrada por vídeos amadores e reportagens de emissoras de televisão, os manifestantes do Ocupe Estelita pautaram diversas discussões tanto nas redes sociais quanto nos jornais impressos, de rádio e de televisão locais e nacionais. Ao mesmo tempo, dentro dos muros dos galpões, foram realizados eventos culturais, aulas públicas com professores de história, sociologia, artes, urbanismo e shows que reuniram mais de cinco mil pessoas durante os finais de semana.

Uma análise, ainda que incipiente, das reflexões que vêm sendo produzidas sobre o MOE aponta para estudos no viés da comunicação, no sentido de compreensão dos papéis das novas mídias e suas redes sociais². Aqui se faz necessário destacar que o rompimento das barreiras do silenciamento midiático local parece estar relacionado a, pelo menos quatro fatores: o primeiro, à uma mídia alternativa, focada nas redes sociais, o segundo, à cobertura midiática nacional (diante do contexto dos jogos das copas das confederações e do mundo. No Recife aconteciam jogos); o terceiro, ao fato político que se tornou a ocupação; o quarto, aponta para o viés artístico – a participação de artistas e produções ligadas à arte parecem ter sido essenciais para furar o bloqueio de uma mídia alinhada ao mercado imobiliário.

A reconstituição da história do movimento ainda parece pouco explorada. Além da proximidade temporal, a minha participação no movimento dá a essa

² Ver por exemplo os artigos "Movimento Ocupe Estelita: a ecologia da mídia e o imaginário político da cidade", apresentado na Compôs (PAIVA; SERRANO, 2015); "Ocupe Estelita: novas formas de atuação política" (ANDRADE, 2014) e "Como a Ocupação Estelita venceu o silêncio das mídias" (MARTINS; MOREIRA, 2014).

pesquisa um tom testemunhal que lembra a observação participante, ainda o meu envolvimento na causa não tenha partido dessa premissa,

Žižek (2013) nos ajuda fazendo um panorama das manifestações de rua conhecidas como “ocupes”, desde 2011. Este panorama parece indicar alguns pontos em comum com o MOE e nos fornece dados para uma análise futura: “Ocupes” nos Estados Unidos (Occupy Wall Street), Turquia (Occupy Gezi), por exemplo, que, assim como as Jornadas de Junho, no Brasil, nascem sem nenhuma inflamação social prévia aparente. Para ele, seria evidente que a praça Taksim, na Turquia, não foi o motivo dos protestos. É o mesmo com os protestos brasileiros desde Junho de 2013 que foram, sim, desencadeados por um pequeno aumento no preço do transporte público, mas que trouxeram em si uma gama de insatisfações muito maiores. O que une esses protestos, segundo Žižek (2013), é o fato de que nenhum deles pode ser reduzido a uma única questão, pois todos lidam com uma combinação específica de pelo menos duas questões: uma econômica e outra político-ideológica.

O neoliberalismo transformou as regras do jogo político (HARVEY, 2013). Em um cenário de alinhamento do poderio político e econômico contra as solidariedades sociais, as culturas oposicionistas tiveram, portanto, que se reinventar. Se nos exemplos governamentais estariam, entre outras, a política do orçamento participativo, no âmbito da sociedade civil organizada estariam os “ocupes” e as reinvenções estéticas de tais movimentos.

De acordo com Gohn (2011), os movimentos sociais “não são só reativos, movidos apenas pelas necessidades (fome ou qualquer forma de opressão); podem surgir e desenvolver-se também a partir de uma reflexão sobre sua própria experiência.” Na atualidade, assim como acontece com o Movimento Ocupe Estelita, esses movimentos apresentam um ideário civilizatório que coloca como horizonte a construção de uma sociedade democrática.

Já Harvey (2013) acrescenta que a luta é pelo *direito à cidade*, o que, aos olhos de Lefebvre (1991) significaria o direito à “vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o *uso* pleno e inteiro desses momentos e locais etc”. A partir dessa noção de direito, Harvey (2013) afirma: “Se o nosso mundo humano foi imaginado e feito, então ele pode ser reimaginado e refeito”.

1.1 OS VAGA-LUMES

Os vaga-lumes sobrevivem! - defende o autor francês Didi-Huberman (2011). Mas não é sempre que é possível enxergar. E é justamente na escuridão que eles aparecem aos olhos – mas não para qualquer olho. São pequenas luzes lampejando dolorosamente, que na tentativa de brilhar com miudeza sofrem em seu próprio corpo a queimadura intermitente. À luz dos grandes refletores, desaparecem, ofuscados. “Os vaga-lumes são seres luminescentes, dançantes, erráticos, intocáveis e resistentes” (DIDI-HUBERMAN, 2011).

Trata-se de atingir esse lugar crucial onde a política se encarna nos corpos, nos gestos e nos desejos de cada um. Por mais discretos e apagados por luzes maiores que sejam, os vaga-lumes continuam a emitir seus sinais. Em tempos de crise tentam escapar como podem à ameaça, à condenação que a partir de então atinge sua existência. Mas essa resistência só é possível pela coletividade: quantos vaga-lumes são necessários para iluminar na potência de uma lâmpada? Centenas? Milhares? Milhões? (cinco mil para iluminar como uma vela, nos conta Didi-Huberman). E assim vai ficando cada vez mais evidente a invocação de uma energia coletiva e despersonificada (anônima, nesse sentido) capaz de avivar a exceção da alegria, que recebe e irradia a luz do desejo, em contrapartida à regra de uma realidade feita de culpa e um mundo de terror. A dança dos vaga-lumes é esse momento de graça que resiste ao mesmo tempo em que é o que existe de mais fugaz, de mais frágil.

Pasolini, principal interlocutor de Didi-Huberman ao longo do livro *A Sobrevivência dos Vaga-lumes*, por sua vez, aponta na arte a possibilidade dos lampejos (eróticos, alegres, inventivos). A análise de Didi-Hubermann sobre a obra do cineasta (não só os filmes, mas também as cartas) traz à tona aspectos estéticos, políticos e até mesmo econômicos do “vazio de poder” da sociedade contemporânea. A indiferença (de que já falava Simmel, 2005) transformada em mercadoria e o comportamento imposto pelo poder do consumo de remodelar e deformar a consciência até uma irreversível degradação. Os vaga-lumes morrem pela televisão, morrem pela indústria cultural, nos apontam Didi-Huberman e Pasolini. Os vaga-lumes de hoje certamente são ofuscados pelas telas de computadores e celulares logados nas mais diversas redes sociais, em que cada um

acaba se exibindo como se fosse uma mercadoria em sua vitrine e consumindo informação descartável de maneira irrefreada e compulsiva.

Mas, apesar de tudo – de todos os refletores ferozes da contemporaneidade que ofuscam os vaga-lumes, eles ainda brilham. E onde eles brilham “tudo ali é político [...], tudo adquire um valor coletivo de modo que tudo ali fala de povo e das condições revolucionárias imanentes à sua própria marginalização”. (DIDI-HUBERMAN, 2011).

O autor ressalta ainda que os vaga-lumes não se iluminam para ver melhor (como os faróis dos carros, por exemplo, mas sim para compor um mundo mais bonito pela sua própria ação nele). A luz que emana dos vaga-lumes é também uma maneira de identificação: a atração pela luminosidade é uma comunicação corporal que vai além do cognitivo e acabam por compor uma dança do desejo que conforma uma comunidade.

O que resta do vaga-lume nessa vida de luzes artificiais? Perguntamos-nos para em seguida nos perguntarmos: em que medida as ocupações não compõem essa experiência? E em que medida a participação no Movimento Ocupe Estelita não é entendida dessa forma pelos que ali estiveram? O difícil lugar híbrido que eu ocupo nessa escrita me faz olhar essa hipótese ora como sendo demasiadamente generosa, idealizada, ora como sendo perfeitamente adequada, na medida em que rememoro a minha própria experiência e a somo a outros relatos que me instigaram a realizar a pesquisa. O próprio Didi-Huberman é apaziguador quando nos lembra que os vaga-lumes desaparecem, sobretudo, pela nossa incapacidade de vê-los (como parece ter acontecido com Pasolini, no final de sua vida). A pesquisa, ao contrário do que se espera, não pode ser um *lançar luz*, mas sim um *apagar de luzes*, para melhor enxergar a experiência.

Em nosso modo de imaginar jaz uma condição para nosso modo de fazer política. A imaginação é política, eis o que precisa ser levado em consideração. Reciprocamente, a política, em um momento ou outro, se acompanha da faculdade de imaginar. (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 23)

E não nos espantemos de que a reflexão política empreendida por Jacques Rancière devesse, a certo momento crucial de seu desenvolvimento, se concentrar em questões de imagens, imaginação e de “partilha do sensível”. A saber, imagem e imaginação têm um radical comum.

Muitos elementos aproximam Didi-Huberman de Rancière além da conterraneidade. Ambos nos apresentam formas esperançosas de olhar as relações entre a arte e a política, nos sugerem o olhar para o pequeno, o anônimo, o menor. Mas outro elemento se destaca: a noite. É nela onde brilham os vaga-lumes e é também nela onde brilham as experiências dos proletários. “A transformação do mundo começa no momento em que os trabalhadores normais deveriam desfrutar do sono tranquilo” (RANCIÈRE, 1988).

Em seu livro “A Noite dos Proletários: Arquivos do Sonho Operário” publicado na França em 1981, como resultado de sua tese de doutorado, Rancière analisa a história de algumas centenas de proletários que tinham cerca de 20 anos por volta de 1830 e que nessa época decidiram cada um ao seu modo

não mais suportar o insuportável [...] não exatamente a miséria, os baixos salários, os alojamentos desconfortáveis ou a fome sempre rondando, mas fundamentalmente a dor pelo tempo roubado a cada dia trabalhando [...] sem o objetivo senão o de manter indefinidamente as forças da servidão e da dominação (RANCIÈRE, 1988, p. 43).

De maneira quase literária, Rancière nos revela os bastidores de uma noite invisível onde acontecem encontros, reuniões. Com o dia escuro os operários discutem, decidem e, imperceptivelmente sonham-vivem, já antecipando o impossível. “A noite é uma subversão” (RANCIÈRE, 1988).

As questões surgidas na análise de Rancière nos ajudam a apagar alguns refletores para melhor seguir os caminhos dos vaga-lumes Saint-simonianos. Obviamente não pretendo replicar uma experiência em um contexto diverso, nem chegar às mesmas conclusões. Mas é possível aprender com o percurso metodológico assim como localizar as experiências de sonho como transversais e inspiradoras.

É espantoso quando os proletários de Rancière problematizam as hierarquias entre os trabalhos braçal e intelectual. E o espanto não vem pelo absurdo, mas pela completa atualidade do debate que acompanha internamente os movimentos sociais acerca da “massa” e da “intelectualidade”. “O que acontece quando o discurso dos proletários apaixonados pela noite dos intelectuais encontra o discurso dos intelectuais apaixonados pelos dias laboriosos e gloriosos do povo?” (RANCIÈRE, 1981), é uma pergunta que Rancière não responde completamente, ainda que já aponte para algumas particularidades acerca das partilhas de comuns que revelam

elementos excludentes. O debate de Rancière acende o alerta para que não nos esqueçamos de ponderar as relações de classe que perpassam o Ocupe Estelita. Majoritariamente composto por pessoas da classe média recifense, o movimento teve que lidar com questionamentos acerca de sua elitização.

Essa forma de ver nos reposiciona diante de uma experiência como a do Ocupe Estelita, em especial ao período de maio a junho de 2014, quando um grupo de pessoas acampou e acabou por criar um novo espaço e novas formas de relação, a partir de um novo comum e de novas formas de partilha desse comum. A ocupação do Cais José Estelita, vista aos olhos da filosofia Rancieriana, é, portanto, a criação de uma forma política, que corresponde a uma nova forma de vida.

A política, para Rancière, é aquilo que reconfigura a partilha do sensível, o que introduz novos sujeitos e objetos dentro da definição do comum da comunidade. É política tornar visível o que não era visto e fazer ouvir como falantes os que eram percebidos como animais barulhentos. Ainda que a política não se resuma aos jogos de poder, ela é permeada por definições daqueles que podem participar dela.

Em *A partilha do sensível* Rancière define a revolução estética como a glória de qualquer um, do anônimo, do comum e a possibilidade de aparecimento de novas formas de vida. Passar dos grandes acontecimentos e personagens à vida dos anônimos, identificar os sintomas de uma época, sociedade ou civilização nos detalhes ínfimos da vida ordinária parece ser uma possibilidade emergente. Ainda que o Estelita tenha ganhado repercussão e visibilidade, e ainda que tenha se contado com a participação de artistas consagrados que fizeram shows ou demonstraram seu apoio publicamente, a pesquisa de dissertação parte de um interesse naquilo que é invisível e sutil que passa por esse encontro do indivíduo com o coletivo e das transformações recíprocas de um pelo outro. É o que Rancière vai chamar de história dos costumes em detrimento da história dos acontecimentos: uma lógica estética que revoga as escalas de grandeza.

Ainda para o filósofo, a política e a arte constroem ficções, isto é, rearranjos materiais dos signos e das imagens, das relações entre o que se vê e o que se diz, entre o que se faz e o que se pode fazer. Os enunciados políticos ou literários fazem efeito no real. Traçam trajetórias entre o visível e o dizível, relações entre modos do ser, do fazer e do dizer. Definem variações das intensidades sensíveis, das percepções e capacidades dos corpos. É importante explicitar aqui que a ficção e a

realidade, a partir da revolução estética compõem o mesmo regime de verdade. O termo ficção, portanto, não pode ser entendido como sinônimo de falso.

O último ponto que ressalto a partir das discussões presentes nos textos *A Partilha do Sensível* e *A Estética da Política* é o conceito de utopia. Rancière apresenta dois significados não opostos: o primeiro, enquanto um não lugar, o ponto extremo de uma reconfiguração polêmica do sensível. O segundo, enquanto um bom lugar, onde o que se faz se vê e se diz se ajustam exatamente. Em *A noite dos Proletários*, Rancière afirma que o que os seus personagens propõem é não opor a prática à utopia, mas devolver à utopia seu caráter de montagem, de palavras e de imagens. Dessa maneira reconfigurariam o território do visível, do pensável e do possível (RANCIÈRE, 1988). O conceito de utopia pode ser valioso para certos entendimentos, diante de um movimento que se propõe transformador.

Neste trabalho, dividido em três partes nos atemos a fazer uma contextualização global dos movimentos de ocupação surgidos ao redor do mundo a partir de 2011 e reconstruir uma narrativa do Ocupe Estelita a partir de documentação diversa, mas que privilegia, além das notícias de jornal, relatos pessoais postados nas redes sociais, como diários. Acrescenta-se ao longo do texto, relatos meus, alguns de memórias vivas, outros advindos de registros. Partimos da criação do Movimento Ocupe Estelita, em 22 de março de 2012, passamos por audiências, encontros, reuniões e terminamos na ocupação, tendo como marco final, a reintegração de posse do dia 17 de junho de 2014.

É necessário dizer de um local específico de observação. Mesmo que na época não existisse a pretensão de realizar nenhuma pesquisa acadêmica, não se pode desconsiderar que estive presente na ocupação e que tive/tenho participação considerável no processo de construção do Movimento. Ainda que não seja possível afirmar que houve uma observação participante (já que não segui as regras do método) não é possível desconsiderar nem os privilégios (acesso aos entrevistados com maior cumplicidade e confiança, partilha de comuns, noção do todo), nem os vieses possivelmente causados por uma aproximação demasiada.

Por último, mas não menos importante, reafirmo a máxima de Didi-Huberman ao falar dos vaga-lumes e, através deles, da experiência:

Seria criminoso e estúpido colocar os vaga-lumes sob um projetor acreditando assim melhor observá-los. Assim como não serve de nada estudá-los, previamente mortos, alfinetados sobre uma mesa de

entomologista ou observados como coisas muito antigas presas no âmbar há milhões de anos. Para conhecer os vaga-lumes, é preciso observá-los no presente de sua sobrevivência: é preciso vê-los dançar vivos no meio da noite, ainda que essa noite seja varrida por alguns ferozes projetores. (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 36).

Eis o nosso desafio.

2 A EMERGÊNCIA DAS OCUPAÇÕES

O nascimento do que chamaremos aqui de “ocupes” é complexo e, por certo não linear. Mas uma série de fatores apontados por uma gama de autores e autoras nos leva a elencar dois marcos de importância central. O primeiro, a crise econômica global a partir de 2008; o segundo, um conjunto de insurreições espalhadas pelo mundo, concentradas no ano de 2011, com características partilhadas, iniciadas no norte do continente africano. De uma perspectiva localizada, o Brasil tem como definidora uma série de protestos de rua em junho de 2013, que ficaram conhecidas como as Jornadas de Junho.

Priorizamos aqui, como no restante da dissertação, trabalhar com publicações escritas por aqueles que, assim como eu, produzem a partir de um lugar de implicação intencional e revelada, o que, de uma maneira geral coincide com as obras e autores tomados como inspiração dentro dos próprios movimentos de ocupação. Pensadores que, no calor dos acontecimentos, se arriscaram a tecer análises urgentes e, mesmo, apontar caminhos, assumindo a tarefa ousada de falar, refletir e, no limite, agir no presente. Livros cujas ideias circularam dentro dos acampamentos, pensamentos cochichados nas barracas e rodas de assembleias e reuniões.

O livro *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*, lançado no Recife em 12 de julho de 2012, na Fundação Joaquim Nabuco, inserida na programação paralela da exposição *O Legado da Coruja*, de Chris Marker, com palestra de um dos autores, Wladimir Safatle, sem dúvidas é um deles. O livro chega à cidade três meses depois de publicado pelas editoras Carta Maior e Boitempo, em 4 de abril do mesmo ano, em São Paulo e coincide com a efervescência do debate em torno do Projeto Novo Recife, proposto para ser construído no terreno do Cais José Estelita, na capital pernambucana. Não é difícil lembrar-se de debates, conversas e postagens nas redes sociais de colegas militantes acerca desta compilação de textos, que como a própria nota da editora afirma, é idealizado “com o objetivo de ampliar o debate em torno dos movimentos populares que tomaram as ruas ao longo de 2011 em diversos países [...] imbuídos de não só da lucidez da crítica, mas também da paixão do engajamento e da esperança”. (HARVEY et al, 2012). A apresentação do projeto que tornou oficialmente público o plano de

construir as 12 torres na beira da Bacia do Pina, realizada em audiência pública na Câmara dos vereadores, aconteceu em 22 de março daquele mesmo ano, percebam a sincronicidade, menos de duas semanas antes do lançamento nacional do livro.

Figuras como o britânico David Harvey, o esloveno Slavoj Žižek e o brasileiro Waldimir Safatle ganham relevo para o cenário e para as reflexões sobre e a partir das ocupações na medida em que se colocam como pensadores, em certa medida, orgânicos, sendo alguns de seus textos publicados, transcrições de falas direcionadas aos ocupantes, realizadas nos contextos das ocupações. Pelos mesmos motivos, os livros *Crise e Insurreição* de autoria coletiva e anônima do Comitê Invisível e *O Isso Não É um Manifesto* de Antonio Negri e Michael Hardt, serão utilizados neste capítulo - ao lado de uma trilogia de livros da autora brasileira Maria da Gloria Gohn. Estes textos, parecem se apresentar numa relação recíproca: ao mesmo tempo em que partem de uma contaminação explícita da rua, se colocando como parte dela e das manifestações – ou talvez por isso mesmo – são capazes de influenciar a própria manifestação, em ato, na rua.

A apresentação feita pelo historiador da USP Henrique Soares Carneiro para o livro *Occupy*, nos localiza em 2011, ano em que ocorreu “um fenômeno que há muito não se via: uma eclosão simultânea e contagiosa de movimentos sociais de protesto com reivindicações peculiares em cada região, mas com formas de luta muito assemelhadas e consciência de solidariedade mútua” (CARNEIRO, 2012). Carneiro define esse conjunto de movimentos insurgentes inscritos em 2011 como uma onda de mobilização e protestos sociais que tomou a dimensão de movimento global. Não era possível escrever naquele momento, já que a publicação do seu texto data 2012, mas muito do que se viu em 2011 repercutiu nos anos seguintes.

O cenário geral que englobou todo o ano de 2011 foi o novo ciclo da crise geral do capitalismo, iniciado em 2008. Todo o conjunto de mundo pareceu se desintegrar (COMITÊ INVISÍVEL, 2013; 2016). E, diante da possibilidade de reestruturação, os Indignados da Espanha gritaram: “que se vayan todos”. Primeiro, em 2008, faliram os bancos e outras instituições financeiras, depois foram os países, tendo a Grécia como caso paradigmático e que estende sua sombra sobre quase todos os Estados da Zona do Euro – como deve se manter ao longo de toda a década de recessão, estagnação e crescimento baixo, com os problemas sociais correspondentes e a instabilidade política de governos de turno que pagarão o preço das políticas recessivas. (SADER, 2012).

Se no primeiro ciclo da crise capitalista, em 2008, não houve grandes mobilizações populares, em 2011 surgiram novos protagonistas, entre eles os Indignados e os “ocupes”. Os primeiros, nascidos na Espanha, apontaram como alvo significativo as elites políticas, o esvaziamento da democracia liberal e a transferência da crise para o conjunto da população. Os “ocupes”, influenciados pela Primavera Árabe, chegaram a Nova York e estenderam-se pra dezenas de cidades norte-americanas – com apoio e repercussão em outros 82 países, incluindo o Brasil - e dirigiram-se mais diretamente aos bancos, difundindo a versão da oposição entre a minoria dominante e a grande maioria de dominados (os 99%). O movimento estudantil chileno conseguiu transformar suas reivindicações específicas – luta contra a privatização da educação – num tema nacional que, juntando-se às reivindicações de outros setores, promoveu uma crise política geral e um desgaste irreversível no governo de Sebastián Piñera.

O sociólogo João Alexandre Peschanski, em artigo intitulado *Os ocupas e a desigualdade econômica*, publicado também no livro *Occupy*, define as ocupações como acampamentos de estudantes e trabalhadores em áreas públicas de centenas de cidades em todo o mundo que têm entre suas principais bandeiras a crítica à desigualdade. Nos Estados Unidos, de onde escreve Peschanski, os próprios ocupantes – que ficaram mundialmente conhecidos pela ocupação de Wall Street – definem-se como a mobilização dos 99%, isto é, a parcela da população negativamente afetada pela desigualdade econômica. (PESCHANSKI, 2012).

2.1 DA PRIMAVERA ÁRABE AO OCCUPY WALL STREET

A autoimolação do comerciante informal tunisiano Mohamed Bouazizi, em 17 de dezembro de 2010, em protesto pelo direito de vender seus alimentos na rua é o símbolo do que Carneiro (2012) chama de “esgotamento psicológico de muitos povos ao mesmo tempo” e representa o estopim desse ciclo insurgente. Sua imolação em frente à sede do governo regional da Tunísia o levou à morte 18 dias depois e desencadeou uma série de revoltas, conhecidas como a Revolução de Jasmim, que culminaram na renúncia do ditador Ben Ali, há 23 anos no poder. Bouazizi personificava o desespero humano resultado de uma série de questões

sociais que iam desde a desigualdade à incapacidade e indisponibilidade de diálogo em um governo ditatorial, passando por corrupção, assédio e abusos das autoridades e apontou para uma insatisfação generalizada no seu país e em países vizinhos com ditaduras semelhantes, inflamando movimentos insurgentes, no que ficou conhecido como Primavera Árabe.

Em diálogo com demais autores (PESCHANSKI, 2012; ALVES, 2012, HARDT e NEGRI, 2014), Carneiro elege, portanto, a Primavera Árabe, movimento que derrubou ditaduras em países africanos como Tunísia, Egito, Líbia, Síria, Bahrein e Iêmen como um marco de contágio inicial, que se espalhou seguindo a geografia peculiar dos tempos de globalização. Do Norte da África, onde assumiu o caráter de revolução democrática, colocando fim a longas ditaduras, estendeu-se à Europa, com ocupações e greves na Espanha (M15M ou Indignados), Grécia (Praça Syntagma), subúrbio de Londres (com foco nas questões raciais) e Portugal (M12M ou Geração à Rasca), eclodiu no Chile, onde a pauta da educação ressurgiu cinco anos depois da “Revolta dos Pinguins”, reivindicando escolas gratuitas de qualidade e, nos Estados Unidos, com o Occupy Wall Street. (CARNEIRO, 2012; ALVES, 2012; HARDT; NEGRI, 2014).

Houve uma sequência sincrônica de rebeliões surgidas na margem sul do mediterrâneo que se espalharam ao redor do mundo em 2011, que Carneiro (2012) define como “cosmopolita febril e viral”. Uma única onda de levante mundial que se comunica entre si. “Uma sede universal de encontro que apenas a separação universal pode explicar” (COMITÊ INVISÍVEL, 2016). Sobre esse fenômeno contagioso, o Comitê Invisível afirma que, por mais localizada que seja, toda insurreição emite sinais para além de si própria. Ela contém de imediato algo de mundial.

Antônio Negri e Michael Hardt endossam, em seu *Isso não é um Manifesto* o encadeamento e inter-relação desses eventos. Usando a metáfora de uma maratona, os autores defendem que antes de chegar aos Estados Unidos, no Occupy Wall Street, em setembro de 2011 – ou no Brasil, em junho de 2013 – houve uma longa troca do bastão da luta, que passou nas mãos de manifestantes de diversos países ao redor do mundo. Muitos que não integraram as lutas têm dificuldade em ver as conexões nessa lista de acontecimentos. Ainda que cada uma dessas lutas seja singular e orientada por condições específicas Hardt e Negri (2014) observam que todas dialogam entre si. Conseguem manter coesas as suas

batalhas em uma luta global comum, se autorreferenciam e se autoalimentam. “Os ocupantes de Wall Street tiveram todas as lutas anteriores em vista, convertendo, por exemplo, a luta contra os tiranos numa luta contra a tirania das finanças” (HARDT; NEGRI, 2014, p.12).

2.2 CARACTERIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS INSURGENTES

O que une esses protestos dentro de um mesmo movimento mundial, além de uma temporalidade específica e pautas comuns que perpassam questões locais e globais é também uma mesma forma de ação: ocupações de ruas e praças uso de redes de comunicação virtual e articulações políticas que recusavam o espaço institucional tradicional. Ou nas palavras de Harvey³:

Ocupar um espaço público central, como um parque ou uma praça, perto dos quais se concentram muitas das alavancas do poder e, ao colocar corpos humanos nesse lugar, transformar o espaço público em comuns políticos – um lugar para debates e discussões abertas sobre o que esse poder está fazendo e qual seria melhor maneira de se opor a ele. (HARVEY, 2012, p. 60).

Esse formato sobre o qual se debruça Harvey no trecho acima se alastrou por todo o mundo desde a Praça Tahrir, no Cairo, no epicentro da Primavera Árabe⁴. Indica como o poder coletivo de corpos no espaço público continua sendo o instrumento mais efetivo de oposição quando o acesso a todos os outros meios está bloqueado. É sobre esse elemento crucial da presença física que ele escreve: “A Praça Tahrir mostrou ao mundo uma verdade óbvia: são os corpos nas ruas e praças, não o balbúcio e sentimentos no Twitter ou Facebook, que realmente importam.” (HARVEY, 2012, p. 61).

Outra vez Hardt e Negri (2014) nos auxiliam propondo as inter-relações entre os diversos movimentos e suas características partilhadas. A mais óbvia delas, em concordância com Harvey, é a estratégia de acampamento, ou ocupação (há

³ Aqui se faz necessário frisar uma observação: ainda que o Occupy Wall Street seja mais um dos movimentos de ocupação espalhados no mundo, percebe-se que as narrativas ao seu respeito ganham maior destaque. Por se tratar de um centro do capitalismo global, as reverberações de Wall Street afetaram o mundo. Por se tratar de um centro de produção de conhecimento, os autores consagrados partem de lá para tecer suas reflexões sobre o mundo.

⁴ Definição simples de primavera árabe.

uma década, os movimentos alterglobalização, por exemplo, eram nômades, já o ciclo de lutas iniciado em 2011, é sedentário). Os autores reconhecem uma forma de autonomia nesse gesto. Em vez de perambular de acordo com o calendário da reunião de cúpula, esses movimentos permanecem em um lugar e, portanto, deslocam a centralidade das decisões. A imobilidade também é demonstradora do enraizamento com as questões sociais locais.

Outro elemento característico, também elencado pela dupla Hardt e Negri é uma organização em formato de multidão. Ao mesmo tempo espontâneo e estratégico, a multidão confundiu a mídia e qualquer outra instituição que tentasse ler a onda de revolta a partir do paradigma da personificação ou busca por lideranças. Em todos os lugares - seja na Primavera Árabe, no Norte africano, seja nos Indignados Europeus, seja nas ocupações dos Estados Unidos ou Brasil – os movimentos desenvolveram mecanismos horizontais de organização. “Se espalharam como enxame [...] e o mais importante, criaram práticas democráticas de tomada de decisão para que todos os integrantes pudessem liderar juntos”. (Hardt e Negri, 2014). Uma terceira característica que os movimentos exibem, embora de maneiras distintas, é o que Hardt e Negri concebem como uma luta pelo comum. O drama social e econômico amplamente compartilhado. “São lutas pelo comum, no sentido que contestam as injustiças do liberalismo e, em última análise, as regras da propriedade privada” (HARDT; NEGRI, 2014). Ao lado da comunalidade em *Isso não é um manifesto* também ganha destaque um novo significado para a liberdade e para diversos arranjos políticos fundamentais que “excedem em alto grau os limites das atuais constituições republicanas” (HARDT; NEGRI, 2014).

Para Alves (2012), “os novos movimentos sociais são reverberações radicais do capitalismo financeiro senil”. É ele que, em seu artigo *Ocupar Wall Street...e depois?* Nos ajuda a definir outras características gerais desses movimentos de ocupação – sabendo que mais para frente, utilizaremos uma conceituação mais específica para o contexto nacional elaborada pela pesquisadora Maria da Gloria Gohn. O cientista social salienta uma complexa diversidade social, exprimindo a universalização da condição de proletariado (os 99%). Jovens, empregados precários, trabalhadores, desempregados e estudantes de graduação subjugados pelo endividamento e inseguros quanto ao seu futuro. Também se incluem sindicalistas, pobres, profissionais liberais, anarquistas, hippies, juventude

desencantada, trabalhadores organizados, etc. A diversidade social é acompanhada por uma diversidade de pautas e de estratégias.

Há o fervor em reconquistar de maneira coletiva e pacífica territórios urbanos, praças e largos, verdadeiros espaços públicos marginalizados pela lógica neoliberal privatista que privilegiou não os espaços de manifestação social, mas espaços de consumo e fruição intimista. (ALVES, 2012, p. 35-36).

O uso das mídias sociais é próprio de um momento em que a rede virtual é ferramenta de comunicação. O Facebook e o Twitter ampliam e agilizam as mobilizações e produzem sinergias sociais em rede. Além destas, existem outras inovações criativas na visibilização e disseminação dos propósitos de contestação social, como por exemplo, o uso do microfone humano, ou jogral. Se por um lado concordamos que as redes sociais são uma ferramenta característica destes movimentos de ocupação, salientamos que concordamos com Harvey quando elenca a crucialidade da presença do corpo na rua.

A crítica ao capitalismo atravessa os ocupes de todo mundo, em especial apontando para os efeitos da desigualdade. Os novíssimos movimentos sociais⁵, a princípio, não incorporam utopias grandiosas de emancipação social que exijam clareza político-ideológica. Pelo contrário, eles expressam, em sua diversidade e amplitude de expectativas políticas, uma variedade de consciência social crítica capaz de dizer “não” e mover-se contra o *status quo*, “com seus sonhos e pequenas utopias pessoais capazes de dar um sentido à vida por meio da ressignificação do cotidiano como espaço de reivindicação coletiva de direitos usurpados” (idem).

A democracia, por sua vez, surge como conceito central. Se na Primavera Árabe ela se faz contraposição às ditaduras, nos Estados já “democráticos”⁶, os revoltados apontam para um anseio de democratização radical.

Talvez os manifestantes tenham entendido que a democracia parlamentar é incapaz de impor limites e resistir aos limites do sistema financeiro. Ela é incapaz de defender as populações quando os agentes financeiros começam a operar, de modo cínico, claro, a partir dos princípios do capitalismo de espoliação dos recursos públicos. (SAFATLE, 2012, p. 48).

⁵ Expressão cunhada por Maria da Gloria Gohn, que aparecerá destrinchada mais à frente.

⁶ Aspeamos porque é justamente o conceito de democracia que se encontra em disputa. Democrático aqui quer dizer apenas países onde há eleições.

Os políticos se negaram a aceitar que a crise de 2008 tinha a ver com as políticas neoliberais que vinham perseguindo desde a década de 1980. Presumiram que poderiam seguir como se nada tivesse acontecido, mas os movimentos desafiaram tal suposição.

2.3 DAS MOTIVAÇÕES

Se por um lado, as questões macropolíticas e macroeconômicas aparecem em praticamente todas as explicações da gênese dos movimentos de 2011, por outro, as reverberações nos sujeitos também perpassam grande parte das reflexões sobre o tema, o que nos aponta para alguns conceitos recorrentes. Potência, comum, contágio e presença são termos que insistem em aparecer. As ocupações, por certo ângulo, portanto, são colocadas como lugares de encontro, transformadores e criadores de novas possibilidades. Elas se tornam, portanto, o objeto a ser estudado por si.

“Atacar este mundo, mas construir novos mundos” parece ser uma síntese de como o livro *Crise e Insurreição* olha para esse movimento de insurgência global. Um grupo de pessoas disposto a, ao mesmo tempo, apontar as falhas e sonhar outros possíveis. Encontrar as fissuras e fraturá-las ainda mais ao ponto apresentar suas insustentabilidades. Escrito em 2016 por um conjunto de autores de identidade anônima, que assinam sob o pseudônimo coletivo de “Comitê Invisível” o livro mescla os lugares de sujeito-analisador e objeto-analisado, chegando muito próximo, em alguns momentos de uma autoanálise (ou endoanálise, o movimento olhando para dentro dele mesmo), em que se assume o lugar de pertencimento e pluralidade, o “nós”. Não por acaso, a publicação recebe como subtítulo um endereçamento: “aos nossos amigos”. As respostas apostam o comitê, surgem da experiência, olhando para ela/a partir dela, o que acaba por inspirar e encorajar o meu próprio processo analítico dessa dissertação. “É no fundo de cada situação e no fundo de cada um que é preciso procurar a época”, afirmam, nos direcionando para uma metodologia sofisticada, onde os sujeitos e suas experiências estão imbuídos de seu tempo. “As insurreições finalmente chegaram!” comemoram os membros do Comitê Invisível em tom de acerto de previsão feita em 2007, no folheto

“A insurreição que vem”⁷, também assinado coletiva e anonimamente. “Alguns dentre nós morreram, outros conheceram a prisão. Persistimos. Não renunciamos nem a construir mundos nem a atacar este” (COMITÊ INVISÍVEL, 2016).

Ainda que elenquem a crise econômica de 2008 como marco deflagrador de uma onda insurrecional que explode em 2011, o Comitê Invisível o faz na medida em que considera a economia como determinante na experiência do sujeito no mundo. A desintegração deste mundo, a que se referem, indica uma soma das catástrofes econômicas, naturais e políticas, mas, sobretudo, para a desintegração de vidas vividas de maneira insatisfatória e miseráveis, mas que, a partir da insatisfação, se dirige à construção de outra possibilidade. Logo, o que está em jogo nas insurreições contemporâneas é a investigação de uma forma desejável de viver. Na mesma linha argumentativa, Hardt e Negri (2014) caracterizam a resistência, ou a vontade de resistir em tempos de crise, como uma vontade que nasce positivamente do impulso de afirmar a plenitude e não uma carência. O anseio de luta, portanto, diferentemente do que se pode pensar não está focada na carência – como se para agir a pessoa tivesse que está focada naquilo que está faltando. Ao contrário, está assentada no desejo de vivenciar o que se busca; não é buscar o que foi perdido, mas de modo importante, afirmar e desenvolver o desejado, o melhor e mais belo.

O que é necessário opor aos planos de austeridade decorrentes dos discursos de saneamento da crise econômica é outra ideia de vida, que consista, por exemplo, em partilhar em vez de economizar, em conversar em vez de calar, em lutar em vez de sofrer, em celebrar as vitórias em vez de invalidá-las, em se aproximar em vez de manter distância (COMITÊ INVISÍVEL, 2016). “Crise e insurreição” é, portanto um diagnóstico (e uma cartilha de ações para combater o que se encontra enquanto problema) de uma engrenagem elaborada a partir de ausências, que justifica um sentimento, que eu chamarei de uma “globalização do descontentamento”. Um regime de semi-presença instaurado a partir de, entre outras coisas, um sentimento de medo coletivo. Negri e Hardt (2014) seguem um caminho metodológico semelhante ao Comitê Invisível de diagnosticar para em seguida traçar possíveis – numa literatura implicada na elaboração de propostas. A

⁷ “A insurreição que vem”, foi publicado pela primeira vez na França, em 2007, sob a autoria do Comitê Invisível. No folheto de grande repercussão descrevem a hipótese de um “colapso iminente da cultura capitalista”. “Crise e Insurreição”, publicado em 2016 se apresenta como um desdobramento da narrativa de 2007. São reflexões narradas a partir deste colapso previsto em quase uma década antes.

dupla, na medida em que reconhece o triunfo do neoliberalismo, elenca mudanças sociais que somam, além dos efeitos na vida econômica e política, uma transformação antropológica, onde estariam arraigados os principais eixos de insatisfação dos manifestantes desta década (HARDT; NEGRI, 2014). Baseado nessa configuração apresentam quatro arquétipos do sujeito contemporâneo afetados pelos efeitos do cenário atual do capitalismo e das estruturas de dominação (arquétipos esses que se interpenetram e se somam em medidas diferentes nos sujeitos) e que compõem ao mesmo tempo as bases dos descontentamentos atuais e as chaves para acessar/pensar os diferentes modos de vida possíveis e desejáveis. As ocupações, como lugares de experimentação, apresentam-se, portanto, como lugares em que algumas dessas ideias amadurecem, são endossadas, desdobram e, mesmo são colocadas em prática.

A hegemonia das finanças e dos bancos produziu o cidadão *endividado*. Uma forma de dominação focada na dívida, surgida pelo estímulo do consumo que excede a capacidade de pagamento. Dever significa estar atrelado a uma servidão. Os 99% dominados, a que se referem os militantes do Occupy Wall Street (e Wall Street serve como símbolo da sociedade endividada global), seriam justamente os que devem ao 1% constituído pelas elites do capitalismo financeiro. Pagar a dívida é um mecanismo de controle que dita os ritmos e escolhas de trabalho, mesmo que precarizado e mal pago. “Você sobrevive se endividando e vive sob o peso da responsabilidade e culpa em relação à dívida. [...] O efeito da dívida, como o da ética do trabalho, é forçá-lo a trabalhar arduamente e sem reflexão” (HARDT; NEGRI, 2014).

O controle das informações e das redes de comunicação criou o *mediatizado*. Esta figura coloca como central o poder da imprensa sobre os sujeitos e se sufocam pelo excesso de informação. As redes de comunicação e as mídias sociais que dão a impressão de liberdade são o fator principal das divisões cada vez mais indistintas entre trabalho e vida. Os acampamentos e as ocupações de 2011, segundo os autores, redescobriram uma verdade da comunicação interpessoal atravessada por trocas reais. O Facebook, o Twitter, a internet e outros tipos de mecanismo de comunicação são úteis, mas nada consegue substituir o estar juntos e a comunicação corpórea, que é à base da inteligência e da ação política coletiva. Em todas as ocupações os manifestantes se defrontaram com a potência de criar

novos afetos políticos por meio do ato de estar juntos. E não por acaso, as relações com a imprensa hegemônica – empresas de comunicação - era sempre tensiva.

O regime de segurança e o estado generalizado de exceção construíram a figura oprimida pelo medo e sequiosa de proteção: o *securitizado*. Hardt e Negri (2014) se empenham neste tópico em evidenciar as mais diversas formas em que nossas informações compõem dados espalhados e controlados: nossa identidade, nossas digitais, nossas malas, nossas buscas no Google, nossas compras, nossas ligações... Mesmo um passeio na rua está controlado por câmeras. Aceitamos estar numa sociedade prisional porque fora dela parece mais perigoso. O securitizado é também agente no estado de vigília, sendo, ao mesmo tempo guarda e vigiado. No regime de segurança, o medo é um significante vazio no qual todos os tipos de fantasmas amedrontadores podem aparecer. Todos os tipos de injustiças podem ser justificadas pelas aparições fantasmagóricas de um medo generalizado. As estratégias de sufocamento dos protestos passaram por uma via dupla do medo. Se por um lado, estiveram presentes as ameaças policiais, por outro, a conformação de um medo coletivo contra “vândalos”, “arruaceiros”, “blackblocs” constituiu uma das táticas mais contundentes de capturar a opinião pública.

A corrupção da democracia forjou uma figura despolitizada: o *representado*. O modelo representativo é apresentado enquanto um obstáculo da efetivação da democracia. Não é apenas uma crítica ao mal-funcionamento (corrupção, lobbies, campanhas caras), mas também ao mecanismo intrínseco à representação (já que representar significa tornar presente uma ausência) que separa a população do poder e os comandados daqueles que comandam. O representado, para Negri e Hardt é aquele que mesmo que reconheça o colapso das estruturas de representação, não enxerga alternativas, sendo empurrado de volta para o medo. Nesse ponto, relaciona-se o fato de a maioria dos movimentos de 2011 rejeitarem figuras representativas, o que repercute tanto na negação da política institucionalizada quanto na criação de movimentos sem líderes/representantes. “Essas figuras subjetivas constituem o terreno social sobre o qual – e contra o qual – os movimentos de resistência e rebelião devem agir”. (HARDT; NEGRI, 2014).

2.4 O DESCONTENTAMENTO GLOBALIZADO

A vida que nos é dada não merece ser vivida (COMITÊ INVISÍVEL, 2016). A repugnância pela vida que somos forçados a viver – repugnância pela forma de vida miserável do indivíduo metropolitano. Ignorância de si, portanto medo de si, portando medo do outro. O esgotamento dos recursos naturais está muito menos avançado do que o esgotamento dos recursos subjetivos e vitais que atingem nossos contemporâneos - segundo defendem os membros do comitê. Se nos satisfazemos tanto ao detalhar a devastação do ambiente, é também para cobrir a ruína das interioridades. Cada uma dessas catástrofes “é um reflexo de nossa ausência no mundo, de nossa impotência íntima para habitá-lo” (idem). Aqui destacamos, por assim dizer, uma sincronicidade do mundo no corpo, ou uma relação de reverberação espelhada de corpo e mundo. Quando o mundo é tocado, somos nós mesmo que somos atacados. O que nós habitamos nos habita. A leitura de Crise e Insurreição acaba por nos fazer concluir que lutar pela transformação do mundo, é lutar por nós mesmo. É investigar possíveis e reafirmar a existência da transformação.

É dessa forma que as insurreições se prolongam, molecularmente, imperceptivelmente na vida dos bairros, dos coletivos, das ocupações, dos centros sociais, dos seres singulares, no Brasil como na Espanha, no Chile como na Grécia. Não porque elas colocam um programa político em marcha, mas porque elas põem devires-revolucionários em ação. Porque aquilo que se viveu brilha de tal forma que aqueles que o experienciaram se tornam fiéis, não querem se separar disso; pelo contrário, querem de fato construir o que agora faz falta à sua vida de antes. (COMITÊ INVISÍVEL, 2016, p. 53).

O que ali se constrói não é nem a “sociedade nova” em seu estado embrionário nem a organização que finalmente derrubará o poder para constituir um novo. É antes a potência coletiva que, por via da sua consistência e da sua inteligência, condena o poder à impotência, frustrando, uma a uma, todas as suas manobras. Há nas insurreições contemporâneas, algo que os desconcerta de modo particular: elas não partem mais de ideologias políticas, mas de *verdades éticas* (COMITÊ INVISÍVEL, 2016; GOHN, 2014). A importância do tema da corrupção reinante em praticamente todas as revoltas contemporâneas é o atestado disso.

O problema de algumas análises, segundo aponta o comitê, é que não estão dispostas a considerar que as relações micropolíticas que se estabelecem nas ocupações – assim como as que se tecem em relações de vizinhança, de amizade, de camaradagem, de família, que se forjam na vida cotidiana – são organizações do mesmo nível que o sindicato, o partido ou mesmo o Estado. Na cultura ocidental, as relações criadas por contrato, codificadas através de acordos formais, são valorizadas de uma maneira hierarquicamente superior às lealdades tecidas por laços afetivos. O comitê acrescenta ainda que devemos conceder aos detalhes mais cotidianos, mais ínfimos de nossa vida comum, a mesma atenção que concedemos à revolução. Pois “a insurreição é o deslocamento num terreno ofensivo dessa organização que é inseparável da vida comum”. Os espaços de ocupação são espaços de encontros. As ações, discussões, divisão de grupos de trabalho, as festas, são a retomada de uma vida em comum e as assembleias, são lugares de atualização do nível de partilha existente. Ao mesmo tempo em que se está discutindo a transformação do mundo, ela própria está sendo vivenciada, em ato e em desejo.

Voltando às características que se repetem nas ocupações, a partir de Crise e Insurreição podemos citar o acampamento, com dormida nos espaços em disputa, ou representativos da luta, os bloqueios (trancamentos de vias, interrupção de obras e do funcionamento de instituições), a sabotagem à produção e o motim. Além da autodefesa, que inclui, por exemplo, a utilização máscaras que garantem o anonimato e o uso do vinagre na proteção contra os gases lançados pela polícia, outra característica que marca a política interna das ocupações é a descentralização do poder, ou especificamente, a ausência de um líder. Ser uma organização popular “sem hierarquia”, “horizontal”, “orgânica” e “difusa”, talvez seja o fator mais desconcertante para a polícia, para o Estado, para o Governo e possivelmente seja também a característica que ganha maior destaque na maioria das descrições dos autores e autoras que escrevem sobre o assunto. “Não há nenhuma cabeça a cortar para que esta coisa pare. É como um vírus que se transmuta permanentemente para preservar sua existência” (Comitê Invisível). É próprio das ocupações, também, gerar movimento e transformação dentro de certa rotina urbana e gerar debates e pautas que extrapolam o território dos acampados e chega ao cotidiano da cidade. São tensões escancaradas em praças públicas: “Nunca o Cairo foi tão vivo como durante a primeira (ocupação da) Praça Tahrir” (Idem). Por último, e de natureza

ainda menos concreta, os invisíveis destacam um sentimento difundido na rua no decurso das últimas insurreições: “a iniciação à alegria, que vale por qualquer educação política”.

Aqueles que desceram à rua em Taksim, no Occupy Gezi, na Turquia entre maio e agosto de 2013, para impedir que fossem arrancadas seiscentas árvores, acabaram por encontrar lá naquele território outras razões pelo que lutar. A se converteu na luta pela própria ocupação – ou, mais especificamente o que ela passou a representar a partir de então – enquanto expressão de um poder popular reencontrado, das trocas diretas e da construção corpo a corpo, após dez anos de castração política e de desmembramento preventivo de tudo o que se assemelhasse a uma organização coletiva (COMITÉ INVISÍVEL, 2016). Ainda que não tenhamos nos aproximado, por ora, do nosso objeto, o Ocupe Estelita, é possível sinalizar, de antemão, que esta parece ser uma das chaves de análise relevante. A ocupação revela e cria situações pelas quais vale a pena lutar que extrapolam os motivos aparentemente pontuais (ou como afirmam Hardt e Negri [2012], todas essas manifestações carregam em comum uma causa aparente e outras tantas ocultas ao menos atentos). As possibilidades da construção coletiva e da vazão de desejos de criação do novo que se funda no encontro, parecem estar no centro de um “invisível” que se retroalimenta através da própria experiência.

O que surge da comuna na ocupação da praça Tahrir, da Puerta del Sol, em certas ocupações norte-americanas [...] é a descoberta de que podemos nos organizar em tantos planos que ninguém pode totalizá-los. Aquilo que nos subiu à cabeça foi isto: o sentimento de participar, de produzir a experiência de um poder comum, sem assinatura e passageiramente invulnerável. Invulnerável porque a alegria que emanava de cada momento, de cada gesto, de cada encontro *jamaís* poderá ser retirada de nós” [...] é uma força sem nome. (COMITÉ INVISÍVEL, 2016, p. 259-260).

Atentemos, pois, para o “sem nome” a que se refere o Comitê Invisível. O inominável, próprio daquilo que é de tal maneira complexo, que se torna intraduzível. Eis o desafio de qualquer pesquisador que se propõe a adentrar a complexidade da experiência. Não temos o costume de nos preocupar com a potência em si. “Sentimos que ela existe, percebemos suas flutuações, mas a tratamos com a

mesma desenvoltura que reservamos a tudo o que se mostra existencial”. (COMITÊ INVISÍVEL, 2016, p.189) Toda vida comum, esconde formas de ser, de falar, de produzir, de amar, de lutar, hábitos, linguagem. Adiante, quando nos depararmos com as narrativas dos nossos entrevistados, faremos o esforço de buscar as nuances desta força. Entendemos desde aqui que ela se encontra num certo entre lugar do descontentamento e da potência.

Ainda inspirados nas reflexões do Crise e Insurreição, nos deparamos com o termo *comuna*, usado para se referir ao evento das ocupações, que tem, como eles próprios definem, como consequência própria, aquela de encontrar mais do que se leva ou do que se procura. “Encontra-se com surpresa sua própria força, uma resistência e uma inventividade que se desconhecia, e a felicidade que se há em habitar estratégica e cotidianamente uma situação de exceção” (COMITÊ INVISÍVEL, 2016, p. 261). Nesse sentido, a *comuna* seria a organização da fecundidade que faz nascer sempre mais do que reivindica. Por outro lado, é a lembrança dos dias de ocupação que tornam o cotidiano da metrópole ainda mais intolerável. Voltaremos a este termo, mais à frente, posto que ele nos ajudará na nossa análise.

2.5 AS CIDADES REBELDES

*A urbanização capitalista tende perpetuamente a destruir a cidade
como um comum social, político e habitável.
(HARVEY, 2014, p.156)*

*A onda atual de movimentos liderados por jovens de todo o mundo [...] sugere
que há algo político no ar das cidades lutando para se expressar.
(HARVEY, 2014, p. 211)*

Dentro do cenário que compõe a narrativa das insurreições de 2011⁸ em diante, por certo, um elemento crucial foi e é o debate ao redor do direito à cidade. Cunhado por Henri Lefebvre na década de 1960, às vésperas do emblemático ano de 1968. O conceito reaparece no cenário das ocupações a partir de uma

⁸ O debate sobre o direito a cidade é muito anterior ao ano de 2011, mas estamos considerando aqui uma maneira específica de inserção desse tema a partir do contexto descrito acima.

reinterpretação do geógrafo britânico David Harvey. Ainda que reconheça que o *direito à cidade* seja um significante vazio⁹, o sentido que Harvey confere em sua releitura, em especial no seu livro *Cidades Rebeldes* – mas em uma série de artigos que publicou ao longo da última década, incluindo o inserido na coletânea *Occupy* (HARVEY et al., 2012) – parte do díptico queixa-exigência constatado por Lefebvre. Por um lado, a resposta à dor existencial de uma crise devastadora da vida cotidiana na cidade, (o que parece o reconhecimento do problema localizado na urbe), por outro, a exigência de uma vida alternativa que seja menos alienada, mais significativa e divertida. O que Harvey parece acrescentar com autoconsciência (e por isso do nosso interesse na sua contribuição) é um interesse pelo papel desempenhado pela sensibilidade que surge das ruas que o/nos cercam; pelos inevitáveis sentimentos que permeiam a cidade nas suas transformações. A seta do britânico nos aponta para o presente. Sem desconsiderar o legado intelectual de onde ele mesmo parte – do conhecimento acumulado nas universidades –, Harvey é contundente ao afirmar que a explicação está nos movimentos sociais urbanos.

A leitura de Harvey, nos leva a uma cidade construída a partir do sistema capitalista, o que significa dizer, um espaço urbano pensando a partir da lógica da acumulação desenfreada de capital, capaz de financiar a expansão desordenada do crescimento urbano, a despeito das piores consequências sociais, ambientais ou políticas. A tarefa que caberia àqueles e aquelas comprometidos e comprometidas com a transformação constitui, portanto, imaginar e reconstruir um tipo totalmente novo de cidade, a partir deste repulsivo caos em que estamos imersos (o da ordem capitalista global). Arelado a um vigoroso movimento anticapitalista, o objetivo central é a transformação da vida urbana do nosso cotidiano. (HARVEY, 2012). Reivindicar o direito à cidade seria, para Harvey, portanto, uma etapa intermediária na estrada que conduz a esse objetivo. Esse seria o caminho a seguir.

Harvey adere à definição de heterotopia – a de Lefebvre, influenciado e influenciando os movimentos situacionista da década de 1960, não a de Foucault – para aproximar-se das *cidades rebeldes*, elas mesmas, as que insurgem-se. Sob esse olhar, heterotopia delinea espaços sociais onde “algo diferente” é não apenas possível, mas fundamental para a definição de trajetórias revolucionárias. Esse “algo diferente” não decorre necessariamente de um projeto consciente, mas

⁹ “Os financistas e empreiteiros podem reivindicá-lo, mas o sem teto também o podem. A própria definição de direito é objeto de luta.” (Harvey, 2012, p. 20).

simplesmente daquilo que as pessoas fazem, sentem, percebem e terminam por articular na medida em que procuram significado para a vida cotidiana. Essas práticas criam espaços heterotópicos por toda parte. Não é necessário, assim, esperar a grande revolução para que esses espaços venham a se concretizar. O que decorre dessa premissa é uma noção de revolução a partir de confluências espontâneas e do entendimento das possibilidades da ação coletiva para criar algo radicalmente novo (HARVEY, 2014).

As ocupações que irromperam ao redor do mundo a partir de 2011, decorrem da confluência heterotópica magnetizada das cidades. “De que maneira e em que outros lugares podemos reunir para articular nossas queixas e exigências coletivas?” (HARVEY, 2014, p. 23), pergunta-se, exemplificando porque a urbanidade tem centralidade na sua tese.

Se a cidade representa das principais criações da humanidade, é também o mundo em que o humano se condena a viver. Assim segue-se que, mesmo sem a consciência definida de sua tarefa, as pessoas ao criarem a cidade estão criando a si mesmas. A questão do tipo de cidade que queremos, em termos lógicos, não pode estar separada, logo, do tipo de pessoas que queremos ser, que tipo de relações sociais buscamos, que estilo de vida desejamos levar e quais são nossos valores éticos. “O direito à cidade é, portanto, muito mais do que o direito ao acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade de acordo com os nossos mais profundos desejos” (HARVEY, 2014, p. 28). Harvey ainda acrescenta que, por isso mesmo, esse direito é mais coletivo que individual – reinventar uma cidade depende do exercício de um poder coletivo – e um dos nossos direitos humanos mais preciosos – o de refazer a nós mesmos e a nossas cidades.

Reivindicar o direito à cidade no sentido em que propõe o geógrafo equivale, portanto, a reclamar para nós e reconfiguração do nosso mundo. Como existe hoje, o direito de construir o espaço urbano encontra-se apropriado nas mãos de uma pequena elite política e econômica com condições de moldar a cidade cada vez mais segundo suas necessidades particulares. Sob a lógica neoliberal e a política urbana vigente é aceito que uma cidade pode crescer (em termos de acúmulo de capital) ainda que sua população esteja em situação miserável.

A cidade é um espaço de convergência de pessoas. É nela onde se agrupam aqueles que são, ao mesmo tempo, construtoras e construídas (em medidas

singulares) pelo ambiente urbano. A discussão que decorre dessa vocação da cidade para ser um espaço comum, contudo, é complexa. Não é o fato de coexistir no espaço que fará dele *comunal*. Há uma distinção importante a ser feita, pois, entre espaços públicos e comuns. Enquanto público sempre esteve ligado ao Estado e à administração pública, o comum está diretamente ligado à apropriação coletiva e o benefício mútuo. O destaque a essa discussão decorre das duas arestas da discussão de Harvey – queixa e exigência: a vida comum é ao mesmo tempo aquilo que falta/ausente nas metrópoles – e portanto está na raiz dos problemas que tangem o direito à cidade – e aquilo que está por trás das exigências e criação dos movimentos coletivos urbanos contemporâneos, com destaque para as ocupações.

Vejamos os exemplos usados por Harvey – as praças Syntagma, em Atenas, Tahrir, no Cairo e Catalunha, em Barcelona, símbolos das insurgências pós crise mundial do capitalismo de 2008: as três foram ocupadas por milhares de manifestantes dos novíssimos movimentos sociais e foi para elas que convergiram uma pluralidade de pautas e de reivindicações éticas, políticas e ideológicas, nas imediações do ano de 2011. A consequência da ocupação é, segundo Harvey, a transformação de um espaço público em um espaço comum, entendendo comum não apenas como um espaço físico de acesso público, mas como local de criação de relações sociais de troca. Daqui decorre que “a rua é um espaço público que histórica e frequentemente se converte pela ação social em um comum do movimento revolucionário” (HARVEY, 2014, p. 144) e que “a urbanização capitalista tende perpetuamente a destruir a cidade como um comum social, político e habitável”. (HARVEY, 2014, p. 156)

Ainda segundo Harvey, é durante a crise global e seu decorrente plano de austeridade em que se diminui a qualidade dos *comuns* – diminuição das ofertas de bens e serviços públicos e ambientais, apropriação privada dos bens comuns – sob a argumentação de uma precondição necessária à retomada do crescimento. Sob o discurso de crise e planos de austeridade, vemos a Índia, por exemplo, quase triplicar o número de pessoas bilionárias ao mesmo tempo em que dobra o número de favelados. Os impactos urbanos se apresentam na forma de desigualdade: condomínios fechados e luxuosos que surgem em meio à miséria. É debruçado sobre este modelo insustentável de cidade que o autor vai apontar para práticas predatórias em diversos aspectos, utilizando a expressão francesa *après moi le déluge* (depois de mim, o dilúvio) – a lógica de acumulação e especulação financeira

desenfreada que se apresenta numa maneira inconsequente de pensar os espaços urbanos. Ao passo que nomeia o mecanismo destrutivo, apresenta a “socialização da produção excedente” e o “estabelecimento de um novo comum” como caminho de reversão dos danos e possibilidade de um novo modelo de construção urbana.

É nesse contexto que a retomada de uma retórica e de uma teoria dos comuns adquire importância ainda maior. Se os bens públicos oferecidos pelo Estado diminuem ou se transformam em mero instrumento para a acumulação privada e se o Estado deixa de oferecê-los, então a resposta possível é a auto-organização das populações para criarem seus próprios comuns. O reaparecimento dos comuns como questão política deve ser totalmente integrado à luta anticapitalista de uma maneira muito específica, diz Harvey (2014) ao destacar a histórica proteção neoliberal aos direitos da propriedade privada e as consequências catastróficas representadas em mundo extremamente desigual.

A onda de movimentos insurgentes da última década sugere que há algo político no ar das cidades lutando para se expressar. A soma dessa movimentação revela um desejo de reconfiguração da cidade de modo que ela passe “a apresentar uma imagem social diferente daquela que lhe foi dada pelos poderes empreiteiros apoiados pelas finanças, pelo capital empresarial e por um aparato estatal que só parece conceber o mundo em termos de negócios e empreendimentos” (HARVEY, 2014, p. 49). É evidente que o urbano funciona como espaço importante de ação e revolta política, a despeito das iniciativas dos poderes públicos e econômicos de manter a população sob controle. Da mesma forma, é também evidente que estamos numa fase particular de organização dos movimentos sociais.

Partindo do Occupy Wall Street, um dos marcos desta nova face da resistência urbana e seu principal objeto de análise, o geógrafo indica que há uma característica específica de confronto ao poder econômico-financeiro. O objetivo desse movimento nos Estados Unidos, que acabou por influenciar uma série de outro ao redor do mundo, é o de recuperar as ruas e o país das mãos dos bancos e das grandes empresas: “Uma vez que todos os outros canais de expressão estão fechados pelo poder do dinheiro, não temos outra opção a não ser ocupar os parques, as praças e ruas de nossas cidades até que nossas opiniões sejam ouvidas e nossas necessidades atendidas”, diz o trecho escrito pelo próprio movimento em suas redes sociais. Diante do caso de ocupação norte-americana, o geógrafo conclui que essas manifestações de rua acabam por ser a luta pelo direito

coletivo de decidir como esse sistema, que fracassou em prover qualidade de vida para uma maioria da população mundial, será reconstruído.

2.6 REVISÃO DE MARIA DA GLÓRIA GOHN

A autora brasileira, estudiosa dos Movimentos Sociais, tem dedicado atenção especial às manifestações do Brasil e do Mundo pós 2008, e produzido contribuições importantes para as reflexões acerca do tema. Aqui destacamos seus três livros mais recentes: *Sociologia dos Movimentos Sociais* (2013); *Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e Praças dos Indignados no mundo* (2014) e *Manifestações e Protestos no Brasil: Correntes e contracorrentes* (2017). A partir dessa trilogia, apreendemos alguns elementos importantes para a estruturação deste trabalho que vão desde uma visão mais territorializada no Brasil, quanto a uma conceituação historicizada dos Movimentos Sociais. É partir dela que nos aproximaremos das manifestações de junho de 2013, assim como da definição de “novíssimo” que ela alinha para se referir a características específicas do associativismo contemporâneo.

Ao delinear características básicas do cenário sócio-político, econômico e cultural, passando por marcos históricos noticiados ou comentados Gohn (2013) obtém um retrato do contexto presente e realiza as análises. No seu percurso metodológico, também inspira por combinar as análises estruturais, dadas pela conjuntura, com aspectos culturais decorrentes da ação dos sujeitos em cena e de suas subjetividades e pertencimentos. Segundo ela, o intelectual/pesquisador deve dedicar atenção especial aos saberes produzidos pelos próprios movimentos, pelos ativistas, no coletivo e atentar também para as linguagens e gramáticas que eles utilizam e constroem (GOHN, 2013). Trata-se, portanto, de decodificar saberes não construídos e consolidados, mas saberes em se fazendo, em construção. Isso implica captar aspectos da subjetividade presente na cultura política dos ativistas e relacioná-los com aspectos dados pela realidade objetiva, racional, dada pelos problemas da conjuntura econômica e as tensões políticas. Confrontam-se distintas lógicas dadas por valores, tradições, pertencimentos, etc. com formas objetivas de condições de vida, dadas pela conjuntura em questão. Subjetividade e racionalidade são parte da ação coletiva dos ativistas/militantes. Estas, segundo Gohn (2013) têm

que estar presentes nas análises do pesquisador que tensiona ir além do registro para a memória. Ainda segundo a autora, devemos observar sempre que as redes criam formas de conexões horizontais que redefinem a própria política (GOHN, 2013).

A autora traça relações entre os modelos de associativismo civil dos jovens no mundo contemporâneo com as rebeliões dos anos 1960 – em especial a de maio de 1968 – assim como com as ações coletivas da década de 1980/1990. Ela encontra na emergência de novos tipos de ativismo uma mudança geopolítica das lutas ligadas a novas questões sociais que varrem a Europa e consequentemente novas cartografias da resistência e de fazer política. Marchas e ocupações tornam-se o modelo básico de protestos com especial participação das tecnologias. Em termos de uma sociologia dos movimentos sociais, Gohn (2013) reitera que os atuais movimentos estão operando uma renovação nas lutas sociais da magnitude que os “novos” movimentos sociais operaram nas décadas de 1960, 1970 e a partir de 1980. “Eles estão reformulando a pauta das demandas e repolitizando-as de forma nova, na maioria das vezes independentemente das estruturas partidárias” (GOHN, 2013, p.113).

As diferenças que ela elenca passam pelos campos temáticos tratados, repertórios, formas de comunicação, identidades criadas e pelas formas como veem e se relacionam com os partidos e organizações políticas. Ao passo que frisa as diferenças, também ressalta semelhanças, em especial no que tange uma influência ligado aos pensamentos anarquistas e anarcossocialistas e autonomistas e uma revolta cultural que mistura o desejo de reformar as instituições de uma maneira libertária e antiautoritária. Assim como em 1968, os protagonistas atuais não são os operários, são jovens, estudantes, professores, jornalistas.

Em 1968, quando operou uma revolução cultural e comportamental, foram criadas novas identidades político-culturais e novas pautas como gênero e raça emergiram com destaque. Naquele momento, Paris exerceu uma centralidade e falou para o mundo através de seus muros, registrados pelas redes de televisão. Na década de 1990 os movimentos antiglobalização destinavam suas críticas às políticas macroeconômicas e seus efeitos no mundo globalizado, no início da era dos computadores. Frente a uma onda crescente de desemprego e cortes de direitos trabalhistas e sociais, focalizavam a crítica ao modelo neoliberal - concentração de renda e privatizações e efeitos perversos da globalização.

Consolidando-se como um momento de pluralismo de lutas, os fóruns, encontros e assembleias se tornaram os espaços destinados aos debates das pautas identitárias (raça, gênero, sexualidade, entre outras) e o movimento ambientalista se apresenta como o fenômeno mais importante de resistência antissistêmica. (GOHN, 2013).

A partir de 2008, em especial diante da crise financeira, Gohn elenca três grupos deflagradores dos paradigmas dos protestos sociais contemporâneos que derrubaram ditaduras, abalaram governos e questionaram modelos econômicos. A Primavera Árabe, conjunto de rebeliões em prol da liberdade e democracia em países do Norte da África e do Oriente Médio sob regimes ditatoriais; os Indignados, na Europa, contra a política de austeridade, o desemprego, a corrupção e mecanismos de exclusão do capitalismo globalizado; e as ocupações ao redor do mundo, que têm como caso emblemático a ocupação do Zuccotti Park, em Nova York, no Occupy Wall Street, em 2011. A soma das lutas mescla, portanto, os efeitos perversos do capitalismo financeiro para a sociedade com questões democráticas, morais, éticas (a partir da corrupção e do desencanto com a política institucional) e de justiça social.

A comunicação online e rápida se apresenta ao mesmo tempo como forma de articulação e registro de uma culminância que é essencialmente a união dos corpos no espaço público. Assim como a própria internet, sua principal ferramenta comunicacional, os movimentos que surgem pós-2008 não têm um poder central e se desenvolvem de um modo imprevisível, em direções e ritmos que não conhecemos antes de acontecer (STRECKER, 2011). Além da crise econômica de 2008, marco consensual entre os estudiosos do tema, Gohn inicia a caracterização destes grupos destacando um alinhamento maior destes com os ideais anarquistas do que com os da esquerda tradicional, o que inclui posição contrária às autoridades, críticas à competição e a socialização como ética social. Esses movimentos têm conseguido alterar o discurso hegemônico mundial, colocando em xeque as narrativas neoliberais e pautando desigualdade, injustiça e descolonização. Outro ponto que traz para a superfície, é o possível equívoco de, ao perceberem-se as faces comuns aos diversos protestos que eclodiram ao redor do mundo e seu horizonte democrático comum, esquecer-se de que não são homogêneos. Ao contrário, são distintos e consideram as conjunturas específicas de cada região.

A Primavera Árabe inciou-se na Tunísia, no final de 2010, tendo como marco a autoimolação de Mohamed Bouazizi, e espalhou-se para o Egito, Líbia e Síria. Também ocorreram protestos na Argélia, Bahrein, Djibuti, Iraque, Jordânia, Omã e Iêmen e movimentações menores no Kwait, Líbano, Mauritânia, Marrocos, Arábia Saudita, Sudão e Arábia Ocidental. O autoritarismo do regime político, a economia em crise, questões relacionadas ao comércio do petróleo e as confusões entre religião e política foram os principais desencadeadores das revoltas, que tem a dignidade como palavra-chave e a queda de ditadores como consequência. A Revolução de Jasmim, na Tunísia, que leva o crédito por ter inspirado os demais países árabes derrubou Ben Ali há 23 anos no poder; uma série de mobilizações populares ao redor da Praça Tahrir, no Egito, derrubou o ditador Hosni Mubarak, há 30 anos governando o País; na Líbia, os protestos culminaram na morte de Muammar Gaddafi há 42 anos no poder.

Enquanto a busca por liberdade motivou as revoltas árabes, na Europa, a força dos *Indignados* (2011/2012) veio sobretudo da situação sócio-econômica de crise. Os países do Euro implementaram uma política de austeridade e a população enfrentou problemas graves de desemprego e demissões e sofreu com cortes nos gastos públicos – congelamento de salários, redução de benefícios trabalhistas e direitos sociais, enquanto isso, os governos tentavam salvar os bancos. Para além das questões específicas de cada território, os discursos indignados trouxeram à tona questões acerca da desigualdade social, do individualismo e da mercantilização da vida.

Neste primeiro livro da trilogia citada, Gohn (2013) cita algumas características destas movimentações contemporâneas as quais ela se aprofundará nos livros seguintes. Diante de uma leva de ocupações afetadas pelo estrondo que causou a ocupação de Wall Street para o cenário político mundial, tendo reverberado em quase todos os estados americanos e em pelo menos outros 80 países (o próprio Brasil teve viveu Ocupe Sampa, Ocupe Rio e Ocupe Porto Alegre), a autora elenca a articulação via redes sociais e um uso especial de celulares para transmissão e registro; o não pertencimento permanente a um determinado grupo e novas caras desligadas da política institucional, tendo as estruturas político-partidárias pouca visibilidade. Estruturas político partidárias tem pouca visibilidade. Além de ser composto em sua maioria por jovens das camadas médias, têm a

democracia em seu sentido e exercício pleno como um grande eixo articulatório, trazendo a política pública para ser discutida em praça pública.

Destacamos aqui algumas das conclusões de Gohn (2013) deste livro. Segundo ela, as marchas constroem solidariedade a partir das relações diretas e/ou virtuais e têm seus vínculos estabelecidos a partir da adesão a uma causa e não à ideologia de um grupo. As ocupações são espaços de aprendizagem, em uma espécie de processo de educação não formal, quando as aprendizagens e saberes são produzidos por experiência e vivência e estão contribuindo para construir uma nova cultura política, relativa a uma sociedade mais moderna, tolerante contra o tradicionalismo e os preconceitos. Diante da crise mundial, as marchas de protesto constituem a forma possível de tensionar e contestar os políticos e as medias de austeridade que lhe são impostas.

*

Ao mesmo tempo em que se debruçam sobre a Primavera Árabe (Praça Mohammed Bouazizi - Tunis, Praça Tahrir - Cairo), as indignações européias (Porta do Sol - Madri, Willy-Brandt Platz - Frankfurt, Praça Taksin – Istambul) e sobre os ocupies americano e os espalhados pelo mundo, Gohn dedica uma pesquisa aprofundada nas manifestações do seu país (com destaque, neste caso para junho de 2013, mais especificamente a partir de São Paulo). Como quem traça paralelo entre o Brasil e o mundo, pesquisadora coloca lado a lado os indignados do mundo com os manifestantes de Junho de 2013. É dessa forma que conseguimos ao mesmo tempo nos aproximar de questões específicas do nosso território nacional, sem perder de vista uma visão localizado na geopolítica mundial e nos processos de inter-relação dos movimentos sociais também de maneira globalizada. Ao mesmo tempo que junho partilha de uma identidade global com os indignados pós-2008 também diferencia-se e particulariza-se.

As Manifestações de Junho de 2013 no Brasil ficaram caracterizadas grandes protestos nas ruas, praças e avenidas do Brasil, comparáveis a outros três momentos políticos turbulentos do País: o ano de 1992, durante as mobilizações pelo impeachment do então presidente Fernando Collor de Melo, em 1984, nas marchas e protestos em torno da reconquista da democracia no país, após duas décadas de ditadura militar, no Diretas Já, e na década de 1960 tanto nas greves e

paralizações do pré-golpe de 1964, quanto no emblemático ano de 1968, com movimentos dos estudantes e a marcha dos 100 mil.

Estima-se que cerca de dois milhões de pessoas saíram às ruas do país entre junho e agosto de 2013, em 483 municípios brasileiros, em um gesto de resistência que somava causas como a do aumento das tarifas de ônibus (estopim), mas que se tocavam questões relativas e à qualidade da vida urbana e ao estado de indignação face à conjuntura política nacional. No dia 20 de junho daquele ano, mobilizaram-se cerca 1 milhão de pessoas em um único dia. De uma maneira geral, por ora, podemos dizer que os que foram às ruas em 2013 aturam em forma de coletivos não hierárquicos, com gestão descentralizada e seguindo um modo de participação mais autônoma, na medida em que não respondiam a uma liderança central.

Junho de 2013 marca um despertar político dos jovens desta geração e um empoderamento social que pressionou e estremeceu o governo Dilma e que reverberou/reverbera intensamente até os dias atuais porque foi conquistada uma nova cultura sócio-política (GOHN, 2014). Manifestar-se deixou de ser apenas contra regimes autoritários, ou tarefa de sindicatos, estudantes universitários ou moradores de periferias. As marchas e ocupações são grandes laboratórios de experimentação sobre novas formas de operar a política o que, segundo autora demonstrou que a cultura política que está na sociedade está mais avançada do que no sistema político institucional brasileiro.

Diante de um primeiro panorama, Junho de 2013 acaba por mostrar que a sociedade (brasileira) não é apática, que o cenário dos serviços públicos não é bom e que a falta de ética e decoro não é nem invisível nem consentida. As manifestações de rua provocam mudanças na agenda governamental.

O cenário de gastos altíssimos com a copa de 2014 (e a das confederações, em 2013) e da Olimpíada no Rio de Janeiro faziam contrastar o mal uso do dinheiro público com a má qualidade dos serviços. Junho de 2013 se construiu diante da persistência dos péssimos índices de desigualdade social, aumento da inflação e da publicização de casos de corrupção e clientelismo público. A PEC 37, (proposta de emendar parlamentar) tramitava no congresso para implodir o poder investigativo do Ministério Público, corroborando com a impunidade diante da corrupção. Os antecedentes de 2013 somam também a criminalização dos movimentos sociais e o projeto que ficou conhecido como cura gay (à época, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados era presidida pelo pastor Marco Feliciano

(PSC-SP). E a despeito das políticas governamentais de inclusão social e de uma boa imagem do Brasil diante do mundo. Não se pode descartar a influência do contexto internacional → occupy em várias partes do mundo, os indignados, na Europa e a primavera árabe.

O foco central das manifestações de junho passou inicialmente pelo aumento da tarifa de ônibus, mas se estendiam para a má qualidade dos serviços públicos em geral (além do próprio transporte, também saúde, educação e segurança). Em determinado momento o foco encontrou-se bastante difusos - o nosso “contra tudo” equivaleu ao “que se vayan todos” dos indignados espanhóis. A própria repressão policial foi um ponto de inflexão que instigou o aumento no volume de manifestantes.

Nesse sentido, Gohn (2014) propõe uma divisão das manifestações de junho em três momentos: tendo como marco inicial o ato de 6 de junho, convocado pelo Movimento Passe Livre, em protesto ao aumento da tarifa da passagem de ônibus de São Paulo (de R\$3 para R\$3,20, no dia 2 de junho) o primeiro momento é marcado por uma desqualificação do movimento e uma reprovação midiática que insistiu em associar as manifestações com vandalismo. O segundo momento, iniciado no 4º ato, no dia 13 de junho, tem questão crucial a ação violenta da polícia, o que acaba por instigar uma adesão popular ainda maior. Gera uma adesão popular massiva. É nesse momento em que os atos se espalham por todo o Brasil, culminando no histórico dia 20 de junho, quando mais de 1 milhão de pessoas foram às ruas em ao menos 75 cidades, sendo 25 capitais do País. O terceiro momento é marcado pela vitória da demanda básica – o cancelamento do aumento da tarifa. Se no dia 6 de junho, primeiro ato sob o lema “Se a tarifa não baixar, São Paulo vai parar” reuniu cerca de 2 mil pessoas, no dia 13 de junho já chegava a 200 mil. Em 21 de junho, o Movimento Passe Livre anunciou que não convocaria mais manifestações. Pesquisas realizadas no final de junho apontavam que enquanto 81% da população aprovava os protestos, 30% aprovava o governo Dilma. Os balanços de junho de 2013 somam 1301 detenções em 15 capitais. O impacto inicial foi um misto de susto e surpresa e a adesão de milhares de pessoas a uma nova forma de fazer política que conformou um novo sujeito político que estava na rua ausente há anos. Os resultados iniciais mensuráveis foram, além da revogação do aumento das tarifas, o desarquivamento de projetos que transitavam há cerca de uma década ou mais nas casas congressistas e a rejeição de projetos de lei

recentes, a exemplo do cura gay. Os protestos retomam em janeiro com movimentações em torno da copa em trinta cidades.

Ainda que a caracterização das manifestações de seja uma tarefa difícil, a partir de algumas pesquisas pode-se tracejar alguns pontos. Pesquisa do Datafolha de junho de 2013 aponta para uma maioria jovem, sendo mais da metade menores de 25 anos, escolarizados (77% universitários ou diplomados), conectados em redes sociais, organizados horizontalmente e pregando autonomia e críticos das formas tradicionais da política. Já a pesquisa do Ibope de 20 de junho aponta que 63% na faixa etária de 14-29 anos e apenas 8% de ativistas com escolaridade até somente o ensino básico. A metade tinha renda familiar acima de 5 salários mínimos enquanto 15% tinham renda até 2. O caráter, portanto, está ligado às camadas médias e não aos mais pobres. Outros dados que merecem destaque são: quase a metade estava nas ruas pela primeira vez e 83% não se sentia representando por nenhum político (96% não era filiado a partidos). O movimento é heterogêneo de tal maneira que permitiu que, compondo as manifestações, estivessem anarquistas, socialistas e mesmo militantes de movimentos sociais clássicos e novos. (GOHN, 2014). Outras observações apontam para a rejeição das bandeiras, de líderes, dos carros de som e dos chavões das palavras de ordem mais genéricas. Ao invés de disso, batucadas e palmas, jogral e gritos das demandas construídas no contexto de cada ato. O descontentamento, o desencantamento e a indignação contra a conjuntura ético-política são motivadoras das multidões, que se aglomeram, não por acaso, defronte aos prédios públicos, praças e avenidas, onde ocorrem atos de agravos, pichações, xingamentos e ocupações.

Os manifestantes ao rejeitarem a forma como está sendo feito a política institucional, demonstram que é possível fazer política de outra maneira, não formal, nas ruas, com as vozes e corpos presentes e suas ressonâncias. Agindo assim, eles quebram o silêncio da aparente apatia e imobilidade sociopolítica. (GOHN, 2014, p. 14).

3 A EMERGÊNCIA DO MOVIMENTO OCUPE ESTELITA

Neste segundo bloco da dissertação, pretendo recuperar os principais momentos da trajetória do Movimento Ocupe Estelita (MOE). Se em um primeiro bloco, partimos de uma contextualização global no espaço e tempo histórico a partir de teóricos que se debruçaram sobre o tema, agora tentamos reconstituir essa memória – a do MOE - a partir de fragmentos, frutos de uma série de elementos – fontes e documentos. Somam-se a esses relatos matérias de jornal (o que inclui o formato notícia, mas também artigos opinativos e editoriais) dados de Facebook (posts, descrições de eventos, comentários, nessa plataforma que foi uma importante ferramenta de comunicação e articulação política), blogs independentes – em especial o blog Direitos Urbanos –, vídeos profissionais e amadores (em sua maioria de pessoas ligadas de alguma forma ao MOE), Flickr e, não raro, a minha própria experiência enquanto testemunha de boa parte dos eventos narrados adiante. Também serão utilizadas pesquisas de autoras e autores que se debruçaram especificamente sobre o tema em artigos científicos, dissertações e teses.

Escolhemos, como marco inicial dessa arqueologia, a audiência pública de apresentação do projeto novo Recife, em 2012 – o que coincide com a fundação do grupo Direitos Urbanos – e como marco final, a “retomada do cais”¹⁰, em 2016, quando o leilão de venda do terreno foi considerado ilegal, pela Justiça. Em alguns momentos, precisaremos retroceder no tempo, como por exemplo, ao ano de 2008, data da venda do terreno, ou nos afastarmos um pouco do Cais Estelita, especificamente, para abordar transversalmente outras movimentações políticas que compõem o cenário de militâncias em torno do direito à cidade, tais como o engajamento de grupos contrários à construção das Torres Gêmeas (2011), a “ocupação” dos viadutos da Agamenon Magalhães (2012), o movimento Coque (R)existe (2013) e as manifestações de junho de 2013.

Além destes, abordaremos as ocupações dominicais, o Ocupe Ministério Público, a aprovação do projeto no Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU), a ocupação em si (dividida em três momentos: dia da chegada, desenvolvimento da

¹⁰ Escolhemos esse marco, dados os limites da pesquisa. Mas ao final, faremos uma breve exposição da situação “atualizada” das questões acerca do Cais José Estelita, do Projeto Novo Recife, e Movimento Ocupe Estelita.

ocupação e reintegração de posse), ocupação da prefeitura, ocupação da câmara dos vereadores, atos de rua de 2015 (Roleção do RioMar, Projeção do “Novo Apocalipse Recife” na fachada da Moura Dubeux e ocupação na casa do prefeito), o Ocupe Campo Cidade e o que estamos chamando de retomada do Cais, em 2016. Abordaremos ainda as formações internas promovidas pelo MOE e as questões que circundam a área jurídica.

3.1 UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO A PARTIR DAS NOTÍCIAS

A matéria mais antiga que se refere ao Projeto Novo Recife – ainda sem nome – que encontramos, data 30 de junho de 2011. Publicada na editoria de imóveis do Jornal do Commercio com o título “Projeto do Cais José Estelita deve ser lançado em 2012”¹¹, a notícia tem como subtítulo “Apartamentos no local chegarão a custar R\$ 1 milhão de reais”.

“Um dos projetos mais aguardados para a região central do Recife – as 950 moradias que serão erguidas no Cais José Estelita – deve ter o primeiro lançamento feito no começo de 2012”, anuncia em tom de celebração, o primeiro parágrafo da matéria. A expectativa, segundo o jornal, era de que houvesse uma valorização no preço das vendas diante do andamento das obras da Via Mangue e do Shopping RioMar. Vale frisar, shopping este, cujo proprietário, João Carlos Paes Mendonça, é também dono de todo o Sistema Jornal do Commercio (jornais impresso e online, emissoras de rádio e televisão).

À época, o projeto – descrito como apartamentos residenciais, flats e empresariais – aguardava aprovação da Prefeitura. “Alguns pontos polêmicos já foram pacificados entre as partes”, afirma o jornal, referindo-se ao acesso viário, tido como principal entrave pelo empresário Eduardo Moura, representante da Moura Dubeux, uma das integrantes do consórcio que arrematou o terreno em 2008. O preço do metro quadrado chegava a R\$6 mil.

Encontramos nessa primeira matéria uma referência a outro empreendimento que gerou grande polêmica na cidade, encabeçado pela empresa de Moura. Em 2008, a empresa lançou as Torres Gêmeas, dois prédios de 40 andares colados ao

¹¹ <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/imoveis/noticia/2011/06/30/projeto-do-cais-jose-estelita-deve-ser-lancado-em-2012-8765.php>.

Sítio Histórico do Recife. O preço dos imóveis erguidos no Cais José Estelita estava previsto para ter o metro quadrado mais de duas vezes mais caro do que o das Torres Gêmeas, justamente pela construção da Via Mangue e do Shopping, indicando como o planejamento da cidade estava sendo conduzido pela Prefeitura em conjunto com os empresários. “Os condomínios devem atrair famílias de renda elevada. Alguns condomínios [...] terão até quadra de tênis construída na área de lazer do prédio”, encerra, reforçando o perfil elitizado do empreendimento.

No mesmo jornal, encontramos a nota assinada pela jornalista Viviane Barros Lima, publicada no dia 6 de janeiro de 2012. O título da matéria “Construtoras vão lançar projeto no Cais José Estelita no meio do ano”¹² denota uma certeza. O uso do verbo ir (vão), invés do dever (devem), não parece casual. O título direto não considera nenhuma dúvida acerca da realização da obra, ainda que, ao longo do texto, o próprio Eduardo Moura condicione o projeto a uma aprovação que sairia em 60 dias. Contar que os projetos vão ser aprovados indica uma lógica em que a regra é a de prefeitura e empresas estarem de comum acordo. O movimento de resistência que surge na cidade, que tem como marco a Audiência Pública realizada no dia 22 de março, acaba por colocar em xeque a própria realização do projeto.

O subtítulo descreve o Projeto Novo Recife – pela primeira vez com esse nome – como “13 torres de flats residenciais e empresariais”. Ao longo da matéria, lemos em tom de propaganda:

A grande novidade da Moura Dubeux para 2012 será mesmo o Projeto do Novo Recife, em conjunto com a Queiroz Galvão e a GL [...] São 13 torres que serão erguidas no Cais José Estelita. Há prédios comerciais, flats e residenciais com dois, três e quatro quartos. O metro quadrado [...] vai custar de R\$ 5,5 mil a R\$ 7 mil.

Não fosse a assinatura da repórter, o texto poderia ser facilmente confundido com um anúncio da sessão de classificados. “Se a gente juntar todos os empreendimentos da empresa que serão lançados este ano, o Volume Geral de Vendas (VGV) vai ser de R\$ 1 bilhão. É um número considerável”, calcula Moura, já contando com as vendas do PNR para o mesmo ano.

Dando sequência ao acompanhamento do PNR, a matéria do dia 29 de fevereiro de 2012 já anuncia: “Galpões do Cais José Estelita serão demolidos em

¹² <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/imoveis/noticia/2012/01/06/construtoras-vaolancar-projeto-no-cais-jose-estelita-no-meio-do-ano-27777.php>

até 30 dias”¹³. Sem assinatura, a notícia tem como subtítulo “Demolição de área de 15 mil metros quadrados abrirá espaço para complexo de empresariais, flats e residenciais”. É notório o tom afirmativo adotado pelo jornal que, insistentemente toma como única a narrativa do consórcio. É merecedor de destaque também, outra vez, o tom celebratório típico das peças publicitárias. “Em menos de 30 dias, o Cais José Estelita, na região central do Recife, ganhará uma nova paisagem”.

Neste texto, encontramos mencionada pela primeira vez a ocorrência de um leilão em 2008 – ainda que sem citar valores¹⁴ – assim como o uso antigo do terreno enquanto parte Rede Ferroviária Federal (Refesa). Os galpões a serem demolidos a que se referem a matéria são os que ficam próximo ao Viaduto Capitão Temudo. Os dos arredores do Viaduto das Cinco Pontas já tinham uso previsto como equipamento da Prefeitura do Recife. Através da notícia, tomamos conhecimento de que o desmonte da estrutura física dos galpões já havia se iniciado no mês anterior. Como é costume, a demolição iniciou-se pelo telhado, já que é a ausência dele que caracteriza um imóvel abandonado.

Um fato curioso desta notícia é que, a despeito de pontuar que o projeto está sob análise técnica da Prefeitura com “expectativa” de que fosse aprovada em alguns meses, a demolição é anunciada para 30 dias. Sendo assim, a demolição, divulgada publicamente em veículo de comunicação, aconteceria, deliberadamente, antes da aprovação do projeto.

Na edição de 6 de março de 2012, encontramos, no Jornal do Commercio, a notícia “Obra no Cais José Estelita espera liberação”¹⁵. Sem assinatura, a matéria tem o seguinte subtítulo: “Mudança vai esperar um pouco porque o MPPE quer saber se imóveis estão em processo de tombamento”. Desde o título percebemos, outra vez, um tom adesista do jornal ao empreendimento. Mesmo que a matéria se refira a uma recomendação do Ministério Público de Pernambuco de suspender a demolição – que é a informação principal – esse dado não aparece no título. Ao contrário, diminuindo a importância do fato, o jornal trata a recomendação do MP como uma notícia de atraso de algo desejado: “A demolição dos galpões próximos

¹³ <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/noticia/2012/03/06/obra-no-cais-jose-estelita-espera-liberacao-34561.php>.

¹⁴ O trâmite da venda de um terreno da união para um consórcio de empresas privadas não parece ter valor notícia. Segundo os critérios do jornal, o mais importante é saber o preço de mercado.

¹⁵ <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/noticia/2012/03/06/obra-no-cais-jose-estelita-espera-liberacao-34561.php>.

ao Viaduto Capitão Temudo, no Cais José Estelita, na área central do Recife, vai ter que esperar mais um pouco” é como se inicia a matéria.

“Na segunda (5/3), o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) informou que recomendou a suspensão da derrubada dos prédios, localizados na área da Cabanga, para evitar um dano irreversível ao patrimônio público”, diz o trecho seguinte, introduzindo, de fato, a informação-chave da notícia. Após apresentar os questionamentos do MPPE – se os imóveis fazem parte do processo de tombamento envolvendo o patrimônio da Rede Ferroviária Federal (Refesa) que tramitava na Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe) – o próprio jornal antecipa a resposta. A partir de entrevista com Célia Campos, diretora de Preservação da Secretaria Estadual de Cultura, o jornal informa que “os galpões que serão demolidos para a construção de um complexo formado por empresariais, flats e residenciais estão fora do tombamento”. “Ela (Célia Campos) disse que todos os documentos serão emitidos no sentido de garantir a segurança do processo”, afirma o jornal.

Aqui temos outro fato de destaque: segundo o jornal, mesmo com a sinalização da Fundarpe de que não havia impedimento para a derrubada dos galpões, o consórcio garantiu que nada seria feito até que todos os órgãos competentes expedissem documentação autorizando a demolição. “Vamos aguardar o alvará de demolição e todas as autorizações necessárias. Só haverá intervenção no local após o aval de todos os órgãos”, é a fala aspeada na matéria, creditada ao diretor da Moura Dubeux, Eduardo Moura. No dia 21 de maio de 2014, no entanto, mesmo sem o alvará de demolição, os galpões começaram a ser derrubados, desencadeando o acampamento que duraria quase um mês dentro do terreno do Cais José Estelita. Antes de qualquer autorização, as empresas também já haviam começado o processo do destelhamento, como vimos acima.

Sobre o mesmo assunto, o portal de notícia G1 de Pernambuco publicou, no dia 5 de março, a matéria intitulada “MPPE pede que galpões do Cais José Estelita não sejam demolidos”¹⁶. Sem assinatura, a notícia tem como subtítulo “Imóveis ficam no centro do Recife e faziam parte da rede ferroviária. Empresa imobiliária pretende construir prédios residenciais no local”. Ao contrário do JC, o G1 elenca como informação principal a ação do MP, trazendo ela para o título e lide. O que

¹⁶ <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2012/03/mppe-pede-que-galpoes-do-cais-jose-estelita-nao-sejam-demolidos.html>.

também diferencia as duas publicações é o foco na ação – e não na espera: “o MP recomenda a preservação das construções antigas da rede ferroviária” (no G1), invés de “a demolição dos galpões [...] vai ter que esperar mais um pouco”, do JC. As recomendações, como afirma o texto, vieram em trabalho conjunto das promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Histórico e de Urbanismo do Recife. Lemos ainda que a recomendação assinada pelos promotores José Roberto da Silva e Belize Câmara Correia foi destinada à Prefeitura, à Fundarpe e ao Iphan e que o MP deu um prazo de dez dias para resposta.

Por último, destacamos nesta breve contextualização a partir de publicações em jornais, a matéria “Cais José Estelita será transformado”¹⁷. Publicada originalmente no jornal Diário de Pernambuco – cujo link está fora do ar - a matéria foi repostada no site do Observatório do Recife no dia 3 de fevereiro. Da maneira que tivemos acesso, não encontramos nem assinatura nem subtítulo. Em tom semelhante ao adotado pelas publicações do Jornal do Commercio, o que lemos no início da matéria creditada ao DP tem formato similar a textos de assessoria de imprensa. No lide, encontramos: “A paisagem urbana no Cais José Estelita, área central do Recife, vai, enfim, começar a ser transformada”. O uso do advérbio “enfim” imprime um tom subjetivo de expectativa/comemoração. Segundo o jornal, à época, o consórcio já havia começado a fazer intervenções na área, que incluía o destelhamento dos galpões – como também foi descrito em matéria acima do JC. Segundo o Diário, o plano da empresa era começar a demolição a partir do dia 15 de março de 2012 e iniciar as vendas entre junho e setembro do mesmo ano.

A notícia acaba mudando de tom quando afirma que o projeto está em análise na Prefeitura – “que pode vetar alguns pontos e sugerir modificações”. Assim como destacamos no conteúdo do jornal do Commercio, o Diário de Pernambuco também desvincula a aprovação projeto (dentro de 60 a 90 dias) da demolição (em um mês). A justificativa, para tal, consta na matéria da seguinte forma, na voz do representante do consórcio, Eduardo Moura: “As demolições não dependem desse resultado. Vamos fazer o que puder ser feito, por enquanto”. Não se sabe se a informação procede, porque não há nenhuma outra voz na matéria que não a de Moura.

¹⁷ <http://www.observatoriodorecife.org.br/cais-jose-estelita-sera-transformado/>.

Como intertítulo da matéria, encontramos “Via Mangue”, o que sugere relação entre os dois projetos. Da forma como estão descritos, Via Mangue e o Novo Recife aparecem como complementares, sendo um empreendimento privado, outro, público, realizado com dinheiro do PAC – Projeto de Aceleração do Crescimento, do Governo Federal.

Encontramos ainda três matérias acerca do leilão do terreno, todas veiculadas no Blog de Jamildo. A primeira, data 30 de setembro de 2008. Sob o título “Leilão do Cais José Estelita pode chegar aos R\$ 100 milhões”¹⁸, a pequena nota (apenas sete linhas) especula que, a despeito do lance mínimo oficial de R\$ 55 milhões, o valor do arremate poderia chegar ao dobro. Contraditoriamente, o mesmo texto afirma que não havia garantia de que surgiriam interessados. Depura-se ainda, a partir de Jamildo, que a operação de alienação estava sendo conduzida pelo Ministério dos Transportes.

Em 1º de Outubro, no mesmo blog, lemos a matéria “Venda dos galpões do Cais José Estelita opõe Estado e Prefeitura do Recife”¹⁹. Segundo essa publicação, o Governo do Estado teria demonstrado interesse na área e, por isso, era contrário à venda. Neste texto encontramos os detalhes sobre a realização do leilão, marcado para o dia 3 de outubro, às 11h, em São Paulo. O lance mínimo corresponde a 20% do valor do terreno.

A terceira, postada no dia 3 de outubro é o anúncio do ganhador do leilão: “Moura Dubeux fará torres comerciais, residencial e até hotel no Cais José Estelita”²⁰. “A empresa também já tomou a decisão de chamar os técnicos que trabalharam no Projeto Recife Olinda para ajudarem na elaboração do projeto”, afirma em texto curto.

Destacamos um interesse específico no assunto por parte do blogueiro, que fez questão de acompanhar o passo-a-passo do processo, assim como não podemos deixar de perceber a omissão no valor do arremate. A saber, o terreno foi arrematado pelo lance mínimo.

¹⁸ <http://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2008/09/30/leilao-do-cais-jose-estelita-pode-chegar-aos-r-100-milhoes/>.

¹⁹ <http://m.blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2008/10/01/venda-dos-galpoes-do-cais-jose-estelita-opoe-estado-e-prefeitura-do-recife/>.

²⁰ <http://m.blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2008/10/03/moura-dubeux-fara-torres-comerciais-residencial-e-ate-hotel-no-cais-jose-estelita/>.

3.2 A AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO PROJETO

Em 22 de março de 2012, no Plenarinho da Câmara dos Vereadores do Recife, aconteceu a primeira audiência pública acerca do Projeto Novo Recife (PNR). Convocada formalmente pelo então vereador Múcio Magalhães, em resposta à provocação da sociedade civil, a audiência foi um momento de apresentação oficial do PNR à população. Realizado numa quinta-feira, às 9h, o encontro teve a participação de Eduardo Moura, representando o consórcio de construtoras formado pela Moura Dubeux, Queiroz Galvão, Ara Empreendimentos e GL Empreendimentos, do superintendente do Iphan em Pernambuco, Frederico Almeida, da funcionária da Fundarpe Nazareth Reis, da promotora de Meio Ambiente, Belize Câmara, da Secretária de Controle e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura do Recife, Maria José De Biase e do Professor da Universidade Federal de Pernambuco Tomás Lapa, representando a sociedade civil. Para esta pesquisa, destacaremos a participação popular intensa, como se atesta nos vídeos de registro publicados no Youtube²¹ e nos relatos dos nossos entrevistados²², e as articulações virtuais que antecederam e sucederam o episódio.

O debate em relação ao que seria feito com o terreno do Cais José Estelita já estava em pauta na cidade, estimulado por grupos de Facebook recém-criados, como relatado, dentre outras, na matéria do Diário de Pernambuco deste mesmo dia 22 de março²³ e do blog Mundo Bit – hospedado no NE10 – no dia 23 de março²⁴. As redes sociais, desde o princípio, são apontadas como uma ferramenta de articulação política. “Grupos nas redes sociais, como o Facebook, foram criados para repercutir o tema e até um abaixo-assinado virtual contra o projeto está circulando na internet”. Na matéria do Mundo Bit encontramos:

Pernambuco começa a ter um ciberativismo mais forte, depois de alguns episódios pontuais de protesto. No Recife, a convocação de pessoas para a audiência pública sobre o Projeto Novo Recife foi um marco nas

²¹ <https://www.Youtube.com/watch?v=3IkIRWkm9Sw>
<https://www.youtube.com/watch?v=-HbINGoAdwg&t=90s>
<https://www.youtube.com/watch?v=nsBTaFaPrQw>
<https://vimeo.com/39050957>

²² Vídeos audiência pública 1, 2, 3. entrevista com Pedro, Bruna Pedrosa e Artur Maia. Vídeo do pe na rua.

²³ http://www.mppe.mp.br/siteantigo/siteantigo.mppe.mp.br/index.pl/clipagem20122203_sinal.html

²⁴ <http://blogs.ne10.uol.com.br/mundobit/2012/03/26/recifenses-articulam-mobilizacoes-online-por-mudancas-na-cidade/>

mobilizações online locais. Foi criado um evento no Facebook chamando para o local, onde cerca de 600 pessoas confirmaram presença.

3.2.1 O evento da audiência no Facebook

O dispositivo “evento” criado no Facebook com o título “Audiência Pública Sobre o Projeto Novo Recife”²⁵, ainda online, com 547 confirmações de comparecimento e outras 147 marcações de interesse, contava com a seguinte descrição:

A condução do Projeto Novo Recife é só mais um exemplo de como não se discute e decide coletivamente o desenvolvimento urbano e humano de nossa cidade. A audiência pública será uma excelente oportunidade para modificarmos este rumo. Vamos deixar a apatia de lado e discutir o Recife para as pessoas? Quem puder comparecer, vá! Vá mesmo! Nestas horas, número é quase tão valioso quanto conteúdo. Também peço a todo mundo que divulgue o evento. Obrigada!

É também na descrição do evento que encontramos três links para grupos, na época, recentes, para discussão em torno dos temas ligados ao direito à cidade. O primeiro, o “Lei Seca de Marília Arraes, eu digo não!”²⁶, surgiu como um espaço de discussão (e reprovação) do projeto de lei da então vereadora, que propunha a proibição do consumo de bebidas alcoólicas em vias públicas, dentre outras medidas, criado em 2011, com 468 membros²⁷ e que acabou se tornando um fórum de discussão de outros temas ligados à cidade; o segundo e o terceiro já eram grupos específicos de discussão no Cais. “Contra o Projeto Novo Recife!”²⁸, foi criado em janeiro de 2012, chegou a mais de 3 mil membros, se configurando como o primeiro espaço virtual específico de debate acerca do tema. Com o mesmo perfil, criado em março do mesmo ano, o “Salve o Cais José Estelita”²⁹ também agrupou mais de 3 mil membros. Estes dois últimos fóruns passaram a ser uma plataforma de compartilhamento de informações acerca do Projeto Novo Recife e se configuraram como uma ferramenta de articulação política virtual.

O abaixo-assinado virtual Contra o Projeto Novo Recife³⁰, a que se refere a matéria supracitada do Diário de Pernambuco, acumulou um total de 4083

²⁵https://www.facebook.com/events/202754313164444/?active_tab=about

²⁶<https://www.facebook.com/groups/204096093007548/>

²⁷ <http://blogs.ne10.uol.com.br/jamilido/2011/12/13/mobilizacao-no-facebook-critica-lei-seca-de-marilia-arraes-internautas-denunciam-censura/>

²⁸<https://www.facebook.com/groups/311111685607561/permalink/341133435938719/>

²⁹<https://www.facebook.com/groups/348480681859986/about/>

³⁰<http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=PNRDAO>.

assinaturas. Circulou na internet nos dias que antecederam a audiência (e arrecadou assinaturas na própria audiência e nos atos seguintes) e tinham como objetivo inicial ser entregue para os integrantes da mesa da audiência pública. O texto de apresentação do abaixo-assinado acaba por sintetizar o discurso do movimento até então, focado na falta de transparência e participação popular, nos impactos paisagísticos da verticalização e nos efeitos para a mobilidade e para o meio ambiente. O manifesto contextualiza o projeto desde o leilão, realizado em 2008, onde o terreno de 101 mil metros quadrados foi arrematado por R\$55,4 milhões pelo consórcio e descreve o empreendimento como uma construção de 13 torres de edifícios residenciais e empresariais. Segue trecho do texto do abaixo-assinado:

Já imaginaram os impactos por trás desse discurso de desenvolvimento, revitalização e valorização? [...] esses arranha-céus atrapalham a circulação do ar e tornam a cidade mais quente, abafada. [...] Vamos nos unir contra essa discrepância disfarçada de desenvolvimento que nos é imposta e convocar o máximo de pessoas para esta causa. PROJETO NOVO RECIFE NÃO!!

Acompanhando as assinaturas, a plataforma recolhia também as justificativas de cada assinante. Não nos ativemos a esse conteúdo com profundidade, mas podemos elencar algumas falas, a título de exemplo. “O planejamento urbano da cidade não pode ser privatizado. Todos temos que participar!” (Bernardo J.), “Recife sem história, impessoal, fria e para poucos numa área que deve ser preservada, usada e partilhada por todos. Quem ama Recife é Contra o Projeto Novo Recife!” (Claudio J.), “Uma intervenção dessa magnitude deve ser discutida com a cidade, jamais resolvida numa reunião de empresários e prefeito” (Jefferson S.), “Quer forma melhor de revitalizar uma região do que a construção de um belo parque com vista privilegiada que será de uso geral, mais árvores e menos cimento por favor!!” (Thiago R.), “O Recife tem que ser restaurado para as pessoas, para todas elas. Não para uma parcela ‘favorecida’ que teima em verticalizar nossa cidade.” (Israel C.).

Ao mesmo tempo em que o abaixo-assinado cumpre sua vocação de recolhimento de assinaturas que, somadas, expressem um desejo e pressão da população, por outro, é necessário destacar que, ele mesmo, é uma ferramenta de compartilhamento de informações e um dispositivo importante de articulação política.

A audiência também se tornou um ponto de encontros presenciais de muitos dos signatários virtuais.

3.2.2 Repercussão nacional: a matéria no Blog de Raquel Rolnik

No dia 19 de março, a então relatora especial do Conselho de Direitos Humanos da Onu para o Direito à Moradia Adequada, Raquel Rolnik, publicou em seu blog o texto “Grupos se mobilizam no Recife contra projeto imobiliário no Cais José Estelita”³¹. Segundo Rolnik, a ideia do texto surgiu de uma provocação da arquiteta Clara Moreira, que lhe escreveu por e-mail.

O texto contextualiza o fato – “mobilizações que estão acontecendo no Recife em torno de um mega-projeto imobiliário na região do Cais José Estelita, que vem sendo chamado de Projeto Novo Recife” – e divulga as informações acerca da audiência pública, das articulações nas redes sociais e do abaixo-assinado – “mobilizações contra o projeto vêm ganhando força em redes sociais como o Facebook e através de um abaixo-assinado na internet”.

Além da repercussão nacional, pela visibilidade e notoriedade de Rolnik, atentamos para a historicização que ela faz. “Pra quem não conhece essa história, um terreno de mais de 100 mil m², pertencente à União, foi leiloadado em 2008 e arrematado por um grupo de empresas que hoje pretende construir na área torres residenciais e comerciais de luxo. Mas a história é bem mais antiga”, afirma. Segundo Rolnik, desde pelo menos 2003, as prefeituras de Recife e Olinda já vinham pensando sobre um complexo turístico-cultural que, entre outras intervenções, envolveria um projeto na frente marítima que articula/divide as duas cidades. Coube ao Governo do Estado, ainda segundo a relatora, a partir de uma das diretrizes de planejamento metropolitano formulada em 2002, contratar, via Porto Digital, a Expo-Lisboa³² para pensar um projeto para a mesma área que redesenharia toda a frente marítima entre Recife e Olinda. Como havia terrenos da União nas áreas que estavam sendo pensadas para o desenvolvimento do projeto, o governo federal foi chamado para disponibilizar suas áreas.

³¹ <https://raquelrolnik.wordpress.com/2012/03/19/grupos-se-mobilizam-no-recife-contraprojeto-imobiliario-no-cais-jose-estelita/>.

³² Empresa pública portuguesa que desenvolveu e gere o projeto de expansão de Lisboa em antiga área porto-ferroviária.

Era 2005 e, nesta ocasião, eu era secretária de programas urbanos do Ministério das Cidades, e nós – ao invés de simplesmente ceder ou não as áreas – atuamos na articulação de outros órgãos do Governo Federal, como a Secretaria do Patrimônio da União e o Iphan, para todos juntos formularmos um projeto. Foi então criado um Grupo de Trabalho, envolvendo os dois municípios, o Estado de Pernambuco e a União, e aí começamos a discutir o que ficou conhecido como Projeto Urbanístico Recife/Olinda.

Rolnik nos apresenta a fatos relacionados ao Recife/Olinda que indicam uma etapa avançada de planejamento. Segundo a relatora, o convênio chegou a ser assinado por prefeitos, governador e ministros e já se planejava, inclusive, a criação de uma entidade gestora. Sobre o projeto, ao qual voltaremos adiante, Rolnik afirma que tinha como base a disponibilização de espaço público e de transporte público de qualidade interligando as duas cidades e estavam previstos, por exemplo, um terço de habitação popular nas novas áreas a serem construídas, assim como recursos para a urbanização de todas as favelas contidas neste perímetro. Rolnik traz ainda informações que indicam que a não realização do projeto se deu por questões político-partidárias e eleitorais:

“Uma proposta inicial [...] foi lançada para debate público. Em 2007, no entanto, após as eleições, o Governo de Pernambuco mudou e a nova gestão simplesmente não deu continuidade ao projeto. Dois anos depois o mesmo se deu, desta vez no Recife”.

Ao final do texto, a arquiteta e urbanista apresenta sua avaliação. Segundo ela, o Projeto Recife/Olinda foi implodido porque o Governo Estadual por um lado, destinou o terreno para se tornar o Shopping RioMar, e o Governo Federal, por outro, decidiu leiloar o terreno do Cais José Estelita, pertencente à União – vindo a se tornar o Projeto Novo Recife. “No fim das contas, prevaleceram as negociações bilaterais a portas fechadas, sem conversa nem entre os entes federativos, nem entre os diversos órgãos setoriais envolvidos que os compõem, nem muito menos com a população da cidade”, afirma. Endossando a opinião de Moreira, a remetente do e-mail que desencadeou o texto, Rolnik afirma que é “chocante” uma intervenção que destrói a história e a paisagem com fins privados restritivos, ainda mais, se considerando o déficit social que existe na cidade. “Com toda razão, portanto, as pessoas no Recife estão se mobilizando, contestando e discutindo, a fim de intervir nos rumos que está tomando essa que é uma área tão estratégica e tão especial da cidade”, encerra.

Vemos no texto de Rolnik um posicionamento de relevo para o movimento. Seu papel enquanto relatora da ONU, em seu respaldo, assim como sua influência na repercussão midiática do evento, a configuraram como uma importante aliada. O fato de a relatora historiar, logo de partida, o terreno do Cais, em perspectiva com o que poderia ter sido – caso o Recife/Olinda tivesse sido levado a cabo – com a propriedade de quem participou das discussões e elaborações, deu novos argumentos para o movimento.

Outro fato ao qual daremos destaque foi a discussão que se desenvolveu a partir de comentário postados no seu blog. Ao longo das 46 manifestações de opinião, vemos surgir questões e dados relevantes, escritos, por exemplo, por professores universitários que também estudaram o tema. Ao que indicam os comentários, o texto foi bem recebido pelos militantes.

Destacaremos alguns dos comentários para breve análise: Jan Bitoun e Amélia Reynaldo, ambos professores universitários e estudiosos do urbanismo recifense, estabelecem um diálogo digno de nota. A professora do curso de Arquitetura da Universidade Católica de Pernambuco – Unicap - explica que o projeto Recife/Olinda surgiu do planejamento metropolitano, que, em 2002 resultou no projeto “Metrópole Estratégica”. “Foi uma importante experiência de planejamento democrático da cidade de onde surgiu o Recife/Olinda”, escreve. O “Metrópole Estratégica”, segundo Reynaldo, tinha os objetivos de qualificar o centro e os espaços públicos, dotar a cidade metropolitana de importantes áreas livres e públicas, requalificar favelas e oferecer solo infra estruturado para a habitação, o comércio e os serviços populares.

A ideia norteadora, portanto, era tornar a área a porta de entrada do turismo cultural na RMR, colocando em prática a capacidade e a obrigação legal de planejar o solo urbano e o território pelo poder público. [...] A contribuição do Ministério das Cidades, através da arquiteta Raquel Rolnik, foi de fundamental importância para o desenho da inclusão social no projeto.

Dentre as ações que integravam o Recife/Olinda, a arquiteta destaca as urbanizações da Comunidade do Pilar, Ilha do Maruim, ZEIS Santo Amaro e Milagres, todos esses assentamentos ocupados por populações de baixa renda.

Em resposta, o professor do departamento de Geografia de UFPE, Jan Bitoun, levanta duas hipóteses: a primeira de que o Recife/Olinda não teve sustentabilidade política e, a segunda, que o citado projeto não conseguiu interessar os investidores

privados. Em outro comentário mais adiante, o professor acrescenta que a história demonstra uma estratégia paciente por parte do setor imobiliário. “Há uma ‘pré-história’: a aquisição já há décadas do terreno da Bacardi (na margem direita da Bacia do Pina) por um grande empresário então dono do Bompreço (hoje Walmart) e patrão do grupo de imprensa e TV Jornal do Comercio”, afirma referindo-se a João Carlos Paes Mendonça.

Segundo Bitoun, a história se divide em alguns capítulos. O primeiro é o “Projeto Estratégico Capital, de 1999”, que mapeia novas centralidades, destacando a Bacia do Pina e a Bacia de Santo Amaro e projetando a “Linha Verde”, como novo acesso à Boa Viagem, viabilizando o uso imobiliário de terrenos como o do Cais José Estelita, da Fábrica da Bacardi e do aeroclube. Essa Linha Verde, que estava em construção na época, hoje é denominada Via Mangue, construída com verba do PAC da Copa. O segundo capítulo, é a própria elaboração do Projeto Recife/Olinda, em 2005, que interligava pela orla as duas cidades e que atendia a reurbanização de alguns assentamentos populares e cuja implementação foi minguando. Terceiro, Bitoun destaca o Plano Diretor do Recife, que desenhou o perímetro de “operações urbanas” deixando fora assentamentos populares, de modo a não “sobrecarregar”³³ eventuais parcerias público-privadas. O Plano Diretor, ainda de acordo com Bitoun, retirou, também, do texto a prioridade da aplicação dos recursos das “operações urbanas” na melhoria das áreas de baixa renda e na construção de unidades habitacionais para as famílias removidas. “Recuperando essa sequência fica claro que o planejamento urbano de longo prazo foi feito pelo setor imobiliário que, numa conjuntura favorável, se operacionaliza por eventos espetaculares”, afirma, enumerando o caso da construção das Torres Gêmeas, o caso do Shopping na Tamarineira³⁴ e o leilão do Cais José Estelita, arrematado pelo Consórcio Novo Recife.

Ainda imerso nos comentários da matéria de Rolnik, encontramos entre acusações e defesas do PNR e agradecimentos pela publicação do texto, alguns comentários de Ana Paula Portella, que destacamos aqui. De um deles, depuramos que ela mesma, junto a outras pessoas, havia ido, antes da realização da audiência

³³ No texto original o termo “sobrecarregar” também aparece aspeado, denotando um reporte do discurso do próprio governo.

³⁴ O Shopping na Tamarineira não se realizou. O Jornal do Commercio teve, neste caso também, papel fundamental. A construção de um centro comercial do grupo Realesis se configuraria como um concorrente para o Shopping Plaza, em operação na mesma região da cidade, cujo dono é João Carlos Paes Mendonça, também dono do jornal.

pública, ao Ministério Público, debater sobre o PNR e que tiveram acesso não apenas ao projeto, como a toda documentação referente aos processos para a sua implementação. “Ao longo das últimas semanas, debatemos com o próprio MP e com vários especialistas sobre o problema”, acrescenta. Em outro, Portella faz uma especulação sobre o futuro do Ocupe Estelita que, passados seis anos, vimos se concretizar: “Essa história está apenas começando e desconfio que não será fácil nem curta...”

Aproveitamos, neste aposto aberto a partir da matéria publicada por Raquel Rolnik, para nos debruçar rapidamente sobre o trabalho de Amanda Florência de Macedo, disponível na internet em formato de apresentação de slides.³⁵ Neste trabalho, ao que tudo indica, feito para a disciplina do professor Zeca Brandão, no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco, encontramos um levantamento de outras propostas para a área do Cais José Estelita, em consonância com foi publicado como comentário no blog da relatora da Onu. Macedo cita os projetos “Metrópole”, de 1998, “Metrópole Estratégica”, de 2002, o “Complexo Turístico-cultural Recife/Olinda”, de 2003 e o “Projeto Urbanístico Recife/Olinda”, de 2005. Apresentamos aqui suas conclusões, na íntegra:

1- Projetos que pensam “áreas” que se integram, não apenas restringindo-se ao lote a ser implementado, apresentam maior possibilidade de sucesso no tocante a transformação sócio-espacial dessas áreas; 2- Apesar de as duas propostas analisadas terem áreas construídas parecidas em quantitativos, a diferença do desenho e implementação delas faz com que difiram também em qualidade urbana, desmistificando a questão do adensamento, verticalização e coeficiente; 3- Como consequência da não realização do Projeto Recife/Olinda, enquanto conceito, ‘abriu-se mão’ de um marco para cidade por um marco imobiliário.

Sobre o trabalho de Macedo, encontramos uma postagem no blog dos Direitos Urbanos intitulada “Histórico do Projeto Novo Recife e outras propostas”³⁶ que afirma, a parte dos slides da autora para chegar a seguinte conclusão: “Um dos argumentos frequentes a favor do projeto do consórcio Novo Recife para a área do Cais José Estelita é simplesmente a ausência de outra proposta [...] mas isso é um equívoco”.

³⁵ https://pt.scribd.com/document/85831105/CAISxRecife-Olinda-mandaFlorencio#fullscreen&from_embed.

³⁶ <https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/04/04/historico-do-projeto-novo-recife-e-outras-propostas/>.

Fotografia 1 - Registro da primeira audiência pública sobre o Projeto Novo Recife



Foto: Leonardo Cisneiros/Diretos Urbanos.

Com uma participação popular notória, a audiência pública é um marco fundamental do que viria a se tornar o Movimento Ocupe Estelita. Dentro de um plenarinho da Câmara lotado, membros da sociedade civil se espremiavam para ouvir a apresentação do projeto, que começava a movimentar as redes sociais e pautar conversas e pequenos debates na esfera pública. Com as cadeiras todas preenchidas, as mais de 200 pessoas sentavam-se no chão, se aglomeravam na porta e até mesmo atrás da mesa principal. Temos um primeiro indicativo relevante de uma articulação política que se converte do campo virtual para o real e que gera uma forte repercussão midiática, estampando notícias nos veículos de comunicação corporativa. Entendemos este evento, reconhecendo sua articulação prévia e, portanto, não completamente espontâneo, como sendo a primeira ação pública do que viria a se tornar o Movimento Ocupe Estelita.

Precisamos destacar aqui, em paralelo à cobertura midiática tradicional, um elemento ainda pouco utilizado na época, que viria a se tornar uma ferramenta central na cobertura de atos em 2013. A audiência pública contou com a transmissão ao vivo em *streaming*³⁷, assim como teve registro integral feito por um dos membros do coletivo – hospedados no *Youtube* já no dia seguinte – posicionando o

³⁷ <http://www.ustream.tv/channel/jacarestream>.

movimento enquanto sujeito ativo de seus próprios registros e publicização. Dentre os comentários que repercutiram a audiência pública, encontramos uma gama daqueles que reportam o acompanhamento virtual em tempo real.

As quase 4h horas de reunião foram marcadas por uma participação popular acalorada³⁸. Durante as falas de apresentação, as reações variavam entre vaias, risos, aplausos e, por vezes, intervenções inflamadas. Dentro do protocolo, a sociedade teve espaço de fala e fez intervenções que destacavam os efeitos nocivos de um projeto de 13 torres de 40 andares em uma cidade inchada como o Recife, reclamavam estudos de impactos sociais antes da aprovação do projeto e a consulta popular diante de uma intervenção de alto impacto.

Primeiro a falar, Eduardo Moura, diretor de desenvolvimento imobiliário da Moura Dubeux e representante do Consórcio Novo Recife, apresentou o PNR em linhas gerais, ressaltando a parceria do consórcio com a Prefeitura da Cidade e o Governo do Estado, e creditando a autoria do projeto a três escritórios de arquitetura – JCL arquitetos, Borsoi Arquitetura e Alexandre Maçãs Arquitetos. Moura dividiu seu tempo de fala com os arquitetos Luiz Muriel e Jerônimo da Cunha Lima e exibiu o vídeo conceitual do projeto, que se abre com trecho do poema *O Início*³⁹ de Carlos Pena Filho. No filme, em estética de propaganda e com locução em off, o discurso do Novo Recife se constrói em cima de uma vocação da cidade para o novo, inserida em um momento promissor da economia do Estado, tendo o Porto de Suape como paradigma do progresso. Justifica-se a boa localização do empreendimento a partir de sua proximidade com o Shopping RioMar e do Polo Médico da Ilha do Leite e compara-se o Novo Recife às revitalizações feitas em cidades como Londres e Lisboa.

Enquanto as imagens do complexo de prédios apareciam, números na tela descreviam os supostos benefícios do projeto: R\$100 milhões em impostos, 2 mil empregos permanentes, R\$5 milhões em IPTU anuais, injeção de R\$1,2 bilhão na economia local, 6 mil empregos durante as obras. Segundo o vídeo, o projeto soma edifícios residenciais, empresariais e hoteleiros com a construção de sistemas viários, áreas verdes, equipamentos de serviço e lazer, além de um píer para pequenas embarcações. Releva-se ainda, na peça, um discurso atrelado à copa de

³⁸ Eu estive presente nessa audiência. Parte do que falo aqui vem da minha observação e parte vem dos vídeos que gravaram a íntegra da audiência.

³⁹ “Hoje,serena flutua/metade roubada ao mar/Metade à imaginação/Pois é do sonho dos homens/Que uma cidade se inventa”.

2014 – o que sugere uma previsão de inauguração anterior a essa data –, além de uma dicotomia entre o abandono x progresso. Enquanto se encerrava o vídeo, houve um levante de vaías e escracho.

A segunda fala foi a do professor Tomás Lapa, na ocasião, representando a sociedade civil. Se a participação popular expressava uma rejeição completa ao consórcio, o discurso do urbanista e acadêmico rendeu uma adesão manifestada por aplausos de pé e gritos de endosso. Lapa assentou sua fala sob o signo da ética enquanto sinônimo de representação do bom para o coletivo (“ética não pode ser um bom para uns poucos”) e defendeu um compromisso com a contemporaneidade atrelada a um desenvolvimento sustentável. “A transformação da cidade é inevitável. A nossa tarefa é geri-la sem que a sociedade perca o direito à sua memória e à sua identidade”, disse em um dos trechos do discurso, lembrando, por exemplo, que no terreno do Cais José Estelita estava a segunda linha férrea mais antiga do Brasil. Lapa também trouxe à tona o Código do Meio Ambiente, que prevê como regra o descortino das vistas para superfícies aquáticas para todos, não para poucos. Destacamos ainda da fala do professor o trecho em que versa sobre os limites da verticalização:

O gabarito de 40 pavimentos é incompatível com qualquer urbanismo sã. Essa lógica de liberar espaço pra subir verticalmente só produz estocagem de automóveis. Sem falar na saturação do abastecimento d’água e saneamento. A lógica da verticalização é segregadora e suprime qualquer capacidade de circulação. E os melhores guardiões das ruas, são os moradores. Um projeto desse tipo é um atentado à memória, à identidade da cidade mas, sobretudo, é um atentado à capacidade de circulação e mobilidade.

A secretária de Controle, Desenvolvimento Urbano e Obras do Recife, Maria José de Biase fez uma fala conciliatória, chegando a dizer, literalmente, que a Prefeitura não era “nem contra nem a favor” do projeto. Apontou como pontos a serem conciliados a promoção do desenvolvimento e a preservação da paisagem, atendendo a legislação em vigor. De Biase aponta para a decisão colegiada na Comissão de Controle Urbanístico (CCU) e Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU) – do qual tanto Tomás Lapa quanto Eduardo Moura eram membros. A decisão do Conselho de Desenvolvimento Urbano será retomada, já que é outro episódio importante na construção do Movimento Ocupe Estelita. Bastante interrompida por questionamentos inflamados, a secretária teve dificuldade de encaminhar seu

discurso, mas acrescentou que a prefeitura era a favor de que a propriedade tivesse função social, como é previsto por lei, e que a prefeitura negociava mitigações e contrapartidas por parte do consórcio, que envolviam, dentre outras, a demolição do Viaduto das Cinco Pontas, que até hoje passa por cima do Forte das Cinco Pontas.

Tanto Frederico Almeida, superintendente do Iphan em Pernambuco, quanto Nazareth Reis, arquiteta da Fundarpe, fizeram falas técnicas. Almeida afirmou que a comissão responsável pelo parecer julgou que a parte não operacional da linha férrea não representava memória ferroviária, ao contrário dos bens em operação – tais como os armazéns – que sim, teriam valor cultural e seriam preservados por serem representativos da memória nacional. O superintendente exigiu um processo arqueológico na área e também medidas compensatórias e mitigatórias, reforçando a retirada do Viaduto das Cinco Pontas, já pontuada pela Prefeitura. Nazareth Reis apresentou um processo ainda inconcluso de tombamento do patrimônio ferroviário da área e dos 28 galpões. “Em relação ao projeto, recebemos um *masterplan* sem conclusões ainda. A nossa preocupação específica é com a proximidade com os bens tombados”.

A última e, pelo seu teor taxativo e pela sua repercussão a posteriori, a mais relevante das falas da audiência, foi a da promotora de Meio Ambiente, Belize Câmara. Ao mesmo tempo em que ressaltou a existência prevista por lei da gestão compartilhada do planejamento urbano, trouxe à baía o artigo 225 da constituição⁴⁰ – que prevê a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado para essa e futuras gerações – e o entendimento de meio ambiente não só como “os bens naturalísticos, mas também os bens materiais, imateriais e artificiais que condicionam nossa existência e nosso bem-estar”. A promotora destacou ainda que a propriedade não é um direito absoluto, nem ilimitado, mas condicionado a uma função social. As colocações de Câmara variaram entre uma visão global do projeto, diante do planejamento e construção de uma cidade, dos desejos da sociedade e as normas específicas às quais os projetos urbanos devem se submeter – “Que espécie de empreendimento é compatível com aquela área da cidade?”, “qual empreendimento a sociedade deseja para aquela área?” e “quais os contornos legais desse empreendimento?”. Em relação às exigências legais, destacamos

⁴⁰ “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

algumas que acabaram por se tornar, daí pra frente, falas recorrentes no discurso adotado pelos militantes do MOE, indicando uma apropriação discursiva que denota um “aprendizado” coletivo a partir das várias etapas pelas quais o movimento passou. São elas a necessidade de Estudo de Impacto Ambiental, Estudo de Impacto de Vizinhança e o Estudo de Trânsito e Transporte.

Belize encerrou suas colocações afirmando que, de antemão, o Ministério Público se posicionava contra o projeto. O teor final da fala estimulava a participação popular e localizava a audiência pública como uma “semente para repensar o modelo imobiliário implantado na cidade do Recife”. Como último destaque da fala da promotora, elejo a leitura de um trecho de uma carta do professor e militante Leonardo Cisneiros, que circulara nas redes sociais nos dias que antecederam a audiência. Não somente pelo conteúdo da carta⁴¹, que sintetizava boa parte dos argumentos até então levantados contra o Projeto Novo Recife, mas pela relação entre a militância virtual e sua repercussão e influência no debate acerca do Cais, que atravessam toda a trajetória do Movimento Ocupe Estelita, em consonância com o que vinha acontecendo nas ocupações e insurgências ao redor do mundo.

3.2.3 Articulação e repercussão nas redes

Encontramos algumas informações acerca da mobilização nos perfis de alguns dos instigadores iniciais do debate, na sociedade civil. No perfil da socióloga Ana Paula Portella do Facebook, publicado no dia 5 de março, achamos uma postagem que faz referência à recomendação do Ministério Público para a preservação do Cais. Entre os comentários, lemos um relato que faz referência ao início da discussão no grupo “Lei Seca de Marília Arraes, eu digo não!”. O mesmo comentário nos apresenta ao começo da articulação institucional, que teria resultado

⁴¹ O modelo de negócio da indústria da construção civil em Recife e o modelo de desenvolvimento da prefeitura e do governo do estado são pouquíssimos sustentáveis e se assemelham à lógica do extrativismo mais bruto: obter o máximo de lucro de cada área edificada sem planejamento a longo prazo. Isso fará com que a longo prazo a indústria seja vítima dela mesma quando a atratividade da habitação na área urbana da cidade for diminuída pelo excesso de verticalização e seus problemas. Diversos projetos alternativos poderiam promover a revitalização daquela área, poderiam dar bastante lucro às empreiteiras sem tanto impacto na identidade visual da cidade e na infraestrutura local, porém não foram cogitados e menos ainda discutidos publicamente. A única alternativa apresentada foi a da máxima ocupação tecnicamente viável e o discurso que os interessados pelo projeto colocam nos jornais é uma falsa dicotomia entre ser a favor dessa única proposta ou ser inimigo do progresso.

na convocação da audiência pública, e a uma visita ao Ministério Público, que teria impacto na manifestação do órgão em relação ao PNR durante a audiência.

Lá no grupo contra Marília rolou e tá rolando ainda uma discussão bacana sobre o projeto. Fomos ao MP e estamos articulando um debate mais amplo a partir da câmara de vereadores. O projeto é monstruoso... Mas ainda não foi aprovado. Os caras começaram, como sempre, passando por cima das instituições. Faltam pareceres da PCR, do MP e do IPHAN.

No mesmo perfil, vemos iniciar-se a divulgação do “abaixo-assinado contra o Projeto Novo Recife” no dia 12 de março: “Assina aí, gente boa! São 13 torres de 42 andares na frente da bacia do Pina. Deixa não...”, acompanhava o link da postagem.

3.2.3.1 A nota

Publicado no formato “nota” do Facebook por Leonardo Cisneiros, no dia 14 de março, o texto “Algumas considerações sobre o Projeto Novo Recife”⁴² teve grande visibilidade nas redes sociais. A publicação teve 24 compartilhamentos e 41 comentários que alimentaram discussões sobre o PNR, mesmo antes de ele ser apresentado na audiência pública. O texto foi republicado no Blog do Jampa⁴³, onde teve 2258 acessos, em 2012 (mais da metade no mês de março), e 11 comentários. Em 28 de março, a nota foi postada também no Blog do Direitos Urbanos. Primeiramente faremos uma breve análise do texto. Em seguida, vamos a algumas informações que os comentários nos apresentam.

3.2.3.2 O conteúdo do texto da nota

A nota de Cisneiros começa demarcando o seu destinatário: empreiteiros, pessoas sem sensibilidade estética e políticos pouco interessados no futuro da cidade. Ou seja, o conteúdo parte – ou diz partir – do desejo de se dirigir àqueles que concordam com o PNR, com o objetivo de convencê-los do contrário. Cisneiros se utiliza de uma retórica que perpassa a teoria dos jogos e, no final das contas, o que parece desejar comprovar é que não levar em consideração um planejamento

⁴² <https://www.facebook.com/notes/leonardo-cisneiros/algumas-consideracoes-sobre-o-projeto-novo-recife/319553791427478/>.

⁴³ <https://jampapernambuco.wordpress.com/2012/03/14/algumas-consideracoes-sobre-o-projeto-novo-recife-por-leonardo-cisneiros/>.

integrado do espaço urbano é uma perda para o próprio empresariado, assim como para os possíveis compradores dos imóveis do PNR, a longo prazo. “É uma irracionalidade econômica que toma a forma de um modelo de crescimento insustentável e autodestrutivo que um dia se quantificará em prejuízo palpável”, afirma. Trazendo a questão da política à tona, ele defende que o governo, filosoficamente falando, se faz necessário justamente em contraposição à lógica individual e imediatista. “Um governo que somente serve a essa lógica, portanto, é omissa naquilo que é sua razão de existir, não é melhor que a anarquia do livre mercado e, assim, carece de legitimidade”.

O texto se desenvolve, depois dessa introdução, em oito pontos indutivos. Passemos superficialmente por cada um dele. O primeiro, versa sobre externalidade da obra: uma construção civil, defende, não tem seus efeitos limitados à empreiteira e ao comprador. Por isso, o mercado seria incapaz de se regular sozinho e a intervenção do poder público, seria necessária. Segundo o filósofo, o poder público deve ingerir sobre os efeitos negativos dos projetos individuais, tais quais degradação ambiental-paisagística-histórica, trânsito, calor, alterações da vivência da cidade, cisões sociais etc. O segundo, põe em xeque o critério do que é considerado ou não preservação arquitetônica. Cisneiros afirma que os critérios variam de acordo com a conveniência e que a lei e o poder público fecham os olhos para fatores imateriais e limitam a proteção somente a áreas construídas. “Consideram qualquer área não construída como recurso ocioso cuja destinação única é ser ocupada por edificações”. O terceiro, decidimos inserir integralmente, porque foi justamente o trecho lido pela promotora Belize Câmara durante a audiência:

O modelo de negócios da indústria da construção civil em Recife e o modelo de desenvolvimento da prefeitura e do governo do estado baseado nele são pouquíssimo sustentáveis e se assemelha à lógica do extrativismo mais bruto: obter o máximo de lucro de cada nova área edificável, sem planejamento a longo prazo. Isso fará com que, no longo prazo, a indústria seja vítima dela mesma quando a atratividade da habitação na área urbana da cidade for diminuída pelo excesso de verticalização e seus problemas. Diversos projetos alternativos poderiam promover a revitalização daquela área, dar bastante lucro às empreiteiras, sem tanto impacto na identidade visual da cidade e na infra-estrutura local, porém não foram cogitados e menos ainda discutidos publicamente. A única alternativa apresentada foi a da máxima ocupação tecnicamente viável e o discurso que os interessados

pelo projeto colocam nos jornais é o de uma falsa dicotomia entre ser a favor desta única proposta ou ser um inimigo do progresso.⁴⁴

Como quarto ponto, Cisneiros retoma que o planejamento a curto prazo das construtoras não leva em conta os efeitos a longo prazo. Por isso, é dever do poder público pensar no horizonte temporal que o agente econômico não considera.. O quinto argumento, como desdobramento do anterior, é que a lógica do mercado é irracional na medida em que converte o lucro imediato em prejuízo futuro.

Como sexta pontuação, lemos o autor dizer que a Lei de Uso de Solo e o Plano Diretor do Município não são eficazes sobre os impactos de novos empreendimentos, o que é complementado no sétimo ponto, onde afirma que, o Estatuto das Cidades, este sim, define diretrizes para o planejamento urbano. Dentre outras, o Estatuto prevê a garantia do direito a cidades sustentáveis para as presentes e futuras gerações, a gestão democrática na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano. O Estatuto estende ainda a proteção do patrimônio ao patrimônio cultural, artístico e paisagístico, além do histórico e arqueológico. “Assim, ainda que o projeto Novo Recife e outros estejam em consonância formal com a legislação urbanística da cidade, chocam-se com o espírito do Estatuto das Cidades e sobretudo da Constituição Federal quando ela dispõe sobre a função social da propriedade”.

Por último, o texto argumenta que a questão não se trata de ser contra o desenvolvimento, transformação ou modernização da cidade, tampouco se resume à preservação dos galpões na qualidade de patrimônio histórico.

O modelo de desenvolvimento queremos deseja o que é realmente modernidade e novidade e não o que simplesmente aparenta ser novo [...]. O caso do Projeto Novo Recife é apenas um caso dentro de uma tendência que já se instalou na cidade há anos e que deve continuar caso nada seja feito. O que é insidioso nesse modelo é que as transformações são feitas pouco a pouco, projeto a projeto, e as discussões acabam reduzidas a questões como se esse galpão ou aquela casa tem valor histórico ou não. Nisso perde-se de vista o grande projeto, o grande paradigma; [...] Discutir o Projeto Novo Recife, portanto, é discutir o futuro da cidade como um todo.

⁴⁴ Este foi o trecho lido por Belize durante a audiência.

3.2.3.3 Os comentários

Os comentários da postagem de Leonardo Cisneiros têm uma riqueza de informações que nos ajuda na reconstituição de uma narrativa dos bastidores. Em primeiro lugar, descobrimos que esse texto é uma versão expandida de outro, postado no grupo *Lei Seca de Marília Arraes, eu digo não!*⁴⁵. Em seguida, encontramos a sugestão, por parte de Cláudio Tavares, de publicar a nota em uma plataforma de maior visibilidade. “Enquanto a gente não tem o blog, bora colocar essa maravilha num outro que tenha muita visibilidade, pra twittar a partir de lá”, sugere, nos indicando que já havia a ideia de criação de um blog para o tema, mas que o mesmo ainda não havia sido criado. É daí que surge a ideia de publicar no Blog de Jampa, que se oferece, também em um comentário.

No rol dos comentários aparece também o da promotora Belize Câmara. No primeiro, ela tece elogios ao texto e se apresenta como uma das subscritoras da recomendação do Ministério Público e comunica de sua possível participação na Audiência Pública, ao mesmo tempo em que justifica o argumento do tombamento como sendo o mais forte diante da sua força legal: “Mas sem dúvida, a questão não diz respeito apenas ao patrimônio histórico e sim ao modelo de empreendimento que se quer naquela região. Esse foi o pano de fundo e a intenção do MPPE. Estarei presente à audiência pública. Me procurem por lá!”. Após resposta de Cisneiros, no qual diz compreender o “aspecto tático da menção à preservação histórica” e sugere que o MP consiga também ser um defensor “dos interesses coletivos mais difíceis de definir tão objetivamente”, Belize consulta se o autor do texto autoriza ter trechos da sua nota lidos na audiência. Cisneiros responde afirmativamente. Daí entendemos a construção de um diálogo extraoficial entre a promotora e o movimento – aqui, através de Cisneiros – que resultaram, como indicado, na leitura do trecho destacado acima.

Ainda sobre os comentários, depois de trinta e três deles localizados no ano de 2012 – às vésperas da audiência – encontramos outros oito, postados no ano de 2014. João Paulo Lima – o Jampa, do blog, retoma a discussão em tom nostálgico. “Desenterrando dos primórdios do D.U, quando nem D.U era ainda!”, posta, instigando outras pessoas a comentar. “Que coisa linda!! :))”, escreve Leonardo

⁴⁵Não conseguimos acessar o texto original no grupo.

Cisneiros; “Eita que eu me lembro....!!”, comenta Belize Câmara, em seguida acrescentando: “Foi um dos primeiros textos que me inspiraram”. Jampa continua: “Incrível que esse começo desembocou nessa resistência enorme agora... alguém já imaginava tudo isso?”, ao que Cláudio Tavares responde: “Só digo uma coisa, Jampa: EU ESPERAVA!”.

No dia seguinte à audiência pública, dia 23 de março, encontramos uma postagem de Ana Paula Portella comentando o evento.

Fala maravilhosa e muito, muito estimulante da promotora Belize, do MPPE, na audiência do projeto Novo Recife. Continuo emocionada e impressionada com o resultado de nossa mobilização. Que negócio poderoso são essas tais de redes sociais! Caraca... Se a gente usar direitinho, vamos muito longe, moçada... Feliz :)

Já em postagem de Cristina Gouvêa: “audiência ontem: empresários ridículos, Prefeitura e Iphan legalistas, Fundarpe, recuada, Tomaz Lapa, da UFPE, e Belize Câmara, do MP, valentes, precisos e sensíveis. Público poderoso”.

No dia 30 de abril, Portella volta a postar sobre o assunto:

a alegria aqui tá é grande mesmo! Não fazemos a menor ideia de onde é que isso tudo vai dar, mas tá bonito como eu nunca vi. A quantidade de gente que, voluntariamente, se envolve e escreve, fotografa, faz filmes, cartazes, panfletos, debates, intervenções... é incrível. Nos meus trinta anos de militância nunca vi nada igual. E cá pra nós [...], sem nenhum milésimo daquele estresse que conhecemos tão bem. Pelo contrário, é festa e política, revolta e alegria :))

Os comentários elencados acima nos apontam, primeiramente, para um estabelecimento de teias a partir das redes sociais (as redes sociais enquanto permeadoras de encontro de pessoas que pensam semelhante). O registro do diálogo entre Câmara e Cisneiros e os posts de Portella e Gouvêa mostram como as relações entre a promotora e movimento se iniciaram longe de uma formalidade e como foi-se construindo uma admiração pela figura da promotora. Destacamos isso porque, adiante, Belize Câmara se tornará uma peça fundamental dentro da disputa em torno do Cais, sofrendo inclusive perseguição política que resultou no seu afastamento do caso.

Já os comentários escritos em 2014 nos mostram uma relação de afetos dos sujeitos inseridos no movimento tanto uns com os outros, quanto pela movimentação em si, tal como uma surpresa/orgulho diante do que o Ocupe Estelita se tornou.

3.2.4 Desconstrução Civil e o Vurto

O coletivo Vurto de produção audiovisual ativista, composto pelos cineastas Marcelo Pedroso e Felipe Peres Calheiros e colaboradorxs publicou, logo em seguida à audiência pública⁴⁶ o vídeo Desconstrução Civil⁴⁷. O filme é uma edição de imagens de registro da audiência pública onde aparecem, entrecortados, trechos do vídeo-propaganda do Consórcio Novo Recife e trechos das falas do professor Tomaz Lapa e da promotora Belize Câmara. Não nos ateremos ao conteúdo das falas, aqui, por já termos analisado os vídeos brutos que o compõem, acima, no entanto destacamos a estratégia utilizada pelos realizadores: na edição, o professor e a promotora desconstroem os argumentos contidos no vídeo institucional das empresas. Para cada trecho da propaganda, uma resposta, às vezes mais, às vezes menos direta.

O Vurto tem seu primeiro vídeo postado no dia 30 de maio de 2011 e o último, em 25 agosto de 2015. Nesses pouco mais de quatro anos de existência, o coletivo produziu 21 curtas-metragens, todos posicionados politicamente e, em sua maioria, relacionados às questões urbanas do Estado de Pernambuco. O “Desconstrução Civil” foi o décimo segundo filme publicado no site. Antes dele, foram abordados, por exemplo, a questão do auxílio-paletó, no vídeo “Engravatados”; a privatização do Praia do Paiva, em “Portal”, a verticalização, em “Recife MD”; a construção da Via Mangue, em “Concreto Armado” e os efeitos nocivos do Porto de Suape para a população local, em “Brasília Highway”.

De uma forma geral, podemos destacar uma produção audiovisual local engajada, que extrapola os vídeos do Vurto e que se preocupa com as questões relativas ao direito à cidade. É importante pontuar que, diante da construção das Torres Gêmeas, ao lado do Sítio Histórico do Recife, foram realizados, dentre outros, os curtas “Projeto Torres Gêmeas”⁴⁸ de assinatura coletiva e “Eiffel”⁴⁹, de Luiz Joaquim.

⁴⁶ Não conseguimos precisar a data, já que na postagem conta o dia 17 de março, anterior ao dia da audiência, o que torna a data impossível. O vídeo é assinado por Felipe Peres Calheiros e Guma Farias.

⁴⁷ <https://vimeo.com/39050957>.

⁴⁸ O Projeto Torres Gêmeas, lançado em 5 de novembro de 2011, segundo a sua descrição, é fruto de várias discussões que foram ao longo de dois anos e nasce da vontade de algumas pessoas ligadas ao meio audiovisual pernambucano de falar do Recife e de suas relações de poder a partir do projeto urbano que vinha/vem sendo desenvolvido na cidade. “A ideia consistiu da realização de um filme coletivo, feito a partir de vários olhares sobre a cidade, aberto a qualquer pessoa que desejasse

O produtos audiovisuais vão acompanhar toda a trajetória do Ocupe Estelita, ganhando destaque na narrativa do Movimento em decorrência de sua abundância e repercussão, e aparecerão com destaque mais adiante.

3.2.5 Repercussão na imprensa

Em paralelo a uma análise direta, já que estive presente, e mediada por registros, já que a audiência foi gravada e publicada na íntegra, traremos aqui, brevemente, alguns pontos sobre a repercussão na mídia tradicional. O Jornal do Commercio, o que tem maior tiragem do Estado, publicou a notícia com o seguinte título: “Novo bairro no Cais José Estelita acende polêmica”⁵⁰. Na matéria que saiu no jornal impresso do dia 23 de março, o destaque vai para o “clima quente” e para a rejeição do público ao projeto e descreve o PNR como “construção 12 prédios de 20 a 40 pavimentos” em um local “semi-abandonado há mais de uma década”. A matéria dá destaque aos 35% de área destinada a uso público, como previsto em lei, e para as ações mitigadoras, tais como a construção de praças, ciclovias, e criação de ruas “Os armazéns mais próximos ao Forte das Cinco Pontas são mantidos, preservados e transformados num centro cultural a ser administrado pela Prefeitura do Recife.” Das críticas ao projeto, foram destacados da fala do professor Tomaz Lapa os seguintes trechos: “É um atentado à memória e à identidade da cidade, mas sobretudo, é um atentado à capacidade de circulação e à mobilidade” e “prédio de 40 pavimentos é incompatível com qualquer urbanismo são, no Recife ou em qualquer outra cidade do mundo.” Da promotora Belize Câmara, destacou-se a exigência dos estudos de impacto ambiental, de vizinhança e trânsito. O seguinte trecho aparece aspeado: “O Ministério Público se posiciona pela reprovação do

participar, independentemente de experiências prévias com o audiovisual ou outros meios artísticos”. Participaram Allan Christian, Ana Lira, André Antônio, André George Medeiros, Auxiliadora Martins, Caio Zatti, Camilo Soares, Chico Lacerda, Chico Mulatinho, Cristina Gouvêa, Diana Gebrim, Eduarda Ribeiro, Eli Maria, Felipe Araújo, Felipe Peres Calheiros, Fernando Chiapetta, Geraldo Filho, Grilo, Guga S. Rocha, Guma Farias, Iomana Rocha, Isabela Stamparoni, João Maria, João Vigo, Jonathas de Andrade, Larissa Brainer, Leo Falcão, Leo Leite, Leonardo Lacca, Lúcia Veras, Luciana Rabelo, Luís Fernando Moura, Luís Henrique Leal, Luiz Joaquim, Marcelle Lima, Marcelo Lordello, Marcelo Pedroso, Mariana Porto, Matheus Veras Batista, Mayra Meira, Michelle Rodrigues, Milene Migliano, Nara Normande, Nara Oliveira, Nicolau Domingues, Paulo Sado, Pedro Ernesto Barreira, Priscilla Andrade, Profiterolis, Rafael Cabral, Rafael Travassos, Rodrigo Almeida, Tamires Cruz, Tião, Tomaz Alves Souza, Ubirajara Machado e Wilson Freire.

⁴⁹ Eiffel foi lançado em 28 de fevereiro de 2010, quando se encerrava a construção das torres.

⁵⁰ <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/noticia/2012/03/23/novo-bairro-no-cais-jose-estelita-acende-polemica-36806.php>.

projeto". O JC pontua uma "ausência" na fala da promotora, chegando a pautar o tema que supostamente deveria ter sido abordado, a saber "o estado de abandono e favelização no entorno da área". A matéria pontua, ainda, a distribuição do abaixo-assinado contra o projeto, que, na ocasião, contava com 1610 assinaturas.

Na matéria postada no JC Online, também do sistema Jornal do Commercio, no dia 22 de março, intitulada "Câmara lotada para audiência pública sobre projeto do Cais José Estelita"⁵¹, com o subtítulo "De acordo com o projeto, serão demolidos diversos galpões do complexo de edificações da extinta Rede Ferroviária Federal e construído um conjunto de prédios comerciais e residenciais" encontramos a seguinte informação complementar: "Recentemente o Ministério Público Estadual recomendou a Prefeitura do Recife a não autorizar as demolições dos galpões até que haja um pronunciamento oficial do Iphan, da Fundarpe e da Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural do Município".

O Diário de Pernambuco não realizou cobertura do evento, mas publicou uma matéria da audiência no jornal impresso do dia 22 de março (escrita, portanto, no dia anterior à audiência). O título "Sinal verde para o novo cais"⁵² sugere a irrevogabilidade do projeto e acaba por situar a audiência como um processo sem importância no destino da cidade. A matéria abre com o "aval" da Fundarpe para o projeto, diante de uma análise do órgão que declarava que os galpões ao lado do Viaduto Capitão Temudo não tinham valor cultural nem histórico – o que contradiz a fala da representante do órgão, durante a audiência - mas se desdobra em algumas ressalvas, que são apresentadas como informações secundárias como, por exemplo, que os armazéns ao lado do forte tinham recomendação de serem preservados, segundo o Iphan. "Esse conjunto foi considerado como remanescente histórico da antiga rede ferroviária. Ele não é tombado, mas tem que ser preservado e não será liberado para nenhuma ação. O mesmo vale para a linha férrea que passa por trás desses armazéns, que é a segunda mais antiga do país" é o trecho creditado ao Superintendente do Iphan Frederico Almeida. A audiência pública aparece como intertítulo da matéria, portanto, como notícia menos relevante (menor valor notícia segundo os critérios do jornal) do que o "sinal verde", ainda que, factualmente, tenha sido ela a justificativa da matéria sair naquele dia. O jornal

⁵¹ <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2012/03/22/camara-lotada-para-audiencia-publica-sobre-projeto-do-cais-jose-estelita-36697.php>.

⁵² http://www.mppe.mp.br/siteantigo/siteantigo.mppe.mp.br/index.pl/clipagem20122203_sinal62dc.html?op=makePrintable.

acaba por insinuar uma conclusão do debate prematuramente, ou mesmo antes de ele ganhar a participação popular.

Na mesma matéria obtemos a informação de que havia previsão de lançamento de vendas para entre junho e setembro daquele ano. O texto cita também a informação de que grupos nas redes sociais foram criados para repercutir o tema (“533 interessadas no evento do Facebook sobre o tema e 800 membros no grupo ‘Contra o Projeto Novo Recife’”). O abaixo-assinado que circulava na internet, com até então, 1,5 mil assinaturas, também ganhou nota.

O portal de notícias Leia Já, assim o JC, também fez matéria de cobertura da audiência e publicou a notícia “População debate construção de torres no centro do Recife” no seu site no mesmo dia⁵³, com o subtítulo “Audiência pública lotou plenarinho da Câmara no Recife”. Assim como o Jornal do Commercio, deu relevo à participação popular descrita como “cobrança” com “aplausos” e “muitas vaias”. A primeira metade da matéria se atém a relatar duração e composição da mesa. Em seguida, destaca a fala do representante do consórcio, focado nas mitigações do projeto (área pública e área verde). Vale destacar aqui os seguintes trechos:

O projeto reserva 36 mil metros quadrados para área pública e outros 25 mil metros para área verde. A vegetação ficará muito mais densa e o terreno, que não tem um destino social correto, receberá um equipamento urbano atualizado’, disse (Eduardo Moura). Para o grupo presente, organizado através de um evento criado na rede social Facebook, a fala do empresário não convenceu nem tampouco agradou, pois foi rechaçada com vaias e palavras de protesto. Ainda segundo ele, áreas verdes, de convivência e que dialogam com a cidade e a sociedade também estão incorporadas ao projeto.

Segundo trecho:

No vídeo que apresenta o empreendimento denominado ‘Novo Recife’, foram descritos benefícios que o empreendimento trará para a cidade. Entre eles, a injeção econômica de 1,5 milhão ao Estado, as fontes de iluminação colocadas na Bacia do Pina, a geração de empregos durante e depois da obra, além do percentual arrecadado pela cidade com o IPTU e a ligação que as torres terão a um novo shopping da cidade. A plateia reagiu com vaias e palavras de protesto à peça publicitária que compara o empreendimento aos encontrados em Londres e Lisboa.

Da maneira que estão escritos, os dois trechos permitem a interpretação de que as pessoas se opuseram às áreas públicas e verdes (no primeiro trecho) e à

⁵³ <http://www.leiaja.com/politica/2012/03/22/populacao-debate-construcao-de-torres-no-centro-do-recife/>.

criação de novos empregos e injeção na economia do Estado. Ressaltamos aqui, que a publicação do *Leia Já* não faz menção às falas nem da promotora Belize Câmara, nem do Professor Tomás Lapa, que apontaram críticas ao projeto, mas somente à de Eduardo Moura e da Secretária Maria José de Biase.

Mas, a despeito de uma cobertura enviesada, é nessa matéria que temos um registro importante para o seguimento da nossa pesquisa. Sobre o grupo da sociedade civil que esteve presente, além da entrega do abaixo-assinado, foi pontuado que, naquele momento, as pessoas reunidas formalizaram a criação de um grupo, chamado Direitos Urbanos, supostamente em “alusão aos direitos humanos que estão sendo violados com a construção do empreendimento”.

O Portal G1 noticiou o evento com o seguinte título: “No Recife, projeto imobiliário no Cais José Estelita gera debate acalorado”⁵⁴ e é, dentre as listadas aqui, a única matéria assinada (Luna Markman). As alegações do movimento aparecem logo no lide “defesa do patrimônio material e sentimental” e, na descrição do projeto, o G1 cita os prédios para, em seguida enumerar as mitigações. No intertítulo “análise” destaca, por parte da fala da prefeitura, uma aprovação condicionada a adequações e mitigações e, do Iphan, à pesquisa arqueológica e de salvaguarda do patrimônio existente. Da Fundarpe, destacou a inconclusão do laudo e a indicativa de tombamento ligado aos trilhos da Rede Ferroviárias Federal (REFESA). Dentro do segundo intertítulo, “Oposição”, Markman elencou o tema da verticalização como central e lembrou o caso das Torres Gêmeas, dando destaque para trechos das falas de Tomás Lapa⁵⁵. Também integrando as falas opositoras, o G1 destaca o seguinte trecho da promotora Belize Câmara:

Nós não queremos nada que não está na lei. Estamos só pressionando para saber qual é o valor daqueles bens, que a Fundarpe está analisando. Vou pedir também o parecer [da superintendência] do Iphan sobre essa valorização. Isso tudo é para saber o que é permitido naquela área, que tipo de empreendimento, se é o que a população quer e quais impactos ele vai causar no meio ambiente, na paisagem, no transporte e no trânsito.

Observa-se que a fala do Ministério Público aparece endossada (“está acompanhando o assunto desde 2008”). A matéria lembra ainda a recomendação

⁵⁴ <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2012/03/no-recife-projeto-imobiliario-no-cais-jose-estelita-gera-debate-acalorado.html>.

⁵⁵ “Não sou contra o progresso, mas ele tem que ocorrer de forma ética, boa para todos. Esse projeto é um atentado ao patrimônio, à memória, à identidade, à paisagem e só reforça o modelo de ocupação que segue a lógica econômica e segregadora”

do MPPE de suspensão da demolição dos galpões na área da Cabanga, para evitar um dano irreversível ao patrimônio público.

O G1 também foi o único a conceder espaço para a fala da sociedade civil. “Conseguimos essa mobilização em uma semana e, se for preciso, nós vamos às ruas. Isso é só o começo”, aparece creditada à jornalista Mariana Moreira, que entregou a petição online aos presentes. Por último, retomamos a matéria “Recifenses articulam mobilizações online por mudanças na cidade”⁵⁶, publicada no blog Mundo Bit, no dia 26 de março. Com subtítulo “Audiência pública lotada na Câmara dos Vereadores do Recife: a força das redes sociais” a matéria destaca que a maioria das pessoas que estavam ali foi convocada pelo Facebook, “em uma mobilização que planeja articulações que vão além das redes sociais e que possam levar a mudanças concretas”. Em outro trecho lemos a primeira menção ao grupo Direitos Urbanos enquanto agente:

O grupo Direitos Urbanos foi o principal responsável por reunir interessados em discutir problemas do Recife, como urbanismo, desenvolvimento sustentável, entre outros assuntos. Tudo começou como um local para protestar contra a lei que regula o consumo de bebidas alcólicas, proposto pela vereadora Marília Arraes (PSB-PE). O espaço cresceu, ganhou novas discussões e acabou por mudar de nome. Com cerca de 800 membros, a preocupação agora é a formulação de propostas para os problemas.

⁵⁶ <http://blogs.ne10.uol.com.br/mundobit/2012/03/26/recifenses-articulam-mobilizacoes-online-por-mudancas-na-cidade/>.

4 A CRIAÇÃO DO DIREITOS URBANOS

O dia 22 de março, além de ter sido marcado pela conversão da mobilização virtual em uma presença física atuante na audiência de apresentação do Projeto Novo Recife, no Plenarinho da Câmara dos Vereadores, foi também marco de criação do grupo Direitos Urbanos. Composto por um conjunto heterogêneo de pessoas interessadas em debater e lutar por pautas que circundam a cidade, o coletivo se tornou um importante fórum de articulações e um canal independente de compartilhamento de informações e denúncias em torno do direito à cidade, tendo duas plataformas principais, um blog hospedado no Wordpress (direitosurbanos.wordpress.com) e um grupo do Facebook (<https://www.facebook.com/groups/direitosurbanos/>).

Numa tentativa de contribuir com uma arqueologia do presente – já que é no presente onde se encontra a luta em torno do Cais e também o grupo Direitos Urbanos – me proponho aqui a investigar tanto o blog quanto o grupo do Facebook. Neste momento, o próprio Direitos Urbanos é objeto, mas, em muitos momentos, ele é fonte e importante acervo de documentos, em sua maioria, escritos a partir de um envolvimento espontâneo e imediato dos colaboradores. Não há acaso nenhum na coincidência das datas. A forte mobilização na audiência pública foi ponto de encontro de pessoas interessadas em agir coletivamente – algumas delas já conhecidas entre si, outras não. A agregação em torno do futuro do Cais José Estelita colocou em rede sujeitos diversos e comprovou um desejo de ação até então ainda ilhado, como presente no depoimento de uma das integrantes fundadoras do grupo, a professora de Direito Liana Cirne Lins, para a revista Outros Críticos.

Conheci as pessoas com as quais o grupo Direitos Urbanos seria formado numa audiência pública lotada de gente, na Câmara de Vereadores do Recife, em março de 2012. O que eu vi, senti e experimentei naquela audiência pública foi um vínculo. Não apenas com as pessoas, mas com as ideias.⁵⁷

⁵⁷<https://outroscriticos.com/estelita-mon-amour/>.

Ainda no mesmo texto, encontramos o destaque da integrante para a possibilidade de ação coletiva e uma descrição do perfil do grupo que se iniciava. “Gente com as mais diferentes formações técnicas, profissionais, diferentes classes sociais e visões de mundo e uma coisa em comum: um desejo de interferir na vida da cidade”. Além de uma ferramenta de compartilhamento amplo, rápido e direcionado a determinados temas, o grupo chegou a ser proponente de ações populares e representações ao Ministério Público, pedidos de informação, elaboração de projetos de lei, participação em audiências públicas e chegou a assumir assento no Conselho da Cidade do Recife. Foi no DU que foram gestados, dentre tantas outras mobilizações, os Ocupe Estelita em suas versões dominicais (tema abordado adiante), assim como foi lá em onde a demolição irregular do Cais (a despeito de cinco ações judiciais em curso, três delas propostas pelo próprio DU) ganhou publicidade ampla e instantânea, desencadeando a ocupação/acampamento do 21 de maio de 2014.

Um dos administradores do grupo, o professor e filósofo Érico Andrade é autor de uma série de artigos acerca do tema. Na maioria deles, mescla seu próprio relato com reflexões acerca da estrutura criada pelo Direitos Urbanos e suas consequências na luta pelo direito à cidade, no Recife. Segundo Érico em seu artigo “Direitos Urbanos: a luta em rede”, de 2014, o surgimento do DU está relacionado ao debate ocorrido no final de 2011, sobre o projeto de lei de autoria de Marília Arraes que visava proibir o consumo de álcool nas vias públicas (em nossa pesquisa já havíamos encontrado os indícios no link para o grupo na página do evento da audiência pública). No mundo virtual, formou-se um grupo político cujo propósito passou a ser “discutir os direitos relativos à mobilidade, lazer, áreas de convivência, uso do solo e demais temas ligados ao urbanismo de modo geral” (ANDRADE, 2014). As reflexões de Andrade (2014) indicam uma nova formatação de movimento social sem lideranças institucionalizadas (a discussão de do autor gira em torno do debate da horizontalidade) e com uma participação que se efetiva e legítima na participação dos eventos realizados pelo grupo. Embora a rede seja a ferramenta essencial do DU, Andrade defende a transposição do mundo virtual para o mundo da atuação política por duas vias: a primeira, pela participação dos integrantes do grupo em espaços em disputa (como audiências e reuniões), a segunda, propondo eventos presenciais – como os encontros de domingo, no Cais José Estelita.

No artigo “Nem solitárias, nem amargas: a luta pelo direito à cidade para e pelas pessoas – o caso do #ocupeestelita” assinado por Liana Cirne Lins, Frida Lemos e, outra vez, Érico Andrade, encontramos que o Direitos Urbanos é a união de um grupo de ativistas “contra um planejamento atomizado da cidade materializado no projeto Novo Recife” (LINS; LEMOS; ANDRADE, 2015). Segundo os autores, o Direitos Urbanos passou a assumir o protagonismo das discussões sobre o direito à cidade no Recife “promovendo diversas ações online e offline que colocaram o Estelita no centro das discussões políticas e urbanísticas locais”. Ainda segundo Andrade et al., o Direitos Urbanos é um coletivo político cujo propósito passou a ser “discutir os direitos relativos à mobilidade, lazer, áreas de convivência, uso do solo e demais temas ligados ao urbanismo de modo geral”(LINS; LEMOS; ANDRADE, 2015).

O grupo no Facebook rapidamente converteu-se em um fórum importante para o debate acerca de um planejamento urbano democrático, assim como plataforma para denúncias as mais diversas, desde demolições de construções históricas (Edifício Caiçara), processos de gentrificação (Coque (R)existe), a denúncias de desmatamento de árvores, estacionamento em lugares indevidos e reclamações de cicloativistas. “Os (as) integrantes do grupo Direitos Urbanos se empoderavam cada vez mais das discussões referentes à cidade e se tornavam vigilantes das ações praticadas pelo capital privado e acobertadas covardemente pelos governos.” (LINS; LEMOS; ANDRADE, 2015). Em outro trecho do mesmo artigo, os autores afirmam que a decisão era usar as armas que tinham (inteligência, criatividade e convicções) contra o poderio do governo e dos empresários. O coletivo denunciava o “casamento perverso” entre a omissão do Estado, a ação dos grandes empresários, gerando a negação de direitos:

Nós não iríamos mais tolerar que a cidade em que vivemos fosse desenhada sem nós. A cidade deveria ser para as pessoas e também pelas pessoas. Nós estávamos tomando o debate em nossas mãos, estávamos gritando e estávamos criando as condições para sermos ouvidos. Estávamos mudando o jogo.(LINS; LEMOS; ANDRADE, 2015, p.12)

Os membros do grupo que, em junho de 2018 somavam mais de 30 mil, desde 2012 postavam, comentavam e compartilhavam notícias, textos, depoimentos em torno da cidade de modo que o fórum se tornou uma grande plataforma de formação e informação. Como é próprio do “grupo”, no Facebook, existiam

administradores⁵⁸ - com poderes, inclusive para apagar postagens que fugissem do tema e banir pessoas que não respeitassem as regras do espaço e também para fixar posts como destaque. Sobre o tema da administração, Cavalcanti (2016) constatou em sua pesquisa que eles:

Participam de chats específicos para discutir ações estratégicas, pautam o grupo realizando postagens, mantêm o debate dentro da pertinência temática (filtrando o conteúdo e deletando posts), relacionam-se com outros coletivos e atores sociais e públicos (a exemplo do Ministério Público), e, cientes das pautas que atraem mais pessoas, buscam um discurso único em torno de um ponto nodal que aglomere os mais diversos grupos sociais (CAVALCANTI, 2016, p. 18)

Na própria página do grupo do Facebook, encontramos uma auto-descrição do DU, onde também estão elencadas as principais pautas. O post foi feito pelo administrador Leonardo Cisneiros e data 12 de julho de 2013, portanto, mais de um ano depois de sua criação. O texto sugere ser uma republicação, mas não encontramos indícios da data de sua publicação original.

O grupo Direitos Urbanos se define como originários de uma articulação de pessoas interessadas em política e preocupadas com os problemas da Cidade do Recife, que se conheceram offline. Através da articulação online, via redes sociais, o grupo se expande e passa a agir. Leonardo considera como primeira ação coletiva, o pedido de tombamento do Edifício Caiçara, em 2011 (anterior mesmo à articulação contra o projeto de lei que proibia o consumo de álcool nas vias públicas, citado por Andrade). O grupo agrega pessoas

Em torno do desejo comum de participar mais ativamente das decisões políticas que regulam ou interferem na vida social da cidade do Recife, buscando alternativas de ação quando o interesse da cidade fica esquecido pela representação política formal.

Ainda em auto-definição, o DU se coloca como um grupo de esquerda⁵⁹, aberto, mas não “fórum de todas as correntes ideológicas”. São defensores “intransigentes da democracia, seus princípios, valores e instituições” que utilizam a

⁵⁸Em Junho de 2018, a página contava com 13 administradores: Máira Acioli, Nadja Granja Falcone, Leonardo Cisneiros, Ana Lira, Keila Vieira, Cristina Lino Gouveia, Jejel Miranda, Érico Andrade, Edineia Alcantara, Ceça Moraes, Felipe Melo, Marcelo Soares e Renata Azambuja Gomes.

⁵⁹O grupo entende esquerda por: “defesa da democracia, da justiça social, da diversidade, das minorias, da inversão das prioridades no processo de urbanização, na mobilidade, defesa da transformação da cidade e do país e não do retrocesso, do preconceito, do conservadorismo, do aprofundamento das desigualdades sociais”.

internet como um meio para atuar, obter e processar informações, articular e incorporar mais gente. Identificam-se como horizontais, mas ponderam que horizontalidade não é sinônimo de falta de pautas. A descrição reforça a potência de um olhar multifacetado dos problemas, dada pluralidade dos integrantes do grupo que apontam para a solução destes.

O post elenca um rol de pautas frequentes, em que se destacam a transparência e participação popular; a revisão e regulação do Plano Diretor e reorganização da legislação urbanística; a valorização do espaço público, revitalização sem gentrificação; deslocamento não-motorizado e planejamento do uso do solo como centro do problema da mobilidade e subsídio e valorização do transporte coletivo como forma de distribuição de renda e de construção de um modelo de mobilidade mais eficiente.

Dentre os trabalhos encontrados acerca do assunto, elegemos três por terem o Direitos Urbanos como objeto e, ao mesmo tempo, partirem da nossa área de estudo. Batista & Felix (2014), Batista (2015) e Cavalcanti (2016) realizaram, respectivamente, um artigo, uma tese e uma dissertação ligados aos estudos da Sociologia e, a partir deles, apresentaremos alguns dados e conclusões. Em sua tese intitulada “Entre a rede e a comunidade: interação e comunicação nos grupos do Facebook – o caso do Direitos Urbanos | Recife”, Batista (2015) afirma que o grupo Direitos Urbanos surgiu a partir da Audiência Pública do dia 22 de março como continuidade de discussões anteriores ligadas ao direito à cidade, em específico à preservação do Edifício Caiçara e à contraposição ao Projeto de Lei proposto por Marília Arraes, ambos, com grupos hospedados no Facebook:

Diversos membros dos grupos Salve o Caiçara e Lei Seca de Marília Arraes – Eu digo não! compareceram à audiência e decidiram se articular com outras pessoas presentes para criar um novo grupo no Facebook, este de escopo mais amplo, no intuito de unir forças para combater um modelo de cidade considerado excludente, predatório e violento, imposto pelo apetite das construtoras e com a conivência do poder público, capaz de causar degradação ambiental, paisagística, histórica e arquitetônica. Assim surgia o grupo Direitos Urbanos | Recife. (BATISTA, 2015,p. 26).

Batista (2015), além de entrevistas com os membros do grupo encontra, ainda como evidência, uma coincidência: boa parte dos administradores do DU, participa ou administra os outros dois grupos que o antecederam.

Ainda segundo Batista (2015), a partir da teoria de Castells (2013) o DU é um espaço em rede – um híbrido entre as redes sociais da internet (espaço de fluxos) e o espaço urbano ocupado (espaço de lugares). Nesse caso, o *espaço de fluxo* é o Facebook, enquanto o *espaço de lugares*, seria a cidade do Recife (suas ruas, seus bairros, seus moradores e seus inúmeros problemas urbanos). “Significa dizer que o grupo transita nessas duas dimensões, on e off-line, e que essas dimensões se retroalimentam” (idem). A autora constata que tal espaço oferece duas experiências distintas que interferem nos processos de interação e comunicação entre os membros do grupo: a experiência de rede e a experiência de comunidade.

Por sua participação nas discussões e, em especial, pela sua capacidade de articulação, o DU acabou conquistando espaços de participação legitimada, sendo a maior representação dessas, uma cadeira no Conselho da Cidade do Recife (ConCidade)⁶⁰, ao lado de outras 44 representações (divididas entre 18 vagas para representantes do poder público municipal, 12 da sociedade, 6 do empresariado e 9 da academia). O DU entrou no ConCidade na cota dos movimentos sociais e populares, o que acaba por reconhecê-lo enquanto tal, a despeito de discussões formais sobre a pertinência do conceito que possamos ter. Outro aspecto que, segundo Batista (2015), ratifica a projeção alcançada pelo DU é a criação de grupos semelhantes em outras cidades brasileiras, inspirados no caso recifense, como, por exemplo, no Rio de Janeiro, Salvador, Maceió e Fortaleza.

Em levantamento quantitativo com 336 membros do DU, realizado em 2013, Batista e Felix (2014) investigaram o perfil dos membros, suas motivações, expectativas, mobilizações e ações dentro de uma ação que é, “ao mesmo tempo, virtual e ‘real’” (BATISTA; FELIX, 2014). A pesquisa publicada em forma de artigo, sob o título “Direitos Urbanos | Recife – Uma nova forma de articulação e participação política” mostrou, como esperado, uma forte relação com a cidade do Recife, sendo 89% residentes da cidade e região metropolitana. Encontra também que 92% dos respondentes afirmaram conhecer outros membros do grupo pessoalmente e que mais de 90% não participa de nenhuma organização partidária. Sobre o perfil socioeconômico dos membros do DU, se dividem igualmente entre homens e mulheres e é majoritariamente composto por jovens (74% até 34 anos), com alta escolaridade (81% com, no mínimo, ensino superior). A renda se concentra

⁶⁰ Instância responsável pela discussão e acompanhamento das políticas públicas relacionadas com o espaço urbano com foco na melhoria da qualidade de vida na capital pernambucana.

majoritariamente (29,6%) na faixa que recebe mais de um até três salários mínimos, seguido pela faixa que recebe entre 3 e 6 salários mínimos (19,2%). Por último, destacamos o leque de ocupações e profissões que somam estudante (27,33%), arquitetos/urbanistas (8,07%), funcionários públicos (6,83%), professores (6,83%), jornalistas (6,52%), designers (4,97%), sociólogos (2,80%) e advogados (2,48%). Os demais não pontuaram 2%.

A partir da bibliografia que levantamos, concordamos com a conclusão de que o perfil do grupo dos Direitos urbanos se assemelha ao dos participantes das manifestações no Brasil e no mundo, em sua maioria: jovens, estudantes ou profissionais liberais, de classe média com um razoável grau de escolaridade, sem vínculos partidários ou engajamento em outros movimentos sociais. Outro detalhe importante é que 70% dos que responderam à pesquisa afirmaram ter participado de pelo menos um dos eventos realizados até então pelo grupo. Batista (2015) conclui:

A junção de um fórum de discussão virtual, que inclui a elaboração de propostas, aliado a ações no mundo off-line, mostrou-se eficaz, tanto na possibilidade de desenvolvimento e fortalecimento de um movimento social, quanto na sua visibilidade e mobilização que podem trazer resultados e conquistas importantes para a cidade do Recife. (BATISTA, 2015, p. 29)

O levantamento da autora aponta que a atuação do DU no mundo off-line está diretamente ligada aos “ocupes”, (sendo mais da metade dos eventos offline propostos ligados diretamente ao tema). A partir de ações on e off-line, o DU conseguiu resultados que envolvem conquistas tais como o impedimento da construção dos viadutos da Avenida Agamenon Magalhães, o tombamento da Fábrica da Torre e o atraso de, agora, cinco anos na construção do projeto Novo Recife. “Ainda que o projeto saia do papel, a atuação do grupo mostrou que é possível se contrapor ao poder do capital imobiliário reivindicando, fundamentalmente, o direito à cidade.” (BATISTA, 2015).

Também são conclusões de Batista (2015) que a participação na rede não é homogênea: boa parte do grupo não costuma interagir, são pouco, diante do todo, os que curtem as postagens, menos são aqueles que comentam e uma parcela ainda menor dos 30mil cria suas próprias postagens.

Há uma distância significativa entre o que é ser membro e o que é participar efetivamente de uma comunidade on-line. Não dá para dizer que alguém

pertence a uma comunidade on-line porque “curtiu” uma página ou se só visitou o fórum uma ou duas vezes (BATISTA, 2015, p. 36)

Ainda assim, percebe-se um fluxo intenso de postagens, que, no período de investigação da autora, mediava 50 por dia. O fluxo intenso e desordenado das postagens, ao mesmo tempo em que dificulta a organização de informações (o que é parcialmente suprido no blog), possibilita uma repercussão (e reação) rápida aos eventos, graças a eficácia na troca de informações.

A partir da análise do funcionamento interno do grupo, a dissertação “Redes sociais virtuais como instrumentos de mobilização política: uma análise do grupo ‘Direitos Urbanos/Recife’ no Facebook” (CAVALCANTI, 2016) aponta para uma composição que combina um “núcleo duro” e um “grupão”, sendo o primeiro, um grupo de trabalho baseado em dedicação e confiança (composto basicamente pelos administradores da página) e o segundo, composto pelos demais membros em relação no grupo do Facebook – comparado a uma ágora – serve como um canal divulgador de notícias, acontecimentos e debates. Cavalcanti (2016), ao analisar os membros-chaves do DU, verificou que possuem níveis educacional e financeiro parecidos, vivem numa mesma região do Recife e compartilham visões próximas de mundo em relação ao direito à cidade.

A primeira grande mobilização do DU, já constituído no Facebook, ocorreria no dia 15 de abril de 2012 justamente contra o projeto Novo Recife.

Achamos pertinente trazer para este capítulo alguns achados da própria rede social. No perfil de Cláudio Tavares, um dos administradores da página, encontramos o texto de publicização da abertura do grupo, no dia 23 de março de 2012, compartilhado, dentre outros, nos perfis de Leonardo Cisneiros e de Ana Paula Portella. No post, encontramos o seguinte:

Depois do sucesso da mobilização de ontem, vamos inaugurar o espaço oficial do grupo Direitos Urbanos, um lugar para a gente discutir a cidade, a política da cidade, não só nos limites da discussão urbanística. Eu acho que deve ser um lugar para todo mundo que está interessado em um Recife melhor para se viver, um Recife para as pessoas mesmo (não só no slogan da prefeitura), um Recife vivo, como se falou bastante. Que esse grupo seja parte do processo para tornar de fato a audiência de ontem um começo de uma nova forma de pensar o desenvolvimento da cidade como um todo, como foi falado por várias pessoas.

Em 28 de março vemos o reforço do convite na página de Portella: “Olha aí, gente: o grupo é aberto, é só chegar lá e pedir para entrar. E não precisa morar em

Recife pra entrar na conversa. Toda colaboração é bem vinda!”. Já no dia 3 de abril do mesmo ano, vemos no mesmo perfil o anúncio de inauguração do Blog:

Está no ar o blog Direitos Urbanos Recife, resultado das movimentações dos últimos meses em torno dos problemas da cidade. O grupo no FB continua, pois é nossa principal ferramenta de comunicação. Mas o blog reúne documentos e materiais sobre os temas em debate. Entrem, divirtam-se, divulguem e curtam, para acompanhar as atualizações aqui pelo FB.

Por último, destacamos aqui a postagem do fotógrafo Marcelo Soares, que pontua o nascimento da conta Flickr do grupo, em 15 de abril⁶¹, e explica o seu funcionamento. No texto, Soares faz uma convocatória para fotógrafxs mandarem suas fotos para o e-mail direitosurbanos@yahoo.com.br, para que elas possam ser todas acervadas na plataforma fotográfica. Lá, todas poderiam ser baixadas com uso liberado – creative commons. Destacamos aqui a forma coletiva e colaborativa de produção das imagens. Como podemos observar, diversas fotos estão assinadas com o crédito “Direitos Urbanos”, sem assinatura personificada, o que dialoga com o próprio paradigma da horizontalidade pregado pelo movimento.

⁶¹ No dia 16 de abril, o Flickr do movimento contou com 21.400 acessos.

5 OS OCUPES DOMINICAIS

Ainda que o nome sugira, os "Ocupes", encontros realizados no Cais José Estelita não se encaixam no conceito de ocupação, no sentido que conceituamos anteriormente – acampamento duradouro com fins políticos em um terreno, como vinha ocorrendo desde 2011 ao redor do mundo – Primavera Árabe, Indignados, Occupy Wall Street. Neste caso, o Ocupe Estelita é constituído por uma série de atividades culturais concentradas em um mesmo dia, com o intuito de dar visibilidade ao movimento de resistência e às pautas do direito à cidade e, ao mesmo tempo, comprovar a vocação do espaço para o uso público e coletivo.

5.1 OCUPE ESTELITA DE 15 DE ABRIL DE 2012: O PRIMEIRO

Em 15 de abril de 2012, portanto, menos de um mês depois da audiência pública de apresentação do projeto – realizada em 22 de março - aconteceu a primeira edição, de uma série, do evento Ocupe Estelita. O grupo Direitos Urbanos foi protagonista dessa articulação ⁶² tendo realizado diversas postagens de organização tanto no grupo do Facebook, quanto no blog. O evento teve importante repercussão midiática, ganhando matéria em veículos impressos e de rádio e televisão – tanto aquelas que anunciavam o evento, como coberturas, de fato.

5.1.1 A organização – o evento no Facebook e o blog dos Direitos Urbanos

Encontramos no evento do Facebook “Ocupação & Manifesto | Cais José Estelita”⁶³, 2,2 mil indicações de comparecimento e 464 indicações de interesse⁶⁴, entre um total de 14.457 convidados. Na rede social, o evento é descrito como “um movimento de ocupação do espaço público com inspiração no Occupy Wall Street” e convoca todos aqueles descontentes com o Projeto Novo Recife para tomarem as

⁶² Ainda que não tenha sido o organizador do evento online (o organizador é um usuário chamado Recife Parado).

⁶³ <https://www.facebook.com/events/352462881472624/>.

⁶⁴ Obviamente, esse número não se converte totalmente em uma participação presencial, mas é um importante indício de engajamento.

*calçadas*⁶⁵ do Cais. O Ocupe Estelita, ainda segundo a descrição do evento, não se opõe apenas à construção das doze torres, mas também busca manter vivo o debate sobre o modelo de ocupação verticalizado que a cidade adotou nas últimas décadas. Dentre os temas abordados, surge, mais uma vez, o projeto de construção dos quatro viadutos sobre a avenida Agamenon Magalhães, que encontrou oposição ferrenha no grupo do DU. Entendemos este trecho contido na descrição do evento como síntese da crítica do Movimento: “O modelo adotado pelas políticas públicas do Recife e do estado desconsidera questões urbanísticas básicas como a mobilidade, a preservação da memória histórica e o arejamento da cidade.” Dentre as características propostas para a ocupação estão uma coordenação difusa (sem lideranças marcadas) e uma programação aberta, que associa ações culturais ao discurso político.

Destacamos ainda da descrição do evento algumas propostas de atividades: pinturas de camisetas com a marca do movimento; apresentações musicais e piqueniques. Além disso, o evento divulgava um agrupamento de ciclistas saindo da Praça do Derby até a Bacia do Pina.

Diante de uma análise das postagens que constam no evento – analisamos todas as 249 – é possível observar alguns pontos: a primeira publicação no evento data o dia 28 de março, o que indica que este foi o dia de criação da página. Notamos que houve uma alteração de data de realização, antecipada em duas semanas. A proposta inicial era o feriado do dia 1º de maio e a antecipação ocorreu pela demanda dos próprios membros, julgando a data inicial muito distante, diante da urgência que se apresentava.

Outro ponto que destacamos são os encontros presenciais. O primeiro deles, foi marcado para o dia 30 de março, logo após a audiência pública acerca da construção dos viadutos da Agamenon Magalhães; o segundo, para o dia 5 de abril. As reuniões tinham a intenção de juntar as pessoas interessadas em pensar estruturalmente o evento - amadurecer o conceito, criar comissões e assumir demandas de organização e logística. A primeira reunião só teve três pessoas presentes e, por isso não conseguiu deliberar, nem criar comissões. Como encaminhamento do primeiro encontro, a decisão foi de divulgar o evento fora das redes sociais para maior adesão. A segunda, marcada com mais antecedência,

⁶⁵Grifamos “calçadas” porque o termo foi enfatizado em contraposição à possibilidade de ocupação da área privada do terreno.

contou com um evento no Facebook chamado “Encontro sobre o #Ocupeestelita no Mercado da Boa Vista”, organizada virtualmente pelos usuários Cristina Lino Gouveia, João Lucas e Luiz Monte, com 13 indicações de comparecimento. Nota-se, portanto que a articulação virtual é um elemento fundamental, sim, mas que sempre está convergindo para as ações presenciais.

Além de mencionado no próprio evento, a pauta do cicloativismo ressurgiu 5 vezes⁶⁶, com estímulos de deslocamentos de bicicleta para o Cais. Outro assunto que aparece de forma recorrente é a chamada para músicos se integrarem ao movimento. A questão, naquele momento, era como gerar energia elétrica.

Atentamos aqui para outra mudança na proposta do evento. Em post realizado por Henrique Mafra⁶⁷, propõe-se a transferência de todas as atividades do Ocupe Estelita para a área externa e, portanto, pública “ao invés da invasão/ocupação do terreno da RFFSA”. Os motivos elencados foram a preservação do patrimônio, preocupação com “vandalismo” e com imagem pública do movimento; garantir o apoio de órgãos como CTTU e PM; assegurar a segurança dos presentes e, evitando conflito com a polícia, encorajar mais participações. O medo da repressão policial e a preocupação com a “baderna” e com o “vandalismo” reaparecem outras vezes, estando presente, inclusive, nas peças de divulgação do movimento.

⁶⁶“Quem vai sair da praça de Casa Forte??? Estou marcando com um amigo pra gente ir de bike, nos encontraremos às 9h30 para ir em direção ao centro, eis aqui o trajeto pra quem queira acompanhar! Até amanhã!” (Ju Brainer); “Galera, tem gente saindo de bicicleta de Olinda?? podia rolar um grupo, nera?” (Amanda Gabrel); “Ir de Bike já é uma forma de protesto! Ciclistas presentes pra provar que um outro acesso à cidade é possível!” (Fernando Toscano). “O bom eh ir de bike, ate pq la eh grande, ai de bike da pra fazer varios ações !!!!e tb pra chegar, pq os bus nao param, e tb ja incentivamos o uso desse meio de transporte tao legal” (Renan Fechini). “Vamos de Bicicleta?” (Tairini Guarani Kaiowa).

⁶⁷Vários indícios apontam Henrique Mafra como membro de respaldo no grupo. Sua participação é das mais ativas e, no evento, uma fala creditada a ele, está aspeada na descrição.

Imagem 1 - Banner publicado por Henrique Mafra no evento do primeiro evento Ocupe Estelita (Dicas)



#OcupeEstelita

junte-se ao movimento!

DICAS!

domingo

15

de

ABRIL

das 09 - 16hrs



LIXO NO LIXO!

Galera, vamos ocupar o Cais José Estelita, e vamos fazer bonito! Cada um leva sua sacolinha e recolhe seu próprio lixo, ou até mesmo podem levar recipientes grandes para recolher o lixo da galera! **VAMOS DEIXAR O LUGAR LIMPO AO SAIRMOS, VAMOS DAR O EXEMPLO!**

NÃO AO VANDALISMO!

Nosso movimento é de natureza pacífica e conciliadora, queremos mostrar que o povo sabe o que quer, e sabe cuidar de sua cidade; por isso repudiamos qualquer forma de vandalismo ao patrimônio público e privado! Se você quer se juntar a nós visando atear fogo em pneus e pisar muros e bancos de praça, essa não é a nossa vibe! **NÓS QUEREMOS CHOCAR PELO USO DO ESPAÇO, E NÃO PELA DESTRUIÇÃO DELE!**





ATENÇÃO!

Ocuparemos a área do calçadão do Cais José Estelita, pois em conversas no facebook, vimos que fica difícil controlar tanta gente, e também existem os VLT's do metrô, que estão guardados lá, e podem ser danificados se alguém se exaltar nas ações. Também tem o fato de que algumas edificações oferecem risco devido ao seu avançado estado de abandono. Por isso, e para evitar possíveis ações policiais, fica o aviso: **Não ocuparemos o terreno da RFFSA, sim o calçadão do Cais José Estelita.**

ALEGRIA!

O principal ingrediente para o sucesso da manifestação é a alegria e vontade de mudar, por parte dos integrantes do movimento, queremos todos unidos pelo mesmo ideal, com força de vontade e voz ativa, para fazer a cidade nos ouvir, e fortalecer o coro de uma população que não aguenta mais sofrer na cidade que tanto ama. **QUEREMOS UMA CIDADE FEITA PELAS PESSOAS, PARA AS PESSOAS!**



Fonte: Página do evento do primeiro Ocupe Estelita no Facebook.

Imagem 2 - Banner publicado por Henrique Mafra no evento do primeiro evento Ocupe Estelita.



#OcupeEstelita

junte-se ao movimento!

DICAS PARA UMA MANIFESTAÇÃO 100% POSITIVA!



Lixo no Lixo!
cada um leva sua sacolinha, ou usa a do amigo para guardar o lixo produzido.
O lugar é abandonado, mas nem por isso vamos piorar né?



Respeitar ordem policial
Sei que é estranho isso, mas temos que ter consciência que o terreno da Rffsa é agora propriedade particular, apesar do abandono em que se encontra, então provavelmente teremos a presença da força policial para exigir nossa saída, caso isso aconteça, é prudente sair, sem tumulto ou baderna, pois isso causaria uma imagem negativa para o movimento, E A IMPRENSA PROVAVELMENTE ESTARÁ COBRINDO!.



NÃO AO VANDALISMO!
Nosso ato de manifesto, é baseado na ocupação da área do Cais José Estelita, tanto no terreno e suas dependências quanto no calçadão, temos que respeitar o patrimônio, dar exemplo, e não seguir o mal exemplo daqueles contra quem lutamos!



Cuidado total com os VLT's
Dentro do terreno da RFFSA que ainda pertence a rede ferroviária, encontram-se estacionados os VLT's, que servirão ao eixo Suape-Recife, logo, deve-se evitar totalmente a invasão aquela área, já que ali está um patrimônio dos cidadãos, e não queremos de forma alguma deixar margem para possíveis acusações de depredação.

PRINCIPAL DICA!

**VENHA, TRAGA SUA ALEGRIA
E VONTADE DE MUDAR NOSSA CIDADE
PARA MELHOR!**

Fonte: Página do evento do primeiro Ocupe Estelita no Facebook.

Neste evento já encontramos também a marca do Ocupe Estelita - um símbolo verde em formato de gota que faz referência ao ícone de geolocalização do *google maps*. Utilizado pela primeira vez na peça abaixo, ao que tudo indica, ele pode ser creditado a Henrique Mafra⁶⁸. É dele também a primeira preocupação em construir uma identidade visual para o Movimento. Mafra compila o material gráfico em uma pasta nas nuvens chamada “Kit Ocupe Estelita” e propõe uma campanha padronizada, que já inclui propostas de camisetas.

Imagem 3 - Cartaz de Henrique Mafra postado no evento do Facebook.



Fonte: Página do evento do primeiro Ocupe Estelita no Facebook.

⁶⁸ A legenda do cartaz publicado em 1º de Abril de 2012 por Henrique Mafra é a seguinte: “Como prometi, tá aí, dei uma lembrada nos trens que já passaram ali e misturei com um símbolo muuuuuuuuito conhecido da geração google haha! espero que gostem pessoal e vamos em frente!”.

Afora a descrição do evento, dos próprios posts conseguimos extrair algumas definições do que se propunha para o ato. Dentre eles, comentários de Henrique Mafrá, Cristina Lino Gouveia e do perfil administrador da página, Recife Parado. Do primeiro, destacamos três argumentos: a vocação do lugar para uso público – cuja ocupação seria a própria prova; a participação popular no planejamento da cidade e uma noção de desenvolvimento sustentável. Segue trecho do comentário abaixo:

O ato em si é baseado na ideia de mostrar que o lugar tem vida, tem potencial, e que deve ser ocupado pelas pessoas [...] é importante lembrar que este é um movimento que visa integrar a população e suas variadas representações [...] queremos fazer a população pensar na sua cidade como um todo e nas consequências das ações executadas na cidade. Não somos contra o desenvolvimento, pelo contrário, queremos e muito o desenvolvimento, mas com responsabilidade e consciência socioambiental.

Já Cristina Lino Gouveia define o evento como um “encontro festivo, mas não ameno”. Utiliza as palavras “indignação”, “repúdio”, “predatório” e “extrativista” para se referir ao Projeto Novo Recife. Em outro ponto do comentário, Gouveia pontua as diferenças do formato deste ocupe em relação ao de Wall Street.

Primeiro porque ela tem uma duração determinada, é um evento de um dia (das 9h às 16h do domingo 15.04.12) e segundo porque, embora absolutamente conectada com uma discussão mais ampla sobre os rumos da cidade, aqui temos um direcionamento muito claro da manifestação, contra o projeto previsto pelas construtoras, contra a convivência do poder público com ele e a favor de um uso mais responsável e democrático dessa propriedade, ainda que privada.⁶⁹

É Gouveia ainda que endossa a descentralização e a difusão do debate em outros grupos virtuais e presenciais e remonta o surgimento da ideia no grupo do Facebook “Contra o Projeto Novo Recife”. “Num desses grupos surgiu a ideia da ocupação e rapidamente grupos menores foram se organizando e assumindo tarefas específicas”. Em outro trecho relevante do seu comentário, Gouveia levanta, sem nomear, o tema da não institucionalidade da política e da descentralização do poder, crucial para qualquer discussão sobre ocupações contemporâneas. “É muito poderoso uma pessoa se sentir representada pela outra não porque burocraticamente votou nela [...] mas porque amadureceram juntos, apesar das

⁶⁹Encontramos esse mesmo texto publicado no blog do Direitos Urbanos, no post que compila as informações sobre a ocupação do dia 15 de abril.

diferenças, pensamentos e sentimentos em relação à sociedade que compartilham, nesse caso, materializada na cidade”.

Em resposta a uma provocação de um dos membros participantes do evento, o perfil *Recife Parado* dá a sua leitura para a situação:

Existe um projeto em trâmite na prefeitura que pretende implantar no terreno do Cais 13 edifícios de aproximadamente 40 andares (residenciais, empresariais e hotéis). Alguns cidadãos já protestam contra esse projeto, e essa ocupação pretende reunir pessoas para discutir em tom pacífico que tipo de cidade queremos, uma cidade de muros que segregam ou uma cidade de parques que integram.

No evento ainda encontramos o seguinte direcionamento: em resposta ao post do jornalista Vinícius Sobreira sobre a programação, Cristina Lino Gouveia diz:

“a programação é aberta. A ideia é chamar a atenção para a área e principalmente reforçar que existem muitas possibilidades de ativá-la e que a proposta da Moura Dubeux e Queiroz Galvão não é a única maneira de integrá-la à cidade. Ao contrário, é uma das piores, justamente porque a conecta com uma face da cidade que não reflete sua diversidade, que não enfrenta seus problemas e que não respeita sua identidade e sua história. a programação inclui música, grafiteagem, circuito de bicicleta ao longo de todo o perímetro do terreno, performances,⁷⁰ piqueniques, passeios e também um espaço para discussão sobre a cidade”

A análise da rede social nos demonstra uma construção paulatina. A proposta não chega completamente pronta para o coletivo, mas, ao contrário, vai sendo moldada, se deslocando a partir das contribuições. Além da alteração da data – o que mostra que ela não era irrevogável, mas flexível diante das opiniões dos membros – encontramos uma programação de atividades que vai se somando, em consonância com o que fora publicado pelo perfil *Recife Parado*, em 28 de março de 2012: “Pessoal, o evento ainda está com a proposta em aberto. A criação dele tem o intuito de juntar pessoas pra discutir o que podemos fazer no dia da ocupação e de que forma faremos. A data também é só uma sugestão, tudo ainda pode mudar, vamos construindo juntos”.

⁷⁰Encontramos esse mesmo texto publicado no blog do Direitos Urbanos, no posto que compila as informações sobre a ocupação do dia 15 de abril.

Além das propostas postadas na própria linha do tempo do evento, encontramos um formulário hospedado no formato “docs” do Google⁷¹, aberto a receber propostas de atividades, que seriam “organizadas” e divulgadas. Dentre as que aparecem na própria *timeline* temos pinturas de camisas, lambe-lambes nas paredes do Cais, exposição de cartazes, oficinas de artes e performances de rua. Na planilha de atividades⁷² encontramos: “oficina de mapas de desejo”; “Sarau”, “Futebol de Barrinha”, “Basquete de Rua” e show do Projeto Sal e do projeto Dèbâcle.

No Blog do Direitos Urbanos encontramos um material consolidado sobre o evento do dia 15 de abril⁷³. Como está descrito na própria publicação, é uma “centralização sistematizada das informações sobre a ocupação” e é baseada em conversas dentro e fora da internet. Está dividida em tópicos, (como chegar; como participar; financiamento; programação; convites especiais; divulgação e registro; infraestrutura; autorizações e providências; clipagem) em um formato informativo.

Imagem 4 - Cartaz de divulgação, sem crédito, encontrado no Blog do direitos Urbanos



Fonte: Blog do Direitos Urbanos.

⁷¹

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfvTcCtln03S9uoMoQxkUo4pypMa_VTkLkKqNdOr_AiR8iU7w/viewform?formkey=dHQwVW1rZVJVTG5NczFjTGxEZFFaV3c6MQ.

⁷² https://docs.google.com/spreadsheets/d/1DA_dXNu8y9LEF7Rc1SInWGU31SHXASF0gDPFE7OnYaQ/edit#gid=0.

⁷³ <https://direitosurbanos.wordpress.com/ocupeestelita-0/ocupeestelita/#divulgacao>

Na publicação, o evento é definido como uma “manifestação em prol do Cais José Estelita, ameaçado pelo projeto intitulado ‘Novo Recife’”, cuja proposta é chamar a atenção para a área reforçar que existem muitas possibilidades de ativá-la com diversidade e respeito à sua identidade e sua história. A programação, que adiante o próprio texto destrincha, é apresentada mais uma vez como aberta e, por isso, não totalmente previsível, mas apresentada com indicativos temáticos que envolvem música, grafiteagem, circuito de bicicleta, performances, piqueniques, passeios e também um espaço para discussão sobre a cidade.

O post ainda contém uma contextualização que apresenta uma Prefeitura conivente e um Ministério Público atuante: “O projeto está em fase de análise na Prefeitura do Recife, onde não se vê posicionamento firme. Qualquer intervenção na área foi suspensa por determinação do Ministério Público enquanto os órgãos de preservação responsáveis (Iphan e Fundarpe) não se manifestarem oficialmente”.

Em outro trecho a publicação traz à tona a verticalização, caracterizando o gabarito como “violentamente desproporcional à massa edificada do bairro de São José e incompatível com a paisagem de um recife horizontal”. O texto ainda ressalta que a ocupação tem duração delimitada (9h às 16h) e que somente as calçadas serão ocupadas: “Não vamos ocupar a via nem o terreno”, está escrito em letras maiúsculas. Mais uma vez aparece o estímulo para que as pessoas vão de bicicleta. O uso do carro aparece como última opção.

Na lista de atrações confirmadas estavam A la Ursa Teimosinha, o Quarteto Estelita - Pedro Andrade, Vicente, Marcelo Campelo e Fred; Capim Santo – coletivo artístico cultural peixinhos; Hellcife Sound System; Petruchio – Circo Vivant; Rebate – grupo percussivo; Ortinho; German Rá; Matheus Mota e o Grupo Varal, Ipanema Jihad (Flávio Manuel); Projeto Diaton e Igor Taborg – Caapora, todos compondo o polo Cais Sonoro⁷⁴. O polo *Praia do Estelita* previa como programação um piquenique e disponibilizava água para encher piscinas e baldes. A impressão em camisetas, o grafite - com Galo de Souza - e a oficina Mapas do Desejo estavam confirmadas. Na mesma postagem, publicou-se uma lista de artistas e intelectuais que haviam confirmado presença. Dentre eles, os cineastas Kleber Mendonça Filho e Marcelo Pedroso, os cantores Johnny Hooker e Karina Buhr, a atriz Maeve Jenkins, o multiartista Jomard Muniz de Brito e o jornalista Xico Sá (que inclusive havia feito

⁷⁴ O polo foi montado com equipamentos dos próprios músicos.

menção à ocupação em seu programa no GNT). Também previa-se transmissão ao vivo.⁷⁵

Esta edição do Ocupe Estelita coincidiu com a reunião preparatória do RIO/Clima⁷⁶, realizada no Recife entre os dias 13 e 15 de abril. Aproveitando o momento, o grupo Direitos Urbanos escreveu uma carta destinada aos convidados que foi entregue, representativamente, ao Governador Eduardo Campos, pelas mãos do cineasta Cláudio Assis. Registrado em vídeo⁷⁷, vemos o momento em que Assis quebra o protocolo da reunião e, no microfone, pede que Campos receba a carta e a incumbência de repassá-la aos convidados do RIO/Clima. “Domingo, vamos ocupar o Cais para não deixar que o Recife se transforme em um paredão de concreto. A memória do povo pernambucano precisa ser respeitada”, disse Assis, enquanto se direcionava ao governador com o a carta. No documento⁷⁸ o grupo Direitos Urbanos convida os participantes para “um grande ato da sociedade civil em defesa do direito às cidades sustentáveis”.

Causa-nos indignação profunda que o poder público local esteja fascinado com uma ideia de desenvolvimento e progresso há muito vencida, comprometido com um modelo de cidade que é excludente, predatório e violento, permanecendo ao lado dos grandes empreendimentos imobiliários de luxo; viabilizando com dinheiro público, empreendimentos viários extremamente caros e baseados numa lógica de mobilidade poluente e insustentável. [...] Entendemos que a nossa pauta é comum ao tema que trazem as senhoras e os senhores para esta reunião no Recife, e que temos em comum a missão de sensibilizar os gestores públicos para o desenvolvimento sustentável das cidades. E temos a missão de unir as nossas vozes. A defesa do Cais é o grande símbolo deste momento no Recife, e o **#OcupeEstelita** é o nosso grande encontro.

5.1.2 Os Relatos

Além da etapa de organização a que nos ativemos até aqui, no intuito de descrever o evento em si, nos ateremos a oito relatos de experiência - além do meu próprio depoimento - a análise de um vídeo realizado pelo coletivo Vurto e às fotos

⁷⁵ <http://original.livestream.com/ocupeestelita> Este link foi divulgado, mas não conseguimos a confirmação se de fato a transmissão foi realizada.

⁷⁶ Evento paralelo à Conferência das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20.

⁷⁷ <https://www.youtube.com/watch?v=QltfsKENlCg>.

⁷⁸ <https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/04/13/carta-aberta-do-ocupeestelita-para-a-reuniao-preparatoria-da-rio20/>.

de registro no Flickr do coletivo Direitos Urbanos. Em seguida analisaremos as publicações em jornais.

Encontramos oito textos – assinados por Ivan Moraes Filho, Chinaman, Eduardo Amorim, Luiz Joaquim, Marcos Bahé, João Valadares, Cristina Gouvêa e Jane Laet. Os três primeiros, publicados no Blog do Direitos Urbanos, os três seguintes em perfis pessoais do Facebook, os dois últimos em comentários no blog de Raquel Rolnik e no próprio evento.

“Um belo dia de domingo”, escrito pelo jornalista e atualmente vereador Ivan Moraes Filho, foi postado originalmente no blog Bodega, do próprio jornalista⁷⁹. Moraes estima que tinham mais de mil pessoas presentes, algumas com faixas, outras colando cartazes nas paredes dos velhos armazéns, outras, em família, faziam piqueniques. “Uma turma pediu a eletricidade do vizinho e ligou o som”, diz em um trecho, indicando como foi resolvido o problema da falta de fonte de energia. “Cardumes de bicicletas ocupavam o lugar”, afirma em outro, mostrando o resultado da mobilização dos ciclistas no evento.

Moraes define o clima como sendo, ao mesmo tempo de bom humor, risada, brincadeira e de papo sério. Ora se refere ao evento como festa, ora como protesto.

Circulando, vi muita gente acostumada a lutar por direitos. Estudantes, ciclistas organizados, militantes cineclubistas, a galera dos direitos humanos, do direito à comunicação, à cultura. Boné do MST e bandeiras de um par de movimentos sociais. Mas também vi muita (muita mesmo) gente nova em vários sentidos. Certamente foi a estreia de uma galera no mundo das reivindicações. Reunidos, os manifestantes formavam um caldeirão inusitadamente singular. Pouca estrutura formal, descentralização total, recursos mobilizados a partir de caixinhas de papelão em que qualquer um podia contribuir para ressarcir quem gastou pra levar tintas, faixas e outros materiais.

Ainda segundo o mesmo relato, a maior conquista foi ter visto pessoas se juntando a partir do percebimento de que é possível tentar interferir no processo de construção da cidade.

O segundo relato, é do cantor China, publicado originalmente na sua página⁸⁰ com o título “Uma Ocupação Horizontal”. China construiu seu depoimento acompanhando o evento pelos posts das redes sociais. A partir da observação do *instagram* (rede, à época, exclusiva para fotos) o cantor relata ter visto piscinas,

⁷⁹ <http://www.bodega.blog.br/anacronicas/um-belo-dia-de-domingo/>.

⁸⁰ <http://chinaman.com.br/uma-ocupacao-horizontal/>.

pinturas, bicicletas, barcos. “Quanta alegria, quanta cor!”. No Twitter China relata o uso recorrente da hashtag #ocupeestelita. O texto destaca a possibilidade que as pessoas estavam tendo de, pela primeira vez, poder usufruir daquele espaço, já que até então, sua desocupação o tornava vazio e inseguro. Na descrição do que viu pelas redes sociais, aparecem calçadas cheias de gente (vindas do Recife, de Olinda, de Jaboatão, de Caruaru) fazendo piqueniques, arte, pintando camisas. China destaca ainda a ausência de partido políticos. Mesmo acompanhando pela internet, o cantor diz ter sentindo vontade de lutar pela cidade.

Um dia inteiro curtindo aquele visual, com várias intervenções artísticas acontecendo e na maior segurança do mundo, que não era a da polícia, mas dos próprios cidadãos que cuidavam uns dos outros e da cidade. Foi uma forma bonita de dizer: Recife, olha como eu te amo e me preocupo comigo e com você. [...] O cais José Estelita foi de todos nesse domingo e deveria continuar sendo.

O jornalista Eduardo Amorim escreveu também em seu blog⁸¹ um relato intitulado “#euocupeiemsaber”, de quando levou seu filho para a ocupação, mesmo sabendo pouco sobre do que ela se tratava. No trecho final do texto, Amorim destaca o que para ele foi o principal mérito da ocupação: “mostrar que ali naquele espaço, por ser tão central e tão maravilhoso, podemos reunir gente da Zona Sul e da Zona Norte para andar de skate, passear de bicicleta, fazer arte ou fazer nada vendo aquela vista linda”.

Já o cineasta Luiz Joaquim, escreveu em sua rede social no dia 16 de abril: “Ontem presenciei algo realmente empolgante (e inédito). Ver um grupo de 800 (?) pessoas - por volta das 16h - no Cais Estelita em função de um desejo por um Recife mais humano”. Segundo ele, a ocupação provou que, com um pequeno esforço, o lugar pode ser bem utilizado. “Nestes tempos de individualismo pobre, ontem foi um dia histórico aqui no Recife do ponto de vista do exercício da cidadania. Quem ainda não conseguiu enxergar isso, precisa tentar enxergar”.

O jornalista Marcos Bahé, na época à frente do blog de notícias *Acerto de Contas* escreveu também no Facebook:

Se há um ponto positivo no #OcupeEstelita é que pela primeira vez, em muitos anos, o recifense levantou a bunda da cadeira e não ficou só de reclamar nas redes sociais sobre qualquer coisa. Foram 'só' umas mil e poucas pessoas? Sim, "só". E a gente devia estar orgulhoso disso.

⁸¹ <http://horoscopo.blogspot.com/2012/04/naoescrevasemsaber.html>.

O também jornalista João Valadares, à época repórter especial do Jornal do Commercio, por sua vez, publicou: "Um domingo e todo mundo debatendo o Recife. Que lindo. Só por isso, o #ocupeestelita já valeu. Moda? Queria eu que essa moda pegasse."

Achamos um relato de Cristina Gouvêa entre os comentários da matéria de Raquel Rolnik, que citamos acima, postado no dia 16 de abril. Segundo Gouvêa, uma das organizadoras do evento, no Cais, se juntaram centenas de pessoas indignadas com a proposta imobiliária e com a falta de compromisso do poder público com a cidade.

Foi um ponto importante no processo de mobilização que está acontecendo na cidade em função das perspectivas de grandes intervenções e da ocupação definitiva de áreas estruturais do Recife hoje sub-utilizadas [...] ameaçada pela fome do capital imobiliário e pela apatia do poder público.

Gouvêa, faz, ela mesma, uma leitura ampla do movimento, em sua partilha com Rolnik e seus leitores:

O movimento tem uma origem clara nas redes sociais, e está crescendo disponível e desejoso da maior mistura possível com todos os habitantes da cidade e com as diversas formas de organização e manifestação de seus sentimentos e interesses em relação a ela. Está havendo uma significativa repercussão da ocupação na mídia tradicional e principalmente na internet. A maturidade das respostas que estão sendo publicadas dispersa e espontaneamente às reações mais hostis ao ato, demonstram o avanço do debate que está se consolidando. Foi muito bonito ver o cais apinhado de gente em favor da cidade. Mais bonito saber que isto é o anúncio de um começo, que há ainda grande possibilidade de abertura e contaminação, que o que vimos ontem representa a afirmação da possibilidade de debate, de envolvimento e de participação de cada um no processo de feitura da cidade.

No próprio evento do Facebook, encontramos o relato de Jane Laet, membro do grupo. Em seu comentário de "agradecimento à população recifense", Laet afirma que tudo o ocorreu de maneira "pacífica", com a presença de crianças, jovens, artistas, comunidades, animais, todos dando apoio à cidade. No seu post, Laet destaca ainda a adesão dos motoristas que passavam pela manifestação.

O coletivo de audiovisual Vurto, composto pelos cineastas Felipe Peres Calheiros e Marcelo Pedroso, lançou, no dia 16 de abril daquele ano, o filme

“acordeuns”⁸² sobre a ocupação no Cais.⁸³ O vídeo começa com a uma fala do empresário Eduardo Moura, no dia da Audiência Pública, em que afirma que o Cais é perigoso e somente acessível para carros. As imagens das pastilhas das torres gêmeas e dos tapumes de isolamento da Moura Dubeux, que ilustram a fala do empresário, contrastam com as imagens dos muros coloridos pelos grafitis, no Estelita. O filme se formata enquanto contra-discurso ao que foi dito por Moura: as pessoas chegam de bicicleta, de barco. Não há nenhuma leitura possível de perigo, mas, sim, de lazer e diversão.

Ao longo de três minutos, vemos se construir uma espécie de relato do que foi a ocupação (ao som de um acordeon, que provavelmente inspira o título “acordeuns”). Os registros se iniciam no momento em que as pessoas estavam, em trabalho coletivo, pendurando as faixas “A cidade é nossa ocupe-a” e “Outro Novo Recife é possível” e seguem até o momento em que o evento de fato se desenvolve. As imagens mostram centenas de pessoas nas ruas – entre adultos e crianças - empinando pipas, tomando banho de piscina, embaixo de guarda-sóis e colando lambe-lambe na parede. Destacamos dos registros, ainda, pessoas chegando de barco pela Bacia do Pina envoltas numa faixa onde se lia “Novo Recife: Diga Não”. Outras faixas aparecem no vídeo: “Queremos ocupar a bacia do Pina”, “Recife precisa de ciclovias” e JCPM Coronel⁸⁴

A análise das fotos acervadas no Flickr do grupo Direitos Urbanos⁸⁵ nos permite ainda apreender outros elementos. Vemos as faixas “Prefeitura Covarde”, “O cais é do povo, não é para poucos”, “Coronelismo de merda”, “Moura Dubeux, projeto de fracasso” e “Moura Dubai”, e os cartazes “Salve as Zeis” e “A Revolução é Irresistível”, empunhado por uma menina, que atravessa por entre os carros que passavam na via. Na parede, vemos pintado, “Não Existe Amor para a Moura Dubeux” e “Ativistas de Sofá”⁸⁶.

Nos registros vemos ainda sendo realizadas as pinturas das camisas com estêncil, grupos de bicicleta, de skate e um momento em que Cristina Lino Gouveia

⁸²<https://vurto.com.br/2012/04/16/acordeuns/>

⁸³Além de Calheiros e Pedroso, assinam o vídeo também Camilo Soares, Luís Henrique Leal e Tatiana Almeida

⁸⁴JCPM são as iniciais de João Carlos Paes Mendonça, um dos empresários mais ricos de Pernambuco, dono de, entre outros empreendimentos, do Jornal do Commercio e do Shopping RioMar.

⁸⁵[Flickr.com/direitosurbanos](https://www.flickr.com/photos/direitosurbanos/).

⁸⁶Para desmerecer, o ativismo do Ocupe Estelita era chamado de ativismo de sofá. Ironicamente, o grupo levou um sofá para protestar na rua.

faz uma fala pública, com microfone. Registram-se ainda crianças tomando banho de piscina e pintando cartazes, pessoas fazendo acrobacias em tecido e rodando bambolês e a exposição de cartazes, colados nos próprios muros do Cais, em formato de varal.

Fotografia 2 - Fotos do Ocupe Estelita do dia 15 de Abril de 2012



Fotos: Direitos Urbanos.

Fotografia 3 - Fotos do Ocupe Estelita do dia 15 de Abril de 2012



Fotos: Direitos Urbanos.

Fotografia 4 - Fotos do Ocupe Estelita de 15 de abril de 2012



Fonte: Flickr do Diretos Urbanos

Aqui, permito-me, eu mesmo, fazer um breve relato:

No domingo, 15 de abril, pisei pela primeira vez no chão do Cais José Estelita. Passar, já havia passado diversas vezes (o Estelita - assim como o Coque tinha sido para mim até o “Coque Vive”- era trajeto, rota para chegar em Boa Viagem). Foi estranho percebê-lo de outra forma: como destino e não como percurso. E foi surpreendente descer o viaduto das Cinco Pontas e encontrar gente, vida, em um espaço inserido até então no meu imaginário como um bairro abandonado.

Naquele dia, pelos significados novos construídos e pelas relações humanas estabelecidas, o Estelita se tornou lugar.

A audiência pública de menos de um mês antes já aguçava minhas ideias e, sensivelmente movimentava a cidade – ou pelo menos, a minha cidade. Era um monte de mundos novos que se abriam, em possibilidades e debates desconhecidos

para mim. O direito à cidade que conectava lutas diversas de todo o mundo se presentificava em um Recife sintonizado aos movimentos globais de ocupação, influenciado, em especial, pelo Occupy Wall Street. Eu não sabia - e acho que ninguém sabia – quanto desejo aquele espaço e aquela luta podiam movimentar. Nem imaginava que existia tanta gente com a mesma energia potencial, disposta a se mobilizar.

A sensação que deu, naquele domingo, foi de que estava todo mundo, mesmo que sem perceber, esperando por aquela fagulha. Um momento que, de alguma forma, acolhia uma gama de insatisfações com a vida urbana – que somavam o distanciamento entre as pessoas, o medo da violência, que limita a fruição das vias públicas; a angústia de ver a cidade crescendo considerando mais o capital/lucro do que as pessoas; de ver Recife se verticalizando, a despeito de todos os impactos que a verticalização causa; de não aguentar mais as horas de engarrafamento causadas por um modelo individualista de mobilidade; de se dar conta da desigualdade aguçada pelo processo de gentrificação e as relações promíscuas entre os políticos e os empresários, em parceria com o judiciário e a imprensa.

Mas sobretudo, o que parecia dar a força daquele momento era que, o formato festivo, um tanto protesto, um tanto celebração, denunciava o problema enquanto vivenciava seu antídoto. Não que o problema fosse se resolver naquele instante - definitivamente não ia e não foi - mas a prática da ocupação era a própria experimentação de uma outra forma de relação com a cidade – e em específico, com uma região da cidade antes “interditada” ao uso coletivo - e, por isso mesmo, pareceu uma maneira tão atraente e eficaz de protestar. A ocupação extrapolava o campo da indignação e se aproximava do campo da proposição. Aquele domingo acabou por ser um cenário para uma insubordinação latente.

Parecia semear-se no Recife uma outra forma de entendimento de política, em que o Estelita não era propriamente uma invenção, mas uma culminância (ou era invenção, na medida em que toda invenção é uma culminância). Era, obviamente protesto, em sua postura reivindicatória – as pessoas tinham como pauta motriz a resistência ao projeto Novo Recife. Mas era a celebração também da redescoberta da nossa própria força de mobilização e articulação políticas. Era celebrar a possibilidade de fazer junto e de transformar(-se).

Quando cheguei, no começo da tarde, ao Cais, me deparei com um Estelita totalmente diferente do que eu jamais tinha visto. Ao contrário do vazio habitual, centenas de pessoas se espalhavam dos dois lados da via (tanto do lado dos armazéns quanto do lado da Bacia do Pina e até mesmo no meio da rua). O Cais se tornou um parque público. Levaram piscina, pipa, bambolê. Amarraram tecido acrobático, estenderam cangas, pintaram camisas. Mas o que eu me lembro bem, é das meninas com máscaras de papangu desafiando os carros empunhando o cartaz, “a revolução é irresistível”. Era exatamente o que eu sentia.

Encontrei um bocado de gente conhecida. Sim, muita gente fazia parte da minha cidade. Meio intelectual, meio de esquerda, como diz Antônio Prata. Ex-namorados, futuros namorados estavam ali naquele cenário. Mas estavam também meus pais e os amigos dos meus pais – não eram só jovens - e um bocado de gente que eu não conhecia, mas já começava admirar pela força de fazer algo que mexeu tanto comigo.

Fotografia 5 - 'A revolução é irresistível'



Fonte: Flickr do Diretos Urbanos

5.1.3 A Repercussão Midiática

A primeira ocupação do Estelita teve um impacto considerável na imprensa corporativa - o que não significa, em absoluto, uma adesão ao discurso do Movimento. Temos o registro da cobertura da Rede Globo⁸⁷ e da TV Jornal⁸⁸ (afiliada local do SBT), transmitidas no dia seguinte. Além da matéria pra TV, o Sistema Jornal do Commercio abordou o tema no portal online e no impresso no dia 14/4, no NE10, no dia 15/4 e no impresso, no dia 16/4. Encontramos também reportagens do G1, Blog de Jamildo, da Folha de Pernambuco e do Diário de Pernambuco,

Com o título “Grupo protesta contra construção de edifícios no Cais José Estelita”, a matéria de cobertura da TV jornal tem um minuto e meio de duração. Nela, enquanto ouvimos o repórter narrar em off a descrição de “um domingo diferente no Cais José Estelita” vemos as imagens de pessoas andando de bicicleta, skate e empinando pipa. O repórter entra em cena elencando o caráter virtual da mobilização, afirmando que o evento é composto por pessoas que atenderam um chamado feito nas redes sociais por grupos que protestam contra um consorcio que prevê a construção de 13 edifícios na área. “Eles querem que a área seja ocupada, mas de uma outra forma”. Encerra. O repórter entrevista três participantes. Ainda que o vídeo não identifique-as com legenda, reconhecemos duas delas. A professora departamento de comunicação Nina Velasco afirma que a área deveria ser de uso coletivo e que não deveria “modificar completamente a paisagem”. Já o professor de arquitetura e urbanismo Luis de la Mora acrescenta: “Ninguém tem o direito de ter a última palavra (sobre o futuro do Cais) antes de discutir com todos. Porque a cidade é para todos”. A matéria registra ainda o vasto registro audiovisual e afirma que artistas e cineastas pretendem fazer um documentário sobre o evento.

No impresso do dia 14/4, encontramos duas matérias vinculadas, na capa do caderno Cidades. A primeira, “Projeto Novo Recife terá áreas públicas”⁸⁹, sem assinatura, tem o seguinte subtítulo: “Obra de revitalização do Cais José Estelita,

⁸⁷ O link da matéria Centenas de pessoas protestam contra projeto no Cais José Estelita, no Recife (NE TV) <https://globoplay.globo.com/ne2/p/5459/> está fora do ar.

⁸⁸ Grupo protesta contra construção de edifícios no Cais José Estelita (TV Jornal) <http://tvjornal.ne10.uol.com.br/noticia/ultimas/2012/04/16/grupo-protesta-contr-construcao-de-edificios-no-cais-jose-estelita-4597.php> - <https://www.youtube.com/watch?v=Ci3-Gi-UfQ4>

⁸⁹ <https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/04/16/clipping-ocupe-estelita/>.

área central da capital, não terá apenas edifícios. Consórcio assegura que haverá áreas verdes, ciclovias e um espaço cultural”. Como sugere o título e o subtítulo, a matéria do JC tinha como intuito apresentar uma resposta do Projeto Novo Recife às críticas ao empreendimento, se assemelhando a uma carta de esclarecimento. As falas são todas de Eduardo Moura, diretor de Desenvolvimento Imobiliário da Moura Dubeux. Destacamos alguns trechos:

Diante das críticas feitas por parcela da sociedade, o grupo lembra que a meta é realizar a urbanização da área, hoje totalmente degradada e abandonada, implantando áreas verdes, ciclovias e um espaço cultural. [...] as pessoas que criticam o Novo Recife consideram apenas a verticalização proposta, esquecendo os benefícios. [...] Ele rebate o argumento de que o futuro bairro complicará ainda mais a mobilidade da cidade, lançando mais carros no Cais José Estelita [...] Estaremos evitando que seja mais um veículo nos corredores da cidade, argumenta. Moura pondera também que o projeto trará outros benefícios para a cidade, resultado das ações mitigadoras exigidas pela prefeitura.

A matéria vinculada, com o título “Unidos para preservar o Cais”⁹⁰, também sem assinatura e com o subtítulo “Entidades convocam os recifenses para participar amanhã de um ato contra o megaprojeto imobiliário no Cais” aborda a perspectiva do movimento e divulga as atividades. A matéria apresenta a seguinte fala da arquiteta Cristina Gouveia, representando a organização do protesto:

O Movimento tem como objetivo questionar o modelo urbano que vem sendo implantado no Recife [...] Vamos exigir uma outra postura do governo. O uso de áreas como o Cais José Estelita deve ser decidido a partir da demanda e da vontade da cidade e não uma iniciativa apenas privada.

Outra fala presente na matéria é da bióloga Maria Adélia Oliveira, da Aspan (Associação Pernambucana de Defesa da Natureza):

O protesto é uma forma de a cidade dizer aos governantes que a população não pode pagar um preço alto pelo pseudodesenvolvimento. Não há incompatibilidade entre desenvolvimento e preservação ambiental.

Sobre a programação, o jornal divulga que haverá atividades culturais, passeio ciclístico, debate, oficinas. Na matéria ainda constam as críticas do movimento à

⁹⁰ <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=414428145235302&set=o.233491833415070&type=1&theater>.

verticalização e à mobilidade urbana e uma referência à entrega da carta ao então governador Eduardo Campos.

Como é possível perceber, as falas dessa principal se relacionam com a matéria vinculada, como se a primeira tivesse sido pensada para dar responder antecipadamente as críticas que aparecem na segunda. É possível inferir que, depois de apurada a matéria publicada como vinculada, o consórcio foi procurado para rebater as críticas elencadas pelo movimento.

Já a edição do JC impresso do dia 16/4, publicou a matéria com o seguinte título: “Um dia de atividades e protesto”, sem assinatura e sem subtítulo:

Uma manifestação reuniu, ontem, no Cais José Estelita, área central do Recife, centenas de pessoas contrárias ao Projeto Novo Recife. O movimento OcupaEstelita começou nas redes sociais. Com o objetivo de discutir o modelo urbano do Recife, os manifestantes realizaram atividades artísticas para pedir a preservação de armazéns, hoje abandonados na área. Muitos pais levaram os filhos para o ato que se estendeu durante todo o dia de ontem. Palcos improvisados foram montados no trecho e artistas se revezavam nas apresentações. De acordo com Leonardo Cisneiros, integrante do Grupo Direitos Urbanos, um dos organizadores do ato, ninguém está contra o desenvolvimento da cidade, mas acredita que o modelo que será implantado precisa ser revisto. O grupo está colhendo assinaturas para um abaixo-assinado que será entregue a órgãos como Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe) e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)

Destacamos da matéria o seu viés eminentemente descritivo e o reaparecimento da palavra “abandonados”, também utilizado na matéria de cobertura da audiência pública. Mesmo com a presença da fala do integrante do Direitos Urbanos, não há menção às críticas ou denúncias ao projeto de modo que, da matéria não se obtém informações sobre os motivos do protesto. É necessário ponderar que essa matéria tem um formato específico, conhecido como “suíte”. É um desdobramento de uma notícia anterior, comumente feita para as reportagens de capa/destaque.

A matéria “Domingo de Manifestação no Cais José Estelita” do NE10⁹¹, publicada no dia 14 de abril, divulgava o evento como um protesto organizado pelas redes sociais destinado a discutir o modelo atual de urbanização do Recife. A matéria utiliza trecho da descrição do evento no Facebook e elenca como uma das

⁹¹ <http://noticias.ne10.uol.com.br/grande-recife/noticia/2012/04/14/domingo-de-manifestacao-no-cais-jose-estelita-337585.php>

principais discussões os impactos no trânsito. Além disso apresenta as principais atividades confirmadas (passeio ciclístico, pintura de camisetas e música). Em seguida, a matéria publica a nota do Novo Recife na íntegra⁹². Vale destacar que a matéria publicada em 2012, aparece como tendo sido editada/modificada no dia 22 de julho de 2014.

No dia seguinte, (15/4) o mesmo portal publicou a material de cobertura do evento, intitulada “Recifenses se reúnem para pedir a preservação do Cais José Estelita”⁹³, com o subtítulo “Centenas de pessoas realizam atividades artísticas ao longo do cais neste domingo para protestar contra a construção de 13 torres de 20 a 40 andares na localidade”. O texto, sem assinatura, descreve, em tempo real, o evento e narra seus objetivos. “Centenas de pessoas se reúnem neste momento no Cais José Estelita em uma manifestação pacífica contra o crescimento imobiliário da região”. A publicação destaca a mobilização iniciada nas redes e sua característica “artística” de protesto a favor da preservação e revitalização das antigas construções e contra a construção de 13 torres de 20 a 40 andares ao longo do cais. A cobertura, como indica o trecho a seguir aconteceu pela manhã, quando do início do evento:

Às 9h já se podiam ver os primeiros manifestantes chegando ao cais. O evento, que deve durar até o fim da tarde, promove a ocupação do espaço de diversas formas, como passeios de bicicleta, grafiteagem e performances de circo. Além disso, os envolvidos entregam panfletos com informações sobre o protesto aos transeuntes e motoristas que circulam na região

⁹²O Consórcio Novo Recife, que reúne as empresas Ara Empreendimentos, GL Empreendimentos, Moura Dubeux Engenharia e Queiroz Galvão, tendo em vista a realização, no próximo domingo (15), do “Ocupe Estelita”, no Cais José Estelita, vem esclarecer os seguintes pontos: 1º) As empresas do projeto Novo Recife (Moura Dubeux, Queiroz Galvão e GL Empreendimentos) reiteram a preocupação do projeto com o urbanismo, a mobilidade e a revitalização de uma das áreas mais belas da cidade e que está há décadas entregue ao abandono; 2º) O consórcio Novo Recife lembra que o projeto de desenvolvimento imobiliário para a área passa pela avaliação de todas as instâncias competentes (Prefeitura do Recife, Fundarpe, Iphan); 3º) O projeto Novo Recife, que ainda está sob avaliação da Prefeitura do Recife, vai possibilitar ao morador da cidade a possibilidade de usufruir de áreas verdes, ciclovia e espaço cultural; 4º) O Consórcio Novo Recife ressalta que o projeto garante a preservação dos galpões da antiga Rede Ferroviária Federal, que ficam próximos ao viaduto das Cinco Pontas. No local, está previsto a implantação de um centro de convivência e de cultura; 5º) Além da preservação dos antigos galpões da Rede Ferroviária Federal, o Consórcio Novo Recife vai restaurar a Igreja Matriz de São José, localizada na Rua Imperial. A Igreja, que começou a ser construída em 1845 e levou 20 anos para ficar pronta, sofre com a degradação da sua estrutura. A reforma vai devolver à população da cidade um dos seus marcos históricos; 6º) As empresas do projeto Novo Recife reforçam o compromisso com o desenvolvimento urbanístico do Recife e com a preservação da sua história.”

⁹³ <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2012/04/15/recifenses-se-reunem-para-pedir-a-preservacao-do-cais-jose-estelita-39181.php>.

A reportagem do NE10 entrevistou o cineasta Felipe Peres Calheiros e deu destaque à seguinte fala, creditada a ele, como voz do movimento:

Queremos discutir o modelo de cidade para que haja um planejamento melhor. A construção dessas torres vai prejudicar o trânsito, pois aqui é uma via central para chegar à cidade. Além disso, a construção de prédios muito altos afeta negativamente a paisagem da região.

Em 10 de abril, o Blog de Jamildo publicou a matéria “Manifesto Ocupe Estelita protesta contra o projeto Novo Recife, no domingo”, com o subtítulo “A ocupação e manifesto no Cais José Estelita promete defender o patrimônio público, fazer pensar em um novo modelo de cidade e estimular uma socialização cada vez mais rara no Recife”. No texto, o evento é definido como uma marcação de posição oposta ao Projeto Novo Recife e como um convite à sociedade para participar e lutar pelas mudanças que a cidade precisa. “O ato é um dos pontos importantes do grupo Direitos Urbanos de debate online, que conta hoje com mais de 2.600 membros”, diz o texto. Nesta matéria, o blog entrevista a socióloga Ana Paula Portella. É dela a seguinte fala: “Cada vez menos as pessoas socializam em espaços públicos. Elas ficam em seus apartamentos, com pouco contato com vizinhos, saem de carro em direção ao trabalho e, quando querem se divertir, vão ao shopping. Sempre em ambientes fechados”.

Encontramos postadas no próprio blog do Direitos Urbanos duas matérias vinculadas do Diário de Pernambuco do dia 8 de abril, além de uma nota na sessão Painel Aurora, do dia 14 de abril. A matéria “OcupeEstelita Discute Direitos Urbanos”⁹⁴ foi publicada no caderno Viver. Nela, o Movimento Ocupe Estelita é comparado ao Occupy Wall Street e descrito como não somente contrário ao Projeto Novo Recife, mas como um coletivo que busca manter vivo o debate sobre o modelo de ocupação e verticalização da nossa cidade. Nesta matéria, o movimento aparece representado na fala do designer Henrique Mafra:

Estamos buscando promover oficinas de pintura de camisas, com as marcas do movimento e algumas bandas e músicos estão se organizando para levar instrumentos. Além disso, ciclistas estão combinando e avaliando a adesão de mais participantes, para irem de bicicleta do Derby até a Bacia do Pina, juntando-se a nós. As pessoas estão livres para manifestar suas ideias da forma como quiserem, sempre respeitando o outro e o patrimônio.

⁹⁴<https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/04/08/dp-ocupeestelita-discute-direitos-urbanos/>.

Percebemos que o texto desta matéria foi utilizado como texto de descrição do evento “Ocupação & Manifesto | Cais José Estelita”.

Como vinculada, encontramos o título “Mobilização sem Jogo Político”⁹⁵. A matéria, ainda que não tenha o formato de entrevista é completamente construída por falas do professor Leonardo Cisneiros, um dos organizadores do evento. Seguem os trechos de suas falas aspeadas, em que responde sobre as vinculações do Ocupe Estelita com a classe média e com partidos políticos:

Existe uma tentativa de se fazer essa crítica, mas não acho que ela funciona, até mesmo porque tentar rotular o grupo dessa forma é só uma maneira de se eximir de discutir as questões levantadas. É atacar o mensageiro para não discutir a mensagem. A gente sempre tem enfatizado nas nossas críticas o impacto global na cidade dos dois projetos que chamam mais a nossa atenção no momento – o para o José Estelita e dos viadutos da Agamenon. E que, portanto, eles afetam indistintamente diversas classes sociais. A Rosa e Silva não serve somente à classe média das Graças, mas também aos trabalhadores de Casa Amarela e aos meus estudantes da UFRPE. Deixar de se preocupar com ela é deixar de se preocupar com todas essas pessoas. [...] No caso do Novo Recife [...] temos enfatizado bastante os impactos sociais negativos que eles podem causar sobre as comunidades carentes ao redor, e também uma possível pressão especulativa sobre Brasília Teimosa. Também estamos alertando desde o começo que a pretensa ‘revitalização’ (ênfase nas aspas) do centro, pretendida com esse e outros projetos (como o do porto), pode tomar a forma de uma expulsão de uma comunidade de moradores e usuários de baixa renda dessas áreas. Em todo caso, eu, Leonardo, não posso deixar de notar como é engraçado que a crítica ao movimento como um movimento de classe média venha para defender um projeto de tão alto luxo e um ‘progresso’ que é para tão poucos. [...] “Em primeiro lugar, eu não quero nem arriscar validar a sugestão de uma caracterização do grupo sob um rótulo partidário. Se é verdade que a maioria dali se apresentaria genericamente como de esquerda, no detalhe é difícil colocar a maioria neste ou naquele partido ou tendência partidária. Mais difícil ainda é rotular essa maioria como ‘ex-petista’, até porque existem, no grupo e fora dele, diversos petistas de carteirinha bastante críticos do PT em todas as esferas de governo. [...] “Em todo caso, o grupo não tem relações diretas com o jogo político institucional que se desenrola nessas eleições. As motivações são múltiplas e podem até inclui-las, mas, no conjunto, esses interesses individuais acabam se diluindo na forma de interesses mais coletivos e ações que não podem ser manipuladas por interesses políticos particulares. Como não tem estatuto, eleições, mandato, a ‘autoridade’ lá depende muito da sintonia com esse grupo de centenas de pessoas e da qualidade das ideias. Se alguém começasse a tentar puxar o grupo para um interesse político específico, ele rapidamente se esvaziaria”

Destacamos aqui, o espaço que o integrante do Movimento ganhou para se expressar. Dos 2659 caracteres da matéria, 2105 são de falas diretas, aspeadas. Pontuamos aqui também os verbos dicendi – aqueles utilizados para referir o modo

⁹⁵ <https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/04/08/dp-mobilizacao-sem-jogo-politico/>.

como o entrevistado se expressa. São eles “defende”, “acredita” “sublinha” e “pondera”. No trecho inicial, para introduzir a fala de Leonardo, o autor utiliza a expressão “é categórico”. Ainda que não seja o nosso objetivo específico aqui esse tipo de análise, percebemos uma abertura deste jornalista para as ideias do movimento. Lembramos que o Viver é o caderno de cultura do Diário de Pernambuco. Os pontos pautados pelo jornalista nos direcionam para discussões que acompanharam o Movimento Ocupe Estelita em sua trajetória: o caráter elitista e sua relação com a política institucional⁹⁶.

O Painei Aurora⁹⁷, “muro virtual de ideias sobre a cidade e suas pessoas” foi inaugurado no dia 14 de abril com o tema Ocupe Estelita:

O debate sobre o destino de um terreno de quase 100 mil metros quadrados no Cais José Estelita inaugura o Painei Aurora #painelauroa, um muro virtual de ideias sobre a cidade e suas pessoas. Arrematada em 2008 por um consórcio de empresas para ser transformada no Projeto Novo Recife – um complexo comercial e residencial de 13 torres – a destinação da área desabitada do Cais vem sendo questionada pelo Ocupe Estelita, um movimento que propaga uma redefinição do crescimento urbano do Recife.

A criação do Painei Aurora corrobora com a nossa ideia de um crescimento de um debate acerca do direito à cidade, assim como atesta a importância crescente do Movimento Ocupe Estelita, ainda em suas primeiras atividades.

O jornalista Rodrigo Almeida, assina o texto “Experiência urbana, experiência estética”⁹⁸ publicado no dia 12 de abril na Folha de Pernambuco, que acessamos através do site filmologia.com. A publicação tem um formato de artigo opinativo, mas não conseguimos resgatar em que editoria foi publicado. Trazendo o assunto do Estelita e da construção dos viadutos da Agamenon Magalhães, o jornalista opina:

O fato é que Recife está se transformando em um simulacro de cidade, sempre empurrando as classes mais baixas “para outro lugar” (“Gentrification”) e capitalizando cada metro quadrado no mercado imobiliário. A fileta básica de caráter público deixa de ser condição do espaço urbano, o que gera uma desmobilização da convivência compartilhada e uma cultura de shopping contaminada em todos os patamares da vida social. [...] A experiência estética da cidade também pede que conheçamos nossos vizinhos, deixemos nossos filhos na escola sem precisar de carro, pede para utilizarmos as vias não como um lugar em

⁹⁶ O próprio Leonardo Cisneiros, na eleição de 2016, se candidatou a vereador pelo PSOL. Ivan Moraes Filho, cujo relato utilizamos acima, se elegeu vereador no mesmo ano, pelo mesmo partido.

⁹⁷ <https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/04/16/painelauroa/>. O link original do Painei Aurora encontra-se fora do ar.

⁹⁸ http://www.filmologia.com.br/?page_id=5774.

que passamos e deixamos passar a nossa vida, mas um espaço físico e espiritual que definitivamente ocupamos, mantemos relações afetivas e cuidamos.

O portal G1 de Pernambuco, ligado ao grupo Globo, realizou a cobertura do evento e postou dois links. O primeiro com a reportagem (e quatro fotos), o segundo, um mural com 13 fotos⁹⁹. Ambas foram publicadas no mesmo dia do evento com assinatura da jornalista Luna Markman. A matéria intitulada “Movimento de ocupação de espaço público reúne recifenses no centro”¹⁰⁰, tem como subtítulo “Contrários ao empreendimento Novo Recife ocuparam Cais José Estelita. Atividades culturais serão realizadas no local durante este domingo”. Segundo a matéria, eram centenas de pessoas ocupando o Cais, inspiradas no modelo do Occupy Wall Street, articulados pelas redes sociais, sem intervenção dos partidos políticos. A jornalista destaca as faixas, cadeiras, barracas e o sofá dos “ativistas de sofá”

Markman entrevista alguns participantes, dentre eles o fotógrafo Camilo Soares, a arquiteta Patrícia Quintela, a professora Nina Velasco e o técnico judiciário Bruno Arrais. O primeiro diz: “O movimento é um grito de uma sociedade cansada de ver a cidade ser construída à revelia de quem realmente a usa”. A segunda: “os espaços públicos precisam ter qualidade e proporcionar conforto para as pessoas não ficarem trancafiadas em casa”. A terceira, referindo-se à filha de 4 anos, presente: “Acho importante que ela cresça sabendo que em alguns momentos a gente precisa se manifestar quando a gente acha que é preciso mudar algo em nossa cidade”. O quarto: “Aqui ainda é possível andar de bicicleta, mas com a chegada dos prédios, mais carros vão para a rua”.

A jornalista releva como ponto comum aos participantes do evento a crítica a políticas públicas que desconsideram questões urbanísticas como mobilidade urbana, preservação da memória histórica e afetiva dos moradores e arejamento da cidade e historiciza o caso remontando ao leilão e à audiência pública do dia 22 de março. A matéria se encerra com o posicionamento do consórcio em forma de comunicado à imprensa. O comunicado é publicado na íntegra contendo seis pontos, onde os empresários afirmam compromisso com o urbanismo, mobilidade e

⁹⁹ <http://g1.globo.com/pernambuco/fotos/2012/04/veja-fotos-do-movimento-ocupe-estelita-no-recife.html#F421773>.

¹⁰⁰ <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2012/04/movimento-de-ocupacao-de-espaco-publico-reune-recifenses-no-centro.html>.

revitalização da área *abandonada*; a observância às avaliações da Prefeitura, Iphan e Fundarpe; a construção de áreas verdes, ciclovias e espaço cultural; a preservação dos galpões; a restauração da Igreja Matriz de São José e o compromisso com o desenvolvimento urbanístico do Recife e com a preservação da sua história.

Fotografia 6 - Imagens da cobertura da mídia



Fotos: Luna Markman matéria do G1.

Do dia 15 de abril, encontramos também a matéria publicada originalmente no diariodepernambuco.com “Consórcio Novo Recife se manifesta sobre o Movimento Ocupe Estelita”. Mesmo fora do ar, em seu link original, encontramos uma repostagem do material no site do político Raul Jungmann¹⁰¹. A publicação da nota do Novo Recife na íntegra é precedida por um texto que contextualiza a nota da seguinte forma:

O projeto de reurbanização do Consórcio Novo Recife para o Cais José Estelita, que neste domingo (15) levou mais de mil pessoas a participarem do movimento “Ocupe Estelita”, em protesto às obras nos antigos galpões da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), fez com que o Consórcio Novo Recife – composto pelas empresas Ara Empreendimentos, Moura Dubeux Engenharia e Queiroz Galvão – divulgasse uma nota de esclarecimento à sociedade.

A matéria “Manifestantes usam atividades lúdicas para pedir preservação do cais” postada no NE10 aparece em clipagem feita pelo Direitos Urbanos, mas não é mais possível acessá-la. Também constando na lista de matéria encontrada pelo DU,

¹⁰¹ <http://www.rauljungmann.com.br/consorcio-novo-recife-se-manifesta-sobre-o-movimento-ocupe-estelita/>.

a “#OcupeEstelita acontece neste domingo”, postada no mesmo dia 15 no portal Pernambuco.com, dos Diários Associados, também está fora do ar.

Encontramos ainda duas¹⁰² publicações do Observatório das Metrópoles¹⁰³, ambas escritas pelo jornalista Eduardo Amorim e ilustradas com fotografias de Leonardo Cisneiros. Nos ateremos à publicação feita no periódico, que é uma expansão da feita no blog. Amorim descreve o grupo reunido como sendo de jornalistas, produtores culturais, sociólogos, filósofos, arquitetos e artistas.

Naquela primeira ocupação, os ciclistas foram os primeiros a chegar e naturalmente criaram um bicicletário com vista para a Bacia do Pina. A artista plástica Clara Moreira trouxe uma plaquinha pintada de vermelho para lembrar as Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis). Teve gente que aproveitou para protestar contra a omissão do poder público: Prefeitura covarde, dizia uma faixa. Não faltou quem chegasse de barco ao Cais José Estelita. E as crianças se juntaram aos artistas para colorir as paredes manchadas dos antigos armazéns da área portuária. Algumas pessoas vestiram até fantasia para protestar contra a cultura dos carros e exigir que o poder público se posicione em relação à utilização dos 10 hectares do terreno.

5.1.4 O Editorial do Jornal do Commercio

No dia 6 de abril de 2012, poucos dias depois da calorosa audiência pública do dia 22 de março e, nove dias antes do 1º evento de ocupação do Cais, o Jornal do Commercio, o periódico de maior tiragem do Estado, publicou, em editorial, uma defesa veemente do Projeto Novo Recife. Com o título “O vazio em torno do Cais”¹⁰⁴, o jornal argumenta que o Recife está seguindo os exemplos de desenvolvimento de grandes cidades do mundo (Barcelona, Buenos Aires, Roterdã e Cidade do Cabo) e compara o Novo Recife com o projeto carioca Porto Maravilha. “O que isso tem a ver com o Recife ficou bastante visível na apresentação do projeto de reocupação dos antigos armazéns do Cais José Estelita, no Centro do Recife, uma área praticamente abandonada, servindo de abrigo a uma população favelada”. Enquanto descreve o PNR de uma maneira efusivamente elogiosa, o editorial aponta para algumas pessoas que não viram que o Recife está mudando:

¹⁰² <http://observatoriodasmetrolopes.net.br/wp/ocupacao-cais-jose-estelita-recife/>.
http://emetropolis.net/system/edicoes/arquivo_pdfs/000/000/008/original/emetropolis_n09.pdf?1447896326.

¹⁰³ Ainda que não seja propriamente uma publicação jornalística, esse material apresenta a função de registro e, por isso, está ao lado das demais matérias de jornais.

¹⁰⁴ <https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/04/07/editorial-jc-o-vazio-em-torno-do-cais/>.

Não viram que a cidade precisa ser repensada e isso exige grandes empreendimentos, como esse que é oferecido para o Cais José Estelita, com repercussão imediata no mercado de trabalho, na qualidade de vida para muitas pessoas que terão oportunidade de se beneficiar com os equipamentos sociais ali instalados, e para toda a cidade, pelo processo de renovação do que está degradado. [...] Honestamente, não dá para entender essa posição contrária à melhoria do Centro da cidade do Recife.

No dia seguinte à publicação do editorial, o Direitos Urbanos publicou em seu blog um texto em resposta, assinado por Leon Victor de Queiroz, cujo título é “O falso Progresso”¹⁰⁵. Em paralelo à publicação no blog, desenrolou-se uma discussão extensa (com 64 comentários) em torno da publicação¹⁰⁶ que tratava o tema.

O texto de Queiroz começa apontando para o alinhamento da Moura Dubeux com o grupo JCPM, dono de diversos shoppings na cidade (Plaza Shopping Casa Forte, Shopping Recife, Shopping Tacaruna e o ainda em projeto Shopping RioMar) e do Jornal do Commercio. “O empreendimento da Moura Dubeux com aprovação da Prefeitura da Cidade do Recife terá interligação viária com o Shopping Rio Mar”, aponta, como evidência de um interesse cruzado. O trecho seguinte tenta disputar o conceito de progresso *per sí*, ao que afirma:

O progresso não é um conjunto de concreto e vidro. O progresso é termos uma cidade em que se possa andar por suas ruas, onde os pobres e os ricos se vejam e não se agridam, onde os espaços públicos sejam pensados e discutidos para que seu planejamento leve em consideração a HARMONIA SOCIAL. [...] O progresso não está na suntuosidade ou embelezamento do espaço construído. O progresso está em viver sem medo da violência, em transitar pela cidade a bordo do transporte público.

A publicação do editorial (uma foto dele) no grupo do Facebook dos Direitos Urbanos, feita por Leonardo Cisneiros no mesmo dia 6 de abril, acompanhou o seguinte texto:

Poxa, todo mundo aqui num momento de meditação pascal e acho que ninguém viu essa pérola de editorial do JC insistindo na tecla de que somos contra a recuperação do centro, o progresso etc. e termina dizendo: “Honestamente, não dá para entender essa posição contrária à melhoria do Centro da cidade do Recife”. Dá mesmo não? Então dá meia página do JC pra gente que a gente explica para você e para os seus leitores que só estão vendo metade de história...

¹⁰⁵ <https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/04/07/o-falso-progresso/>.

¹⁰⁶ <https://www.facebook.com/groups/233491833415070/241963519234568/>.

Elencaremos a seguir alguns dos conteúdos dos 64 comentários feitos na publicação. Dividimos em dois eixos temáticos: “críticas ao jornal e ao jornalismo e sua relação com o empresariado” e “contra-argumentos ao conteúdo do editorial”. Observem que essa é a mesma estrutura do texto de Queiroz, analisado acima. Ele, não por acaso é um dos principais comentadores da publicação.

5.1.4.1 Críticas ao jornalismo e sua relação com o empresariado

“O Jornal do Comércio é um LIXO. [...] Até hoje, eu procuro ser amigo de um jornalista sério, íntegro culto e inteligente. Porque a imagem que eu formei dos jornalistas é a pior possível” (Leon Victor de Queiroz); “Mas o que é que se pode esperar desse JC?” (Laura Afonso de Melo); “O problema não é um editorial favorável ao projeto privado do Consórcio Novo Recife, considerando que o editorial é a opinião do proprietário da publicação. [...] O problema é publicar uma falácia”. (Fabiana Freire Pepeu); “Honestamente, não dá para entender como a mídia ainda não foi regulada e como se permite um jornal virando panfleto publicitário” (Leonardo Cisneiros); “Alguém leva a sério estes jornais?” (Terceiro Anaximandro); “O JC faz parte do grupo JCPM. Lembra do tal shopping destruindo o manguezal do Pina??? Quem é o dono???” (Luciene Malta). E por último o comentário de Raíza Cavalcanti:

Esse jornal é a voz de Paes Mendonça. É óbvio que eles irão fazer campanha negativa, que irão reforçar o discurso do governo contra nós e ampliar o estigma de 'burgueses reacionários' que este nos impõe. O que me entristece é que não há um único canal de imprensa 'confiável' aqui nesta cidade. A globo, por exemplo, é sócia (ou parceira) da ADEMI/Imóveis. Esta emissora sequer noticiou a audiência pública do dia 22. O Diário de Pernambuco deu a notícia nos chamando de tumultuadores. Com essa campanha midiática pesada contra e o governo jogando sujo, na base da tratoração da oposição, nos jogando contra o resto da população, fica bem difícil mesmo. Mas temos o trunfo de estarmos conscientes de toda essa movimentação 'suja' para nos desqualificar e estarmos bem mobilizados. Eles podem ser poderosos, mas a gente é inteligente!

Os comentários acima nos apresentam, de uma forma geral, uma visão crítica ao jornalismo empresarial e ao posicionamento enviesado e interessado do grupo JCPM no que diz respeito à realização do Projeto Novo Recife. Dentre outras coisas, os comentadores percebem os interesses econômicos diretos do grupo JCPM na realização do PNR: o dono do Jornal do Commercio, João Carlos Paes Mendonça seria beneficiado pelo empreendimento, já que as torres do projeto são planejadas

para estarem a menos de 1km do seu Shopping RioMar, à época, ainda não inaugurado.

5.1.4.2 Contra-argumentos ao conteúdo do editorial

“Eles acham que o movimento é contrário ao progresso. Eles não sabem que eles próprios é que provocam a péssima situação em que vivem” (Leon Victor de Queiroz); “O projeto só visa o lucro[...] não visa o desenvolvimento local, não estimula a economia local, o que este projeto visa é o enriquecimento de poucos, e esmolas para outros.” (Daniel Cavalcante de Araújo) e o comentário de Leonardo Cisneiros:

Sim, você (o jornal, o editorial) tem um bocado de razão em relação à importância do terreno, seu potencial para repensar o centro da cidade etc e POR ISSO MESMO o Projeto Novo Recife é péssimo, pois ele é um imenso desperdício desse potencial, queimando o cartucho de um terreno tão importante em um projeto medíocre, mesquinho, sem integração com o resto, que de cara já desvaloriza quaisquer futuros planos nos terrenos detrás

Além desses, outros comentários trazem à tona temas como os efeitos negativos da verticalização desordenada e o aquecimento urbano.

Atentemos para o diálogo entre Leonardo Cisneiros e Leon Victor de Queiroz, que registra o surgimento da ideia da escrita do texto “O Falso Progresso”, analisado acima: “Leon Victor, escreve algo, por favor. A gente não tem tanto alcance (ainda), mas é algo mais permanente e mais escalável do que ficar falando com um por um. Precisamos de mais gente escrevendo e pensando o erro desse pensamento”, postou Cisneiros. Em outro comentário ele acrescenta: “Estou falando de um texto, um artigo, metendo o pau nessa mentalidade, compilando esses teus argumentos [...] a gente precisa de material, de conteúdo bem pensado, para tentar se contrapor um pouco.. depois a gente vê por onde publica além do grupo”. Em seguida, Queiroz responde: “Escrevi. Publiquei no meu perfil”. A troca de comentário indica que o texto de Queiroz foi motivado e inspirado pela postagem e seus comentários e endossam a crescente atividade do grupo Direitos Urbanos no debate acerca da cidade.

6 O APOIO DE JOÃO DA COSTA

No dia 17 de abril, o Jornal do Comércio publicou a matéria “João da Costa apoia obra no Cais José Estelita”¹⁰⁷. Sem assinatura, a notícia tem o seguinte subtítulo: “Prefeito afirmou que deve aprovar projeto do Novo Recife e ressaltou que cidade ganhará com o plano de compensação”. O principal argumento elencado por Costa, como contido no subtítulo, seriam os R\$20 milhões em investimentos em ações compensatórias. As declarações foram dadas em coletiva de imprensa na sede do PT Municipal, no dia 16 de abril. A matéria destaca as seguinte fala do prefeito:

O plano diretor e a lei de uso do solo urbano existem na cidade, o prefeito tem que se submeter a essa lei. Mas a gente quando tem empreendimento de impacto exige compensação. Os empreendedores lá estão comprometidos em ações que chegam a R\$ 20 milhões e isso foi uma condição que nós colocamos.

Em seguidas às aspas do prefeito, o jornal as soma às colocações de Eduardo Moura, representante do consórcio, o que confunde se a matéria era mesmo uma cobertura de uma coletiva de imprensa ou uma defesa do Projeto Novo Recife. Dentre as mitigações citadas, está uma alça partindo do Viaduto Capitão Temudo, que daria acesso aos prédios do consórcio. Dela estava previsto partir uma via para o bairro da Ilha do Leite. O que está sendo explicitado como um investimento na cidade, é, como vemos, um investimento no próprio projeto.

A partir de então o jornal toma para si a incumbência de elencar todas as contrapartidas do projeto com uma linguagem muito semelhante à das propagandas do PNR. No último parágrafo do texto, lemos o seguinte trecho:

Restaurado pelo consórcio, o espaço (um centro cultural) vai disponibilizar cafés, livrarias, lojas de artesanato e um memorial, solicitado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico (Iphan) para destacar a importância das ferrovias. Os empreendedores também se comprometeram em reformar a Igreja de São José [...] Dos 101,7 quilômetros quadrados que compõem a área total do Novo Recife, 36 mil metros quadrados serão de área verde pública.

¹⁰⁷ <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/noticia/2012/04/17/joao-da-costa-apoia-obra-no-cais-jose-estelita-39343.php>.

No dia seguinte 18/4 ao da matéria acima, foi publicada no mesmo jornal, a matéria “Prefeitura do Recife busca parceria para mudar o Coque”¹⁰⁸, também sem assinatura e com o subtítulo “PCR quer apoio da iniciativa privada para reorganizar comunidade, na Joana Bezerra, e garantir qualidade de vida”. Na voz do jornal aparece:

O plano de revitalização da área central do Recife vai além do projeto urbanístico concebido por quatro construtoras para ser erguido no Cais José Estelita, no bairro de São José. A Prefeitura do Recife deseja firmar uma parceria com a iniciativa privada para reurbanizar o Coque, comunidade carente da Ilha de Joana Bezerra localizada numa Zona Especial de Interesse Social (Zeis). O Executivo municipal acredita que, com o projeto Novo Recife e a consequente valorização dos bairros que formam o Centro, o Coque - um local degradado como o cais, porém habitado - pode ser beneficiado com melhor infraestrutura.

Segundo o JC, a revitalização do Coque aconteceria através de Parceria Público Privada. Não consta prazo. A PPP incluiria a requalificação das Avenidas Sul, Imperial e Cabo Eutrópio e “aproveitaria” moradores da comunidade para trabalharem nas obras.

No mesmo dia, João da Costa participou do programa Ponto Final, apresentando por Aldo Vilela e veiculado na TV Jornal, ao vivo. Na bancada do programa, estava presente o blogueiro Jamildo Melo – o do Blog de Jamildo – que iniciou o debate aproveitando o mote do Ocupe Estelita, que acabara de realizar sua primeira ocupação no Cais (15 de abril). A pergunta se referia aos dois temas tratados acima: o Projeto Novo Recife e o projeto reurbanização do Coque (ao que parece, a matéria do JC do mesmo dia foi feita a partir da entrevista para TV). João da Costa respondeu de maneira firme e segura, como se já estivesse preparado para o assunto. Costa seguiu por um caminho que ora passava pelo legalismo, ora insistia na tecla das contrapartidas. “A gente tem procurado trabalhar dentro da legislação urbana e cumprir o que está no plano diretor. [...] O projeto trará como contrapartida para a cidade um investimento de 20 milhões¹⁰⁹ [...]”. O montante do investimento em contrapartida chegou a ser repetido outra vez durante a entrevista.

Ainda em defesa do projeto, o prefeito afirma que este conta com um *boulevard* e que preservará o patrimônio. Segundo Costa, o projeto passou por uma

¹⁰⁸ <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/noticia/2012/04/18/prefeitura-do-recife-busca-parceria-para-mudar-o-coque-39466.php>.

¹⁰⁹ As contrapartidas, segundo o prefeito, incluiriam a demolição do viaduto das cinco pontas, a recuperação da Igreja de São José e investimento no Parque da Tamarineira.

reformulação para “valorizar” as áreas do entorno: Bairro de São José, Vila Imperial, e Avenida sul (A avenida Sul e a Vila Imperial se encontram, as duas, dentro do Bairro de São José, na verdade). Na entrevista, o prefeito afirma que é o Iphan que está “dificultando” o andamento do PNR por causa dos tombamentos de algumas construções da antiga Refesa

Jamildo Melo complementa a provocação pontuando questões sobre verticalização e pautando especificamente o bairro do Coque, vizinho ao projeto e região com um dos piores IDHs da cidade. “Quando nós fizemos o plano diretor uma das diretrizes para reurbanizar foram as compensações. A gente tem hoje uma legislação que permite esse tipo de empreendimento naquele local”, afirma, confirmando que o Plano Diretor do Recife foi pensado para incluir esses tipos de projeto de alto impacto. “O Coque é uma preocupação nossa. Quando nós discutimos o polo jurídico e o Novo Recife, pensamos reurbanização da área fazendo parcerias público privadas (PPPs) para reurbanizar e integrar a região”, afirma, dando a entender que o que ele entende por reurbanização significa gentrificação. Por valorização, ele entende um aumento no custo de vida local que empurraria os moradores para longe dali. Como contrapartida, o prefeito cita uma mão de obra local – como de costume, para os serviços menos remunerados, como construção civil e serviços gerais.

Se olharmos as matérias, publicadas em sequência, nos dias 17 e 18 de abril, percebemos uma construção narrativa que alinha os discursos da prefeitura e do próprio jornal com o do Projeto Novo Recife. O PNR não é só endossado e elogiado pelas outras duas instituições, pelo que trará com suas compensações, como é mostrado como um pivô de solução para a cidade. Como vemos na citação acima, o PNR estaria incluído como revitalização da área central do Recife que valorizaria os bairros vizinhos. As matérias, em um processo de apropriação direta das propagandas do projeto e da prefeitura, apresenta como “valorização” o que na verdade é um processo de gentrificação e especulação imobiliária. Publicizar o Novo Recife como revitalização do centro, é reafirmar que a prefeitura aliena a urbanização da cidade para o mercado imobiliário, ou como diria um das faixas do Ocupe Estelita, que “o urbanista do Recife, é o capital”....

João da Costa voltou a se pronunciar em relação ao PNR em 15 de maio do mesmo ano. A publicação, no Blog de Jamildo, veículo também ligado ao Sistema Jornal do Commercio, tinha o título “Pessoas precisam conhecer a abrangência do

projeto Novo Recife, diz João da Costa¹¹⁰ e estava inserida no contexto da disputa interna do PT – prévias – para decidir o seu candidato a prefeito na eleição de 2012.

Eu já pedi à Moura Dubeux que divulgasse mais o projeto para que as pessoas conheçam e vejam a dimensão, que terá comércio, serviços e moradia em um só local. É uma tendência que ajuda a mobilidade. Agora quem quiser morar no Paiva, que vá. [...] A verticalização não é ruim em si. Pode até ser boa [...] nós aprovamos o aumento do gabarito no centro de quatro para sete justamente para direcionar o crescimento imobiliário para o centro.

¹¹⁰ <http://m.blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2012/05/15/pessoas-precisam-conhecer-a-abrangencia-do-projeto-novo-recife-diz-joao-da-costa/>.

7 OCUPE ESTELITA DE 22 DE ABRIL – O SEGUNDO

Imagem 5 - Material de divulgação on-line do Ocupe Estelita de 22 de abril.



Fonte: Blog do Direitos Urbanos

7.1 O EVENTO

No domingo, 22 de abril foi realizada a segunda edição do evento Ocupe Estelita. Uma semana depois do primeiro, desta vez, o encontro foi organizado em conjunto com participantes do Projeto Mambembe¹¹¹, grupo de estudo formado por cursos de arquitetura do Nordeste. Se no evento inaugural as falas públicas foram improvisadas e não constavam na programação divulgada, o grande chamariz para essa edição foi uma rodada de debate com urbanistas e arquitetos¹¹². A ocupação estava prevista para ser realizada entre as 11h e 16h.

O texto de divulgação do evento, intitulado “#OcupeEstelita continua”¹¹³, postado no dia 20 de abril no blog do Direitos Urbanos, descrevia a proposta como uma oportunidade para que os especialistas – urbanistas e arquitetos - fizessem suas observações a respeito do Projeto Novo Recife. Entre as demais atividades programadas estavam apresentações de grupos musicais, exibição de filmes, performances, grafiteagem, circo, piscina “além é claro do que os ocupantes desejarem compartilhar”.

Na mesma publicação, encontramos uma contextualização do movimento, o que nos permite entrar em contato com uma autodefinição de como se entendiam na época. Segundo o texto, o Ocupe Estelita é um “Ato da sociedade civil, organizado de forma descentralizada através da internet, com o objetivo de protestar contra o projeto intitulado ‘Novo Recife’”. O evento em si, por sua vez, é definido como “ocupação, por um dia, da área do Cais, com atividades abertas e promovendo o encontro pacífico entre as milhares de pessoas que estão se posicionando em debate e a favor de uma nova política urbana na cidade.” O texto destaca ainda que a defesa do Cais se tornou um símbolo de uma pauta que se ampliava acerca do crescimento sustentável das cidades. “A ocupação faz parte do conjunto de ações que vêm sendo tomadas por grupos da sociedade civil diante da urgência dessa

¹¹¹ O Projeto Mambembe, conjunto de ações em torno do tema “Discutindo o Novo Recife” foi realizado entre os dias 20 e 22 de abril de 2012 e contou com participantes da Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Segundo descrição própria o objetivo das vivências e debates realizados era o de avaliar a situação do Cais José Estelita formular opinião sobre a proposta do Projeto Novo Recife.

¹¹² Participaram do debate o professor Tomaz Lapa – o mesmo que fez fala no dia da audiência pública -, a professora Lúcia Veras, e os arquitetos Marília Cireno e Cesar Barros.

¹¹³ <https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/04/20/ocupeestelita-continua/>.

responsabilização do poder público sobre essas pautas”, lê-se em outro trecho do mesmo texto.

O evento no Facebook, intitulado #OCUPEESTELITA + MAMBEMBE¹¹⁴, foi criado no dia 18 de abril e contou com uma adesão menor do que o anterior, ao que tudo indica, por ter sido criado com pouca antecedência – apenas quatro dias antes do evento – e pela sua proximidade com o evento passado. Neste, encontramos um total de 11.652 convidados, 981 indicações de comparecimento e 233 indicações de interesse. Mais uma vez puxado pelo coletivo Direitos Urbanos, o evento tinha como organizadores seis perfis¹¹⁵, e contou com 69 publicações no seu mural de discussão. Não encontramos relatos nem matérias de jornais, o que aponta para uma mobilização de menor repercussão do que a primeira, a despeito de uma descrição entusiasmada no evento na rede social.

“O ocupe continua e com mais força do que nunca! Agregando ideias com o movimento Mambembe, promovido pelos estudantes de arquitetura da UFPE, o #OcupeEstelita garante sua resistência esse domingo discutindo o Recife!”, consta no “sobre” da página. Como parte da programação estavam o debate “Discutindo o Novo Recife”¹¹⁶, além de música, exibição de filmes, atrações artísticas, grafiteagem, circo, piscina, futebol, dominó, churrasco e bebidas. O perfil do protesto parece ser sintetizado com a seguinte chamada “Tragam sua família e amigos, toda participação é + que bem-vinda. O cais é um espaço nosso. Ocupe-o!”, revelando um caráter lúdico e de construção coletiva. Em um dos posts de um dos organizadores do evento, vemos reforçada a abertura na construção do espaço.

Ao longo do evento do Facebook, vemos se desenvolver uma discussão que deu mote para opiniões diversas. Através de um comentário, postado no dia 18 de abril, o usuário Garimpo Gorgonzola queixou-se de uma “felicidade vazia” e “espetacularizada”, que na sua opinião, não era suficientemente “combativa”. “No domingo (se refere ao 1º ocupe) me senti num evento social da classe média alta, pura vibe ver e ser visto. Quem sabe esteja na hora de pensar novas formas de mobilização.”. O comentário gerou outras 25 manifestações, que nos apontam para algumas questões importantes sobre o próprio conceito do Ocupe Estelita.

¹¹⁴ https://www.facebook.com/events/209986855778971/?active_tab=about.

¹¹⁵ Kaká França, Bárbara Souza, Mayko Bastos, Aline Rattacaso, João Lucas e, outra vez Recife Parado.

¹¹⁶ No evento, além de Lapa, Cireno e Barros, estão o arquiteto Roberto Ghione e Vitória Régia, então presidenta do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-PE). Nessa programação, diferentemente do divulgado no blog do Direitos Urbanos, não consta a participação de Lúcia Veras.

Pontuações recorrentes que versam sobre as pechas de elitista e essencialmente virtualizado que recaíram sobre o movimento.

Em resposta, o usuário Bernardo Jurema, por exemplo, elenca a própria possibilidade de construção coletiva como um êxito, dentro de um aprendizado processual, assim como um desencadeamento de discussões sobre a cidade, a despeito do caráter festivo da ocupação

A blogosfera bombou. No Twitter, domingo, a única hashtag que não tratava de futebol ou Faustão [...] foi justamente #OcupeEstelita. Até os jornais e TVs locais tiveram que se render e noticiaram o tema. Isso não é pouco. O importante agora é olhar adiante e ver o que se pode fazer com base nisso.

Em outro comentário, referindo-se à projeção virtual, Jurema alega a potência das redes sociais como uma ferramenta de emancipação das mídias hegemônicas, assim como de articulação, planejamento e partilha de informações.

A gente mesmo constrói a nossa narrativa, filmando, fotografando, blogando e tuitando. E mesmo que os jornalões deem pouco espaço e ainda deturpando, não importa, porque nós mesmos agora temos a capacidade de contrapor a isso com a nossa produção. [...] O movimento tem um aspecto essencial que é presencial.

Já Leonardo Cisneiros, integrante fundador do DU, acrescentou, afirmando uma complementariedade de ações - defende que a ocupação “festiva” soma-se ao debate virtual e presencial - e uma síntese - quando, por exemplo aconteceram as falas públicas e a colagem de cartazes informativos nas paredes do Cais. Thamires Santos, por sua vez, nos aponta um caráter prático do evento - já que é a própria efetivação, ainda que pontual, da comunalização desejada discursivamente pro Cais.

A discussão do evento, se desdobrou no blog dos direitos urbanos com o texto do filósofo Érico Andrade intitulado “Ocupa Estelita: política e moralismo”¹¹⁷, publicado no dia 21 de abril. O texto tem como ideia central a defesa de que não há incoerência entre ser de classe média ou adotar certos padrões de consumo (ter carro, Iphone, morar em prédios) e militar pelo Estelita. Andrade apresenta uma argumentação elaborada para responder a essa que talvez seja a principal crítica

¹¹⁷ <https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/04/21/ocupa-estelita-politica-e-moralismo/>.

que o movimento recebeu dos adeptos ao Novo Recife, mas também daqueles que se incomodavam com um perfil majoritariamente classe média intelectual do Recife.

Segundo ele, a visão de que quem apoia uma causa tenha que ser um exemplo irretocável do modo correto de agir revela um “moralismo asceta”. “Essas críticas pressupõem que o agente político deve ser ideal para fazer política”. Para o filósofo, a atividade política não deve ser julgada pelos agentes políticos, mas pela proposta coletiva que ela apresenta. O julgamento moral, segundo ele, remete a um ideal cristão que exige que o agente político seja um anjo imune a qualquer sedução do progresso econômico. Ao contrário disso, Andrade defende o movimento político como uma maneira de fomentar a consciência individual por meio de um projeto coletivo. Daí ele afirma, por exemplo, que o fato de alguém usar carro com frequência não desqualifica que ele defenda a existência de ciclovias.

O Ocupa Estelita pode sensibilizar não apenas a sociedade, mas também seus próprios membros. Para isso não é necessário exigir um agente político ideal. No máximo essa exigência pode gerar um sentimento de culpa no agente político [...] que se converte em paralisia política. [...] O problema dessa visão moralista é que ela nos condena ao fatalismo político que só poderá ser revertido no céu.

Outro comentário postado na página do evento, dessa vez do membro João Augusto Dias, traz uma impressão que nos parece relevante. Dias apresenta de forma crítica a falsa polarização que permeava os debates acerca do que ia ser feito no Cais. Segundo ele, os defensores do Projeto Novo Recife, em nome do “progresso” apresentavam a situação com duas únicas opções opostas. De um lado, as 12 torres, do outro, a manutenção do abandono. Diante disso, o membro do evento propôs que fossem criados e apresentados projetos alternativos.

Em resposta ao seu comentário, muitas pessoas compartilharam casos parecidos em que, ao debaterem sobre o Estelita, se deparavam com a dicotomia progresso – torres x atraso – abandono, e endossaram a ideia da necessidade de contrapropostas. Cris Cavalcanti, por sua vez, na mesma postagem, ponderou que fazer projetos de preservação e revitalização com mecanismos de escuta era dever da prefeitura, e que, dada a magnitude do Cais, não seria uma tarefa simples ou rápida apresentar projetos alternativos. No mesmo caminho de Cavalcanti, Maurício Bandeira acrescenta: “É complicado fazer uma contraproposta de qualidade sem pensar em todo o entorno. A gente sabe mais ou menos o que a gente queria ver lá,

mas tem que adequar isso ao contexto da área toda. Essa é a especialidade dos urbanistas”. Ainda sobre o tema, a arquiteta Marília Cireno, que integraria a mesa de debate durante evento no Cais, divulgou que já estava circulando um convite aberto para que estudantes e profissionais elaborassem propostas para “mostrar que não só somos contra, como somos capazes de propor alternativas”.¹¹⁸

No próprio dia 22 de abril, dia da realização do 2º Ocupe, foram postadas novas confirmações da programação, que incluíam atrações musicais (German Ra, Ylana Queiroga, Ana Ghandra e o grupo de percussão Pandeiro do Mestre) e atividades de contato e improvisação. Em paralelo ao evento, mas não nele, às 13h30, estava programada uma reunião não oficial com a promotora pública Belize Câmara.

Por último (em relação à análise das postagens do evento no Facebook) relevamos uma publicação de Adriana Dória, que consiste na capa do livro *Occupy* e em um link para a página de seu lançamento deste, recém-ocorrido, em São Paulo¹¹⁹. A publicação exemplifica as referências das manifestações ao redor do mundo sobre o Ocupe Estelita e, especificamente, a presença das ideias desse livro, como tecemos anteriormente.

Apesar de não termos encontrado elementos escritos específicos que nos fornecessem mais informações sobre a realização deste evento em si, encontramos uma série de vídeos¹²⁰, e um álbum no perfil dos Direitos Urbanos na plataforma *Flickr*, sobre os quais nos ateremos adiante. Os três curtas amadores hospedados no Youtube na conta do usuário Philosopharte são assinados por Lúcio Mustafá. As sequências de imagens nos situam na ocupação do dia 22 de abril, onde vemos pessoas dos dois lados da via – tanto beirando o muro dos galpões quanto a Bacia do Pina, em menor quantidade da que vimos nos registros da primeira ocupação. Os planos mostram pessoas brincando com malabares, tecido acrobático e bambolês ao som de uma *jam session* de músicos embaixo de um toldo. Nos muros pintados lemos “A cidade é de todos”, “Ocupe Sempre”, a letra da música “A Cidade” de Chico

¹¹⁸ Se voltarmos ao texto de Andrade, veremos que ele também versa sobre a questão posta por Dias. “Não se pode pensar um projeto urbano que se resuma ao dilema: ou se constrói prédios em certas áreas ou não se constrói mais nada. Aqui mais uma vez, relevamos a sintonia entre as redes sociais e os textos do blog, como ocorreu no caso do editorial do JC.

¹¹⁹ <https://blogdaboitempo.com.br/2012/04/02/lancamento-boitempo-occupy-movimentos-de-protesto-que-tomaram-as-ruas/>.

¹²⁰ <https://www.youtube.com/watch?v=gJptvBBi2ls> ;
<https://www.youtube.com/watch?v=sNDTMNrjdp5> ;
<https://www.youtube.com/watch?v=VZEq95n5guc&feature=youtu.be>.

Science¹²¹ e vemos ilustrações de prédios sendo derrubados por um macaco – em referência ao filme King Kong. Durante o vídeo, aparentemente gravado de celular e sem cortes, vemos também muitas crianças pintando as paredes do Cais, pessoas de diversas idades fazendo piqueniques em cima de cangas estendidas e animais de estimação correndo pelas calçadas. Vemos ainda uma faixa de pedestre pintada sobre o asfalto.

Já as imagens do Flickr¹²² complementam o panorama visto na sequência de vídeos (bambolês, tecidos, malabares, faixas, piqueniques, palhaços, jam de música), mas registram também o momento em que foi realizado o debate, onde se vêem, embaixo de um toldo, o professor Tomás Lapa e xs arquitetxs Marília Cireno e César Barros. Escutando a fala delxs percebe-se um aglomerado de pessoas. Pelas imagens notamos ainda a participação da plateia no debate.

Fotografia 7 - Debate com arquitetxs no Ocupe Estelita de 22 de abril de 2012



Fotos: Direitos Urbanos.

¹²¹ "A cidade não para/ a cidade só cresce/ o de cima sobe /e o de baixo desce."

¹²² <https://www.flickr.com/photos/direitosurbanos/sets/72157629513561854> (álbum Ocupe Estelita + debate)

Outro momento registrado pelas fotos, assinadas pelo coletivo, é uma intervenção na pista. Um grupo de pessoas pinta uma faixa de pedestre na Avenida Engenheiro José Estelita.

Fotografia 8 - Atividades durante o Ocupe Estelita de 22 de abril de 2012



Fotos: Direitos Urbanos

Não conseguimos reconstituir o conteúdo das falas do evento – não achamos cobertura da imprensa, nem relatos ou registros de áudio ou vídeo do debate – no entanto, encontramos um texto assinado pela arquiteta Marília Cireno, uma das convidadas para compor o debate, que foi publicado seis dias antes do evento no blog do Direitos Urbanos¹²³, onde depuramos seu posicionamento.

Intitulado “Ocupa ou desocupa – o último suspiro do Cais José Estelita?” o artigo de opinião tenta desconstruir os argumentos contrários ao movimento – de ser contra o progresso, de querer que o cais fique abandonado, ou de ser um movimento de elite. “Ser contra um empreendimento particular ou uma determinada postura de intervenção urbana não tem nada a ver com o progresso de uma cidade ou região”, afirma em um trecho, enquanto aponta para a possibilidade de um progresso responsável, dinâmico e integrador, invés de um baseado em exploração máxima do potencial imobiliário. “Quem disse que torres altas são sinônimo de progresso?”, pergunta. No texto, a arquiteta afirma ainda que ninguém quer deixar o Cais abandonado. A área em questão, segundo afirma, já vem sendo discutida há anos, mas foi preciso o anúncio do Projeto Novo Recife para que as pessoas

¹²³ <https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/04/16/ocupa-ou-desocupa-o-ultimo-suspiro-do-cais-jose-estelita/>.

sentissem que, se não se apropriassem do espaço imediatamente, poderiam perdê-lo para sempre.

Cireno aponta ainda que não há incongruência entre ser de classe média e participar do movimento. Segundo ela, o Ocupe Estelita é uma massa crítica que deseja experimentar as possibilidades de uso do espaço urbano. “Vejo o movimento pelos direitos urbanos no Recife [...] como um momento precioso de conscientização e discussão dos problemas e potenciais da nossa cidade”, diz no trecho final.

7.2 APOIO DE ARTISTAS NO ABRIL PRO ROCK

No mesmo dia da 2ª edição do Ocupe, artistas que se apresentaram no Abril pro Rock, importante festival de música da cidade, se manifestaram em favor do movimento contra o Projeto Novo Recife. Atração que encerrou o evento, o cantor Otto vestiu a camisa confeccionada por Cris Cavalcanti e deixou clara a sua posição contra o crescimento desordenado do Recife. Segundo postagem no Direitos¹²⁴ o cantor questionou também a construção dos viadutos na Agamenon Magalhães e criticou a destruição de áreas de mangue. “Quanto mais concreto menos sonhos”, disse. O relato do blog afirma que o cantor foi muito aplaudido quando falou do #ocupeestelita. A postagem ainda menciona os apoios do guitarrista da banda Pandemmy, Augusto Ferrer, no sábado 21 de abril, que escreveu #ocupeestelita em sua guitarra, e do músico Tibério Azul, que também vestiu a camisa movimento. Encontramos menção ao fato também nas coberturas do evento na revista “O Grito”¹²⁵ e do jornal “O Globo”¹²⁶. Na primeira, encontramos:

Penúltima atração da noite – porém a mais aguardada – Otto sobe ao palco vestindo uma camisa do protesto #OcupeEstelita, movimento contra a destruição do Cais José Estelita para construção de 13 torres residenciais. Ele usou o show em vários momentos para reclamar do “concreto que avança sobre o Recife”. Protestou ainda contra os viadutos na Agamenon e destruição de áreas de mangue

¹²⁴ <https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/04/23/otto-encerra-o-abril-pro-rock-vestindo-camisa-do-ocupeestelita/>.

¹²⁵ <http://revistaogrito.com/cobertura-otto-mundo-livre-sa-nada-surf-buraka-som-sistema-abril-pro-rock-2012-terceiro-dia/>.

¹²⁶ <https://oglobo.globo.com/cultura/buraka-som-sistema-fecha-abril-pro-rock-com-kuduro-4712875>.

Na segunda: “Ele (Otto) aproveitou para protestar contra a especulação imobiliária na cidade, se apresentando com uma camiseta com os dizeres ‘Ocupe Estelita’”.

Fotografia 9 - Otto no Abril pro Rock de 2012



Foto: Chico Peixoto/LeiaJá Imagens

Fotografia 10 - Augusto Ferrer no Abril pro Rock de 2012



Foto: Chico Peixoto/LeiaJá Imagens

É importante pontuar, desde já, o apoio dos artistas. Já havíamos relatado a adesão de cantores durante as mobilizações do 1º Ocupe, com as manifestações de Karina Burh – que fez um cartaz para o evento e publicações nas suas redes sociais – e de China – cujo relato foi citado acima. Os posicionamentos de artistas foi um dos pontos fortes do movimento. O tema ressurgirá adiante.

7.3 PORQUE O DU É CONTRA

Também no dia do evento, o grupo Direitos Urbanos publicou na sessão painel aurora da página online do Diários Associados – e republicou no seu blog¹²⁷ - o texto “Ativistas do Direitos Urbanos explicam por que são contra o Novo Recife”. Em contracampanha às publicidades e argumento do PNR, a nota assinada por Leonardo Cisneiros e Cristina Gouvêa, exatamente um mês depois da audiência pública de apresentação do projeto na Câmara Municipal (em 22 de março) exalta o crescimento “explosivo” da mobilização tanto virtualmente quanto presencialmente. Na época o grupo do DU no Facebook tinha chegado aos 5mil membros e o ocupe dominial chegava à sua 2ª edição.

A dupla começa argumentando que ninguém do Ocupe Estelita é a favor da manutenção do abandono do Cais, mas que, diante de seu valor para a reurbanização do centro, o Projeto Novo Recife é “uma péssima solução”. O fator crucial para o sucesso da revitalização, segundo afirma, é o planejamento do todo. Contrapondo-se ao argumento de que não havia outros projetos, o filósofo e a arquiteta relembram o Projeto Recife-Olinda¹²⁸, parceria entre o governos municipal, estadual e federal. Cisneiros e Gouvêa explicam como leem o tal projeto, que custou mais de R\$3 milhões ao governo do estado, antes de ser arquivado.

O desenho que este projeto oferecia para a área do Cais incluía, dentre outras coisas, a integração completa da malha viária nova com a já existente no bairro de São José e a eliminação de barreiras físicas entre a área antiga e área proposta. O plano de ocupação proposto se preocupava fortemente com a garantia de um uso diversificado da área e com a diminuição de barreiras sociais, através da mesclagem de prédios comerciais e prédios residenciais, tanto de alta quanto de baixa renda. Com o desmantelamento deste projeto, o que sobrou foram grandes terrenos disponíveis para a exploração imobiliária, sem controle efetivo do poder público.

¹²⁷ <https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/04/24/ativistas-do-direitos-urbanos-explicam-por-que-sao-contra-o-novo-recife-painelaurora/>.

¹²⁸ O projeto urbanístico Recife Olinda, previsto para ser iniciado em 2007, propunha uma requalificação urbana da orla através de uma série de intervenções na faixa litorânea entre os centros históricos das duas cidades com duração de 15 a 20 anos. Dentro da proposta de contínuo urbano de 8k, previa-se a criação de equipamentos comunitários e turísticos, diversidade funcional e também a requalificação de assentamentos informais. Para o Cais, previa-se a destinação de parte da área “ao mercado popular de habitação, comércio, serviços, escritórios, passeios públicos e equipamentos turísticos e de lazer. O Forte de Cinco Pontas e seu entorno histórico configurado pelos bairros de São José e Santo Antônio serão valorizados” (FIGUEROLA, 2012) Lembrete da referência: <https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/04/16/apresentacao-do-projeto-urbanistico-recife-olinda/>

No texto, além do Recife-Olinda é citada a existência de, pelo menos, seis projeto para a mesma área, apresentados por alunes e professores do curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco só no semestre anterior. “Todos eles (os projetos) partiam do consenso de que qualquer uso para uma área desse porte deve partir de um planejamento da cidade e da integração do terreno a ela”. Apesar do discurso de revitalização, para o DU, o PNR não se relaciona com as possibilidades do lugar, ao contrário, projeta um paredão de prédios na frente da orla. Todo o resto do novo bairro já surgiria na sombra, tanto a real quanto a metafórica, dessas torres de costas para a cidade, inclusive de costas para o Bairro de São José. Para o grupo, o pensamento em relação à integração com a cidade chega como mitigações, capitalizados como como “boa vontade” dos empresários. “As as contrapartidas exigidas pela prefeitura correspondem a menos que 1,5% do valor previsto para os investimentos na obra e pouco ajudam na sua integração ao tecido urbano”, afirmam na nota.

A mobilização contra o Novo Recife, para Cisneiros e Gouvêa, não vem de um “apego ao Cais”, mas em resposta a um projeto que é o símbolo máximo dos erros do desenvolvimento urbano da cidade do Recife:

Uma concepção fragmentária, isolada, de arquitetura [...] conduzida pela iniciativa e pelos interesses privados, tanto das empresas que ofertam os imóveis quanto das pessoas que o compram [...] A única forma de evitar a geração desses círculos viciosos é o poder público atuar como representante do interesse comum, aberto para a participação, pensando a cidade como um todo. [...] No fundo, mais do que brigar contra este ou aquele projeto, foi e será contra essa postura que ocupamos e continuaremos a ocupar o Estelita.

7.4 A REUNIÃO COM BELIZE

Em paralelo à ocupação, no mesmo domingo (22/4/12), aconteceu uma reunião entre integrantes do grupo Direitos Urbanos e a promotora Belize Câmara. Como descrito no relato intitulado “sobre a reunião de domingo, 22 de abril de 2012”¹²⁹, assinado por Cristina Gouvêa e postado no blog do Direitos Urbanos três

¹²⁹ <https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/04/25/reuniao22abril/>.

dias depois, os representantes do DU se juntaram a professores do curso de arquitetura e urbanismo da UFPE e Unicap¹³⁰ para partilharem suas avaliações sobre o PNR com a promotora. O encontro não foi uma reunião oficial.

Pela descrição, percebemos que a reunião foi uma soma de esforços para destrinchar as falhas do projeto, que desencadeou decisões táticas. Dentre as deliberações, decidiu-se que, entre o pedido de anulação ou a adequação do projeto às diretrizes urbanísticas, a estratégia seria a segunda, levando em consideração a que agregava uma chance mais efetiva de sucesso. Na reunião, foram levantados tanto a lista de instâncias pelas quais o projeto deveria passar até ser aprovado quanto os argumentos que sustentariam a necessidade de tratar o PNR como projeto especial e não como um empreendimento comum – o que o submeteria aos critérios usados no planejamento urbano da cidade e invalidaria a análise que estava sendo conduzida até então pela prefeitura. Segundo o mesmo relato, a reunião elencou as questões legais relativas à proteção do patrimônio histórico. Durante o estudo coletivo, foram encontradas desatualizações da lei de uso do solo e outras regulamentações que estavam orientando a análise do projeto pela prefeitura tanto levando em consideração o plano diretor de 2008, quanto o Estatuto da Cidade.

Segundo Gouvêa, uma das principais frentes de ação da comissão formada era a de exigir do poder público a proposta de um projeto especial para a área, que previsse sua integração ao centro da cidade considerando algumas diretrizes

controle de gabarito em função da proteção da paisagem, da memória e da identidade do bairro, controle de densidade em função da redução de impacto ambiental (principalmente sobre os recursos hídricos) e de vizinhança (principalmente sobre a mobilidade), integração do sistema viário e do sistema de transporte público ao sistema existente, continuidade do comércio popular do bairro de São José, contrapartidas sociais em favor das zonas especiais de interesse social e das áreas pobres do entorno (como Brasília Teimosa, Coque e Coelhos), integração da frente d'água à cidade e tratamento das áreas públicas para uso coletivo e democrático, etc.

Lemos em outro trecho:

O empreendimento causa um dano e o poder público exige que ele seja minimizado, para garantir que a cidade perca pouco com isso. Quando o que deveria estar sendo feito era a definição de diretrizes urbanas para aquela área, de objetivos, e em função do impacto do empreendimento e do

¹³⁰ Clara Moreira, Cristina Gouvêa, Leonardo Cisneiros, Ney Dantas, Rebeca Vieira de Melo, Norma Lacerda, Paulo Reynaldo e Amélia Reynaldo.

ganho privado que a exploração de área urbana desta categoria representa, exigência de contrapartidas urbanas, de ações que atendam estes objetivos e diretrizes, que estimulem a cidade a ser mais ela mesma, mais inteira, mais democrática e não de mitigações que permitam que uma intervenção violenta, alheia e definitiva se instale na cidade mediante amenizações, remendos pontuais.

Através desse relato, percebemos a estruturação argumentativa do que alicerçearia o discurso do movimento daí por diante.

Fotografia 11 - Reunião entre Direitos Urbanos, professores do curso de arquitetura e urbanismo da UFPE e a promotora Belize Câmara.



Foto: Diretos Urbanos

7.5 CARTA DO LEITOR

No dia seguinte ao evento, foi publicada no Jornal do Commercio, na sessão “Voz do Leitor” o artigo intitulado “Recife não pode barrar o progresso”¹³¹, assinada por Paulo Ricardo José da Silva. A carta tem um conteúdo similar ao editorial “O vazio em torno do Cais”. Nela o leitor que escreve defende os “benefícios” do projeto diante de uma área “desocupada” e “desabitada”, reforçando mais uma vez a dicotomia ou as torres, ou o abandono. “De que adianta preservar a memória através de uma área inutilizada, abandonada, sem visitação, favelizada cuja degradação

¹³¹ <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/voz-do-leitor/envie-sua-contribuicao/noticia/2012/03/23/recife-nao-pode-barrar-o-progresso-36853.php>.

enfeia a cidade e nada oferece à sua população”, argumenta. “Crescer e modernizar-se é o que fazem as grandes metrópoles. Não se pode evitar o progresso. A aprovação do projeto Cais José Estelita trará muito mais benefícios à cidade e à população do que a preservação de uma área desocupada e desabitada”. A carta que, segundo consta no texto, foi escrita no contexto da audiência pública (22 de março) foi publicada justamente no dia seguinte ao 2º ocupe, o que não nos parece coincidência, mas, sim, uma forma de se posicionar diante do evento ocorrido no dia anterior.

7.6 A CARTA EM DEFESA DO CAIS JOSÉ ESTELITA

No dia 18 de abril, portanto entre a primeira e a segunda edição do Ocupe Estelita dominical, foi publicado no blog do Grupo Direitos Urbanos a “Carta em defesa do Cais José Estelita. Nossa paisagem, nosso patrimônio”¹³² endereçada ao Iphan nacional¹³³ e estadual¹³⁴, à Fundarpe¹³⁵, à Secretaria de Cultura de Pernambuco¹³⁶ e ao então governador Eduardo Campos. A carta foi entregue em ato público no dia 23 de abril de 2012, um dia depois do 2º ocupe. Junto com a carta, foi entregue também a petição pública “Abaixo-assinado Contra o Projeto Novo Recife!”, à época, com 3.898 assinatura. No documento demarca-se uma posição definitivamente contrária ao Projeto Novo Recife. Afirmando-se agredidos em sua ideia de cidade, os signatários discordam do PNR pelo recorte na paisagem e na história da cidade em prol do mercado imobiliário restrito.

A contextualização elenca a forte adesão da sociedade em mobilização virtual e presencial, citando, em específico a 1ª edição do Ocupe Estelita, recém-realizada, com participação de mais de mil pessoas, e os grupos de Facebook “Salve o Cais José Estelita” e “Contra o Projeto Novo Recife”, além, claro do próprio Direitos Urbanos - Recife. Segundo a carta, o gabarito do PNR é “violentamente desproporcional” ao bairro de São José, que é tratado como “fundo” e “incompatível com o Recife horizontal” que lhe circunda. “Permitir essa ocupação é assumir que qualquer obra nova é mais importante do que o tecido antigo e preservado”

¹³² <https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/04/18/cartapatrimonio/>.

¹³³ Em nome do então presidente Luiz Fernando de Almeida.

¹³⁴ Em nome do então superintendente Frederico Farias Neves Almeida.

¹³⁵ Em nome do presidente Severino pessoa e da diretora de patrimônio Célia Pontes.

¹³⁶ Em nome do então secretário Fernando Duarte.

Diante da dicotomia entre progresso X atraso, o grupo contemporiza não ser contra o desenvolvimento, nem a transformação da cidade, defendendo, contudo, que área precisa ser responsavelmente transformada respeitando as características históricas e culturais:

A cidade do Recife é [...] de toda população recifense. A cidade do Recife não é e nunca poderá ser do capital imobiliário; não é e nunca poderá ser destinada ao lucro de poucos. [...] Nossos direitos urbanos [...] não podem ser reduzidos a 'mitigações'. [...] nem utilizados como 'produtos' de mercado e alvo de barganha para que o Projeto Novo Recife obtenha as licenças destes órgãos.

A carta encerra-se com a reafirmação do compromisso com a defesa, por partes do signatário, do patrimônio material e imaterial (Forte das Cinco Pontas, os antigos galpões da Rede Ferroviária, a Igreja Matriz de São José e Bacia do Pina) e com a defesa de um plano urbanístico que contemple dentre outras coisas a diversidade de usos, marcos da paisagem, espaços livres, coletivos e abertos, imagem, metáforas e memória coletiva do lugar. Além disso o grupo reclama para qualquer projeto no local um uso democrático, com acesso irrestrito da população.

7.6.1 A entrega da carta

Fotografia 12 - Reunião no IPHAN com Frederico Farias Neves de Almeida



Foto: Direitos Urbanos

Fotografia 13 - Reunião com Secretário de Cultura de Pernambuco, Fernando Duarte



Foto: Direitos Urbanos

Encontramos informações sobre a entrega da carta em post publicado por Cristina Gouvêa, no dia 25/4, também no blog do Direitos Urbanos, com o título “Sobre a entrega da carta do Direitos Urbanos aos órgãos de patrimônio em defesa do Cais José Estelita¹³⁷. No relato, a integrante do grupo compartilha que uma comissão composta por cinco pessoas¹³⁸ entregou cópias do documento na sede do Iphan, Fundarpe, Secretaria de Cultura e governo do Estado. De maneira detalhada, Gouvêa descreve como foi o processo em cada um dos órgãos: com o superintendente do Iphan, Frederico Almeida, a comissão se reuniu por cerca de meia hora. Já a entrega da carta ao Secretário de Cultura, Fernando Duarte, incluiu uma reunião de uma hora. Lemos no texto de Gouvêa:

Fred Almeida nos recebeu muito cordialmente, elogiou a mobilização e o debate que estão acontecendo, enfatizou a importância da luta que está sendo travada no campo do urbanismo, com ênfase na definição desse campo mais pragmático, como se ela diminuísse a importância do campo simbólico relacionado à memória, à paisagem e à identidade.

Para a relatora, o gestor adotou uma postura legalista e patrimonialista restrita ao perímetro definido por lei como zona de entorno dos monumentos tombados – o que não atinge o terreno do consórcio, exceto pelo conjunto de galpões mais próximos ao Viaduto das Cinco Pontas. Gouvêa nomeia como “despreparada” a postura do órgão no que não considera a discussão da proteção da memória e da identidade para além do âmbito histórico e patrimonialista. Em

¹³⁷ <https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/04/25/entregadascartas/>.

¹³⁸ Camila Santana, Cristiana Cavalcante, Mariana Moreira, Keyla Vieira, além da própria Cristina Gouvêa.

contrapartida à postura do Iphan, Gouvêa se coloca, misturando o formato relato com o de posicionamento: “Enquanto os valores da população forem invisíveis para o que se oficializa como memória coletiva, não há como se esperar que a população tome para si essa memória [...] Esperamos mais do Iphan”.

A carta foi protocolada também na Fundarpe/Secretaria de Cultura, órgão complementares do governo do Estado que dividem a mesma sede. A conversa, “por falta de tempo” aconteceu apenas com o secretário. De acordo com Gouvêa, Duarte expressou uma série de preocupações em relação aos rumos que a cidade está tomando, mas deixou clara que a posição da Secretaria de Cultura depende da política governamental o que, no limite é restrita às definições legais.

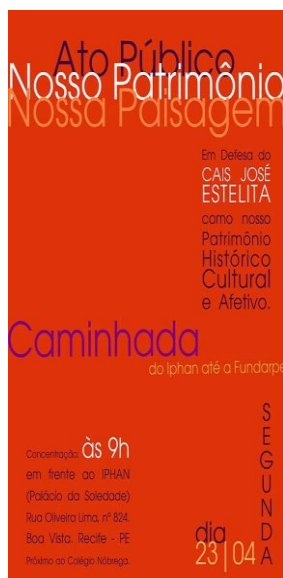
“Nossa principal reivindicação foi que o processo não fosse analisado somente do ponto de vista do valor histórico da área e de seus elementos, mas principalmente do valor simbólico relacionado à paisagem cultural de que ela participa”, reporta Gouveia. Fernando, segundo o relato, comprometeu-se a realizar através da secretaria um seminário sobre o assunto. Na sede do Governo do Estado a carta e a petição foram protocoladas, sem encontro com o governador.

Ao final do texto Gouvêa se dedica a um comentário em que clama por uma invenção da relação do país com sua história e memória. “É preciso um tanto mais de coragem e de presença de espírito para enfrentar esta tarefa [...] E não dá para restringir esta ação aos campos social e/ou econômico sem considerar a importância do campo da subjetivação, que é a verdadeira matéria dos órgãos que lidam com a memória”, conclui.

Ainda sobre a entrega da carta, encontramos, também em postagem no grupo Direitos Urbanos, uma publicação em que se vincula a entrega da carta a uma caminhada da sede do Iphan até a sede da Fundarpe/Secretaria de Cultura. Intitulado “Ato público ‘Nossa Paisagem, Nosso Patrimônio’¹³⁹”, a caminhada não contou com registros nem consta no relato de Cristina Gouvêa, tampouco em outras plataformas a que tivemos acesso, o que nos indica uma adesão pequena, especificamente à caminhada.

¹³⁹ <https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/04/18/ato-publico-nossa-paisagem-nosso-patrimonio-sera-segunda/>.

Imagem 6 - Material de divulgação do Ato Público 'Nossa Paisagem, Nosso Patrimônio'



Fonte: Blog do Direitos Urbanos

No entanto, é dessa postagem que obtemos a informação de que o ato da entrega havia sido planejado para ser realizado na semana anterior, mas que, por conta da ausência do superintendente na cidade, a entrega havia sido adiada para o dia 23 de abril.

No dia 25 de abril, segundo encontramos através de postagem no Facebook de Cristina Gouvêa, foi realizada uma edição do programa Opinião Pernambuco com o tema "Ocupação de espaços públicos". Participaram, além da própria Cristina, Luis Helvécio, consultor em sustentabilidade, e Luciana Raposo, arquiteta, gestora ambiental e professora. Não conseguimos ter acesso à gravação do programa.

7.7 VELHO RECIFE NOVO

No dia 23 de abril, dia seguinte à segunda edição do Ocupe Estelita dominical, foi lançado o filme Velho Recife Novo. Realizado por Luís Henrique Leal, Cristiano Borba, Livia Nóbrega e Caio Zatti, o curta-metragem se insere dentro do rol de filmes engajados que discutem a cidade, que se tornou parte integrante da luta do Ocupe Estelita. Neste, que traz uma alusão explícita ao projeto Novo Recife no título, oito especialistas de diversas áreas ligadas ao tema constroem uma reflexão acerca do crescimento e planejamento urbano, passando por historicizações acerca

do espaço público na cidade, o efeito dos projetos de grande impacto no espaço urbano, relação entre prédios e ruas, legislação urbana, gestão e políticas públicas, mobilidade, preservação da paisagem e da memória da cidade.

Postado na plataforma *Vídeo* pelo coletivo *Contravento*, o vídeo de 16 minutos foi recebido com entusiasmo pelos militantes do direito à cidade e do Ocupe Estelita, sendo republicado tanto no blog dos Direitos Urbanos, quando em diversos perfis pessoais, como os de Ana Paula Portella, Cristina Gouvêa, Leonardo Cisneiros, Marcelo Soares e Claudio Tavares. O filme, que atualmente conta 71mil visualizações na postagem original, conta com a participação dxs arquitets Luiz Amorim, Lúcia Leitão, Julien Ineichen, da Socióloga Maria Eduarda Rocha¹⁴⁰, do engenheiro César Cavalcanti, da historiadora Sylvia Couceiro, do geógrafo Jan Bitoun e do economista Raul Silveira Neto. Nas imagens filmadas, vemos praças vazias, muros altos e engarrafamento, sintomas daquilo sobre o que os especialistas refletem no documentário.

Dentre as conclusões apresentadas no filme, podemos destacar o privilégio do espaço privado sobre o público, no planejamento urbano, que se manifesta na verticalização desgovernada, no uso excessivo de veículos individuais e na construção de shopping centers e condomínios fechados. Segundo Velho Recife Novo, a rua se configura no Recife – com exceção de comunidades periféricas - como espaço de circulação invés de convivência. O filme aponta ainda o ocaso do pensamento coletivo, em especial nas elites, e o interesse mercadológicos regendo as decisões do poder público. O Estado, segundo os entrevistados virou um gestor dos interesses privados, o que se explica, dentro outros fatores, pelo regime de financiamento das campanhas por empresas privadas do setor imobiliário e do transporte coletivo. Em um trecho do filme, Maria Eduarda Rocha afirma:

“Não há esforço nem interesse para regular a atuação do capital na cidade. O ciclo neoliberal é a vitória do capital - incrustado no Estado - sobre a sociedade. A cidade paga esse preço. [...] Esses interesses privados são de curto prazo e não estão preocupados com o andamento da cidade.

Ouvimos ainda, dos especialistas, a pouca disponibilidade do poder público para a escuta popular, quando as decisões são tomadas e comunicadas à população por meio dos jornais de forma irrevogável. Por último, destacamos do

¹⁴⁰Orientadora do presente trabalho.

filme um “planejamento” urbano que não pensa a cidade como um todo o que acarreta medidas paliativas do poder público para problemas estruturais.

Os exemplos dados no filme giravam em torno do Projeto Novo Recife e da construção dos quatro viadutos sobre a avenida Agamenon Magalhães. A saber, nenhum dos dois projetos foi concretizado. Em relação ao Projeto Novo Recife, em específico, encontramos na fala de Bitoun uma crítica ao “abandono” de uma cidade inteira que ficaria aos fundos dos edifícios do consórcio. “Não é um novo Recife. É uma continuação do velho Recife, com o capital financeiro se associando aos tradicionais proprietários de terra”, afirma o geógrafo, em outro trecho do curta.

Velho Recife Novo, assim como muitos dos filmes lançados sobre o direito a cidade no contexto do Ocupe Estelita, acabaram funcionando como formas de disseminação de um contra-discurso ao hegemônico (e do midiático corporativo que o compõe), tal como uma narrativa independente em face à adesão dos veículos de comunicação empresarial aos discursos das construtoras, com apoio da gestão pública. Se, por um lado, começamos desde já a perceber o impacto dessas produções na construção dessa narrativa contra-hegemônica, influenciando as reflexões das pessoas, por outro, não podemos deixar de notar a influência que o assunto representou na produção audiovisual pernambucana, permeando diversos filmes. Produção esta que, como veremos adiante, acabou por ser, ela mesma, uma estratégia de mobilização, articulação e registro, assim como um ponto de encontro de um fazer coletivo militante.

7.8 O TERCEIRO OCUPE: UMA ARTICULAÇÃO COM O 12M

Imagem 7 - Material de divulgação do Ocupe Estelita 12M



junte-se ao movimento,
12 de Maio, a partir do meio dia.



Fonte: Blog Direitos Urbanos

No dia 4 de maio, encontramos no perfil de Facebook de Ana Paula Portella um chamado: “Daqui a pouco, às 16h, parque 13 de maio, encontro Ocupe Estelita 3. Bora lá!”. No dia seguinte, lemos, no mesmo perfil, o que parece ter sido o assunto e a deliberação da reunião: o 12M#OcupeEstelita.

Achamos dados também nos perfis de Cristina Gouvêa, no dia 7, e no de Marcelo Soares, no dia 8. “Tá marcado o próximo ocupe! mesma data do ocupa brasil: 12 de maio no cais”, publicou Gouvêa, junto com um link do evento virtual recém-criado. “Sábado, às 10h, 3º OcupeEstelita 12M, juntando-se ao dia mundial dos Ocupes!”, postou Soares. Anexo, uma chamada em vídeo¹⁴¹ para o ocupe¹⁴².

¹⁴¹ O vídeo encontra-se indisponível, assim como uma vinheta no soundcloud: <https://soundcloud.com/freidamiao/ocupeestelita>.

¹⁴² Temos vários indícios de que essas postagens circularam no grupo Direitos Urbanos, como por exemplo a seguinte postagem de Portella: “Pra quem tem preguiça de ir no grupo, olha aí”. Mas, devido ao volume de postagens na página, não foi possível recuperar as informações por lá.

O evento¹⁴³ do Facebook, desta vez, organizado por Ana Paula Portella, contou com mais de 10 mil convidados e no dia de nosso acesso reunia mil presenças confirmadas somadas com as intenções de interesse. Na descrição, encontramos o seguinte texto:

12M#OcupeEstelita. 12M = 12 de maio! Trata-se de um chamado dos movimentos de ocupação ao redor do mundo. Neste dia, manifestantes em diversos países sincronizarão suas agendas e ocuparão as ruas em defesa de novas alternativas para a sociedade e contra a concentração de poder nas mãos de políticos e corporações. No Recife, o ato simbólico acontecerá no Cais José Estelita com o objetivo de chamar atenção para a área que atualmente é objeto do projeto “Novo Recife”, pertencente ao consórcio formado pelas construtoras Moura Dubeux, Queiroz Galvão, GL Empreendimentos e ARA Empreendimentos que propõe construir 13 torres no local com o apoio da Prefeitura do Recife. Tal projeto não reflete a identidade histórica do Bairro de São José, desconsidera soluções ambientais sustentáveis e impossibilita um convívio social saudável. #OcupeEstelita, para defender o direito à cidade sustentável e o uso do solo responsável! 12 de maio. Cais José Estelita.12H

A sigla 12M faz referência aos movimentos dos indignados europeus de 2011, sobre o qual nos debruçamos no capítulo de contextualização mundial. Como já apresentamos, o dia 12 de março (M12M), foi o marcador da insurgência da geração à Rasca, em Portugal, já o dia 15 de maio (M15M), marcou a indignação espanhola, ambos seguindo a pólvora vinda das revoltas no mundo árabe. Em 2012, um ano depois, tivemos mobilizações em mais de 40 países do mundo, sob o lema “Ocupa 12M#15M”. Segundo encontramos no Blog de Raquel Rolnik¹⁴⁴, no post “Movimento ‘12M’ ocupará ruas e espaços públicos em todo o mundo neste sábado”, publicado em 11 de maio de 2012, naquele ano, o dia 12 de maio foi escolhido por ativistas dos movimentos “Occupy” de todo o mundo para a realização de uma mobilização global. “Os manifestantes criticam a concentração de poder de decisão nas mãos de políticos e corporações e reivindicam maior participação popular nas decisões”. No Brasil, ao menos 10 cidades participaram da mobilização¹⁴⁵. No Recife, como se percebe, o Ocupe Estelita se somou às mobilização do Brasil e do mundo.

É importante atentar aqui para essa relação entre a luta local e a global. O fato de o Cais ser o local escolhido para o 12M acaba por reforçar as teias entre o

¹⁴³https://www.facebook.com/events/328083120594389/?active_tab=about.

¹⁴⁴<https://raquelrolnik.wordpress.com/?s=movimento+%2212m%22>.

¹⁴⁵Além de Recife, São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Salvador, Florianópolis, São Luis, Brasília, Belém, Belo Horizonte.

Ocupe Estelita e os ocupes e *Occupies* do Brasil e do mundo, como tentamos apontar no capítulo teórico.

Imagem 8 - Divulgação das atividades musicais do OCupe Estelita 12M



Fonte: Blog do Direitos Urbanos

Encontramos no cartaz acima o registro das atividades musicais que ocorreram no dia 12 de maio de 2012. Pela primeira vez temos registro de um palco musical com esta forma de organização. Frisamos esta informação porque, mais adiante, as ocupações no Cais passarão a ter grandes atrações musicais de artistas envolvidos na causa, que mobilizaram um número crescente de pessoas. Como se vê na imagem acima, nesta edição estavam confirmadas as atrações “Contação de História”, “Jesus Surta – HVB + Ênio Borba + Zé”; “Dmingus KazzOrquestra”, “Hellcife Sound System + Pedro Andrade”, “CAC Peixinhos”, “Joseph Tourton”, “Anjo Gabriel” e “Quarto Astral”. A programação de palco estava programada para iniciar às 12h30 e encerrar às 17h.

A publicação no blog dos Direitos Urbanos “#OcupeEstelita12M”¹⁴⁶, publicada no dia 11 de maio de 2012 anuncia o evento do dia seguinte. “Trata-se do primeiro de uma série de chamados globais que irão ocorrer durante este ano com objetivo de reunir pessoas que defendem novas formas de viver e conviver em sociedade”, contextualiza em um trecho inicial. “O ato, intitulado #OcupeEstelita12M, ocorrerá neste sábado a partir das 10h, ao longo das calçadas da Avenida Engenheiro José

¹⁴⁶ <https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/05/11/ocupeestelita12m/>.

Estelita”, especifica ao final. A postagem divulga superficialmente a programação que incluiria “teatro, oficinas, bicicletada, shows, malabares, pinturas, performances artísticas e circenses, piqueniques, yoga, comida vegetariana, churrasco, futebol e jogos, e outras atividades auto-gestionadas”. Além dxs artistas que encontramos no cartaz, o texto assinado por Mariana Moreira indica a participação do cantor Johnny Hooker. Não encontramos, no entanto, a confirmação da realização deste show. Sobre o evento do dia 12 de maio, encontramos ainda um panfleto, que teve seu arquivo divulgado para que todxs pudessem imprimir suas cópias¹⁴⁷.¹⁴⁸ Também consta no blog, datando o dia do evento, o texto “O poder moral de uma ilusão”¹⁴⁹ assinado por Vinícius Lobo, em que ataca o argumento de que o PNR seria bom porque geraria empregos.

No mesmo dia em que foi postada a notícia no blog dos Direitos Urbanos (11/5/12), o comunicador – e atual vereador, Ivan Moraes Filho, publicou no seu blog “Bodega” o texto “A ocupação Estelítica e a mudança a partir de nós mesmos”¹⁵⁰. No texto Moraes Filho anuncia a terceira ocupação como lugar de “ouvir música e curtir a brisa do mar e dizer que desejam viver em uma cidade diferente”. Frisamos aqui o trecho em que o comunicador afirma que, a despeito do desenrolar da história, o movimento “tem tudo para desencadear um movimento muito forte de transformação”, ainda segundo ele, interclassista, em prol da cidade.

No dia 14 de maio, o jornalista traz seu relato sobre a sua experiência no texto “O maio das marchas, o #Ocupeestelita e a interdependência da luta por direitos”¹⁵¹. Ivan, que afirma ter ido com a família, relata que tinha a terceira edição tinha menos gente do que a primeira e que “houve quem sentisse falta de um debate mais, digamos, político, em que falas indicassem caminhos e rumos do movimento”.

¹⁴⁷ <https://docs.google.com/open?id=0B4sUjKxSGz6QSHhCZDd1UkduYW8>.

¹⁴⁸ Texto do panfleto: “12M = 12 de maio! Trata-se de um chamado dos movimentos de ocupação ao redor do mundo. Neste dia, manifestantes em diversos países sincronizam suas agendas e ocupam as ruas em defesa de novas alternativas para a sociedade e contra a concentração de poder nas mãos de políticos e corporações. No Recife, acontece a 3a edição do #OcupeEstelita com o objetivo de chamar atenção para o Cais José Estelita que atualmente é objeto do projeto “Novo Recife”, pertencente ao consórcio formado pelas construtoras Moura Dubeux, Queiroz Galvão, GL Empreendimentos e ARA Empreendimentos que propõe construir 13 torres no local com a conivência da Prefeitura. Tal projeto não reflete a identidade histórica do Bairro de São José, desconsidera soluções ambientais sustentáveis e impossibilita um convívio social saudável. Junte-se ao movimento! Sábado, 12 de maio, a partir do meio dia.”.

¹⁴⁹ <https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/05/12/o-poder-moral-de-uma-ilusao/>.

¹⁵⁰ <http://www.bodega.blog.br/anacronicas/a-ocupacao-estelitica-e-a-mudanca-a-partir-de-nos-mesmos/>.

¹⁵¹ <http://www.bodega.blog.br/anacronicas/o-maio-das-marchas-o-ocupeestelita-e-a-interdependencia-da-luta-por-direitos/>.

Por outro lado, ele também destaca que a mobilização ganhou “um colorido diferente” – referindo-se à presença de pessoas negras e de movimentos organizados da periferia (destaque para Caranguejo Uçá, Ilha de Deus e Coque). Do relato de Ivan, pontuamos ainda uma interseccionalidade de pautas concentradas no Cais: o narrador pontua a presença de integrantes da Marcha da Maconha, da Marcha das Vadias, de militantes contra a LGBTfobia e do Fórum Pernambucano de Comunicação.

“Bacana é ver todo mundo batendo esse papo num sábado de sol. E da percepção de que o desejo de uma cidade (estado? país?) mais justa, sustentável, livre do machismo e da homofobia, com liberdade de expressão pra todo mundo, em que crianças podem divertir-se livremente nas ruas e onde adultos podem tomar suas próprias decisões é exatamente a mesma luta. E a gente não tá sozinho nessa caminhada”.

O trecho em destaque aponta para o Cais José Estelita se tornando um ponto de convergência de diversas lutas. Sob o guarda-chuva do Direito à Cidade, diversos grupos e pautas começaram a se reunir ao redor do Cais e de suas ocupações.

Encontramos no Youtube quatro pequenos vídeos de registro do evento, postados pelo perfil *projupeparte1*¹⁵². Nos registros, vemos aparecerem, outra vez, o pessoas brincando com tecido acrobático – amarrado à própria estruturara da edificação - e, pela primeira vez, a Rural de Roger, veículo que funcionou como palco para grande parte dos shows dos Ocupes. Neste vídeo, ouvimos saindo das caixas de som do carro um áudio que simula narrações de filmes de terror: “Esse monstro vai pegar você: o atraso disfarçado de progresso. Reaja!”, ouve-se junto com uma trilha de suspense. Os demais vídeos registram uma leitura do texto do panfleto realizada por Jampa Lima.

7.9 IMPRENSA LOCAL

Ao contrário do primeiro evento, que contou com ampla repercussão midiática, neste, o único registro a que tivemos acesso foi a divulgação no Blog de

¹⁵² 1) [https://www.youtube.com/watch?v=vOt2uslsrJo](https://www.youtube.com/watch?v=vOt2uslsrJo;);
2) <https://www.youtube.com/watch?v=zTI0a-AsJik>;
3) https://www.youtube.com/watch?v=sYBkSd4_Xh4;
4) <https://www.youtube.com/watch?v=F3ubp4ZMOPY>.

Jamildo, no dia 11 de maio. Em notícia curta intitulada “Ocupe Estelita volta neste sábado”¹⁵³, claramente o blogueiro apenas reproduz as informações divulgadas no blog Direitos Urbanos. Começamos a enxergar os indícios do processo de invisibilização das movimentações acerca do Cais, por parte da mídia local.

7.10 A MATÉRIA DA FOLHA DE SÃO PAULO

No dia seguinte ao Ocupe Estelita do dia 12 de maio (no domingo, 13), foi veiculada na Folha de São Paulo, jornal de maior circulação do País, a reportagem intitulada “Revitalização de cais na foz do Capibaribe vira impasse em Recife”¹⁵⁴. Escrita por Fábio Guibu, em Pernambuco, a reportagem trata o Projeto Novo Recife como “um plano de revitalização de uma área abandonada há décadas”. A Folha-SP contextualiza o caso como um “impasse” que envolve “manifestações nas ruas”, “decisões polêmicas” e “intervenções do Ministério Público de Pernambuco”.

O repórter entrevista quatro pessoas, três delas que integraram a mesa da audiência pública do dia 22 de março. Do Ocupe Estelita, encontramos a fala de Cristina Gouvêa (apresentada como arquiteta e integrante dos movimentos Direitos Urbanos e #OcupeEstelita): “A intervenção é necessária, mas há uma estrutura urbana a ser considerada”, aparece em um trecho creditado a ela – a primeira aspeada da reportagem. A matéria menciona a recomendação do Ministério Público e releva a seguinte fala da promotora Belize Câmara: “É inaceitável construir torres de 40 andares ali”. Da parte do Iphan, encontramos a fala indireta do superintendente Frederico Almeida: “A linha ferroviária não será atingida. Da velha estação, diz (Almeida), nada restou, e os demais elementos sofreram forte ‘mutilação’”. Quem representa a prefeitura é Maria de Biase, que afirma: “se as exigências legais forem atendidas, não há como evitar a aprovação”. A folha-SP menciona contrapartidas e modificações no projeto original.

O Consórcio, nomeado pelo repórter em intertítulo como “Outro Lado”, aparece no texto através de um comunicado publicado na íntegra. Comunicado este, que afirma preocupação com o urbanismo, mobilidade e revitalização de uma área abandonada. De acordo com a matéria, o posicionamento do consórcio afirma ainda

¹⁵³ <http://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2012/05/11/ocupe-estelita-volta-neste-sabado/>.

¹⁵⁴ <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2012/05/1089715-revitalizacao-de-cais-na-foz-do-capibaribe-vira-impasse-em-recife.shtml>.

a criação de áreas verdes, ciclovia, preservação dos galpões e criação de um centro de cultura. Lemos, por último: “As empreiteiras se comprometeram ainda a restaurar a Igreja Matriz de São José, que começou a ser construída em 1845 e hoje está degradada”. Como temos visto em outras publicações midiáticas, os três comentários de leitores dessa matéria apresentam a dicotomia entre abandono e progresso.

7.10.1 A resposta de Cristina Gouvêa

No mesmo dia em que a matéria da Folha de São Paulo foi publicada, Cristina Gouvêa postou um texto no blog Direitos Urbanos intitulado “Resposta à matéria publicada na Folha de São Paulo em 13.05.12 sobre o projeto Novo Recife e o #Ocupeestelita”¹⁵⁵. Gouvêa diz ter recebido com surpresa a matéria escrita por Fábio Guibu e se dedica no apontamento de “equívocos” da reportagem. O texto está dividido em seis pontos.

No primeiro a arquiteta, através de uma argumentação longa, corrige o termo revitalização. Sintetizamos o ponto com a seguinte frase: “Novo Recife não é um projeto de Revitalização, é um empreendimento imobiliário [...] que dá as costas para o centro”. No segundo, ela retifica a informação de que o Cais José Estelita fica na foz do Rio Capibaribe, mas na foz da Bacia do Pina. No terceiro, Gouvêa acrescenta que, apesar de a área não ser tombada pelo Iphan, como afirma a matéria, “todo patrimônio ferroviário, incluindo o Cais José Estelita, é tombado no âmbito estadual [...] por isso a Fundarpe ainda não proferiu parecer sobre o projeto”. O quarto ponto versa sobre as exigências legais: as que estão sendo cobradas pela prefeitura se referem a um empreendimento comum. Gouvêa defende que, diante do impacto do PNR, ele deveria ser analisado através de análise integrada. Além disso, pontua que a área é protegida pelo macrozoneamento vigente. O quinto ponto se refere à imagem utilizada na matéria. A Folha de São Paulo publicou uma foto do projeto Recife/Olinda, como sendo o Projeto Novo Recife.

Por último, o texto critica a cronologia apresentada como sendo insuficiente porque omite dados importantes que, segunda ela deveriam estar incluídos. Citamos

¹⁵⁵ <https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/05/13/o-ocupeestelita-e-o-direito-a-cidade-afinal-de-que-lado-estamos/>.

alguns: o projeto Recife/Olinda (2005), não executado; a venda do terreno em leilão e a protocolação do projeto na prefeitura às vésperas da aprovação do plano diretor (o novo plano diretor da cidade inviabilizaria o projeto devido a sua inclusão em área de proteção pelo macrozoneamento, em 2008). Por último Gouvêa critica a omissão das três ocupações (abril e maio) no Cais, em contraposição ao PNR.

<http://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2012/05/11/ocupe-estelita-volta-neste-sabado/>

7.11 DE QUE LADO ESTAMOS

Também postado no dia 13 de maio no blog dos Direitos Urbanos, o texto “O ‘Ocupeestelita’ e o direito à cidade: Afinal, de que lado estamos¹⁵⁶”, assinado pelo cientista político Pablo Holmes reflete, mais uma vez, sobre o perfil dos integrantes do movimento. Os preâmbulos elencam alguns argumentos, desdobrados sem seguida: nem a luta pelo Direito à Cidade, nem as desigualdades são novidades para os recifenses; esse tipo de movimento *occupy* não uma criação recifense, mas, sim, cosmopolita, assim como os temas que os atravessam.

Holmes lembra que as décadas de 1980 e 1990, no Recife, foram marcadas pelas lutas em torno da construção e regulamentação da Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis) e aponta o Estatuto das Cidades como outro marcador importante. “O movimento ocupeestelita é, no fundo, uma continuação importante de uma resistência que teve, desde suas origens, raízes importantes na capital pernambucana”.

O texto ressalta as desigualdades históricas e atuais da cidade, apontando para a necessidade de uma regulamentação estatal que impeça a sua perpetuação, nesse caso específico, no que diz respeito ao uso do solo, tanto o privado, quanto o comum, sob o lema do desenvolvimento. “A verdade é que a palavra desenvolvimento, nesse caso, não passa de uma ideologia vazia para dar prosseguimento a um processo que, a olhos vistos, esbulha a maioria da população do acesso mais básico a uma vida saudável no lugar onde mora”.

Segundo Holmes, ao contrário do que vinha sendo usado como crítica, a luta pelo direito à cidade é, desde suas origens, uma luta historicamente recifense, forjada pelas maiorias economicamente vulneráveis da cidade. “Os reacionários de

¹⁵⁶ <https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/05/13/o-ocupeestelita-e-o-direito-a-cidade-afinal-de-que-lado-estamos/>.

ontem eram contra a luta popular pelo acesso a terrenos, nas áreas mais pobres e periféricas. Os reacionários de hoje defendem uma forma de ocupação do espaço público que segrega e privatiza”, afirma, na sua conclusão.

7.12 AUDIÊNCIA COM O MINISTÉRIO PÚBLICO

No dia 18 de maio de 2012, aconteceu uma audiência sobre a preservação e manutenção do Cais José Estelita, na sede da Promotoria de Justiça e Cidadania do Ministério Público do Estado de Pernambuco, solicitada pelos promotores José Roberto da Silva e Belize Câmara. As informações a que tivemos acesso foram postadas no dia 30 de maio no blog dos Direitos Urbanos¹⁵⁷, por Cristina Gouvêa, com link direto para a cópia da ata do encontro¹⁵⁸. Na ocasião, representantes da Prefeitura¹⁵⁹ prestaram esclarecimentos sobre o andamento do processo de aprovação do Projeto Novo Recife. As arquitetas Clara Moreira, Cristina Gouvea, Rebeca Vieira e o Professor Paulo Reynaldo acompanharam à audiência a pedido do MPPE.

Diante da ata, destacamos dois pontos: o primeiro se refere ao destelhamento realizado pelo consórcio, sobre o qual o Ministério Público pediu esclarecimentos. O que consta no documento é que o consórcio foi intimado e que houve uma determinação de retorno ao *status-quo* da construção, o que significaria a recomposição do telhado removido. O segundo ponto é a referência ao processo em andamento de uma ação do Ministério Público Federal que dizia respeito à venda do terreno, realizado em leilão no ano de 2008. Outra audiência foi marcada para o dia 30 de maio, onde os processos originais relativos ao projeto Novo Recife deveriam ser apresentados para a apreciação do MPPE.

¹⁵⁷ <https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/05/30/dircon-mp-180512/>.

¹⁵⁸ <https://docs.google.com/file/d/0B4sUjKxSGz6QbmloVW96RFJlcEU/edit?pli=1>.

¹⁵⁹ A gerente da 1ª regional da Dircon, Ana Carolina Pitanga, acompanhada das analistas de desenvolvimento urbano-direto, Kênia Karulina de Souza Javert e Andrea Karla de Carvalho Costa Menezes.

8 MOSTRA DU DE CINEMA

Imagem 9 - Cartaz de Divulgação da | Mostra Direitos Urbanos



Fonte: Blog Direitos Urbanos

No dia 21 de maio foi realizada, no Cinema São Luiz, a I Mostra de Direitos Urbanos. Encontramos informações no evento do Facebook¹⁶⁰, em publicações feitas no blog dos Direitos Urbanos¹⁶¹ e em matérias divulgadas pelos portais G1 e LeiaJá de notícias. Estava programada a exibição de doze filmes – sendo onze curtas e um longa-metragem, em formatos tanto de documentário quanto de ficção – cujos temas tocavam as questões da cidade. Em seguida aconteceria um debate. Os filmes programados eram Recife MD, Torres Gêmas, Velho Recife Novo, Eiffel, Desgovernado, Diário do Coque, Menino Aranha, Enjaulados, Veneza Americana, Praça Walt Disney, Recife Frio e Um lugar ao sol (os cinco primeiros, já inclusive foram mencionados nessa pesquisa). Os cineastas Marcelo Pedroso e Gabriel

¹⁶⁰ https://www.facebook.com/events/237964372978742/?active_tab=about.

¹⁶¹ <https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/05/21/direitos-urbanos-cine-sao-luiz-e-as-eleicoes-que-se-aproximam/>.
<https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/05/22/centenas-de-pessoas-participaram-da-i-mostra-direitos-urbanos/>.

Mascaro e xs professorxs Fernando Fontanella e Márcia Laranjeira foram convidadxs para o debate. A entrada foi franca e o evento estava programado para começar às 16h e terminar às 22h.

O evento no Facebook, organizado por Tathi Quessado, contou com cerca de 1,6mil convidados, pouco mais 200 indicações de presença ou interesse e oito publicações. Dentre as postagens, temos a indicação de uma matéria publicada no Diário de Pernambuco, escrita por Julio Cavani, mas o link de “Mostra Direitos Urbanos exibe onze filmes no Cinema São Luiz na próxima segunda”¹⁶² encontra-se indisponível.

No próprio dia do evento, 21 de maio, o blog Direitos Urbanos postou “Direitos Urbanos, Cine São Luiz e as eleições que se aproximam”, escrito por Eduardo Amorim. A matéria acrescenta que o grupo que esteve na produção do projeto Torres Gêmeas – filme inserido na programação – se reuniria, durante a mostra, para discutir sobre a construção de um outro documentário coletivo cujo tema seria a crise de representatividade na política.

Segundo Amorim, a seleção é uma compilação de filmes “que foram importantes para o desenvolvimento de uma ou duas gerações que, apesar de ter perdido completamente a confiança nos políticos eleitos por nós mesmos, faz questão de dizer que quer pensar um novo jeito de construir a cidade”. No perfil pessoal de Eduardo Amorim encontramos ainda os comentários:

Ir ao cinema não significa somente assistir a um filme, é uma experiência coletiva e pode ser uma experiência urbana. O São Luiz, fincado entra a Rua da Aurora e a Conde da Boa Vista, contém a memória da intensidade dessa experiência e flui, como o Capibaribe, a potência do debate atual sobre o qual nos debruçamos.

Também no dia do evento, o G1 publicou a matéria “1ª Mostra de Direitos Urbanos Acontece a partir das 16h, no São Luiz”¹⁶³. Sem assinatura, a notícia dá destaque, no subtítulo, ao curta Recife Frio (de Kleber Mendonça Filho) e ao longa Um Lugar ao Sol (de Gabriel Mascaro). “Em tempos de engarrafamentos, verticalização intensa e inexistência de áreas verdes, a situação do espaço urbano do Recife ganha mais uma oportunidade de ser discutida”, diz a abertura da matéria,

¹⁶² <http://www.diariodepernambuco.com.br/viver/nota.asp?materia=20120518094115>.

¹⁶³ <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2012/05/espaco-urbano-do-recife-e-discutido-em-mostra-de-cinema-nesta-segunda.html>.

para em seguida repassar as informações-chave do evento. No G1 ganha destaque a fala de Cristina Gouvêa:

A mostra permite que a gente faça uma série de reflexões que já existem, mas ampliando o senso crítico e o debate público. Acontece diante da urgência que se coloca por conta do excesso de projetos que estão mexendo com o Recife. Essas reflexões desencadeiam a cidadania e também reflexões políticas [...]A gente fala muito na ótica do urbanismo, que é mais técnica, muito abrangente, mas muito concreta também. Nessa mostra, os filmes carregam esses aspectos, mas ampliam esse sentido, tem uma subjetividade. O debate não é só com arquitetos, mas com pessoas que falem sobre os movimentos de mobilização, a comunicação, a representação da cidade. Abre mais o foco

Na matéria encontramos ainda uma terceira fala da arquiteta, dessa vez a respeito da escolha do Cinema São Luiz como local de encontro: “O cinema já foi fechado, reaberto, e hoje é um espaço público utilizado. Está em contato com a calçada, com a rua, tem ocupação por festivais”. O São Luiz é o mais antigo cinema em funcionamento na cidade.

O Leiajá foi o único veículo a fazer a cobertura do evento, em matéria intitulada “Centenas de pessoas participaram da I Mostra Direitos Urbanos¹⁶⁴”, assinada por Rhayana Fernandes. Nela, encontramos a informação de que o longa-metragem *Um Lugar ao Sol* não foi exibido, em virtude do horário, para viabilizar a realização do debate.

A repórter destacou algumas falas dos integrantes da mesa: Lemos “É importante provocar a cidade como um todo e esses filmes são como um chamado para que as pessoas prestem atenção nisso”, creditada ao professor da Universidade Católica, Fernando Fontanella. Já creditado ao cineasta Marcelo Pedroso, está uma fala sobre a urgência de filmar as problemáticas da cidade. De Márcia Laranjeira encontramos o seguinte trecho aspeado: “É uma ótima proposta descentralizar o projeto, levar a mostra desses filmes aos bairros e escolas públicas da cidade”.

Sobre o novo projeto mencionado por Amorim, no texto citado do DU, a repórter relata em intertítulo “Novo Projeto”: “Simultaneamente ao debate, que ocorria na sala do São Luiz, outro grupo se reunia no primeiro andar do prédio para o pontapé inicial de um novo curta com o tema *Eleições: Crise de Representação*”. Desta vez, Fernandes entrevista os cineastas Camilo Soares e Felipe Peres, que

¹⁶⁴<http://www.leiaja.com/noticias/2012/i-mostra-direitos-urbanos-inicia-no-cinema-sao-luiz>.

informam que o filme em construção estava aberto para quem quisesse participar e contribuir. O lançamento do projeto audiovisual estava previsto para o ano seguinte.

Sobre o projeto coletivo “Eleição: crise de representação”, encontramos um vídeo-teaser¹⁶⁵ em que, entrecortados por imagens de trechos do projeto anterior, Torres Gêmeas, lemos:

Em 2011, um grupo de 57 pessoas se reuniu em Recife para realizar um filme coletivo sobre as relações de poder na cidade. O tema escolhido foram as Torres Gêmeas do Bairro de São José. Agora o grupo está novamente reunido para realizar um novo filme coletivo: Eleições 2012 – Crise de representação

Menos de um mês depois da Mostra DU de cinema, foi realizada, com tema semelhante, a mostra *Metropoletela*. O evento ocorrido no dia 18 de junho, no Cinema da Fundação do Derby foi fruto da disciplina “Cinema e Cidades”, do curso de Cinema da UFPE, ministrada por Simone Jubert. Na programação gratuita, filmes cuja temática se relacionava às cidades e sua ocupação¹⁶⁶. A mostra foi dividida em três blocos: o primeiro, de curtas pernambucanos¹⁶⁷, o segundo, formado por curtas selecionados a partir de convocatória¹⁶⁸ e o terceiro, de filmes de fora do Estado e do País¹⁶⁹. O evento contou com debate conduzido pelos universitários¹⁷⁰.

Além dos textos do site da Fundaj e do blog Cinema Escrito, encontramos também uma matéria no portal G1 de notícia sobre a mostra. Publicado no dia 18 de junho, a matéria intitulada “O olhar do cinema para a cidade é destaque em mostra no Recife¹⁷¹” tem como subtítulo “Metropoletela será na Fundaj e é produzida por alunos da UFPE. Evento conta com exibição de filmes, oficinas e debate”. A matéria contextualiza o evento inserido em “um momento em que o Recife discute amplamente o urbanismo e busca soluções para um desenvolvimento harmônico e

¹⁶⁵ <https://vimeo.com/44754056>.

¹⁶⁶ http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=968:mostra-de-filmes-qmetropoletela-no-cinema-da-fundacao&catid=44:sala-de-impressa&Itemid=183.

¹⁶⁷ Quarteto Simbólico”, de Josias Teófilo, “Enjaulado”, de Kleber Mendonça Filho, “Aeroporto”, de Marcelo Pedrosa, “Eiffel”, Luiz Joaquim, e “Ela Morava na Frente do Cinema”, de Leo Lacca,

¹⁶⁸ Milagres, de Adalberto Oliveira; “De Novo Aqui”, de Txai Ferraz; “Velho Recife Novo”, de Luiz Henrique, Cristiano Borba, Caio Zatti e Livia Nóbrega; e ainda “Horizontes Verticais” e “Dique”, ambos com vários realizadores.

¹⁶⁹ Gare Du Nord”, de Jean Rouch, “Arraial do Cabo”, de Paulo César Saraceni e Mário Carneiro, “A Passarela se Foi”, de Tsai Ming-Liang, “Brutalidade em Pedra”, de Alexander Kluge e Peter Schamoni, “A Propósito de Nice”, de Jean Vigo, e “Zigurate” de Carlos Eduardo Nogueira.

¹⁷⁰ <https://www.cinemaescrito.com/2012/06/10-metropoletela-2012-2/>.

¹⁷¹ <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2012/06/o-olhar-do-cinema-para-cidade-e-destaque-em-mostra-no-recife.html>.

sustentável”. Além disso, acrescenta que o debate seria realizado com a participação de Cristina Gouvêa, Jan Bitoun e Ricardo Ruiz, com mediação da professora Nina Velasco. Além de filmes e debate, a Metropoletela realizou duas oficinas: “A Cidade Sensível” e “Sessão Poesia Eletrônica”. A primeira, facilita por Rachel Daisy, a segunda pelo Grupo PIA.

No blog do Metropoletela¹⁷², encontramos uma pequena relatoria do debate: Cristina Gouvêa comentou sobre as semelhanças entre o Cais José Estelita e a Avenida Paulista e também sobre as relações das salas de cinema com a dinâmica urbana da cidade; levantou questionamentos sobre a utilização do espaço urbano em cidades verticais, tomando como exemplo Recife e São Paulo. Jan Bitoun falou sobre a presença da discussão urbana na produção de cinema de Recife de forma entrelaçada com as movimentações da sociedade em torno desse mesmo tema. Comparou essas discussões levantadas pelos filmes recifenses com os produzidos em outras cidades. Ricardo Ruiz abordou os aspectos de uso da cidade como expressão subjetiva de seus habitantes.

No ano anterior, em outubro de 2011, o Janela Internacional de Cinema do Recife, em sua 4ª edição, promoveu a mostra “O cinema e o espaço Urbano do Recife”. Como conta na descrição do site do próprio janela¹⁷³, escrita por Rachel Ellis, responsável pelo projeto, a programação visava discutir a relação de filmes com o espaço urbano.

O conjunto de filmes que faz parte do programa [...] consiste numa significativa produção audiovisual pernambucana que de forma intensa e transversal coloca a cidade do Recife em perspectiva crítica. Nos últimos dez anos um desenvolvimento vertical perverso da cidade tem transformado não só a paisagem como também as relações sociais que são construídas a partir de, e refletidas em, as próprias estruturas físicas da cidade. Este programa propõe uma reflexão plural a partir de filmes pernambucanos, que, cada um com seu olhar singular, usam a cidade como cenário para desvendar os processos sociais que constroem o espaço habitado.

O programa do Janela era composto por uma sessão de curtas pernambucanos¹⁷⁴, seguida de debate com realizadores e convidados¹⁷⁵, uma

¹⁷² <http://metropoletela.blogspot.com/p/debate.html>.

¹⁷³ http://www.janeladecinema.com.br/2011/?acao=prog_recife.

¹⁷⁴ Quarteto Simbólico, de Josias Teófilo; Eiffel, de Luiz Joaquim; Menino Aranha, de Mariana Lacerda; Praça Walt Disney, de Renata Pinheiro e Sérgio Oliveira e Projeto Torres Gêmeas de autoria coletiva. Este último estreou no janela.

sessão especial, para educadores, do longa metragem “Um lugar ao sol”, de Gabriel Mascaro, e uma intervenção no prédio do antigo Cinema Trianon.

No texto de curadoria, encontramos uma informação relevante. Em levantamento realizado em 1990, pelo Centro de Estudos e Pesquisas Urbanas (CPU), foram encontradas 838 produções brasileiras que tratavam do desenvolvimento urbano. “Desde então este número deve ter mais que triplicado, visto que a relação do cinema e das artes com a cidade passa a ser cada vez mais prolífica”, arrisca Ellis.

O Janela do ano seguinte continuou a conexão com a luta pelo direito à cidade, no Recife. Na sua V edição, a foto de divulgação era uma imagem da Avenida Agamenon Magalhães em construção, em 1970, tirada pelo fotógrafo Alcir Lacerda. A escolha demarca a relação com as lutas da cidade, já que, no mesmo ano, o debate acerca da construção de quatro viadutos sobre essa que é uma das principais avenidas da cidade, foi tema de protestos, como segue no tópico abaixo. Seguindo a mesma linha, a vinheta de divulgação de 2012 mostrava uma vista panorâmica de Recife, em um plano feito da cobertura de um prédio¹⁷⁶.

Imagem 10 - Cartaz de Divulgação do V Janela Internacional de Cinema do Recife



Fonte: Site do Festival¹⁷⁷

¹⁷⁵ O debate, mediado pela professora Ângela Prysthon, teve a participação dos professores Luiz Amorim e Milton Botler e dos realizadores Luiz Joaquim, Mariana Lacerda, Josias Teófilo, Marcelo Pedroso, Sergio Oliveira e Renata Pinheiro.

¹⁷⁶ <https://vimeo.com/53135232>.

¹⁷⁷ <http://www.janeladecinema.com.br/2012/programacao/>.

A programação¹⁷⁸ do V Janela foi marcada pelo vídeoativismo. Segundo os organizadores, em texto de apresentação:

Anos atrás, protestos e opiniões sobre o que anda de errado com o Recife seriam impressos em panfletos xerocados e distribuídos mão a mão. Hoje, as pessoas usam câmeras digitais e celulares, e editam em casa um material simples, às vezes sofisticado, para ser postado na grande tribuna que é a internet.

Com a sessão chamada Câmera-Cidadã, o Janela abriu espaço para algumas dessas produções feitas ao longo de 2012, o que chamaram de um mapeamento sobre questões urbanas do Recife. Se em 2011, os curtas exibidos no festival, em sua maioria, haviam sido idealizados para o circuito de festivais de cinema, a seleção de 2012 priorizou os filmes produzidos para internet. A diferença, segundo texto da curadoria, espelha transformações na própria produção que desenvolveu-se em meios mais amplos, tendo como suporte principal os espaços virtuais, “onde a discussão acontece de forma mais imediata e efetiva, e onde os filmes misturam-se a uma infinidade de outros conteúdos relacionados ao tema”.

Os filmes que compuseram a mostra Câmera-Cidadã foram “Velho Recife Novo”, “Desurbanismo #1” e “Desurbanismo #2”; “Desconstrução Civil”; “A Praça é pra Quem?”; “Ciclofaixa Cidadã”; “Diabo Aplica Multa Cidadã em Frente à Igreja”; “Ciclistas Invisíveis de Casa Amarela” e “A Praça é do Povo”. As sessões foram sempre seguidas de debates com os realizadores.

Além da mostra citada, a intervenção “Gente com Câmeras” propunha uma maneira mais interventiva de projeção, no hall do Cinema São Luis. Foram exibidos em looping, em três monitores instalados junto ao café, um apanhado de filmes e vídeos produzidos no contexto das mobilizações recentes em torno das questões da cidade. Os vídeos exibidos eram divididos em oito blocos: RecifeFilme-Ativismo¹⁷⁹; Recife: Registro de Questões¹⁸⁰; Entrevista com figuras de autoridade¹⁸¹; Recife:

¹⁷⁸ <http://www.janeladecinema.com.br/2012/programacao/>.

¹⁷⁹ “A praça é do povo, como o céu é do condor!”, “A praça é para quem?”, “Abrindo um mar de carros”, “Ciclofaixa Cidadã”, “Ciclofaixa da Estrada do Arraial vive!!!”, “Diabo aplica multa cidadã em frente à igreja”, “Primeira Ghost Bike de Recife”.

¹⁸⁰ “Abuso da gabriel bacelar em rua do espinheiro” e “Ocupar: resistir”.

¹⁸¹ “Desurbanismo” (1 e 2), “Recife MD”, “Velho Recife Novo”.

Debates¹⁸²; “Recife: Audiências Públicas¹⁸³; Recife: Ocupes e Mobilizações¹⁸⁴; Recife: Propagandas¹⁸⁵ e Noutros Lugares¹⁸⁶”.

Demos destaque a essas mostras de filmes aqui porque, aos poucos, a partir das recorrências, vamos construindo uma cartografia que aponta para a centralidade do audiovisual no debate da cidade, que perpassa mostras, mesas e conversas e disciplinas nos cursos de graduação e pós. Encontramos no próprio texto do V Janela, assinado por Chico Lacerda, algumas questões relevantes. Lacerda nos apresenta uma contextualização: “com a aceleração do crescimento econômico do Estado em anos recentes e o consequente aumento no ritmo das mudanças na cidade, a crítica a um projeto urbano predatório e excludente entrou definitivamente na pauta dos diretores”. Como exemplo, o cineasta cita que, no Festival de Brasília daquele ano, dos cinco longas pernambucanos exibidos, quatro deles abordavam o tema da *cidade*, frontalmente ou como pano de fundo¹⁸⁷.

Encontramos, no mesmo texto, outras reflexões, que apontam para um uso do audiovisual realizado por pessoas com pouca ou nenhuma familiaridade com a realização fílmica, a partir do sentimento de urgência diante do acirramento da discussão urbana, que interferiu tanto na produção, quanto nas formas de recepção das imagens. Os filmes, originalmente produzidos para internet, passaram a integrar e fomentar, portanto, a agenda de discussões presenciais: as mostras DU de Cinema e o Metropoletela são os exemplos mais concretos – e contaram com a presença de urbanistas convidados para o debate, priorizando essa abordagem para entender/debater os filmes – mas, por certo, essas discussões se espalharam pela cidade e fora das sessões de cinema. Segundo Lacerda:

¹⁸² “Mostra LecGeo”, “O cinema e o espaço urbano do Recife”.

¹⁸³ “Desconstrução Civil”, “Viadutos da Agamenom”.

¹⁸⁴ “Bicicletada Recife”, “Novo Recife – Diga Aí!”, “Ocupe Agamenon Já!” (1 e 2), “Ocupe Estelita 12M”, “Ocupe Estelita Recife 15 ab 2012 Falas Públicas”, “Ocupe estelita via mar” e “Ocupestelita!”.

¹⁸⁵ “Anúncio dos Investimentos do Novo Shopping Apipucos”, “Evolution Shopping Park”, “Experiência MD”, “Filme de Lançamento Shopping Rio Mar Recife”, “Mobilidade” (1 e 2), “Obra da Via Mangue”, “Prefeito João da Costa fala sobre a nova etapa da Via Mangue”, “Presidente da CTTU, Maria de Pompéia, fala sobre as alterações no Binário Arraial-Encanamento”, “Projeto Novo Recife, 12”, “Recife, Pernambuco, Riomar Shopping, Boa Viagem, Pina. Crescimento Econômico”, “Via Mangue: o toque feminino na maior obra viária dos últimos 30 anos no Recife”.

¹⁸⁶ “A Caminho da Copa”, “Conflito na USP vira pauta em reunião de socialites de SP”, “No Jardins, socialites se dizem traídas por Demóstenes”, “No Rio, militares comemoram golpe de 64, e manifestantes protestam”, “Pinheirinho um ano depois”, “Projeto Gota D’água”, “Voína: Dick”.

¹⁸⁷ *Boa Sorte, Meu Amor* (Daniel Aragão, 2012), *Era uma Vez Eu, Verônica* (Marcelo Gomes, 2012), *Eles Voltam* (Marcelo Lordello, 2012) e *O Som ao Redor* (Kleber Mendonça Filho, 2012).

Os debates presenciais, junto com os virtuais, integraram-se a várias ações, de protestos (Ocupe Estelita, Ocupe Agamenon) a participações em audiências públicas (do projeto Novo Recife, dos Viadutos da Agamenon, da mobilidade), que por sua vez deram origem a mais filmes e assim por diante, num processo contínuo de retroalimentação do debate em suas várias formas

Lacerda divide a produção em alguns eixos, destacando a autoria coletiva em filmes como Projeto Torres Gêmeas, o formato pílula do coletivo Vurto, as entrevistas com os “especialistas” do coletivo *contravento* e os vídeos-registro de intervenções de desobediência civil. “Nesse sentido, o registro das ações e, principalmente, sua encenação, tornam-se centrais na construção dos filmes.

9 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO ACERCA DO OCUPE AGAMENON

Diante de um projeto de construção de quatro viadutos que atravessariam a Avenida Agamenon Magalhães, uma das principais vias da cidade, as atenções dos militantes do direito à cidade se voltaram para o caso. No domingo, dia 11 de agosto, cerca de 100 pessoas se juntaram na Praça do Parque Amorim, ao lado de onde seriam construídos os viadutos, para protestar. Se não nos ateremos ao projeto – já que extrapola nosso objeto – não deixamos de pontuar que a luta contra a construção dos viadutos atravessou o Ocupe Estelita, reunindo em torno da Agamenon boa parte das insatisfações com a cidade elencadas a partir do Cais. Não por acaso há uma coincidência nas pessoas que organizaram os dois eventos e no discurso de uma cidade para pessoas, não para carros.

Destacamos esse protesto do dia 11 de agosto para reforçar uma nova cultura política que acumula e partilha algumas características, em especial, a de se deslocar para determinados espaços, com eventos que envolvem as artes, para pautar mudanças.

Os viadutos da Agamenon Magalhães foram anunciados 10 de agosto de 2011 pelo então governador Eduardo Campos¹⁸⁸. Os elevados seriam erguidos entre a Ilha do Leite e o Parque Amorim e faziam parte de um projeto de corredor viário Norte-Sul¹⁸⁹. Em 30 de março, foi realizada uma audiência pública sobre o tema – percebiam, apenas oito dias depois da do Projeto Novo Recife. No blog Direitos Urbanos encontramos dois relatos sobre a audiência, o primeiro de Cristina Gouvêa¹⁹⁰, o segundo, de Leonardo Cisneiros¹⁹¹, ambos postados no dia 3 de abril de 2012. A audiência foi realizada pelo Ministério Público de Pernambuco, no auditório do Banco Central. Do relato de Cristina Gouvêa, destacamos o seguinte

¹⁸⁸ <http://www.inaldosampaio.com.br/avenida-agamenon-magalhaes-no-recife-tera-quatro-novos-viadutos/>.

¹⁸⁹ A obra previa a construção de quatro viadutos: Bandeira Filho, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e Paissandu, ao longo de 2,2 quilômetros da Agamenon Magalhães. Alguns imóveis sofreriam desapropriações para o serviço.

¹⁹⁰ <https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/04/03/resumo-comentario-da-audiencia-sobre-os-viadutos-i/>.

¹⁹¹ <https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/04/03/resumo-e-comentario-da-audiencia-sobre-os-viadutos-ii/>.

trecho, que se relaciona à lógica de construção da cidade que interliga os casos dos viadutos e do Projeto Novo Recife¹⁹²:

Muito triste verificar o paralelo entre o governo do estado no corredor e a iniciativa privada no NR como empreendedores que fazem investimentos tendo como principal objetivo o benefício próprio, seja ele econômico ou político (para não falar das possibilidades de ganho financeiro legais e ilegais no caso do corredor). isso fica patente no fato da discussão recair sobre o processo de aprovação do projeto e não sobre a sua elaboração e o interesse público aí envolvido. cada vez fica mais explícito o “lavo minhas mãos” da prefeitura em relação à cidade, sob a desculpa de um legalismo covarde e com uma postura escorregadia que se utiliza da fragmentação e desarticulação geral entre os órgãos, para se eximir da responsabilidade sobre à cidade em sua totalidade.

Já Leonardo Cisneiros destaca a apropriação discursiva do Governo do Estado que “aprendeu a usar duas retóricas bonitas”: a do pensamento da cidade como um todo e a de enfatizar o transporte público. “O principal problema é que o governo absorveu a retórica para efeitos de propaganda, mas não as suas reais implicações e a sua efetivação de verdade”, afirma Cisneiros. Que também denuncia a “sintonia” entre agentes do governo e líderes comunitários, o que reaparecerá na própria trajetória do Ocupe Estelita.

O evento no Facebook intitulado #OcupeAgamenon 11 de Agosto¹⁹³, criado em 27 de julho, contou mais de mil indicações de presenças, 7mil convidados e 54 publicações. O texto da descrição era o seguinte:

Com a proximidade das eleições, o tema dos viadutos da Agamenon voltou à pauta. Várias entidades como o CREA, o IAB, o Clube de Engenharia já se posicionaram contra a obra, desmontando os argumentos técnicos utilizados em sua justificativa. O Ministério Público conseguiu que o governo concordasse em fazer os estudos de impacto que tinham que ter sido feitos antes da definição do projeto. Agora é hora de voltarmos a pressionar o governo para suspender essa obra que irá criar uma cicatriz no meio do Recife, uma catástrofe urbanística que ficará por décadas como um marco negativo da cidade.

Utilizaremos, para fazer uma constituição breve do protesto alguns vídeos amadores hospedados no Youtube e uma matéria de cobertura do G1:

A Matéria “Contra a construção de viadutos na Agamenon, grupo protesta no Recife”¹⁹⁴, sem assinatura, tem como subtítulo “‘Ocupe Agamenon’ reúne pessoas

¹⁹² O relato de Gouvêa também foi postado no grupo Direitos Urbanos, em 31 de março e conta com 20 comentários.

¹⁹³ https://www.facebook.com/events/324695184291087/?active_tab=about.

na Praça do Parque Amorim. 'Quero uma cidade diferente para meus filhos', disse uma das participantes". Segundo o portal, reuniram-se no Parque Amorim cerca de cem pessoas contra o projeto que, à época, ainda estava no papel. Aproveitaremos do G1 também sua cronologia que inclui o vencimento de uma licitação no valor de R\$87 milhões, em maio daquele ano e a recomendação do Ministério Público para contratar estudos de impacto ambiental e de vizinhança, acatada em junho pelo Estado. "A sociedade civil representada no encontro se posicionou contra os elevados. A proposta foi igualmente criticada pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea-PE). Todos rechaçaram a falta de debate em torno do projeto e alternativas possíveis", afirma a matéria.

Destacamos duas sequências de vídeos, a fim de frisar a relevância da produção e registro audiovisual, também neste evento. Na semana que antecedeu o protesto, encontramos uma pequena campanha de divulgação em vídeo – assim como em cartazes – que conta com duas peças assinados por Olímpio Costa, intituladas "Ocupe Agamenon Já". O primeiro¹⁹⁵ conta com a entrevista de uma das moradoras do entorno, que seria desapropriada, o segundo,¹⁹⁶ com falas de Leonardo Cisneiros, Cristina Gouvêa e do professor Maurício Pina.

A outra sequência de vídeos é um conjunto de nove registros da ocupação do dia 11 de agosto no Parque Amorim, intitulados "Ocupe Agamenon, Recife, 11 de Agosto de 2012"¹⁹⁷, postados no mesmo dia em que ocorreu o evento. Nesse conjunto de pequenos registros vemos um grupo de pessoas reunidas, muitas bicicletas, confecção de cartazes e faixas, pessoas jogando bola e entrevista com o político Paulo Rubem Santiago. Podemos ler, nos vídeos, os cartazes "temos carros demais e não viadutos de menos", "viaduto não resolve", "Chega de concreto" e, na maior faixa, a frase "Ocupe Sempre: Ocupa Estelita", atestando a conexão entre as duas causas.

¹⁹⁴ <http://g1.globo.com/pe/parque-amorim/noticia/2012/08/contra-construcao-de-viadutos-na-agamenon-grupo-protesta-no-recife.html>.

¹⁹⁵ <https://www.youtube.com/watch?v=5by1Tobqfzs>, postado em 29 de julho.

¹⁹⁶ <https://www.youtube.com/watch?v=G8aOf1LAZt8>, postado em 8 de agosto.

¹⁹⁷ <https://www.youtube.com/watch?v=-91nvjyF46w&feature=youtu.be>.

<https://www.youtube.com/watch?v=qdq2HPu-sus>.

<https://www.youtube.com/watch?v=cp2JucsQMsE&feature=youtu.be>.

<https://www.youtube.com/watch?v=MFVJOdOzgyA&feature=youtu.be>.

<https://www.youtube.com/watch?v=bd-QW7oB3dc&feature=youtu.be>.

<https://www.youtube.com/watch?v=J5v79DW5Q64&feature=youtu.be>.

<https://www.youtube.com/watch?v=5PJhQxwMln0&feature=youtu.be>.

Por último, destacamos o vídeo postado no Youtube no dia 12 de agosto de 2012, assinado por Anderson Freire e Silvio Monte, que é um curta chamado “#OcupeAgamenon”¹⁹⁸. Neste vídeo vemos, além de alguns elementos dos vídeos anteriores, ainda: pessoas fazendo piquenique, tecido acrobático, bambolês e intervenções nas pistas da Agamenon. Observamos faixas e bicicletas no meio da rua, impedindo a passagem dos carros. O vídeo se encerra com sete pessoas soltando fogos.

No dia 4 de abril, o Governo do Estado recuou. Em um anúncio público, o governador do Estado, Eduardo Campos, e o secretário das Cidades, Danilo Cabral, informaram que o Corredor Norte/Sul não contaria com os quatro viadutos¹⁹⁹. Na página do Direitos Urbanos no Facebook, encontramos o posto de Ana Paula Portella, datado deste mesmo dia: “O recuo do governo com relação aos viadutos é, sem dúvida, a grande notícia da semana e merece muita comemoração”.

Imagem2 11 - Cartaz de Henrique Mafra para o Ocupe Agamenon



Fonte: Blog do Direitos Urbanos

Fotografia 14 - Ocupe Agamenon no Parque Amorim



Foto: Otávio Luiz Machado

¹⁹⁸ https://www.youtube.com/watch?v=N2Kw_sEqwkY.

¹⁹⁹ <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2013/04/corredor-da-agamenon-no-recife-sera-construido-sem-viadutos.html>.

<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/noticia/2013/04/04/governo-recua-e-nao-vai-mais-construir-viadutos-na-agamenon-magalhaes-78660.php>.

10 A REUNIÃO NO CDU E O OCUPA PREFEITURA

Em setembro começaram a circular as notícias de que a Prefeitura do Recife planejava colocar o Projeto Novo Recife em votação no Conselho de Desenvolvimento Urbano, instância ligada à Prefeitura, responsável pela aprovação de projetos urbanísticos da cidade. No dia 12 daquele mês, Claudio Tavares, Cristina Gouvêa e Ana Paula Portella postaram nos seus perfis pessoais do Facebook o seguinte texto. Ao que tudo indica, a informação veio da professora Norma Lacerda:

URGENTE URGENTÍSSIMO: CAIS JOSÉ ESTELITA. Tomamos conhecimento que o projeto Novo Recife/Cais José Estelita consta na pauta da próxima reunião do Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU) da cidade do Recife. Caso não haja uma grande mobilização da sociedade, muito provavelmente esse projeto será aprovado. Lembramos que o CDU aprovou a "ponte" localizada na rua Madre Deus (edifício garagem) e as Torres Gêmeas, duas excrescências urbanísticas. A reunião geralmente acontece na última sexta-feira do mês. Mas, tão logo possível, informo a data correta. Se alguém souber, pedimos a gentileza de informar aqui.

No mesmo dia, encontramos, no perfil de Felipe Peres Calheiros a informação de que a Moura Dubeux havia doado R\$500 mil para a campanha de Geraldo Julio, futuro prefeito da cidade. O post/denúncia do cineasta aponta as relações de beneficiamento mútuo entre políticos e empresário:

A Moura Dubeux já comprou o 'Novo Recife': 'Um Novo Prefeito para um Novo Recife' é o slogan de campanha do PSB. Não é por coincidência que 'Novo Recife' é também o nome do projeto da Moura Dubeux para instalar 13 espigões de 40 andares no bairro histórico de São José. Consta no site do tse que a construtora colocou meio milhão de reais na campanha do PSB? Mas há quem diga que a campanha de Geraldo Júlio, extra-oficialmente esteja orçada em 70 milhões

A votação no CDU foi marcada para o dia 30 de novembro, ao que tivemos notícia por uma nota publicada no Facebook por Leonardo Cisneiros, no dia 22 de novembro. A nota tem como título "Prefeitura tenta aprovar projeto para o Cais José Estelita no apagar das luzes"²⁰⁰ e foi compartilhada 26 vezes. O texto de Cisneiros²⁰¹

²⁰⁰ <https://www.facebook.com/notes/leonardo-cisneiros/prefeitura-tenta-aprovar-projeto-para-o-cais-josé-estelita-na-apagar-das-luzes/426065894109600/>.

afirma que a reunião foi convocada extraordinariamente para o dia 30 de novembro, às 9h no 12o andar da prefeitura com a finalidade de analisar o projeto inteiro.

Tudo isso: (1) sem análise decente pelos órgãos de patrimônio sobre os riscos para a preservação da memória, da paisagem e de outros bens cuja proteção é de interesse da sociedade, (2) sem análise dos impactos ambientais de um mega-empreendimento às margens de um rio e em uma área classificada no Código Ambiental da cidade como Setor de Sustentabilidade Ambiental, (3) sem a realização de um Estudo de Impacto de Vizinhança conforme os arts 36 e 37 do Estatuto das Cidades e os artigos 187 a 190 do Plano Diretor da Cidade do Recife, ignorando, dentre outras coisas, o grave risco de comprometimento da estrutura viária (já sobrecarregada indevidamente pelo Shopping RioMar, feito também sem exigência do EIV) e todos os efeitos possíveis sobre a identidade e a dinâmica do bairro de São José; (4) sem a exigência das contrapartidas que REALMENTE sanariam todos os problemas trazidos pelo projeto, como, dentre outras coisas, controle do gabarito e garantia da permeabilidade e continuidade do tecido urbano do bairro; e, por fim, (5) com total desprezo pelo princípio da participação popular, sem nenhuma transparência e prestação de contas à sociedade.

Ainda em nota, Cisneiros denuncia o “gravíssimo exemplo” da maneira como acontece o desenvolvimento urbano da cidade, no qual o poder público, “ao invés de zelar, como manda a Constituição, pela ‘função social da cidade e o bem-estar de seus habitantes’ (art 182), degrada-se em um mero facilitador dos interesses privados, sempre guiados por uma visão fragmentária e de curto prazo”.

A partir da nota de Leonardo, iniciou-se uma campanha para que a reunião fosse transferida para um lugar maior. Algumas pessoas compartilharam o seguinte texto, ao longo dos dias 26 e 27 de novembro, a partir de publicação original de Cristina Gouvêa: “começou: hoje é dia de lotar a caixa de e-mails do CDU pedindo que a reunião que vai tentar aprovar o novo recife na próxima sexta de manhã seja transferida pra um lugar maior. a sugestão é o auditório da prefeitura, no 15º andar”. No próprio dia 27, lemos no perfil de Gouvêa que foi protocolado um ofício na prefeitura pedindo oficialmente que a reunião fosse transferida para um auditório. “me disseram por lá que o CDU recebeu cerca de 30 emails com a mesma solicitação”, acrescenta. No entanto, no perfil de Felipe Quêrette, encontramos um pequeno relato inicial do dia 30/11, em que damos conta de que o pedido não foi

²⁰¹ O mesmo texto foi publicado no blog dos Direitos Urbanos: <https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/11/23/prefeitura-tenta-aprovar-projeto-novo-recife-no-final-do-mandato/>.

atendido: “Chegamos às 08:30 e ficamos sabendo que só foi permitida a entrada de 10 pessoas do público interessado”

Também do dia 26 de novembro é a publicação do post #ocupeprefeitura. Participe você também!” publicado no blog dos Direitos Urbanos²⁰². No texto, assinado por Eduardo Amorim, o grupo anuncia que foi avisado sobre possibilidade de votação do Projeto Novo Recife no dia 30. O fato gerou uma série de ações e ganhou a hashtag #ocupeprefeitura e um evento no Facebook²⁰³ “Na sexta-feira, mesmo se a reunião for na pequena sala, é importante termos um bom número de pessoas, já que é no mínimo estranho tentar apressar a análise e aprovação de um projeto importante para a cidade faltando poucas semanas para o início de uma nova gestão no Governo Municipal”, afirma o texto do blog, que faz uma análise da própria composição do Conselho: os representantes do poder público têm 50% das vagas e votam em bloco, já a sociedade civil se divide entre as entidades de representação dos órgãos de classe, do empresariado.

“Assim, fica fácil aprovar qualquer projeto que eles queiram [...] Fiz parte da gestão de João Paulo e acompanhei a saída de alguns arquitetos e urbanistas que não suportaram o ‘tratoramento’ de que foram vítimas como representantes do poder público no CDU”, afirma o autor do texto Eduardo Amorim.

²⁰² <https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/11/26/ocupeprefeitura-participe-voce-tambem/>.

²⁰³ <https://www.facebook.com/events/130316523788432/>.

Imagem 12 - Cartaz de Isabella Alves (A Firma) para divulgação do Ocupe Prefeitura



Fonte: Blog do Direitos Urbanos

O evento “#Ocupe12oAndarDaPrefeituraAs9DaManhaDODia30”, criado no dia 22 de novembro, foi organizado por Leonardo Cisneiros, Cristina Gouvêa, Ana Paula Portella, Fernando Fontanella, Eduardo Amorim e Vi Brasil. Contou com mil indicações de interesse/comparecimento de um total de mais de 10mil convidados e acumulou um total de 35 publicações. O texto de descrição era o mesmo da nota de Cisneiros que citamos acima.

Destacaremos três postagens que precedem o acontecimento. A primeira, da advogada Liana Cirne Lins: “não fomos convidados, não fomos informados, não tivemos nosso direito à participação respeitado! E, como sempre, as coisas se definem quando acham que ninguém está olhando”. A segunda, do perfil Noise Man: “Pessoal, eu trabalho na Prefeitura e amanhã vão fechar a entrada principal. A

entrada vai ser pelo lado do Banco do Brasil. Ou seja, a segurança deve ter preparado alguma coisa pra impedir o protesto”. A terceira, de Cristina Gouvêa:

Gente, vamos chegar o mais cedo possível amanhã a prefeitura abre 7:30h. prefeitura e construtoras vão fazer o possível pra barrar a entrada, limitar número de participantes. todos podemos dizer que vamos ao 5º andar: secretaria de assistência social, que já tem normalmente um grande fluxo de pessoas!

Desses três pequenos comentários, podemos entender a relevância do evento e o nível de vigília a que o movimento estava submetido. A aprovação do PNR no CDU era a primeira instância legitimadora pela qual passaria o Projeto. João da Costa, já no fim do seu mandato, tinha pouco a perder em levar à frente a aprovação à todo custo e, provavelmente muito a ganhar: não foi à toa que o prefeito recebeu homenagem da Ademi-PE²⁰⁴ (Associação das Empresas Imobiliárias de Pernambuco), ganhando um “troféu especial em reconhecimento pelas ações de apoio ao setor”²⁰⁵ das mãos do presidente da associação e também membro da Moura Dubeux, Eduardo Moura.

Antes de descrevermos o que ocorreu no dia 30/11, na prefeitura, me permito fazer um aposto. No dia 28 de novembro, portanto, dois dias antes da votação no CDU, João das Costa concedeu entrevista para o Diário de Pernambuco. No formato ping-pong (pergunta e respostas diretas), a entrevista tem como título “João da Costa diz que Novo Recife é apenas o lote de um projeto”²⁰⁶ e subtítulo “O prefeito do Recife, João da Costa, defendeu, hoje (28), o projeto Novo Recife, que prevê a reformulação do Cais José Estelita e inclui a construção de 13 torres”. Provocado pelo jornalista, o prefeito diz que não há “polêmica” e que todas as autorizações já haviam sido dadas. Encarando o Projeto Novo Recife como um lote, Costa defende que PNR é como qualquer outra intervenção na cidade e que trará impacto como qualquer outro²⁰⁷. “Vocês é que ficam tentando fazer uma confusãozinha [...] vocês acham bonito aquilo ali? Eu acho estranho”, disse o prefeito à repórter.

²⁰⁴ <http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/07/12/2012/prefeito-joao-da-costa-e-homenageado-pela-ademi-pe>.

²⁰⁵ A premiação é destinada a empresas e profissionais que se destacam no mercado imobiliário de Pernambuco. A homenagem foi decisão unânime da diretoria da associação.

²⁰⁶ <https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/11/28/o-despreparo-e-destempero-de-joao-da-costa/>.

²⁰⁷ “Não é um tema, isso é um lote de um projeto como qualquer outro”. “Qualquer projeto que tenha na cidade causa impacto”. O que você quer perguntar? Porque qualquer prédio tem impacto. Eu não vou analisar isso achando que não causa impacto.

A matéria de cobertura do G1²⁰⁸ nos ajuda aqui na reconstituição dos fatos ocorridos no dia 30 no 12º andar da prefeitura. A matéria, sem assinatura²⁰⁹, intitulada “Reunião do projeto Novo Recife é marcada por confusão e confronto”, que tem como subtítulo “Dezenas de pessoas invadiram prefeitura para pedir anulação do encontro. Projeto prevê construção de 13 edifícios em área portuária da capital”, descreve “Tumulto”, “bate-boca” e “confronto entre manifestantes e guardas municipais do Recife”. “Dezenas de pessoas invadiram o local para pedir a anulação do encontro programado para debater o projeto Novo Recife” afirma a repórter.

A reunião, como lemos na reportagem, foi encerrada porque quatro membros do CDU pediram vistas²¹⁰. A reunião foi remarcada para o dia 21 de dezembro. A matéria descreve ainda que os manifestantes usaram apitos, mega-fone e gritaram palavras de ordem, pedindo o cancelamento e faz menção ao evento do Facebook, assim como ao pedido do Direitos Urbanos para que a reunião fosse realizada no auditório da Prefeitura do Recife. Pedido esse que foi negado.

Em matéria breve, republicada no Observatório do Recife²¹¹, o Diário de Pernambuco noticiou a suspensão da votação. De lá apuramos a informação que o relator do processo, Paulo Monteiro, ligado à Câmara dos Dirigentes Logistas, se posicionou a favor da continuidade da votação mesmo depois do pedido de vistas por parte de quatro membros do CDU. Das 28 cadeiras que fazem parte do conselho, 26 estavam ocupadas. Oito conselheiros decidiram se antecipar e votar a favor do projeto²¹². Descrevendo o tumulto, o DP acrescenta que os manifestantes “esmurravam as divisórias de madeira”.

²⁰⁸ <http://g1.globo.com/pe/brasil/noticia/2012/11/tumulto-com-guardas-municipais-marca-reuniao-do-projeto-novo-recife.html>.

²⁰⁹ Como estive presente, posso afirmar que foi escrita pela repórter Luna Markman, que assina as fotos. Por isso me referirei à jornalista no feminino.

²¹⁰ Os representantes do Programa de desenvolvimento Urbano- UFPE, do Instituto dos arquitetos do Brasil – IAB, do Conselho Regional de Economia e da Secretaria de Assuntos Jurídicos do Recife pediram vistas.

²¹¹ <http://www.observatoriodorecife.org.br/votacao-para-aprovar-projeto-arquitetonico-do-projeto-novo-recife-e-adiada/>.

²¹² Câmara dos dirigentes logistas (CDL); Empresa de Urbanização do Recife (URB); Comissão de Obras e Urbanismo (CMR); Caixa Econômica Federal, Central Única dos Trabalhadores (Cut)*; Associação Brasileira de Indústrias e Hoteis; Sindicatos da indústria e da Construção Civil de Pernambuco; Federação das Associações, Conselhos e União de Moradores do Ibura/jordao FIJ.

*O voto da Cut gerou polêmica dentro da própria instituição. Jorge Roma, representante da Cut foi destituído da função após a reunião.

Fotografia 15 - Protesto no 12º andar da prefeitura.



Foto: Manu Ubertino

No vídeo #Ocupe12oAndarDaPrefeituraAs9DaManhaDoDia30²¹³, postado no Youtube por Chico Larcera, no próprio dia 30/11, vemos imagens do tumulto durante a reunião. As pessoas proibidas de entrar, se espremiavam gritando “cancela reunião sem participação” e “prefeito fuleiro, capacho de empreiteiro”, batendo palmas e utilizando apitos.

Já no vídeo postado pelo grupo Direitos Urbanos²¹⁴, em 19 de dezembro, também no Youtube, acessamos as imagens de dentro da reunião intercaladas por registros da manifestação que ocorria fora da sala, no mesmo andar. O vídeo, que também é um convite para a reunião seguinte, do dia 21 de dezembro, contém cartelas com pequenos textos explicativos. Focado nas falas de Tomás Lapa, na ocasião ocupando a cadeira o Programa de Desenvolvimento Urbano, da UFPE, o registro começa mostrando o momento em que o professor questiona o porquê do caráter extraordinário da reunião e afirma que o projeto está sendo votado “prematura e precipitadamente”, “sem ter satisfeito uma série de exigências”, tais como os pareceres da CONDEPE, FIDEM e Dircon, sobre parcelamento do solo; do Iphan e da Fundarpe, sobre o patrimônio histórico e do DNIT e ANTT, sobre a linha férrea em operação.

Lapa, em outro trecho, afirma que o Estatuto da Cidade determina que os projetos de impacto da natureza do PNR devem ser objeto de audiência pública organizada pelo poder executivo – o que não ocorreu – e que a Prefeitura ignorou o

²¹³ <https://www.youtube.com/watch?v=0YMsxybDtV8>.

²¹⁴ <https://www.youtube.com/watch?v=EdByuhjlde8>.

pedido prévio para a realização da reunião no auditório, com maior capacidade para público. Ao contrário, impediu, com presença da guarda municipal o acesso das pessoas. “As reuniões do CDU, segundo próprio regimento, são atos públicos, todos têm o direito de assistir”, afirmou no vídeo. A fala do professor que encerra o vídeo reforça que o Projeto Novo Recife “não é sinônimo de progresso”: “A cidade cresce e se transforma. Mas não de qualquer maneira [...] Associação do poder publico com os interesses de capitais privados só pode ser nociva”, diz.

Nos registros do lado de fora, ouvimos uma pequena multidão gritando palavras de ordem: “Cancela a reunião sem participação”, “queremos participar”, “Prefeito fuleiro, capacho de empreiteiro” e “De Biase, cara de pau. A reunião é ilegal” ²¹⁵. Na última cartela lemos: Mesmo com todas as pendências e irregularidades do processo, a presidência permitiu que a reunião prosseguisse e oito dos conselheiro anteciparam seus votos a favor do projeto.

Encontramos no blog do Direitos Urbanos o relato da promotora Belize Câmara, que esteve dentro da sala de reunião relata:

O Empreendedor apresentou uma peça publicitária do projeto. Alguns conselheiros fizeram questionamentos que foram respondidos pelo empreendedor. Após, foram feitos pedidos de vista por alguns conselheiros (IAB, MDU-UFPE). O pedido de vistas normalmente significaria a suspensão da votação, mas uma Resolução editada em 2011 permite que, nesse caso, seja possível antecipar os votos dos conselheiros que assim desejarem. Foi então que 9 conselheiros (representantes da CUT, do SINDUSCON, URB, SAJ, Câmara de Vereadores anteciparam seus votos e se manifestaram favoravelmente ao projeto.

Além disso, a promotora ressaltou o veto da participação popular, assim como a negativa, por parte do presidente do CDU, a todas as questões de ordem apresentadas.

Outro breve relato meu:

O dia 30 de novembro foi o primeiro dia de confronto físico, na luta pelo Ocupe Estelita. Desde a audiência pública, em março, as ocupações acabavam por ser momentos leves, em que o Cais era vivenciado em sua potência e não na sua falta ou abandono.

²¹⁵ Maria de Biase estava presidindo a reunião.

Naquela manhã de sexta-feira, cheguei na portaria da Prefeitura, de calça comprida, e realizei meu cadastro, dizendo que ia para o 5º andar. Enfrentei a fila enorme para subir no elevador até o 12º. Não era permitido. O andar estava interditado. Desci no 11º e subi as escadas. Chegando lá encontrei uma pequena multidão que se amontoava num hall pequeno, ao lado de uma legião de guardas da Prefeitura

Dentre os manifestantes, alguns conhecidos, mas na maioria, pessoas que eu viria a conhecer, cada vez mais, reencontrando em cada um dos protestos do Ocupe Estelita. Sim, tentamos implodir a reunião. Gritamos, apitamos, batemos nas paredes falsas da prefeitura, como narraram os jornais. Fizemos porque não era possível admitir, diante de tantas irregularidades apontadas, de tantos erros estruturais da nossa cidade escancarados pelo Projeto Novo Recife, que ele fosse aprovado. Era direito nosso. Quando a lei é injusta, só resta desobedecer.

Aquela sensação de estar encurralado no 12º andar da prefeitura é uma das memórias mais fortes que eu tenho acerca da luta pela vida do Cais e da cidade. Parecia tudo tão premeditado para que a gente não pudesse se mexer, nos dois sentidos: real e metafórico. Não poder subir, não poder participar, não poder decidir. Mas era tanta gente, com tanta força e tanta indignação, que naquele dia, eu comecei acreditar com ainda mais força.

Fotografia 16 - Protesto no 12º andar da prefeitura



Foto: Direitos Urbanos

Desde que foi adiada para o dia 21 de dezembro, começaram-se as articulações para o próximo embate, no CDU. No dia 3 de dezembro, por exemplo, foi realizada uma discussão aberta, no Edifício Pernambuco (casa de Cristina Gouvêa) sobre a mobilização contra o Projeto Novo Recife. No dia 11 de dezembro, foi lançado um abaixo-assinado destinado à Prefeitura da Cidade do Recife²¹⁶, intitulado “Contra as irregularidades da análise do Projeto Novo Recife e por uma discussão de verdade com a sociedade”²¹⁷.

O abaixo-assinado contou com 2407 assinaturas e, no seu texto, descrevia uma tentativa de aprovação apressada e pouco divulgada que atropelava procedimentos legais: “O processo chegou para a votação no CDU sem cumprir com importantes requisitos formais, como a anuência da FIDEM para o parcelamento do solo, os pareceres favoráveis da FUNDARPE e do IPHAN sobre os impactos no patrimônio histórico e as definições da ANTT e DNIT sobre a possibilidade de construção junto à linha férrea”, diz a nota. Além disso, o texto acusa a prefeitura de não ter exigido, como deveria, Estudos de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) e de Vizinhança (EIV), nem garantido a ampla publicidade e participação popular, como exige a legislação federal e municipal para empreendimentos desse porte. A nota pontua ainda a vacância de três das quatro vagas destinadas às associações comunitárias no CDU o que viola a paridade estabelecida no Plano Diretor.²¹⁸

Pedimos, portanto que (1) o CDU reconheça a ilegitimidade de sua composição não paritária e a série de falhas no processo, suspenda as atividades até sua regularização, anule os efeitos da reunião do dia 30 de novembro e remeta o processo para as instâncias anteriores; (2) que a Prefeitura da Cidade do Recife, em reconhecimento de todas as falhas apontadas e, principalmente, da insuficiência da avaliação dos impactos e da participação popular, reinicie a análise do projeto, abrindo-a a uma discussão efetiva com a sociedade a partir dos Estudos de Impacto, responsabilizando-se por garantir que qualquer interferência no Cais obedeça a um plano urbanístico integrador, conforme determinado por lei.

Em paralelo as ações publicizadas, o Direitos Urbanos elaborou uma ação popular contra a realização da reunião do CDU sobre o Novo Recife. Assinada por Cristina Lino Gouvêa e Leonardo Antônio Cisneiros Arrais. O documento,

²¹⁶ Atual Prefeito João da Costa e Prefeito eleito Geraldo Julio; Conselho de Desenvolvimento Urbano e Secretaria de Controle e Desenvolvimento Urbano e Obras, Secretária e Presidente do Conselho Maria José de Biase.

²¹⁷ <http://www.peticaopublica.com.br/?pi=N>.

²¹⁸ A nota contou com o apoio do parecer jurídico elaborada pela professora de direito da UFPE Liana Cirne Lins: https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/12/01/parecer-juridico-sobre-a-irregularidade-da-reuniao-do-cdu-sobre-o-novo-recife/?fb_source=pubv1.

encaminhado à vara da fazenda pública da comarca do Recife-PE, em que Liana Cirne Lins assume a responsabilidade como advogada, é um pedido em caráter liminar. Depois da argumentação, o documento afirma que:

[...] visa proteger, entre outros, o patrimônio público material [...] Caso venha a ser realizada a reunião, a aprovação do projeto inicial do empreendimento Novo Recife, com composição deficitária e desigual do Conselho, causará dano irreparável à moralidade administrativa, face à flagrante ilegalidade do procedimento. Eis por que devem ser cautelarmente suspensos todos os atos e deliberações do Conselho até regularização de sua composição

A ação acrescenta que a continuação dos trabalhos do CDU no dia 21 de dezembro traz prejuízos irreparáveis para a coletividade, que “veria seu legítimo interesse no cumprimento das formalidades procedimentais para aprovação de projetos urbanísticos de grande envergadura violado”. Ante o exposto na argumentação, os autores requerem a declaração de nulidade dos atos e deliberações praticados na reunião do Conselho de Desenvolvimento Urbano do Recife realizada no dia 30 de novembro, assim como a nulidade de quaisquer atos e deliberações do Conselho de Desenvolvimento Urbano.

Raquel Rolnik outra vez escreve sobre o assunto em seu blog, desta, denuncia as irregularidades da votação do CDU e divulga o abaixo-assinado. “Em reunião extraordinária do CDU, convocada especialmente para a apreciar o projeto, no dia 30 de novembro, ativistas e organizações da sociedade civil foram impedidos de participar²¹⁹”, afirma.

Como a liminar foi acatada pelo Juiz da 7ª Vara, José Viana Ulisses Filho, a favor da Ação Popular, ainda que tenha sido iniciada, a reunião do dia 21 de dezembro foi suspensa. Segundo publicação no blog dos Direitos Urbanos, o tempo que a reunião durou foi “um retrato do esforço já um tanto desesperado da atual Prefeitura do Recife em aprovar ainda nesta gestão o Projeto Novo Recife para o Cais José Estelita²²⁰” O relato intitulado “Suspensão da segunda reunião do CDU que tentava aprovar o Projeto Novo Recife ainda em 2012” dá conta de mais uma manifestação da população no 12º andar da Prefeitura. Do lado de fora, as pessoas seguravam cartazes que explicavam o porquê de estarem ali. No térreo, estudantes de arquitetura e outros interessados passaram a manhã em volta de uma maquete

²¹⁹ <https://www.viomundo.com.br/denuncias/novo-recife-mas-para-quem.html>.

²²⁰ <https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/12/24/vitoriadcu/>.

do Bairro de São José com o Projeto Novo Recife inserido, explicando para as pessoas a escala do impacto do projeto versus a insignificância de seus benefícios para a cidade.

A condução da reunião pela Prefeitura reforçava a inocuidade do Conselho, o seu papel de mero confirmador de decisões tomadas anteriormente, enquanto, do lado de fora, impedido de entrar pela guarda municipal, o público clamava por um CDU presente e crítico, que de fato exercesse seu papel à frente dos interesses difusos da cidade. De forma que quem estava realmente dando importância e reconhecendo a força do CDU eram os manifestantes, não a Prefeitura.

A sexta-feira amanheceu com um telão instalado no térreo e um grupo de policiais fechando a entrada da sala no 12º andar o que fez com que a reunião ocorresse “livre dos gritos do público na porta ao lado como da última vez [...] Uma prefeitura que trata a participação popular como entrave, e não como instrumento, não merece respeito. É motivo de profunda vergonha”, afirma o texto dos Direitos Urbanos. Outra reunião extraordinária foi marcada para o dia 28 de dezembro, uma semana depois, no meio do recesso do final do ano e no última dia útil da gestão do prefeito João da Costa.

No mesmo texto, o grupo ainda destaca que, a despeito da intransigência da prefeitura, diversos espaços de diálogo estavam se formando espontaneamente, com destaque para a produção audiovisual e para a equipe técnica que analisava o projeto dos viadutos e ações populares no campo da Justiça:

A suspensão temporária das deliberações do CDU é uma vitória importante a ser comemorada, mas a grande conquista está em curso – longo caminho – e pouco depende do resultado final do processo do Novo Recife: é a própria reunião de pessoas e de grupos em torno do problema da cidade e a possibilidade, que hoje já experimentamos, de, através dela, transformar a vida das pessoas.

A notícia foi foco da matéria do G1 “Votação do projeto Novo Recife é suspensa por liminar”²²¹ e da “Justiça anula reunião do Projeto Novo Recife”, do JC Online²²², ambas publicadas no dia mesmo dia 21 de dezembro. Segundo o G1, a reunião começou às 9h30, no prédio da Prefeitura do Recife, com a presença do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) e relata confronto entre manifestantes e a

²²¹ <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2012/12/votacao-do-projeto-novo-recife-e-suspensa-apos-tumulto.html>.

²²² <https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2012/12/21/justica-anula-reuniao-do-projeto-novo-recife-67650.php>.

guarda municipal. Na publicação encontramos ainda as informações de que o Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social, entidade que atua na defesa e promoção dos direitos humanos, pediu, por meio de nota pública, que a prefeitura não aprovasse a proposta.

Já o NE10 deu destaque para o grupo de estudantes que levou uma maquete, que mostrava como ficaria a paisagem do Cais José Estelita caso o projeto fosse aprovado. Da matéria do NE10, destacamos o seguinte trecho:

Vários manifestantes do Grupo Direitos Urbanos e estudantes de arquitetura e urbanismo chegaram cedo à prefeitura, para tentar assistir à reunião dentro da sala. Como só foi permitida a entrada de alguns representantes dos órgãos ligados ao projeto, os manifestantes lotaram o 12º andar da PCR, com vários cartazes com escritos como "Sem participação, cancela a reunião" e "#OcupePrefeitura. Estamos nessa por uma cidade mais humana.

Pelo movimento, quem concedeu entrevista foi Cristina Gouvêa e Frida Lemos. Segundo Gouvêa, há duas restrições forte ao projeto. A primeira diz respeito ao projeto em si "uma ilha, não integra a cidade e provoca impactos nas características históricas do município". A segunda, ao próprio processo de aprovação: "os organizadores estão pulando etapas para que o projeto seja aprovado mais rápido". Já para Lemos "Recife precisa de planejamento urbano". Destacamos dessa matéria o fato de não ter falas oficiais da prefeitura ou de qualquer integrante do CDU.

*

De maneira preventiva, no dia 27 de novembro (um dia antes da votação) o grupo Direitos Urbanos entrou com outra ação popular²²³, assinada, de novo, por Cristina Gouvêa e Leonardo Cisneiros, sob responsabilidade da advogada Liana Cirne Lins, direcionada ao juiz da 7ª Vara da Fazenda de Recife. O pedido, em caráter liminar, argumenta que houve descumprimento de ordem judicial. Se na primeira ação proposta, pediu-se apenas a nulidade dos processos referentes ao projeto arquitetônico inicial do empreendimento "Novo Recife", nesta ação, o pedido é para que se determine a nulidade de todos os atos administrativos praticados até que fosse regularizada a composição do Conselho", assim como "nulidade de todos

²²³

<https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/12/30/texto-da-2a-acao-popular-contra-as-irregularidades-na-composicao-do-cdu/>.

os atos e deliberações do Conselho de Desenvolvimento Urbano a partir do dia 30 de novembro. A peça dá especial destaque à “suspensão liminar de natureza acautelatória de quaisquer atos e deliberações da reunião a realizar-se no dia 28/12/2012”

*

No dia 28 de dezembro, como esperado, foi realizada outra reunião extraordinária do Conselho de Desenvolvimento Urbano. Sem convocação oficial, aviso prévio a diversos conselheiros, fora da pauta oficial e à revelia da ordem judicial que ordenava suspensão da reunião, o Projeto Novo Recife foi aprovado.

No dia seguinte, foi publicada no blog dos Direitos Urbanos a “Nota sobre a aprovação forçada do Projeto Novo Recife pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano”²²⁴, assinada pelo grupo Direitos Urbanos, Fórum de Mulheres de Pernambuco, SOS Corpo, Revocultura e Fase, se posicionou contrária a aprovação:

“Nós nos opomos ao Projeto Novo Recife não só pelo risco enorme à qualidade urbana, ao desperdiçar a oportunidade de incorporar os terrenos do Estelita numa verdadeira renovação do Centro da cidade e insistindo no modelo ultrapassado e falido dos condomínios fechados e da mobilidade individual, no momento em que a cidade já mostrou exaustivamente seu esgotamento. Nossa oposição também é a um modelo de condução dos rumos da cidade que afronta a moralidade pública, modelo do qual esse projeto é um grande exemplo. Ao invés de zelar pela ‘função social da cidade e o bem-estar dos seus habitantes’ (CF, art. 182), o poder público degradou-se em um mero facilitador do interesse privado, por cima de todas as regras e ritos. E nada mais simbólico dessa degradação que essa reunião às escondidas, cercada por policiais, carregada de ilegalidades. [...] Não é contra o CDU que nos levantamos nesse momento, ao contrário, é a favor de um Conselho legítimo que possa atuar efetivamente em favor da cidade.

O JC Online publicou, no mesmo dia da aprovação, a matéria “Projeto Novo Recife é aprovado”²²⁵. Sem assinatura, a notícia tem como subtítulo “Os membros da CDU aprovaram o projeto que irá construir 12 torres no Cais José Estelita com 18 votos”. Segundo o veículo, a reunião acabou por volta do meio dia contando com, além dos 18 votos, uma abstenção. Um membro, não identificado, se retirou do recinto sem manifestar voto”. Pontuamos aqui que o CDU é composto por 28

²²⁴ <https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/12/29/nota-sobre-a-aprovacao-forcada-do-projeto-novo-recife-pelo-conselho-de-desenvolvimento-urbano/>.

²²⁵ <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2012/12/28/projeto-novo-recife-e-aprovado-68250.php>.

membros. A ausência de 10 deles pode ser explicada pela não convocação oficial da reunião extraordinária.

Na mesma matéria (com apenas dois parágrafos), a advogada Liana Cirne Lins afirma que “a reunião foi irregular e descumpriu a liminar que proibia o encontro”, já a assessoria de imprensa da PCR declarou, por meio de nota, que a votação aconteceu por determinação do desembargador José Ivo de Paula Guimarães, do Tribunal de Justiça do Estado (TJPE).

Por último, trazemos para compor as descrições acerca da votação de aprovação do Projeto Novo Recife, um trecho do breve relato da jornalista Fabiana Freire Pepeu²²⁶, publicado no blog dos Direitos Urbanos no dia 29 de dezembro:

São 10 horas e pouco da manhã do dia 28. Chego ao 11o andar da Prefeitura do Recife. Subo um lance de escada porque o acesso ao 12o pelo elevador está vetado. Numa das salas ocorre a reunião do Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU-Recife), na qual deverá ser votado o projeto Novo Recife. Uma reunião que não se sabe ordinária ou extraordinária, mas que não foi convocada oficialmente como prevê o regimento. É o último dia útil do ano. É um dos últimos atos da atual gestão municipal (João da Costa – PT). Há policiais por toda parte.

²²⁶ <https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/12/29/cronica/>.

11 A GESTÃO DE GERALDO JÚLIO

Com a virada do ano marcada pela turbulenta aprovação no Conselho de Desenvolvimento Urbano da gestão de João da Costa, a entrada do novo prefeito eleito inseriu novos atores na luta contra o Projeto Novo Recife. Mal começou o ano e, em 8 de janeiro, alguns integrantes do grupo Direitos Urbanos²²⁷ se reuniram com o recém-empossado Secretário Municipal de Mobilidade e Controle Urbano, João Braga²²⁸. Nesta reunião, foi entregue ao secretário, em mãos, uma carta, endereçada também ao prefeito, que apontava a importância estratégica do Cais José Estelita e os erros na análise do projeto Novo Recife pela gestão João da Costa. O documento pedia que o processo voltasse para uma etapa que permitisse a realização dos estudos de impacto e da participação popular efetiva. Em relato, publicado no dia 28 de janeiro no Blog Direitos Urbanos²²⁹, o grupo afirma:

Para desapontamento do grupo, a aparência de abertura ao diálogo da nova gestão mostrou-se ilusória. Apesar da declaração de que ouviria ambos os lados da polêmica sobre o Projeto Novo Recife, no dia anterior à conversa com os integrantes do Direitos Urbanos, já havia ocorrido extensas conversas do Prefeito e do Secretário com os técnicos que conduziram a análise do projeto na gestão anterior e também com os próprios empreendedores. Sem observar o contraditório a nova gestão acabou presa ao que já havia sido acordado a portas fechadas na gestão anterior, endossando o projeto, com todo seu caráter danoso à cidade.

O encaminhamento foi o agendamento de outro encontro. Dessa vez o DU formou um grupo técnico composto por Tomás Lapa (MDU/CDU), Cristina Gouvêa (DU), e Vitória Régia (IAB). O encontro na Prefeitura foi realizado com a Diretora de Urbanismo, Taciana Maria Sotto-Mayor, e assessora, Emília Márcia Teixeira. Desta reunião vieram à tona algumas informações novas como dois novos pareceres, anexados ao processo na última hora – um da Fundarpe, o outro, da Fidem, que dão anuência ao empreendimento, abrindo mão de preocupações que já haviam sido anunciadas publicamente pelas instituições em ocasiões anteriores. Uma petição

²²⁷ Estavam presentes Leonardo Cisneiros, o presidente estadual do Psol Edilson Silva, a presidente do IAB-PE Vitória Régia e o representante do IAB no CDU Cristiano Borba.

²²⁸ <https://direitosurbanos.wordpress.com/2013/01/28/carta-ao-prefeito-geraldo-julio-e-ao-secretario-joao-braga-sobre-o-projeto-novo-recife/>.

²²⁹ <https://direitosurbanos.wordpress.com/2013/01/28/primeiros-passos-do-projeto-novo-recife-na-gestao-geraldo-julio/>.

online com o conteúdo da carta circulou no meio virtual e acumulou mais de 15 mil assinaturas²³⁰.

“Dentre desse contexto de grande passividade do poder público em relação ao crescimento da cidade, as mitigações foram apresentadas pelas técnicas como grandes conquistas da Prefeitura diante do poderio imobiliário”, afirma texto publicado no dia 28 de janeiro daquele ano. “Não podemos esperar menos do que a anulação do processo de análise do Novo Recife e seu recomeço com base em um plano urbanístico”, requerem na carta, na qual também cobram um protagonismo do Poder Público, em acórdância com o Estatuto das Cidades e do Plano Diretor da Cidade do Recife, e uma discussão transparente, participação popular e estudos de impacto ambiental e de Vizinhança. Em 30 de janeiro, outro post, dessa vez na página dos Direitos Urbanos, no Facebook, denuncia a aprovação da ata da reunião do dia 28 de dezembro de 2012.

Pontuamos aqui mais duas audiências públicas específicas sobre o Projeto Novo Recife²³¹, realizadas nos meses de fevereiro e abril. A primeira, convocada pela assembleia legislativa, foi realizada no dia 27 de fevereiro²³². A segunda, convocada por Aline Mariano (PSDB), foi realizada marcada inicialmente para o dia 7 de março e realizada em 11 de abril²³³. Destacamos ainda a ação ajuizada no dia 6 de fevereiro pelo Ministério Público Federal. De autoria da procuradora Mona Lisa Ismail, a peça pede o embargo das obras do Projeto Novo Recife pela ameaça ao patrimônio histórico e cultural brasileiro. Os alvos da ação foram o Iphan, a Prefeitura da Cidade do Recife e o Novo Recife Empreendimentos. O MPF recomendou também que a Justiça declarasse nula a decisão de aprovação do projeto no CDU²³⁴.

²³⁰ <https://www.change.org/p/carta-ao-prefeito-do-recife-geraldo-júlio>

²³¹ <https://direitosurbanos.wordpress.com/2013/02/15/varias-audiencias-discutirao-o-projeto-novo-recife-e-outros-empreendimentos-nas-proximas-semanas/>

²³² A audiência contou com os seguintes convidados: Adeildo Nunes, representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PE), Belize Câmara, Promotora de Justiça do Meio Ambiente (MPPE), Cristiano Borba, arquiteto do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-PE), Eduardo Moura, representante do Consórcio Novo Recife, Leonardo Cisneiros, representante do grupo Direitos Urbanos, Taciana Sotto Mayor, Diretora de Licenciamento Urbano da Prefeitura do Recife e Tomás Lapa, Professor da Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU).

²³³ Foram convidadas Belize Câmara (MPPE), Liana Cirne Lins, advogada que represente o Direitos Urbanos, o secretário de Desenvolvimento Econômico e Planejamento Urbano, Antônio Alexandre, o secretário de Mobilidade e Controle Urbano da cidade do Recife e presidente do Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU) da PCRJoão Braga, o secretário de Infraestrutura e Serviços Urbanos, Nilton Mota e o Superintendente do DNIT, Euclides Bandeira de Souza Neto

²³⁴ <http://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2013/02/07/ministerio-publico-federal-entra-na-justica-contra-projeto-novo-recife/>

12 A DISPENSA DE BELIZE CÂMARA

No dia 1º de março Belize Câmara foi afastada da Promotoria de Defesa do Meio Ambiente do Recife do Ministério Público de Pernambuco – decisão publicada no Diário Oficial²³⁵. A medida ocorreu uma semana após a Justiça suspender o processo de aprovação do projeto Novo Recife na Prefeitura, em resposta a uma ação civil pública movida por ela²³⁶. No mesmo dia, a promotora se pronunciou através de nota de esclarecimento, publicada tanto no Blog de Jamildo²³⁷ quanto na página do Facebook do grupo Direitos Urbanos²³⁸ em que se disse surpreendida com a dispensa da função cumulativa que exercia deste 2011. No mesmo texto, Câmara lamenta que o ato tenha ocorrido justo quando começava a colher os frutos do seu trabalho. A publicação na rede social contou com 149 compartilhamentos.

Na portal do Ministério Público, encontramos uma nota de esclarecimento do MPPE, publicada no próprio dia 1º, em que afirma que o órgão decidiu dispensar Belize Câmara, titular de Jaboatão dos Guararapes, da acumulação temporária da Promotoria de Meio Ambiente da Capital, “porquanto naquele município de Jaboatão faltam promotores da Infância e Juventude”²³⁹. A nota também foi publicada no JC

²³⁵ <http://www.cepe.com.br/diario/includes/doel/box.php...>

²³⁶ O juiz da 7ª Vara da Fazenda Pública do Recife, José Viana Ulisses Filho, atendeu pedido da Promotoria de Defesa da Cidadania, Habitação e Urbanismo do Recife e determinou, em decisão liminar, proferida no dia 20 de fevereiro, a suspensão dos processos administrativos em trâmite na Prefeitura que tratam da liberação do projeto Novo Recife. A decisão do juiz foi proferida em uma ação civil pública assinada pela promotora de Justiça do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) Belize Câmara. O juiz entendeu que a suspensão é necessária por ter havido três irregularidades na aprovação do projeto pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU) do Recife, ocorrida em dezembro, faltando três dias para o ex-prefeito João da Costa (PT) deixar o cargo. As irregularidades são: a ausência de parcelamento da área previamente à aprovação do projeto; a não intervenção nos processos de órgãos públicos como a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e do Departamento de Infraestrutura de Transportes (Dnit), proprietária da área, para se posicionarem sobre a destinação dos imóveis ou se há interesse em preservação das edificações; e por problemas na composição do CDU, que não tinha paridade entre representantes do poder público e da sociedade na sessão que aprovou o projeto.
<http://m.blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2013/02/25/a-pedido-do-mppe-justica-suspende-processo-de-liberacao-do-novo-recife/>.

²³⁷ <http://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2013/03/01/belize-camara-diz-que-foi-surpreendida-com-afastamento-da-promotoria-de-meio-ambiente/>.

²³⁸ <https://www.facebook.com/direitosurbanos/posts/nota-de-belize-câmara-promotora/515288161846112/>.

²³⁹ http://www.mp.pe.gov.br/index.pl/01032013_notas.

Online, dentro da matéria “Belize Câmara é afastada da Promotoria de Defesa do Meio Ambiente do Recife²⁴⁰”,

A notícia reverberou bastante entre os membros do Direitos Urbanos e Ocupe Estelita. Além dos comentários e compartilhamentos de sua nota de esclarecimento (a de Belize Câmara, não a do MPPE), no dia seguinte, 2 de março, o Blog do DU publicou uma nota de repúdio²⁴¹ em que aponta como causa da dispensa da promotora a ingerência política e econômica dos grandes grupos empresariais sobre o Ministério Público:

A cúpula do órgão ministerial afronta, com esse ato, as garantias de independência e inamovibilidade de todos os seus membros. Ameaça, portanto, a certeza inabalável de que o cumprimento das atribuições do Promotor de Justiça deve pautar-se tão somente pelas normas ditadas pelo Direito e pela sua consciência. A arbitrariedade do ato e o seu caráter punitivo, persecutório e cerceador ficam ainda mais evidenciados pela grosseira desvinculação da Promotora dos processos aos quais estava ligada. Essa violação das prerrogativas ministeriais agride a integralidade dos membros dessa Instituição e envergonha o nome do Ministério Público de Pernambuco.

Encontramos no perfil pessoal da militante Cristina Gouvêa a seguinte postagem, publicada no dia 1º de março.

Gente, que Belize é essencial para a Promotoria de Meio Ambiente e Patrimônio do Recife todos nós sabemos. Mas temos que lembrar que ainda mais grave do que não poder contar com ela após a destituição, são os fortes indícios de que as construtoras e/ou a Prefeitura do Recife, alvos de suas ações e investigações, tenham influenciado o MP para fazer com que ela deixasse de atrapalhar. Como bem disse Leo (Leornado Cisneiros), estamos vendo os fatos saírem do âmbito administrativo para o criminal. É sério demais. E triste demais.

Também manifestaram apoio a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o então deputado federal Paulo Rubem Santiago²⁴² (PDT), o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e a Associação do Ministério Público AMP-PE²⁴³.

Em matéria publicada no Blog de Jamildo, ainda no dia 1 de março, intitulada “Não vai parar nada nas ações do MPPE, diz Aguinaldo Fenelon²⁴⁴” o jornalista

²⁴⁰ <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/noticia/2013/03/01/belize-camara-e-afastada-da-promotoria-de-defesa-do-meio-ambiente-do-recife-75060.php>.

²⁴¹ <https://direitosurbanos.wordpress.com/2013/03/02/nota-de-repudio-do-du-a-dispensa-da-promotora-belize-camara/>.

²⁴² <http://m.blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2013/03/02/paulo-rubem-nao-considera-convigente-a-explicacao-de-fenelon-para-afastar-belize-camara/>.

²⁴³ <https://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2013/03/04/oab-pe-pode-entrar-na-briga-contra-o-novo-recife/>.

Jamildo Melo afirma que, segundo o então presidente do Ministério Público de Pernambuco, as ações conduzidas por Câmara não iriam cessar. Além disso, pontuamos aqui a acusação do jornalista Jamildo Melo à Belize. Segundo ele, “a jovem promotora” “mirava os holofotes em suas ações”.

O blog Acerto de Contas também acompanhou o caso, adotando uma postura crítica à decisão do MPPE. Na primeira matéria, publicada no dia 1º, intitulada “Fenelon transfere Belize Câmara após vitórias do MPPE contra construtoras²⁴⁵”, o jornalista Pierre Lucena escreve:

O Ministério Público de Pernambuco escreveu hoje um vergonhoso capítulo em sua história. O Procurador-Geral Aguinaldo Fenelon afastou Belize Câmara da Promotoria de Meio-ambiente, após esta ganhar duas liminares que impediam que construções ilegais fossem a cabo por algumas empresas, em especial a Moura Dubeux.

Ao longo da matéria, Lucena afirma que, no Recife, o poder econômico faz cada vez mais o que quer. “Adquire meios de comunicação, ajuda com muito dinheiro campanhas de prefeito e ainda consegue afastar ‘promotores inconvenientes’”. Segundo o blog, o afastamento de Belize Câmara é uma grande derrota para os movimentos sociais da cidade, já que a promotora seria, em sua opinião, a única pessoa do Poder Público que atuava contra o “escárnio promovido pelas construtoras em uma cidade que não planeja nada”. Definindo a situação como vergonhosa, Lucena afirma que o MPPE virou aparelho político do Governo do Estado.

No mesmo dia 1º, Lucena publicou também o texto “Colocando os pingos nos ‘is’ na nota do MPPE sobre afastamento de Belize”²⁴⁶. Na matéria, o blogueiro rebate ponto por ponto as justificativas da nota do MPPE. Segundo ele, ao contrário do que a nota do MP afirma, a promotoria de Infância de Jaboatão já contava com outro promotor, quatro outros promotores de Jaboatão acumulavam promotorias no Recife, mas apenas Belize Câmara foi afastada. O Acerto de contas, ao final questiona porque a nota não é assinada pelo procurador-geral, mas sim pela subprocuradora Maria Helena Nunes Lyra. No dia 6 de março, Lucena publica:

²⁴⁴ <http://m.blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2013/03/01/nao-vai-parar-nada-nas-acoes-do-mppe-diz-aguinaldo-fenelon/>.

²⁴⁵ <http://acertodecontas.blog.br/politica/fenelon-transfere-promotora-belize-camara-apos-vitorias-do-mppe-contras-construtoras/>.

²⁴⁶ <http://acertodecontas.blog.br/atualidades/colocando-os-pingos-nos-is-na-nota-do-mpp-sobre-afastamento-de-belize/>

“Acuado, Fenelon distribui Auxílio Spetus e indica advérsrio para o lugar de Belize²⁴⁷”

Destacamos pontualmente a reunião do Conselho Superior do MPPE, realizada no dia 4 de março para tratar o assunto e a entrega do cargo do Coordenador do Centro Apoio Operacional das Promotorias de Meio Ambiente. No mesmo dia da reunião, André Silvani, protocolou sua saída. Ambas as informações foram noticiadas no Blog de Jamildo²⁴⁸. “Eu resumiria dizendo que os fatos falam por si. A atuação de Belize prometia muito mais. O MPPE precisa dela muito mais do que o ela precisa da instituição”, disse o Silvani a Jamildo.

É do próprio dia 1º de março também a criação de um evento do Facebook em apoio à promotora afastada. Marcado para o dia 6 de março, o protesto consistia em uma ocupação da rua do Ministério Público, Rua Imperador Dom Pedro II, no bairro de Santo Antônio. Intitulado “#OcupeMPPE - por um Ministério Público que não se vende e em apoio a Belize Câmara²⁴⁹”, o ato contou, ao final com mais de 3 mil intenções de presença e 277 publicações no mural de discussão.

Segundo reportagem do Blog de Jamildo intitulada “Manifestantes questionam isenção do MPPE e chamam Eduardo Campos de ditador²⁵⁰” o ato do dia 6 de março, programado no Facebook, contou com mais de 100 pessoas, com faixas, cartazes, apitos e carros de som. “O protesto contestou a suposta influência do capital privado – das construtoras que compõem o Consórcio – nas decisões do Ministério Público. Também foi criticada a independência do MP em relação ao poder executivo estadual, gerido por Eduardo Campos (PSB)”, lê-se. Ainda segundo a matéria, a pedido do Procurador-geral, uma comissão foi formada por 15 pessoas

²⁴⁷ <http://acertodecontas.blog.br/atualidades/entre-auxilio-spetus-e-indicacao-de-adversario-fenelon-tenta-acalmar-protestos/>

²⁴⁸ <http://m.blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2013/03/06/apos-afastamento-de-belize-coordenador-do-caop-de-meio-ambiente-entrega-cargo/> e http://m.blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2013/03/04/mppe-analisa-volta-de-belize-para-promotoria-de-meio-ambiente-do-recife/?mobile_device&t=1394586852

²⁴⁹ https://www.facebook.com/events/435976533143479/?active_tab=about.

A descrição do evento era a seguinte: Vamos nos mobilizar novamente, para que nossa força seja o fundamento de onde parta a autoridade do Estado Democrático de Direito. O Ministério Público de Pernambuco acaba de praticar um ato vergonhoso, ao afastar a Promotora Belize Câmara da promotoria de meio ambiente do Recife, provavelmente por suas vitórias judiciais conseguidas contra um grupo empresarial poderoso do Estado. Tal ato demonstra que a instituição está aos serviços de empresários e não da população pernambucana. Isso é um ultraje, e esse movimento tem o intuito de mostrar o apoio da população pernambucana a promotora.

O evento virtual era organizado por Leonardo Cisneiros, Franzé Matos, Cezar Martins, Cris Lacerda e Thyago Almeida.

²⁵⁰ <http://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2013/03/06/manifestantes-questionam-isencao-do-mppe-e-chamam-eduardo-campos-de-ditador/>.

para reunir-se com ele. A reunião, que durou cerca de 1 hora e meia, está gravada na íntegra por integrantes do movimento, disponível no Youtube²⁵¹.

No mesmo blog, algumas horas depois, outra matéria registra a possibilidade de reversão do processo: em “Fenelon promete repensar afastamento de Belize até terça”²⁵² o Blog de Jamildo afirma que o Procurador-geral firmou compromisso com os manifestantes de rever a o afastamento de Câmara. Uma nova reunião foi marcada para a semana seguinte, no dia 12, quando o procurador daria sua palavra final.

A matéria faz referência também a uma carta entregue a Aguinaldo Fenelon, durante o encontro. Encontramos a citada carta publicada no Blog dos Direitos Urbanos²⁵³, postada na mesma data. No documento assinado pelo Direitos Urbanos, o grupo repudia o ato de afastamento da promotora e afirma que a motivação do ato se dá por questões políticas e econômicas. O grupo pede ainda a revisão do ato administrativo que afastou Belize Câmara.

O afastamento de Belize Câmara deu-se no momento em que ela obteve medidas liminares junto à Justiça impedindo a efetivação do chamado Projeto Novo Recife, contaminado pelas mais variadas irregularidades jurídicas e técnicas e verificadas pelos magistrados que deferiram os pedidos de suspensão do projeto em sede de liminar. Tal suspensão afetou diretamente os interesses econômicos das grandes construtoras e incorporadoras que pensam na cidade do Recife como um lugar para gerar lucros em suas atividades econômicas, mas sem o mínimo respeito pela legalidade e pelo Estado de Direito. A ninguém é dado ser ingênuo a ponto de dissociar tais fatos. [...] Diante de tais evidências, não há como fugir da natureza arbitrária do ato de afastamento da promotora

O portal G1 também realizou cobertura do protesto. Na primeira, de duas matérias publicadas no dia 6 de março, com o título “No Recife, manifestantes protestam contra afastamento de promotora”²⁵⁴, a jornalista Lorena Aquino descreve os gritos de protesto, entrevistas três manifestantes, além do procurador-geral. De um lado, os críticos à atitude do MP denunciavam perseguição e arbitrariedade na decisão; do outro, Fenelon, defende que foi um procedimento dentro das normas do órgão. Ao final da matéria, a jornalista apresenta o promotor Ricardo Coelho como substituto de Belize Câmara na Promotoria de Meio Ambiente da Capital.

²⁵¹<https://www.youtube.com/watch?v=Cvd6Se6kKVw&feature=youtu.be>.

²⁵²<http://m.blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2013/03/06/fenelon-promete-repensar-afastamento-de-belize-ate-terca/>.

²⁵³<https://direitosurbanos.wordpress.com/2013/03/06/carta-ao-ministerio-publico-de-pernambuco/>.

²⁵⁴<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2013/03/no-recife-manifestantes-protestam-contra-afastamento-de-promotora.html>.

A segunda, intitulada “Aguinaldo Fenelon discute saída de promotora com manifestantes²⁵⁵”, dá conta da reunião entre o promotor-geral e 15 representantes do movimento contrário e o agendamento de uma nova reunião para seis dias depois. A matéria, assim como a do Blog de Jamildo faz menção à entrega da carta do Direitos Urbanos ao Procurador-geral. Dentre os nomes da comissão, a matéria destaca o vereador Raul Jungmann (PPS) e o presidente estadual do PSol, Edilson Silva. Diante do adiamento da decisão, outra articulação se iniciou. Dessa vez, para o dia 12 de março, às 14h.

Como noticia o G1, na semana seguinte, no dia agendado para o pronunciamento final do Promotor-geral, aconteceu outro ato em frente a sede do Ministério Público. Na matéria “No Recife, Ministério Público mantém decisão de afastar promotora²⁵⁶” lemos que, a despeito do protesto, o Ministério Público decidiu manter a decisão que afastou Belize Câmara da promotoria de Meio Ambiente. O anúncio se deu em reunião com a comissão de 15 integrantes.

A matéria do G1 entrevista três dos membros da comissão. A advogada Liana Cirne Lins, a arquiteta Cristina Gouvêa e o então presidente estadual do Psol, Edilson Silva, que afirmam que a reunião foi rápida e que o MP, através do Procurado-geral fizeram um gesto de “virar as costas para toda essa movimentação”. Já o procurador afirmou que a transferência de Câmara foi um ato corriqueiro. No dia seguinte, a promotora divulgou em sua rede social uma nota de agradecimento²⁵⁷ em que justifica sua ação nas redes sociais como um mecanismo espontâneo de aproximação com a sociedade e de transparência de sua atuação e agradece o apoio, a solidariedade e o carinho manifestado. Em 17 de julho daquele ano, o promotor José Roberto da Silva, co-autor das ações de Belize Câmara, à frente da promotoria de Urbanismo também foi transferido

Mais uma vez, os registros merecem destaque. Encontramos sete vídeos hospedados no Youtube todos filmados por manifestantes²⁵⁸. Além do já citado, que

²⁵⁵ <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2013/03/aguinaldo-fenelon-discute-saida-de-promotora-com-manifestantes.html>.

²⁵⁶ <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2013/03/no-recife-ministerio-publico-mantem-decisao-de-afastar-promotora.html>.

²⁵⁷ <https://www.facebook.com/belize.camara/posts/594541333907664>.

²⁵⁸ <https://www.youtube.com/watch?v=wQ9xSMoa3wU>
<https://www.youtube.com/watch?v=Cvd6Se6kKVw&feature=youtu.be>
<https://www.youtube.com/watch?v=99CiQoicMUM>
<https://www.youtube.com/watch?v=RxdMU67wUuU&feature=youtu.be>
<https://www.youtube.com/watch?v=qeeNeNhhY7g&feature=youtu.be>
<https://www.youtube.com/watch?v=RxdMU67wUuU&feature=youtu.be>

capta toda a reunião com Aguinaldo Fenelon no dia 6 de março, os demais registram falas e movimentações do lado de fora do MP. Em paralelo às imagens, escutamos paródias do hino de Pernambuco²⁵⁹, Recife Minha Cidade²⁶⁰, de Reginaldo Rossi, e Mainha painho, de Companhia da Lapada²⁶¹.

Fotografia 17 - "#OcupeMPPE



Foto: Priscila Miranda / G1

<https://www.youtube.com/watch?v=6PV6lJRcTsM&feature=youtu.be>

²⁵⁹Corrupção impera em teu seio/Chupa o sangue de irmãos, desespero/Arranha-céus a nos engolir/^{SEP}És a fonte da grana da escória/^{SEP}Que olhos claros gastam sem glória/^{SEP}E as construtoras, sem lei, à sorrir/Salvem a terra/Dos Fenelons e Calheiros/O Ministério, público já não é mais/Nova Meca dos empreiteiros/Pernambuco Imoral, Imoral.

²⁶⁰Rei, vem cá que eu quero te mostrar/Rei, a nossa cidade se arrombar/Rei, o novo recife, meu irmão/Tem muito caô, muita enrolação/O projeto diz que vai melhorar/A minha cidade, o meu lugar/Com coronelismo não vai dar pé/Tem muito ladrão, lá num tem mané/Eduardo campos é o chefe/Tem Geraldo Júlio que é um mamão/Tem Moura Dubeux, JCPM/E ainda por cima Queiroz Galvão/Rei, Belize bem que advertiu/É, mas foi pra puta que pariu/É, quem for mexer vai se dar mal/Bem, porque as turma é baixo astral/Não foi aprovado pelo Dnit/Não tem parecer nem do IphanA galera só tá visando lucro/Só não enxerga quem é maluco/No novo recife eles vão erguer/Uma tuia de prédio sem noção/Passaram por cima de todo mundo/Nem sequer ouviram a população/Rei, belize bem que advertiu/É, mas foi pra puta que pariu/É, denunciou e se deu mal/Bem, foi só passar o carnaval/De boa viagem ao recife antigo/O zé estelita é o canal/Pode virar parque, pode virar praça/Ou quem sabe até centro cultural/Eu sou de recife não vou deixar/A nossa cidade eles explorar/Você não entende se não quiser/Ou tu tá ligado ou tu é mané/E como tem mané, bicho.

²⁶¹Belize tava trabalhando com todo vigor/Fenelon ficou com raiva e caboetou/Sai pra lá sua promotora tu vai perder/se Dudu embassar eu dou-lhe em você/Não adianta o povo quer Belize/ela é honesta com nosso Recife/ela é séria e trabalha bem/incomoda o Ministério e a Moura Dubeux/Dudu, Fenelon: queremos Belize/O povo tá pedindo a volta de Belize.

13 OCUPE ESTELITA +1

Celebrando um ano da primeira edição, em 4 de abril começaram as articulações para o Ocupe Estelita +1. Mais uma vez, foi criado um evento no Facebook - #OcupeEstelita +1²⁶², que contou com mais de 3600 indicações de comparecimento e 150 publicações no mural de discussão. Neste, constam como organizadores Cristina Lino Gouvêa, Leonardo Cisneiros, Ana Paula Portella e Jejel Miranda.

A descrição do evento virtual nos direciona para uma articulação prévia offline, que se organiza online e se reconverte para online outra vez, como vemos neste trecho:

Desde que o Direitos Urbanos completou um ano, no início de março, alguns e algumas de nós vimos conversando, apurando a idéia e nos organizando para fazer um novo #OcupeEstelita para comemorar esse ano de muitas ações, de crescimento do grupo e de qualificação dos debates e para marcar de maneira mais visível uma posição firme diante dos obstáculos colocados pela Justiça com relação ao projeto Novo Recife. Agora temos mais um motivo, que é celebrar a vitória com o recuo do governo em relação aos Viadutos e usar o gás de uma manifestação pública (e linda!) para fortalecer o Direitos Urbanos e nossas ações futuras – que, como sabemos, não serão poucas nem fáceis. Vamos fazer um negócio bacana, cheio de gente, que tome o Cais e o Novo Recife como um símbolo de toda a nossa agenda política?

A programação divulgada previa o início das atividades às 13h e incluía atrações musicais²⁶³, exposições²⁶⁴, cinema²⁶⁵, circo²⁶⁶, dança²⁶⁷, práticas integrativas²⁶⁸, oficinas²⁶⁹ e intervenções²⁷⁰.

No blog Direitos Urbanos, encontramos a postagem #Ocupeestelita +1²⁷¹ que além de anunciar o evento do dia 28 de abril, o define como “um momento de

²⁶² <https://www.facebook.com/events/133583003493544/permalink/140676906117487/>.

²⁶³ Djs La Tabaqueira e Hellcife Sound System e as bandas Transmissão Clandestina, A Caravana do Delírio, Juvenil Silva, Feiticeiro Julião + Caapora e Casas Populares da BR232.

²⁶⁴ “Pólo Jurídico/Coque”, “Varal Ocupe” e “Projetos alternativos para o Cais”.

²⁶⁵ Cine Chinelo no Pé no Estelita + Cineclube Amoeda e Surto & Deslumbramento Estúdio Fotográfico

²⁶⁶ Acrobacia em tecido

²⁶⁷ Jam de dança - coletivo Lugar Comum, grupos de capoeira

²⁶⁸ Shiatsu

²⁶⁹ Oficina de Pipa e de Stêncil

²⁷⁰ Praia do Capibaribe, plantio de árvores, Skate Park Recife, painel de grafitti, Bolha Imobiliária e Muro interativo.

²⁷¹ <https://direitosurbanos.wordpress.com/ocupeestelita-0/ocupeestelita-1-28-de-abril-de-2013/>

encontro, um espaço para discussão dos rumos e impactos do processo de desenvolvimento urbano em curso no município do Recife”.

No mesmo texto, encontramos uma auto-retrospectiva da trajetória de um ano do coletivo, que se celebrava naquele mês, com a realização do evento:

O DU vem denunciando, ao longo do seu 1 ano de existência, o descaso com as comunidades atingidas pelo projeto e apresentando preceitos que deveriam estar por trás da construção do mesmo, como o respeito às diretrizes do Plano Diretor e o cumprimento de artigos previstos no Estatuto das Cidades [...] O grupo Direitos Urbanos firma este papel social de fiscalizador e propulsor de mudanças, estimulando a participação coletiva e abrindo canais de diálogo entre os diversos seguimentos, através de suas redes sociais. Atualmente, cerca de 9.150 pessoas estão no grupo do Facebook do Direitos Urbano e mais de 5600 seguidores na página do grupo. Há também um blog próprio onde frequentemente são publicados artigos e crônicas sobre o espaço urbano.

O Ocupe Estelita + 1 contou com uma campanha composta por dez por vídeos-convites²⁷², onde artistas e ativistas convidavam para o evento. Além dos produtos audiovisuais, a mobilização para o dia 28 de abril contou com cartazes lançados em contagem regressiva nos 9 dias que antecederam o evento. Os ativistas também criaram diversos tipo de arte par ao Facebook que poderiam ser usadas como fotos de perfil e de capa na rede social.

Ao contrário das edições anteriores, não encontramos desta vez nenhuma cobertura ou matéria sobre o evento nos veículos de imprensa. Não é possível afirmar o motivo, ao certo, mas é possível supor que a movimentação, que acabara de expor o Ministério Público e o Governo do Estado e que já vinha desde de 2012 causando constrangimento tanto a prefeitura quanto as construtoras e empresários estava incomodando a ponto de ter sua cobertura evitada.

Damos destaque, por outro lado, ao conteúdo da Revista OGrito!, revista online de voltada para cultura que no dia do evento publicou a reportagem “O Ocupe Estelita em Imagem e Som²⁷³”, na qual aborda as expressões artísticas do movimento, dando relevo à produção de cartazes, vídeos e paródias.

²⁷² Maeve Jenkins (atriz), Rildo Fernandes (militante), Lirinha (cantor), Edson Fly (ativista), Alessandra Leão (cantora), Roger de Renor (comunicador), Rodrigo Caçapa (músico), Kleber Mendonça Filho (cineasta) e Claudio Ferrario (ator).

²⁷³ <http://revistaogrito.com/o-ocupe-estelita-em-som-e-imagem/>.

De forma colaborativa, o grupo de pessoas agora conta com uma identidade visual que chega para dar mais visibilidade aos temas pelos quais lutam. [...] Coletivos como o Vurto e artistas como Karina Buhr e Felipe Quérrette também estão contribuindo com cartazes e desenhos a favor do movimento. [...] O #OcupeEstelita também ganhou um logo, que faz referência ao símbolo de geolocalização da web.

Ao mesmo tempo que os produtos artísticos comunicavam e construíam narrativas próprias do Movimento Ocupe do Estelita, foram ferramentas importantes de mobilização e, ainda, um canal para a inserção na imprensa. Diante da diminuição das matérias em cadernos de cidades, percebemos que os cadernos e veículos ligados à cultura se tornaram o espaço em que o movimento se mantinha na pauta.

Imagem 13 - Cartaz de Felipe Quérrette para o Ocupe Estelita +1



Fonte: Blog do Direitos Urbanos

14 JUNHO DE 2013 E O COQUE (R)EXISTE

O período de manifestações que ficaram conhecidos como as Manifestações de Junho de 2013, sobre o qual no detemos em capítulo passado – e por isso não nos ateremos aqui – exerceu influência sobre todo o território nacional. No Recife, a sequência de atos, que partiram, em sua maioria, da Praça do Derby em direção ao Centro da Cidade, passando pela Av. Conde da Boa Vista, mobilizaram em seu dia de maior concentração cerca de 100 mil manifestantes. Sob o mote do aumento da tarifa das passagens de ônibus, parte da população da cidade foi às ruas requerendo melhorias nos direitos civis, em especial, na efetivação deles pelo Estado, e contra a corrupção. Como frisa Gohn (16), o mês de Junho de 2013 demarca a emergência de uma nova cultura política brasileira e o retorno de uma prática da população de sair de casa para protestar, independente de vínculo à política institucional.

Um mês após o arrefecimento das manifestações de junho, mas inseridos nos efeitos de uma mobilização que marcou o a história do Brasil e do Recife, o Coque (R)existe veio à tona. Diante de eminente desapropriação de 58 casas, na Comunidade do Coque, na Ilha de Joana Bezerra, dentro do pacote de obras da Copa 2014, um grupo de moradores e não moradores se mobilizou pela permanência das famílias em suas casas pautaram a agenda política da cidade. A articulação em prol da permanência das famílias em suas casas, que contou com atos de rua, reuniões com prefeitura e governo do estado e uma série de vídeos intitulados #despejo, foi vitoriosa. O governador Eduardo Campos recuou e, em 12 de setembro, anunciou que redesenharia o projeto de modo a não precisar demolir as 58 casas²⁷⁴.

Aproveitamos para dar destaque ao evento porque, como já foi citado, a Comunidade do Coque se configurou como um elemento crucial na disputa simbólica que perpassava o Cais José Estelita e o Projeto Novo Recife. O Coque, tal como o Bairro de São José, Cabanga e Coelho, recebiam a alcunha de “comunidade vizinha” ou “população do entorno”. Seu apoio era insistentemente

²⁷⁴ http://jc3.uol.com.br/blogs/blogjamildo/canais/noticias/2013/09/12/estado_e_pcr_desistem_de_desapropriacoes_no_coque_e_anunciam_compaz_upinha_dia_e_recuperacao_da_quadra_158924.php.
http://jc3.uol.com.br/blogs/blogjamildo/canais/noticias/2013/09/12/apos_pressao_social_eduardo_campos_recuou_de_desapropriacoes_no_coque_158911.php.

colocado em pauta pelas construtoras e jornais como possibilidade de validação de um caráter social do empreendimento.

Na matéria, emblemática sobre o que falamos, “Comunidades vizinhas aprovam projeto do Cais José Estelita²⁷⁵”, publicada na edição do Jornal do Commercio do dia 22 de setembro – percebam, apenas dez dias após a vitória do Coque (R)existe – encontramos: “Moradores do Coque, Coelhos, Cabanga e do bairro de São José veem mais pontos positivos que negativos no projeto Novo Recife. Revitalização da área e empregos são fatores mais lembrados”, como subtítulo. O esforço do jornal em validar seu ponto de vista chega os leva usar a fala da moradora aposentada Lis Camelo como sendo a síntese de um número superior a 40 mil habitantes. Lis Camelo, segundo o jornal, aponta o Cais como culpado pelo uso de drogas e violência na região.

Em seguida, o jornal fala de um sujeito abstrato e oculto e irresponsavelmente generalizado que aprova o Projeto.

Há uma certeza nas comunidades do Coque, Coelhos, Cabanga e no bairro de São José. O terreno da antiga RFFSA é o símbolo de como o desenvolvimento econômico se esqueceu de passar por lá. Por conta disso, a maioria aprova o Novo Recife. Economicamente, eles se apegam à revitalização urbana, à geração de empregos (seis mil somente na construção dos empreendimentos) e ao aumento na demanda por serviços para micros e pequenas empresas locais.

Não há nenhum indicativo na matéria que nos forneça qualquer forma de pesquisa que pudesse endossar a afirmativa taxativa do trecho destacado e do título acima. De maneira falaciosa e enviesada, o JC, em sua edição de domingo – a que possui maior tiragem – demonstra empenho em reafirmar o discurso lugar comum propagado pelo Consórcio, que defende que o empreendimento traria uma reurbanização da cidade - quando os processos históricos dos próprios bairros apontam para o contrário, uma intensa especulação imobiliária e gentrificação que expulsa paulatinamente moradores antigos. No vídeo, que segue anexo à matéria, outros dois moradores, creditados como líderes comunitários saíam em defesa do Projeto Novo Recife, com falas que demonstram uma clara reprodução do discurso do PNR.

²⁷⁵

<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2013/09/22/comunidades-vizinhas-aprovam-projeto-do-cais-jose-estelita-98263.php>.

Em resposta à matéria publicada no JC, foi escrita no dia seguinte a “Nota Coletiva de associações, coletivos e entidades do Recife sobre o Projeto Novo Recife²⁷⁶”. O texto, assinado por mais de 30 entidades denunciava o “sequestro da representação do povo” e se posicionava contra o Novo Recife. “Três moradores do Coque e dos Coelhos defendem o projeto como se estivessem falando em nome das comunidades inteiras”. A nota reclama da unilateralidade do material - que não escuta nem moradores nem movimentos contrários ao empreendimento. “A presença forte dos movimentos sociais das comunidades do Recife no último #OcupeEstelita comprova que a defesa do projeto Novo Recife não é consenso dentro delas. Existe a consciência de que empreendimentos como este, não só não os incluem, como prejudicam a eles e a toda a cidade”, lê-se na nota.

Destacamos ainda o trecho em que os subscritos fazem alusão a uma matéria veiculada em fevereiro de 1985. “Moradores aprovam Shopping”, publicada no Diário de Pernambuco quase trinta anos antes, falava sobre um projeto de construção de um shopping center em terreno do Coque. Ao contrário do que se afirmava na matéria, os moradores da comunidade se organizaram contra o centro comercial, ao mesmo tempo em que se engajaram numa luta pela implementação da lei das Zeis no Coque. Vitoriosos, o Shopping não foi construído e o Coque tornou-se uma Zona Especial de Interesse Social, que protege o direito à moradia.

Nesse sentido, é muito relevante para trajetória do Ocupe Estelita o Coque (R)existe e o seu apoio assentadas numa articulação popular e autônoma do Coque pelo direito à moradia. Ao mesmo tempo, o engajamento do Coque (R)existe no Ocupe Estelita veio para pesar contra a pecha de elitista que recaía sobre os militantes pela vida do Cais. Em algumas das propostas alternativas ao Novo Recife, para o Cais, feitas pelo Ocupe Estelita, encontramos menções a habitacionais destinados aos moradores do Coque e demais bairros vizinhos, onde a moradia é um direito constantemente posto em xeque.

²⁷⁶

<https://direitosurbanos.wordpress.com/2013/09/23/nota-coletiva-de-associacoes-coletivos-e-entidades-do-recife-sobre-o-projeto-novo-recife/>.

15 A OCUPAÇÃO

Neste capítulo, reconstruiremos o momento da ocupação no Cais José Estelita, que durou do dia 21 de maio a 17 de junho. Utilizaremos arquivos do Facebook veiculados durante esses dias, em especial, nas páginas do Direitos Urbanos e na Resiste Estelita. Esta última, criada a partir da deflagração da ocupação, utilizada como forma de comunicação dos ocupantes com o mundo. Somados a esse método, utilizaremos novamente matérias da imprensa e, por vezes, relatos meus. Manteremos um percurso cronológico, recuperando o material que foi veiculado dia a dia.

15.1 DIAS 21 E 22 DE MAIO (QUARTA E QUINTA-FEIRA)

Por volta da 22h do dia 21 de maio de 2014, o publicitário Sérgio Urt passava pelo Cais José Estelita quando percebeu que tratores haviam começado a demolição dos galpões de açúcar. Parou seu carro e, quando registrava a cena, foi agredido por 7 seguranças privados da empresa provada contratada Klaus Costa com socos, chutes e coronhadas pelo corpo. Os seguranças também quebraram seu celular, onde constava o registro da demolição, e apagaram suas imagens²⁷⁷. A notícia se espalhou como pólvora. As redes já estabelecidas ao longo dos dois anos anteriores foram acionadas através do grupo e da página dos Direitos Urbanos e compartilhadas em diversos perfis das redes sociais, dentre eles, o da advogada Luana Varejão, que postou no grupo Direitos Urbanos e no seu perfil a seguinte mensagem, na noite de 21 de maio: “URGENTE! URGENTE! Começaram a demolir agora os armazéns do Cais José Estelita, na calada da noite! O Recife sangra. Chora”.

²⁷⁷ No dia seguinte, Sérgio Urt postou um relato do detalhado do ocorrido no grupo Direitos Urbanos que contou com 623 compartilhamentos.
<https://www.facebook.com/groups/direitosurbanos/permalink/599671190130464/>.
Também foi publicado o vídeo “derrubada Estelita atuação da PM” no perfil do Direitos Urbanos do Youtube, onde vê-se depoimento de Sérgio Urt e a fuga dos agressores.
<https://www.youtube.com/watch?feature=youtu.be&v=2Jzxvv9sWyU&app=desktop>.

Imagem 14 - A foto/banner da demolição, postada na página do Direitos Urbanos teve mais de 400 compartilhamentos



Fonte: Grupo Direitos Urbanos

Fotografia 18 - Sérgio Urt, agredido por seguranças privados durante a demolição



Foto: Direitos Urbanos

De maneira quase instantânea, menos de duas horas depois, já se reuniam ao redor de uma fogueira improvisada cerca de 15 pessoas. Na madrugada do dia 22, iniciava-se, assim, a ocupação do Cais José Estelita que, dentro do terreno, duraria até o dia 17 de junho.

Fotografia 19 - Fogueira na primeira madrugada da ocupação



Foto: Direitos Urbanos

Fotografia 20 - Armazém de Açúcar parcialmente demolido

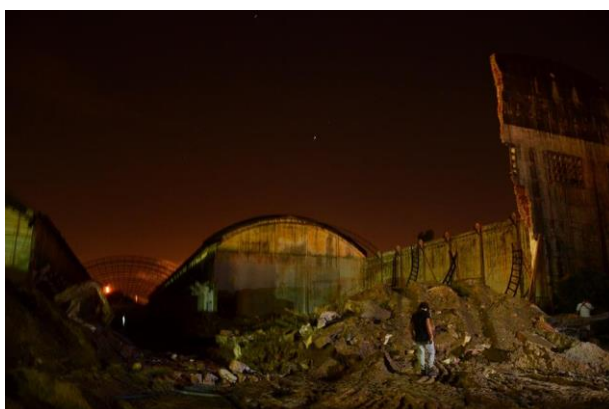


Foto: Direitos Urbanos

Temos aqui o principal marco do Movimento Ocupe Estelita. O acampamento, que nasce para salvaguardar o patrimônio de uma demolição ilegal, na surdina, se torna, além de um fato político de alto impacto e pressão popular, um espaço de convergência das mais diversas lutas por direitos e um experimento temporário de outra forma de sociedade. A quantidade de eventos que aconteceram no Cais, a partir de então, o tornou o assunto mais importante da política local e um marco na cultura política do Recife.

Na manhã do dia 22 de maio, o portal de notícias G1 publicava em seu site: “Cais José Estelita Começa a ser demolido e grupo acampa no local²⁷⁸”. No subtítulo,

²⁷⁸ <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/05/cais-jose-estelita-comeca-ser-demolido-e-grupo-acampa-no-local.html>.

lemos: “Demolição começou na noite da quarta e grupos na internet se mobilizaram. Advogada afirma que manifestante foi agredido por segurança ao tirar foto”. Segundo a matéria, a demolição foi interrompida perto da meia noite após a advogada Liana Cirne Lins ter apontado que o alvará apresentado pelos seguranças era uma cópia do original.

Liana Cirne Lins, em postagem feita no grupo Direitos Urbanos, na madrugada do dia 22 de maio, relata:

Eu e Sérgio Urt saímos há cerca de uma hora da delegacia onde ele registrou as agressões físicas, morais e materiais que sofreu, assim como as ameaças. Essas agressões foram executadas por sete seguranças da Moura Dubeux, que o agrediram com chutes, socos e coronhadas por todo o corpo. Ele agora irá fazer exame de corpo de delito. Seu celular teve as fotos apagadas e foi quebrado. Sérgio Urt foi o primeiro a chegar à área do Cais e entrou para tirar fotos, pois o portão estava, naquele momento, aberto. Ele estava sozinho, situação que o expôs a extremo risco e que não deve ser repetida por nenhum militante. Sérgio reconheceu um dos seus agressores quando voltou acompanhado de outros membros do Direitos Urbanos e da polícia. Porém, um sargento fechou o portão nesse momento e só o reabriu depois que o agressor havia se escondido. Quanto ao alvará de demolição, o documento que foi apresentado a mim e a Sérgio Urt era uma cópia xerox colorida. O alvará original não foi apresentado.

No perfil de Cristina Gouvêa, na manhã do dia 22 de maio, lemos o seguinte relato:

Notícias da última noite: o consórcio começou a demolir os galpões do Estelita. Enchemos de gente e conseguimos entrar no terreno. A polícia chegou e foi embora sem entrar no terreno. Ao chegar primeiro pra confirmar a demolição, Sergio Urt foi agredido por seguranças que se disseram policiais. Outra pessoa também foi ameaçada e teve, parece, a carteira roubada por esses seguranças. Sergio passou a noite na delegacia e IML. Liana Cirne Lins também, cobrando o alvará de demolição e a apuração da agressão. Foi apresentado um alvará na obra, outro na delegacia. Não sei se verdadeiros. O fato é que com ou sem alvará, a obra não é legítima. Está sendo questionada por 5 ações na justiça. E em mais de dois anos de debate foram construídos coletivamente argumentos e sentimentos mais do que suficientes pra dar um grande e sonoro Não ao Projeto Novo Recife. Foi lindo ver as pessoas chegando aos montes e caminhando dentro do terreno de madrugada, ao longo da linha de árvores entre o que sobrou dos galpões e dos trilhos. Já ocupamos o Estelita. Ele é nosso por dentro dele e por dentro da gente. Isso não tem mesquinhez pública nem privada que tire!

O Jornal do Commercio, por sua vez, publicou, na manhã do dia 22 de maio, no seu portal, JC Online, a matéria com o seguinte título: “Demolição dos galpões do

Cais José Estelita é temporariamente suspensa ²⁷⁹ ” No subtítulo, lemos: “Manifestantes esperam uma reunião entre representantes da Moura Dubeux, Prefeitura do Recife e grupo Direitos Urbanos para resolver impasse”. Destacamos que o JC não menciona, na chamada, a ocupação. Ao longo da matéria, define o ocorrido como um impasse sobre a continuidade da obra. Apenas no terceiro parágrafo escrevem que os manifestantes instalaram três barracas e uma lona dentro do terreno. “Segundo os policiais do Choque, a presença dos manifestantes no local caracteriza invasão de propriedade privada e que eles têm autorização para retirar as pessoas de dentro do cais”, relevam.

*

Em seu blog, Raquel Rolnik publicou, também no dia 22 de maio, o artigo “Recife Pra quem?”²⁸⁰, onde relata a demolição de parte dos galpões e o início da ocupação como vemos no seguinte trecho:

Ontem, ao tomarem conhecimento da demolição, integrantes do grupo Direitos Urbanos ocuparam a área e lá estão acampados até agora. O primeiro a chegar ao local, o Sérgio, relatou no Facebook que sofreu agressões físicas por parte de seguranças das empresas e registrou queixa na delegacia. Isso mais parece coisa de senhor de engenho...

A relatora escreve ainda sobre a chegada de moradores do Coque, sobre a nota divulgada pela Moura Dubeux – na qual afirma que o processo de demolição tem como objetivo “iniciar as ações mitigadoras acordadas com os órgãos públicos” e que “obedece a todos os trâmites legais” - e sobre o embargo do Iphan. Rolnik cita ainda a nota escrita pelos ocupantes, sobre a qual nos ateremos adiante.

Em outro trecho, a autora contextualiza a situação recifense em um cenário de luta pelo direito à cidade:

Para além das questões legais envolvidas neste e em outros tantos casos semelhantes Brasil afora, o que está acontecendo no Recife mostra mais uma vez como os moradores de nossas cidades estão cansados de transformações urbanísticas que ignoram solenemente a perspectiva dos cidadãos, suas relações históricas e afetivas com o lugar, suas propostas de transformação da cidade. Não há transparência, não há canais de diálogo, não há chance alguma de se discutir megaprojetos que afetam a paisagem e a vida de tanta gente.

²⁷⁹ <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2014/05/22/demolicao-dos-galpoes-do-cais-jose-estelita-e-temporariamente-suspensa-128818.php>.

²⁸⁰ <https://raquelrolnik.wordpress.com/2014/05/22/recife-pra-quem/>.

*

Na manhã do dia 22, dez horas após a ocupação, entrei pela primeira vez no terreno do Cais José Estelita, ocupado. Me impressionei com a amplitude do espaço, que ia até onde a vista alcançava, e com a potência do movimento. Encontrei os restos da fogueira que havia queimado durante a madrugada e me juntei às cerca de vinte pessoas, algumas já conhecidas, que lá estavam. Começamos a primeira reunião/assembleia, para decidirmos coletivamente o que fazer e, em especial, as nossas pautas. Durante o nosso encontro, tivemos a notícia de que o Iphan havia embargado a obra e que havia uma possibilidade de reunião com os poderes públicos. Alguns veículos de imprensa perguntavam as nossas condições para desocupar o local.

Tiramos a partir da assembleia o conteúdo de uma nota²⁸¹, que foi escrita por uma comissão de comunicação que acabara de se formar e que eu começava a partir dali a fazer parte. A nota, além de dar relevo ao embargo do Iphan, reafirmava a continuidade da ocupação por tempo indeterminado. As demandas eram divididas em duas partes. A primeira, dizia respeito a ações imediatas como a abertura dos portões do espaço, para permitir entrada e saída dos ocupantes e de mantimentos; suspensão do alvará de demolição e das obras do Projeto Novo Recife e abertura de um diálogo/negociação paritários, onde, ao menos 50% fosse dos representantes do movimento. A segunda, eram as demandas em relação ao projeto que destacavam uma audiência pública para a rediscussão do projeto para o espaço (não rediscussão do Novo Recife), garantia de destinação de, ao menos, 30% do espaço para habitações populares e uma requalificação do Cais orientada pelo uso misto do espaço e que atendesse às diversas camadas sociais com seus equipamentos artísticos e culturais, em seus estabelecimentos comerciais e conjuntos de habitações.

O direito à cidade é a garantia do fim do crescimento orientado por um modelo excludente e caduco, que, ironicamente, se expressa no atual Projeto “Novo” Recife. Historicamente, não há qualquer direito que tenha sido cedido, mas conquistado na base da luta e contestação dos poderes hegemônicos. A nossa está aqui, no Cais. Aquele que por tanto tempo foi negligenciado e que agora ocupamos, para que dele germine o Recife que poderá ser ostentado como Nosso, pensado para todos que nele vivem.

²⁸¹ <https://direitosurbanos.wordpress.com/2014/05/22/nota-dos-ocupantes-sobre-o-ocupeestelita/>.

Além da comissão de comunicação, também começaram a se formar as comissões de segurança, cozinha, estrutura e articulação externa.

O primeiro dia da ocupação foi marcado também pela chegada de cerca de 100 pessoas que ocupavam terrenos vizinhos, em especial das ocupações nas avenidas Imperial e Sul (Coque/São José). A chegada de pessoas que lutavam pelo direito de terem suas casas foi comemorada por aqueles que já estavam no local, mas gerou uma angústia: as famílias que acabavam de chegar com suas barracas, ao contrário dos demais ocupantes, não tinham uma casa assegurada fora dali, portanto, sua estada envolvia um risco importante e muito superior ao dos demais. Caso acontecesse a reintegração de posse, como de fato viria acontecer, em menos de um mês, essas pessoas não teriam mais onde morar e perderiam o tudo (material) que tinham. Depois de uma assembleia inflamada, realizada na noite daquele dia 22, onde os argumentos foram expostos, aqueles que não tinham moradia decidiram voltar para as ocupações de onde vinham, ainda que mantivessem o apoio ao Ocupe Estelita. O fato gerou bastante inquietação porque colocou a ocupação do Cais em contato com uma realidade crua, mas que não era possível de ser solucionada imediatamente, sem deixar desasseguradxs aqueles mais vulneráveis.

Em post de Liana Cirne Lins no grupo Direitos Urbanos, recuperamos a informação de que, naquele dia, a Justiça Federal concedera liminar suspendendo a obra. A advogada também registra uma negociação que envolveu a Moura Dubeux e os manifestantes. A equipe de negociação foi composta pelo Promotor de Justiça do Meio Ambiente, Ricardo Coelho, pelo Promotor de Justiça de Direitos Humanos, Maxwell Lucena Vignoli, pelas Procuradoras da República Carolina Furtado e Mona Lisa Ismail, por Leonardo Cisneiros e pela própria Liana.

Foi negociada a presença da polícia para garantir a segurança dos manifestantes, o livre ingresso e saída dos manifestantes e o livre acesso de água e comida. Também foi agendada a abertura do processo de negociação com os manifestantes amanhã no MPPE, junto com o consórcio Novo Recife, MPPE, MPF, Prefeitura do Recife e secretarias competentes, bem como demais instâncias estaduais e federais competentes. Uma comissão composta por cinco membros vai dialogar em nome dos manifestantes. Dentre as pautas dos manifestantes, está a revisão do processo administrativo e do projeto arquitetônico, garantindo-se a participação popular que foi desrespeitada ao longo dos anos em que o projeto tem tramitado. É muito importante dizer que os manifestantes tomaram a iniciativa de requerer que uma autoridade policial do GATI, Capitão J. Junior, coordenasse uma equipe com mais cinco homens que

revistaram os próprios manifestantes e o local e certificaram que o Movimento é totalmente pacífico e que no local não havia qualquer espécie de objeto perigoso ou arma. Os manifestantes estão solicitando apoio, especialmente do que diz respeito a tendas e barracas. Finalmente, o próprio Eduardo Moura me disse que iniciou o processo para retirada das máquinas do local, mas que esse procedimento leva cerca de 48 horas, em vista da dimensão do maquinário. O movimento está forte e espera mais conquistas a partir da negociação que está sendo aberta!

15.2 DIA 23 DE MAIO (SEXTA-FEIRA)

No mesmo dia em que se criou a página Resiste Estelita no Facebook, para a comunicação externa da ocupação, aconteceu a reunião de negociação no Ministério Público, a que se refere Liana Cirne Lins no tópico anterior. Foi escolhida, em assembleia convocada pelo Facebook, uma comissão de cinco pessoas – eu estive entre elas. Também coletivamente foram discutidas as pautas que levaríamos para a reunião. Pouco antes do encontro no MP, escrevi em meu perfil pessoal do Facebook:

Estamos indo agora para uma reunião no Ministério Público Estadual para discutirmos questões relativas à ocupação do Cais José Estelita. A comissão é formada por cinco pessoas da sociedade civil que vão levar o pleito do movimento de reabrir a discussão do que deve ser feito com o espaço. Foram convocadas para esta reunião a Prefeitura do Recife e o consórcio responsável pelo terreno, além de instituições como Iphan e Instituto Pelópidas Silveira. A ocupação permanece! E permanecerá se os seguintes itens não forem respeitados: 1- a reabertura da discussão pública 2- uso misto do terreno considerando o potencial do espaço para moradia popular.

Ainda que eu não tenha acessado nenhum registro em ata da reunião, por ter estado presente, posso relatar que o encontro mediado pelo Ministério Público não teve avanços significativos. Durante cerca de 1h30, conversamos e tivemos a impressão de que não se considerava o peso e o risco de uma ocupação em curso. Dentro do Cais, as pessoas aguardavam ansiosamente a volta da comissão. Fui eu o responsável por fazer o repasse para o coletivo.

Do mesmo dia, encontramos registros na página Resiste Estelita do descumprimento da ordem de embargo a obra. Caminhões das construtoras tentaram entrar no galpão carregados de materiais de construção e com arames farpados. Xs ocupantes bloquearam a entrada. O Iphan, a Polícia Federal e a

Defensoria Pública chegaram ao local e afixaram, na entrada do terreno, avisos de “Obra embargada”.

No final do dia, a mesma página postou convite para ação cultural no final de semana e um relato do que havia acontecido na ocupação até então. Destacamos, além da reunião no MP e da chegada dos caminhões, a pintura e grafiteagem de muros, a chegada de uma gambiarra de luzes e uma fogueira, novamente acesa.

15.3 DIA 24 DE MAIO (SÁBADO)

Segundo relatos da página Resiste Estelita, aconteceu no sábado, manhã e tarde, uma programação infantil chamada “crianças do futuro - Estelita” que contou com oficina de confecção de pipas, desenhos e grafitis. No mesmo dia, aconteceu um mutirão de limpeza e capinagem no terreno do Cais. Durante a noite, foi realizada uma sessão dos filmes “Paz a esta Casa²⁸²”, “Falos e badalos²⁸³”, “Amor e Outras Construções ou uma Boca/que Abarcasse/Tanto Cu²⁸⁴” e “Em Trânsito²⁸⁵”. Na mesma noite, ainda, aconteceu uma aula pública com a advogada e professora Liana Cirne Lins sobre as ilegalidades do Projeto Novo Recife e show de Catarina Dee Jah. Na postagem de convite, publicada na página Resiste Estelita, também constava a lista de necessidade da ocupação que incluía água, alimentos, produtos de limpeza, dentre outros.

15.4 DIA 25 DE MAIO (DOMINGO)

O domingo 25 amanheceu com aulas de Yoga para o ocupantes. Ao longo do dia, foi realizada uma vasta programação cultural que contou com exposição de fotografias em varal, confecção de faixas e cartazes, uma edição do Lesbian Bazar e o Som na Rural. Para as 20h estava programada uma assembleia geral. Também data do dia 25 a publicação de uma nota pública escrita pelo Direitos Urbanos. No documento, o grupo faz um balanço da ocupação, partindo do dia 21 de maio, quando da demolição ilegal dos galpões. A partir daí, elenca cinco ações judiciais

²⁸² Filme de Kleber Mendonça Filho.

²⁸³ Filme de Anita Rocha da Silveira.

²⁸⁴ Filme de Gustavo Vinagre.

²⁸⁵ Filme de Marcelo Pedroso.

em que o Novo Recife é objeto e denunciam a falta de debate com a sociedade. Segue um trecho:

Dentre as ilegalidade do projeto estão a nulidade do leilão, a ausência de Plano Urbanístico exigido pela lei, a ausência de Estudo de Impacto Ambiental e de Estudo de Impacto de Vizinhança, ausência das licenças do DNIT, IPHAN e ANTT, para citar apenas algumas. Prova das irregularidades do projeto é que a obra tenha sido embargada pelo IPHAN e suspensa, por ordem da Justiça Federal. Diante da patente ilegalidade, ativistas em defesa do Cais e da Cidade, ocuparam a área, impedindo que a demolição se concretizasse e resguardando o objeto das ações judiciais em curso. Agiram para salvaguardar a lei e a ordem. [...] a ocupação é legítima.

15.5 DIA 26 DE MAIO (SEGUNDA-FEIRA)

No dia 26 de maio a programação de atividades da ocupação contou com uma aula pública do professor Tomás Lapa sobre planejamento urbano e irregularidades do Projeto Novo Recife e com o ensaio aberto dos músicos do projeto Magia Show.

Fotografia 21 - Aula pública do professor Tomás Lapa dentro da ocupação.



Foto: Direitos Urbanos

Também data do dia 26 de maio a publicação da “Carta ao Prefeito do Recife, Geraldo Júlio”²⁸⁶, hospedada no site de abaixo-assinados change.org. O documento critica o modelo urbanístico equivocado da cidade, que prejudica a mobilidade urbana e destrói a paisagem e a memória do Recife, e cita as ações judiciais e irregularidades do PNR. A carta se encerra com uma série de pedidos, dos quais destacamos: a prioridade para pedestres e transporte coletivo; prioridades aos espaços públicos; incentivo ao uso misto e preservação dos patrimônios histórico, ambiental e paisagístico do Recife; participação popular; estudos de impacto ambiental e de vizinhança e elaboração de um plano urbanístico para toda a área do Cais, considerando as sugestões e críticas da sociedade civil em audiências públicas. A carta contou com mais de 15mil assinaturas.

15.6 DIA 27 DE MAIO (TERÇA-FEIRA)

Na terça-feira, 27 de maio, foi convocada uma reunião aberta para o alinhamento de pensamentos e definições estratégicas. A atividade fazia parte de um desejo de construção coletiva, que extrapolasse os muros do Cais e que não se restringisse somente aos integrantes da ocupação.

Neste mesmo dia, escrevi um relato pessoal na minha linha do tempo do Facebook que, de uma maneira pontual, pode expressar como a ocupação reverberou em mim, enquanto sujeito daquele momento – e apontar, pela primeira vez aqui uma maneira mais subjetiva de entender o que estava sendo experimentado durante o acampamento. Nela, me afirmo em um processo de transformação pessoal, que chamo de “virar adulto”, em que me deparo com a dureza da vida – e as injustiças que a luta em torno do Cais nos apresentava –, mas reafirmo a possibilidade de amar e transformar, fruto de um processo coletivo de construção e desejo:

Hoje eu acordei me sentindo adulto. Há um tempo, com pesar, venho me sentindo assim: machucado de observar com essas novas lentes; vendo o tempo passar sem que haja transformação. Mas nessa manhã foi diferente. Imerso no processo de ocupação do Cais José Estelita, acordei me sentindo adulto de outra forma. Percebi que o tempo nos dá alguns aprendizados que podem ser usados para trazer benefício para o coletivo. Mais: tendo a

²⁸⁶ <https://docs.google.com/file/d/0B5TcXVFuMqYwY0hsbklYUtxWik/edit>.

convicção que, ainda que sendo adulto, é possível sorrir, brincar, amar e transformar.

15.7 DIA 28 DE MAIO (QUARTA-FEIRA)

Diante de um silêncio aberrante da imprensa local acerca de um fato de tamanho relevo, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Pernambuco – Sinjope – publicou no dia 28 de maio a nota oficial da Comissão de Ética intitulada “E se Cristina Tavares estivesse aqui hoje²⁸⁷”. A partir da trajetória de uma das jornalistas mais importantes do Estado, que dá nome ao principal prêmio de jornalismo local, o texto se pergunta retoricamente como ela reagiria à “subordinação de alguns veículos de comunicação de Pernambuco às estruturas do poder político e econômico”. Sobre o Estelita a nota afirma:

Há mais de uma semana, o terreno onde se pretende realizar o projeto Novo Recife encontra-se ocupado por manifestantes que se ressentem da falta de debate público sobre o projeto e, o que é mais grave, do silêncio de boa parte dos meios de comunicação sobre este mesmo debate. Acreditam os ativistas que nossos jornais, rádios e emissoras de tevê estão a serviço não do interesse público, mas do poder personalizado pelas empreiteiras que encabeçam o consórcio.

Recorrendo a artigos do código de ética dos jornalistas que versam sobre o direito fundamental do cidadão à informação e sobre a divulgação precisa destas, a nota direciona suas críticas aos donos de jornais e não aos jornalistas que, segundo o sindicato, são constantemente restringidos e ameaçados em seus ambientes de trabalho. “Não temos dúvidas de que Cristina estaria conosco!”, respondem ao final.

No mesmo dia, o coletivo “Jacaré Vídeo” publicou o vídeo “Ocupe Estelita – O projeto Novo Recife é ilegal?²⁸⁸” que inicia com a cartela: “Os veículos de comunicação locais não querem discutir o Projeto Novo Recife, querem simplesmente promovê-lo. Por isso, colocamos algumas perguntas que os jornais e TVs não fizeram aos integrantes do Movimento Ocupe Estelita”. Não nos ateremos ao conteúdo do vídeo, mas pontuamos aqui um movimento importante de autorrepresentação. Os vídeos, ao lado das redes sociais se configuraram com principal tática de comunicação do Ocupe Estelita, frente a uma mídia desfavorável.

²⁸⁷ <https://www.facebook.com/DireitosUrbanos/posts/731887046852888>.

²⁸⁸ <https://www.youtube.com/watch?v=g-tl0N7t5uc&feature=youtu.be>.

O conjunto de dados produzidos de maneira independente foi capaz de construir uma narrativa autônoma, capaz de furar os bloqueios impostos pela mídia corporativa.

15.8 DIA 29 DE MAIO (QUINTA-FEIRA)

Não por acaso, no dia seguinte à nota do Sinjope, a ocupação recebeu a aula pública “Direito à cidade e mídia” ministrada pelos jornalistas Ivan Moraes Filho e Patrícia Horta. A postura da mídia local havia se tornado um tema crucial para a ocupação.

Neste mesmo dia – e sobre o mesmo tema – foi publicada no portal de notícias da Carta Capital a matéria “O que a imprensa do Recife não conta sobre o Estelita²⁸⁹”, assinada pelas jornalistas Mariana Martins e Mariana Moreira, com o subtítulo “Grande parte dos veículos estaduais ignora a mobilização social contra o projeto Novo Recife e a ocupação nos armazéns do Cais José Estelita”. A análise das jornalistas aponta, ao final de sete dias de ocupação, um comportamento de “ignorar a mobilização social contra o Projeto Novo Recife e o acampamento permanente de dezenas de pessoas na área”. Segundo a análise de Martins e Moreira, apenas um dos três jornais da capital noticiou “linhas descontextualizadas sobre o fato. Nenhuma das matérias passava de seis parágrafos, insuficientes para contextualizar a história que existe desde 2008, e que em 2012 tomou novos rumos e ganhou novos atores”.

Além de, elas mesmas, fazerem uma contextualização, no intertexto “Breve contextualização (tentando dar conta do que a mídia não conta)”, o texto retorna para uma análise do material veiculado na imprensa local, desta vez online, e concluem:

as notícias sobre os manifestantes que montaram acampamento na área a ser demolida foram insignificantes, para não dizer inexistentes. [...] Dentro e fora do Recife, com exceção das redes sociais e blogs da imprensa alternativa, as pessoas seguem desinformadas sobre o que acontece em uma das áreas mais emblemáticas da cidade.

²⁸⁹ <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/cronica-de-uma-morte-anunciada-a-cobertura-do-ocupeestelita-em-pe-3964.html>.

Segundo elas, O Jornal do Commercio foi único dos três principais jornais locais a noticiar o fato. Em sua versão eletrônica, deu ao todo (do dia 21 ao dia 28), cinco matérias, sendo uma no dia 21, três no dia 22 e uma no dia 23. Nas edições eletrônicas dos jornais Diário de Pernambuco e Folha de Pernambuco, as buscas feitas por elas pelas palavras-chave “Estelita”, “Cais José Estelita” e “Ocupe Estelita” não obtiveram como respostas matérias entre os dias 21 e 27 de maio. As únicas cinco matérias do Jornal do Commercio, segundo análise das jornalistas

passam longe de informar sobre o que está acontecendo no Cais José Estelita e a mobilização contra o projeto Novo Recife. [...] De uma forma geral, as matérias do JC são curtas e citam apenas o IPHAN, a exposição de motivos do órgão para suspender as obras, e o Consórcio Novo Recife por meio de notas emitidas pelo grupo. O mesmo não foi feito com as notas divulgadas pelo outro lado.

O texto de Martins e Moreira levanta um fato importante, que o nosso próprio trabalho endossa. Ao contrário dos jornais locais, o G1 Pernambuco foi o site com matérias mais contextualizadas, trazendo depoimentos e a exposição de motivos dos manifestantes do Ocupe Estelita. Contudo, a postura da TV não foi a mesma, apontam.

Uma das matérias mais questionáveis do ponto de vista jornalístico foi a exibida no NE TV 1ª Edição do dia 24 de maio, com o título ‘Arquitetos do Novo Recife mostram vantagens do projeto para o Recife’. A matéria é uma propaganda do projeto, em que somente os arquitetos do consórcio falam sem que nenhuma opinião divergente tenha sido ouvida

Depois de três dias sem matérias sobre o fato, na tarde do dia 27, o NE TV 1ª Edição trouxe notícias das manifestações que ocorreram na véspera, no acampamento. O foco da cobertura foi o engarrafamento causado pela mobilização na avenida em que fica o Cais.

Ainda data 29 de maio a edição da festa “Lesbian Bar” e a emissão do mandato de reintegração de posse, essa sim, noticiada nos veículos da mídia corporativa G1 e JC. No G1, encontramos a notícia: “TJPE determina reintegração de área invadida no Cais José Estelita, Recife²⁹⁰”, sem assinatura, com o seguinte subtítulo: “Decisão é do desembargador-

substituto Márcio Fernando de Aguiar Silva. Ele ordenou a ‘retirada de invasores, com o apoio policial, se necessário’”. Lemos no G1 que o magistrado atendeu a um pedido feito pelo Novo Recife Empreendimentos, protocolado na segunda-feira (26 de maio) e que o Ministério Público já havia informado que recorrería da decisão.

A matéria publica trechos da nota pública da advogada Liana Cirne Lins, em que afirma que a decisão judicial era uma grave ameaça à democracia e à isenção do Poder Judiciário já que tratava-se de

notória supressão de instância [...] razão pela qual faremos representação ao Conselho Nacional de Justiça, para que verifique as circunstâncias excepcionais da concessão dessa medida liminar. [...] Apelamos para o bom senso e para a razoabilidade do nosso Judiciário estadual, para que não use da força contra a expressão pacífica do direito de manifestação, de fundamento constitucional, que não agride a posse do consórcio, já que é pública e notória a ausência de disputa possessória na área pelos ativistas.

Consta ainda na matéria o posicionamento do Ministério Público, através do promotor de Meio Ambiente, Ricardo Coelho. Ao G1, ele afirmou que a decisão é nula.

O TJPE [2º grau] não podia ter julgado esse recurso antes de ocorrer o julgamento no 1º grau, que é feito pelo juiz que está com a ação. O processo ainda está comigo e o MPPE tinha prazo legal até segunda-feira (2 de junho) para dar o parecer [...] Objetivo [do TJPE] foi certamente tirar o pessoal [os manifestantes do terreno] e, quando a nulidade for declarada, o pessoal terá saído e a segurança privada [do Consórcio Novo Recife] colocada para preservar a área

Desta matéria, destacamos por último a menção ao apoio de artistas ao movimento. Diversos deles haviam postado naqueles dias fotos nas redes sociais que demonstravam apoio ao Ocupe Estelita – a maioria deles, segurando cartazes e marcando a hashtag #ocupeestelita. Entre os nomes destacados pela matéria do G1 estão xs cantorxs Ney Matogrosso, Jorge Du Peixe, Marcelo Jeneci, Karina Buhr, Silvério Pessoa, Otto, Siba, Johnny Hooker, Clarice Falcão, o pianista Vitor Araújo e os atores Jesuíta Barbosa e Irandhir Santos. Fora eles, encontramos em nossa

²⁹⁰ <http://g1.globo.com/peernambuco/noticia/2014/05/tjpe-determina-reintegracao-de-area-invadida-no-cais-jose-estelita-recife.html>.

pesquisa ainda o apoio do ator José Celso Martinez Correia, das atrizes Leandra Leal e Patricia Pilar, da cantora Renata Rosa e do jornalista Xico Sá.

Fotografia 22 - Apoio de artistas ao movimento.



Fonte: Direitos Urbanos

No dia seguinte, o mesmo portal publicou: “Após decisão do TJPE sobre Estelita, manifestantes seguem acampados²⁹¹”, em que relata que a polícia até então não havia recebido o comunicado sobre a reintegração, assim como, que, na noite anterior, cerca de 300 pessoas estiveram presentes no local. Pela primeira vez, encontramos uma descrição sobre a dinâmica do acampamento publicada na imprensa local. Segundo o G1, naquela manhã “os manifestantes cozinhavam, cantavam músicas. [...] É possível ver muitas barracas, e os manifestantes improvisaram até uma cozinha, onde guardam os alimentos recebidos”.

O Sistema Jornal do Commercio, por sua vez, publicou a seguinte notícia no JC Online: “Desembargador ordena reintegração de posse de terreno do Cais José Estelita²⁹²”, sem assinatura e com o seguinte subtítulo: “Decisão foi divulgada na tarde desta quinta-feira. Manifestantes acampam no local desde o dia 21 de maio”. Nesta matéria, são elencados os argumentos do desembargador e dos advogados

²⁹¹ <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/05/apos-decisao-do-tjpe-sobre-estelita-manifestantes-seguem-acampados.html>.

²⁹² <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2014/05/29/desembargador-ordena-reintegracao-de-posse-de-terreno-do-cais-jose-estelita-129709.php>.

do Novo Recife²⁹³ e mencionam o ato “Negocia Prefeito”, quando, segundo eles, um grupo de cerca de 30 manifestantes saiu às ruas, interditando o Viaduto Capitão Temudo e Avenida Sul, por cerca de 20 minutos. “Nós lutamos para que o terreno do Cais seja utilizado para a construção de moradias populares e espaços de convivência para todos os recifenses e não apenas para o uso de um pequeno grupo”, afirmou um manifestante que não quis se identificar para o jornal. No Blog de Jamildo, também vinculado ao SJC, encontramos o post “Desembargador do TJPE concede reintegração de posse do terreno do Cais José Estelita²⁹⁴”

No contexto da emissão do mandato de reintegração de posse, a página do Resiste Estelita, publicou uma chamada geral de apoio, na noite do dia 29 de maio: “Galera, quem puder vir pra cá agora, venha! Pois foi emitido o mandato de reintegração de posse. Venham e chamem seus amigos. Precisamos da ajuda de vocês aqui para ocupar! Não vamos perder essa luta!!!!”, que teve 121 compartilhamentos. O resultado foi a chegada de mais de 300 pessoas, que se reuniram para fortalecer o movimento em caso de execução da reintegração de posse.

Ainda no mesmo dia, outra postagem versa sobre o ato de rua realizado no começo daquela noite - antes mesmo da notícia de reintegração de posse. O protesto, que requeria um posicionamento de Geraldo Júlio, até então em silêncio sobre o caso, parou o Viaduto Capitão Temudo e a Avenida Sul. Segue trecho da publicação:

Tentamos o diálogo com a Prefeitura e o Consórcio Novo Recife pelas vias institucionais em duas reuniões mediadas pelo Ministério Público. Na última reunião, representantes do consórcio não apareceram, assim como nenhuma pessoa com poder decisório da Prefeitura. Em resumo, não querem dialogar

A ida às ruas, segundo o texto, aconteceu sem qualquer relato de violência. Foram exibidos cartazes e gritadas palavras de ordem. Destacamos ainda, da nota, uma pequeno balanço que o movimento fez sobre os primeiros dias da ocupação:

Quase dez dias se passaram desde o início da ocupação. Realizamos aulas públicas, oficinas, mostras de filmes, produções artísticas, além de termos

²⁹³ Segundo nota do Consórcio, o Novo Recife “possui autorização expressa da Prefeitura da Cidade do Recife para realizar reformas e demolições no referido imóvel, mas, que em 21/05/2014 foi privado do exercício pleno de seus direitos de propriedade por um grupo indeterminado de pessoas, que ameaçaram invadir o imóvel e nele adentraram para impedir a execução de determinados serviços”.

²⁹⁴ <http://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2014/05/29/desembargador-do-tjpe-concede-reintegracao-de-posse-em-terreno-do-cais-jose-estelita/>.

estabelecido diálogo com as comunidades do entorno do cais. O movimento #OcupeEstelita vem ganhando força como nunca. O momento de pressionar o poder público é agora! Fazer valer o que ordena a lei e o que é legítimo para as pessoas que vivem a cidade, exigindo uma alternativa sustentável ao Projeto Novo Recife, que contemple o uso social da área e todas as suas demandas.

15.9 DIA 30 E MAIO (SEXTA-FEIRA)

A sexta-feira amanheceu em clima tenso sob a notícia de que o desembargador, que havia concedido a reintegração de posse, dera entrevista afirmando que a desocupação aconteceria naquele dia. A página Resiste Estelita fez outra publicação em que convocava as pessoas para o Cais. Desta vez, o post contou com 97 compartilhamentos. Em seguida, na mesma página, encontramos um pronunciamento de permanência no local, a despeito do mandado judicial, intitulado “Continuamos Resistindo”. No texto, xs ocupantes definem a sentença de reintegração de posse como ilegal: “Ocupamos porque acreditamos na necessidade do diálogo. Permanecemos ocupando porque continuamos acreditando nas vias democráticas de resolução deste conflito”, diz um trecho. Até aquele momento, segundo o comunicado, nenhum oficial de justiça havia ido na ocupação. As atividades seguiram normalmente ao longo do dia, quando foi exposta a série fotográfica “Os desaparecidos da Ditadura Militar” do fotógrafo argentino Gustavo Germano.

*

No mesmo dia 30, a Folha de São Paulo publicou a reportagem “Entenda a ‘guerra’ que agita Recife às vésperas da Copa do Mundo²⁹⁵”, assinada por Daniel Carvalho, em que faz uma contextualização do Movimento, desde o leilão até a ocupação. A matéria entrevista Leonardo Cisneiros e o estudante de cinema Matheus Beltrão, por parte do movimento, e publica partes de comunicados do Consórcio. “Há uma semana, dezenas de ativistas estão acampados no terreno. Eles montaram uma cozinha, fazem coleta seletiva do lixo e desenvolvem atividades culturais. Cerca de 60 manifestantes dormem em 30 barracas”, lê-se, em trecho que o repórter se dedica a descrever a o acampamento. Outro ponto destacado é a adesão dxs artistas.

²⁹⁵ <https://brasil.blogfolha.uol.com.br/2014/05/30/entenda-a-guerra-que-agita-o-recife-as-vesperas-da-copa-do-mundo/>.

Diante do posicionamento da mídia local, a matéria foi comemorada pela página Resiste Estelita que publicou o seguinte comentário sobre a matéria: “Enquanto a imprensa de Pernambuco se cala num sistema de ‘liberdade de expressão’, a Folha de São Paulo Reporta o conflito entre uma cidade para todos versus uma cidade para poucos”.

A partir do mote da expedição do mandado de reintegração de posse, a Rede Globo entrou pela primeira vez na ocupação. Na matéria, exibida no dia 30 de maio, na 1ª edição do jornal local NETV²⁹⁶, o âncora faz breve contextualização e o repórter entrevista o publicitário Sérgio Urt. O integrante do movimento afirma que o projeto não foi debatido com a sociedade e que o Ocupe Estelita pleiteia um projeto para a população e de uso misto. Na mesma matéria, vemos ainda o registro do momento em que os ocupantes interceptam a passagem do Trem do Forró e estendem faixas de protestos em cima dos vagões. No mesmo dia, pela manhã, a emissora veiculou uma nota coberta no Jornal Bom Dia Pernambuco, em que o âncora apenas noticia a emissão do mandado²⁹⁷.

Em relação à cobertura da globo, destacamos o vídeo feito por integrantes da ocupação no qual todo o processo de reportagem da Globo é documentado. Hospedado no Youtube, o “O que a Globo não mostra – Ocupe Estelita²⁹⁸”, publicou na íntegra as falas cortadas pela emissora. Em cena emblemática, vemos a câmera de um ocupante de rosto coberto apontada para a câmera da globo. Como duas armas, as câmaras se enfrentam e, metaforicamente, mostram uma disputa que perpassa fortemente os mecanismos de representação e o poder exercido pelas mídias. Ainda neste campo da subversão de papéis – quem representa quem – ao final do vídeo, vemos um ocupante entrevistando a repórter. Ela se nega a responder as perguntas.

Fez parte das ações do Ocupe Estelita nos primeiros dias da ocupação a elaboração de vídeos explicativos. Em uma série de quatro, feitos em parceria entre Pedro Severien e a produtora Jacaré Filmes, os episódios eram norteados a partir de uma pergunta feita a um dos membros do Ocupe Estelita. Em 25 de maio foram lançados no Youtube os vídeos “O #Ocupe Estelita promoveu uma invasão?²⁹⁹”, em que entrevista o assistente social Rud Rafael e “O #OcupeEstelita defende que o Cais fique abandonado?³⁰⁰”, em que entrevista a socióloga Ana Paula Portella. No

²⁹⁶ <https://globoplay.globo.com/v/3383899/>.

²⁹⁷ <https://globoplay.globo.com/v/3383899/>.

²⁹⁸ <https://www.youtube.com/watch?v=IM83wYIVII8&feature=youtu.be>.

²⁹⁹ <https://www.youtube.com/watch?v=TrtO505ZXYU>.

³⁰⁰ <https://www.youtube.com/watch?v=5cOz9XooMzs>.

dia 27 foi lançado o vídeo “O #OcupeEstelita é contra a geração de empregos?”³⁰¹, em que entrevista a fotógrafa Ana Lira e, no dia 28, “#OcupeEstelita – O Projeto Novo Recife é ilegal”³⁰², em que entrevista a advogada Liana Cirne Lins. Também fizeram parte das estratégias de comunicação do movimento transmissões ao vivo, através do canal Bambser.com/channel/ocupeestelita.

No mesmo dia 30, o Ocupe Estelita escreveu uma nota de pressão ao prefeito Geraldo Júlio, que, passados 9 dias de ocupação ainda não havia se pronunciado a respeito do tema, tampouco aberto qualquer canal de diálogo com os ocupantes: A “Nota do acampamento do #OcupeEstelita” afirmava “Geraldo Júlio: Cabe a ele, sim” e enfatizava a hashtag #negociaprefeito.

15.10 DIA 31 DE MAIO (SÁBADO)

No dia 31, encontramos registro da aula pública ministrada pelo professor de cinema Paulo Cunha, com o tema “Memória, cinema e cidade”. Sábado também foi o dia em que foi publicado o vídeo “#OcupeEstelita – Por que o mandado de reintegração de posse é ilegal?”³⁰³, no qual a advogada Liana Cirne Lins explica as irregularidade jurídicas do processo. Ela argumenta que o recurso que gerou a reintegração de posse não poderia seguir porque violava o princípio da irrecorribilidade dos despachos, assim como suprimia a instância do 1º grau, caracterizando um juízo de exceção.

15.11 DIA 1 DE JUNHO (DOMINGO)

O primeiro domingo de junho foi marcado pela realização do evento Ocupe Estelita +2, em referência aos dois anos desde a primeira ocupação, realizado em 15 de abril de 2012. Vale frisar que o evento já estava sendo planejado quando se iniciou a demolição dos galpões e, consequentemente o acampamento no terreno.

O evento criado no facebook intitulado “#OcupeEstelita2014 - Pelo Nosso Recife”³⁰⁴ contou com 5 mil intenções de presença e quase 800 postagens em seu mural de discussão. Na programação estavam incluídos shows de Karina Buhr, Siba, Lia de Itamaracá, Canibal e Bongar, Lucas dos Prazeres, Junio Barreto, Erasto Vasconcelos, entre outros, recebidos no “palco” do Som na Rural. Além das

³⁰¹ <https://www.youtube.com/watch?v=5cOz9XooMzs>.

³⁰² <https://www.youtube.com/watch?v=g-tl0N7t5uc&feature=youtu.be>.

³⁰³ https://www.youtube.com/watch?v=ihZLKy8Vz_8&feature=youtu.be&app=desktop.

³⁰⁴ https://www.facebook.com/events/770507129633933/?active_tab=discussion.

atrações musicais, compunham a programação oficinas, rodas de diálogo, intervenções e o “Ocupinho”, programação para crianças.

Encontramos cobertura do evento no portal Leia Já, JcOnline, nO Grito e na Globo. NO Grito³⁰⁵, numa reportagem repletas de fotos e vídeos, encontramos a informação de que havia cerca de 10mil pessoas no evento. “O palco também foi usado por integrantes do movimento para fazer cobranças às autoridades sobre a situação, sobretudo ao prefeito Geraldo Júlio”, lemos.

Imagem 15 - Cartaz de divulgação do #OcupeEstelita + 2

**KARINA BUHR .
SIBA . CANIBAL .
LIA DE ITAMARACÁ**
DJ (até as 15h)
Som na Rural (a partir das 15h)
Banda ocupe e convidados

OFICINAS
matroginástica • tecido acrobático e malabares
• reutilização/reciclagem de pet • fotografia
artesanal • yoga • meditação/respiração •
workshop de arquitetura e urbanismo

RODAS DE DIÁLOGO
comunicação • trabalho informal • um olhar
feminino sobre o Recife • diálogo sobre
intervenção junto à ONG paulista que revitalizou
o minhocão • recital

OCUPINHO
Feira de livros • Oficina de pipa • Contação de
histórias • Brincadeiras de rua

INTERVENÇÕES
Praias do Capibaribe • Grafite • Exposição
“um outro olhar sobre a copa” • Olho coletivo •
Varal fotográfico PFC • Troça • Cinema na kombi

BEBIDAS E ALIMENTAÇÃO
Ambulantes • Bar de moradores •
Culinária vegana

LIXO
Coleta de recicláveis

OCUPE +2
1º DE JUNHO CAIS JOSÉ ESTELITA
A PARTIR DAS 9H

Fonte: Blog do Direitos Urbanos

No JcOnline³⁰⁶, encontramos a matéria “Domingo de atividades culturais e shows de Karina Buhr e Siba no Cais José Estelita”, com o subtítulo “Milhares de pessoas participaram do movimento Ocupe Estelita contra o projeto Novo Recife na forma como foi concebido”. No texto, sem assinatura, encontramos uma breve

³⁰⁵ <http://revistaogrito.com/karina-buhr-e-uma-das-atracoes-do-ocupe-estelita-neste-domingo/>.

<http://revistaogrito.com/cobertura-ocupe-estelita-reune-milhares-de-pessoas-com-shows-grafite-e-oficinas/>.

³⁰⁶ <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/regional/noticia/2014/06/01/domingo-de-atividades-culturais-e-shows-de-karina-buhr-e-siba-no-cais-jose-estelita-129924.php>.

contextualização do movimento (“Os ativistas do movimento estão acampados no local desde o último dia 21. Eles protestam contra a implantação na área do Projeto Novo Recife, que prevê a construção de um complexo imobiliário no terreno instalado ao longo do Cais José Estelita, no Centro da capital”) e uma cobertura do evento, com destaque para os shows de Karina Buhr e Siba. ““Vim de São Paulo porque eu apoio o movimento. Tem um monte de outros projetos que são melhores, que podem trazer a convivência entre o espaço público e o privado”, disse Karina Buhr, segundo registro do jornal. Em busca de falas dos ocupantes, o JcOnline me entrevista e seleciona a seguinte fala, creditada a mim: “A gente está muito feliz com tudo isso. Representa a adesão popular à causa e mostra que esse espaço tem vocação natural para receber as pessoas, para o uso coletivo. Mostra que o movimento não acontece apenas na internet e que há a ocupação na vida real também”. “Já tivemos palestras de professores além de exibição de filmes em outras noites”, lê em outro trecho também creditado a mim. Segundo o JC Online, o número de pessoas se aproxima a 5 mil.

O Leia Já³⁰⁷ descreve o Cais como um ponto de efervescência cultural, onde, naquele domingo, a partir da 9h, aconteceram atividades marcando força contra o Projeto Novo Recife. Nessa matéria, o estima-se o público de 5 mil pessoas. A reportagem entrevista a advogada Nathália Brito, que foi com sua filha para o evento, que afirmou ““Aqui não é lugar de torre e de parede. Este espaço é público e nos queremos visitar o Cais justamente para promover este momento tão bonito de comunidade”. Também na matéria, lemos a fala do cantor Silvério Pessoa, que afirmou declarou: “Este é um movimento pacífico, mas não passivo, onde todos procuram demonstrar essa angústia em busca de uma cidade menos elevada e mais plana”, Já Karina Buhr, também esntrevistada afirmou: “Temos que conseguir forças para seguir com o movimento até o fim. Isso que acontece agora já é uma mudança, todos aprendem muito todo dia com o Ocupe”. Por último, o porta Leia Já também destaca a fala do cantor Canibal e de Roger de Renor: “Tá todo mundo se divertindo e ocupando o Estelita da sua própria forma. Pernambuco é um estado conhecido pelas suas lutas sociais e cultura. Por isso, nada mais justo do que unir esses dois pontos tão singulares em uma causa”, afirma Canibal. “O Som na Rural é um difusor deste movimento, funciona como um megafone dessa história. Queremos que esse projeto seja discutido pela primeira vez com a população”, disse Roger. A matéria ainda dá voz a Sérgio Urt: “Na quarta-feira da semana passada éramos cinco

307

<http://www.leiaja.com/noticias/2014/06/01/cerca-de-5-mil-pessoas-ocupam-o-estelita-neste-domingo-1/>.

peessoas. Hoje, somos cinco mil. Estamos tomando conta da cidade e não vamos desistir dessa causa”, lemos na matéria.

O posicionamento do Consórcio Novo Recife foi explanado através de nota. Selecionamos o seguintes trechos, em que se afirma aberto ao diálogo:

O Novo Recife está aberto ao diálogo, mas não pode permitir que sejam feitos ataques de natureza pessoal contra seus executivos e qualquer pessoa na cidade que declare seu apoio ao projeto. Além disso, os críticos do projeto precisam entender a existência de uma ordem jurídica e legal que deve ser respeitada. A Justiça de Pernambuco já se posicionou favorável à reintegração de posse, as autoridades entendem que o momento é de diálogo, o Novo Recife está aberto a qualquer conversa madura sobre este tema.

A Rede Globo local exibiu duas matérias de cobertura do evento. A primeira, de três minutos, no Bom Dia Pernambuco, a segunda³⁰⁸, uma edição reduzida da primeira, veiculada no NETV 1ª edição, com 2 minutos. No Jornal da manhã³⁰⁹, a matéria é anunciada pela âncora com o seguinte texto:

Domingo de música e arte nos armazéns do José Estelita. O evento foi organizado pelos manifestantes que são contrários às demolições dos galões do Cais. Desde o dia 21 de maio eles estão acampados lá para protestar contra o Projeto Novo Recife, que prevê a construção de 12 prédios de 40 andares e também um parque por lá”.

A matéria reporta exposições, debates, oficinas e músicas e entrevista a cantora Karina Buhr, a mim e a Liana Cirne Lins como porta-vozes do movimento. “A gente quer tornar o espaço público e fazer com que seja usado da melhor forma pela população. Não vai sair de dentro da ocupação uma resposta concreta, mas sim um desejo de retomada de uma discussão coletiva e pública”, é o trecho utilizado da minha fala, na reportagem. Já Liana Cirne Lins denuncia as ilegalidades, enumerando as faltas de pareceres do Iphan, Dnit e Antt. Liana. “Não foram realizadas as audiências públicas previstas em lei. Isso é ilegal e ruim do ponto de vista político”, afirmou para a Globo.

O próprio movimento fez transmissões de vídeo ao vivo.

³⁰⁸ <https://globoplay.globo.com/v/3389507/>.

³⁰⁹ <https://globoplay.globo.com/v/3387647/>.

Em matéria veiculado no Bom Dia Pernambuco, da Rede Globo³¹¹, no dia 3 de junho, Alexandre da Maia declara: “Não ficou definida nenhuma data. A gente vai tentar reverter a ordem judicial que foi concedida”.

*

Também neste dia 2 de junho foi divulgada uma lista com a adesão de 107 professores da UFPE, oriundos de diferentes departamentos. O abaixo-assinado reuniu assinaturas dos docentes a favor da ocupação no Estelita e contra as irregularidades do Projeto Novo Recife³¹². Destacamos o seguinte trecho do texto do abaixo-assinado:

Entendemos que esta é a hora de externalizarmos uma vez mais nosso repúdio a este tipo de ‘proposta de urbanização’ elitista, excludente e voltada prioritariamente ao enriquecimento das construtoras, e de apoiarmos todas as iniciativas civis contrárias à sua consolidação. Defendemos um projeto de urbanização que seja inclusivo e que respeite a memória e o patrimônio arquitetônico e arqueológico da cidade do Recife.

15.13 DIA 3 DE JUNHO (TERÇA-FEIRA)

A terça-feira, 3 de junho, marcou o início da negociação na Prefeitura. Neste dia foi realizada uma reunião com representantes do Movimento Ocupe Estelita em conjunto com seis entidades da cidade: o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU-PE), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PE), o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea-PE), as universidades Federal de Pernambuco (UFPE) e Católica (Unicap) e o Movimento Observatório do Recife. Eu estive presente enquanto um dos representantes do Ocupe Estelita, ao lado de Cristina Gouvêa, Leonardo Cisneiros, Liana Cirne Lins, Milton Petruczok e Alexandre Silva e três pessoas que ficaram responsáveis pelo registro³¹³ - Rennan Peixe, Vitor Araripe e Otho Paiva.

Por parte da Prefeitura, além do prefeito Geraldo Julio, estiveram na reunião o vice-prefeito, Luciano Siqueira, e os secretários de Governo e Participação Social,

³¹¹ <https://globoplay.globo.com/v/3390141/>

³¹² <https://www.facebook.com/DireitosUrbanos/photos/a.475452062496389.100475.361724513869145/734233226618270/?type=3&theater>

³¹³ A transmissão ao vivo ainda encontra-se disponível neste link: <http://twitcasting.tv/midianinja/movie/68775817>

Sileno Guedes, de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Antônio Alexandre, de Assuntos Jurídicos, Ricardo Correia, de Mobilidade e Controle Urbano, João Braga, de Juventude e Qualificação Profissional, Jayme Asfora, e de Meio Ambiente e Sustentabilidade, Cida Pedrosa.

Na noite do mesmo dia, foi publicada na página Resiste Estelita uma relatoria da reunião. Nela, o movimento afirma a impressão de que todas as instituições se mostraram favoráveis a reabertura de um diálogo sobre o que vai ser feito com o terreno do Cais José Estelita:

“As entidades foram consensuais em defender aquele espaço como essencial para a cidade em seu todo e que, sendo assim, seu uso deve ser em benefício da Cidade”

Fotografia 23 – Reunião de negociação com a prefeitura



Foto: Andréa Rêgo Barros/ PCR)

A pauta levada pelo movimento para a reunião consistia, segundo o relato, em suspensão de todo o processo em curso até que seja esgotado o debate público; realização de audiências públicas efetivas; garantia de que o espaço seja destinado 30% para moradia popular e garantia da legalidade da ocupação - livre permanência e trânsito de pessoas e alimentos. O Ocupe Estelita também sugeriu o acréscimo de outras duas entidades na negociação: O Fórum Estadual de Reforma Urbana (FERU) e o Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social (Cendhec). No relato da página Resiste Estelita lemos ainda a demanda do movimento pela

anulação do processo administrativo que aprovou o Novo Recife, que seria possível segundo o artigo 196 da Lei de Edificações³¹⁴.

O resultado mais concreto da reunião foi a suspensão do alvará de demolição, como consta em notícia publicada no próprio site da Prefeitura, publicada no mesmo dia, intitulada “PCR suspende alvará de demolição dos armazéns do Cais José Estelita³¹⁵”. Segundo a matéria, durante o encontro, o prefeito também se colocou como mediador na negociação com o consórcio responsável pelo projeto Novo Recife.

Outras reunião ficaram firmadas. A primeira, na quinta-feira (5), entre a Prefeitura do Recife e as empresas que integram o projeto; e a segunda na sexta-feira (6), entre a PCR e os Ministérios Públicos Estadual e Federal. Os dois encontros contariam com a presença das entidades e instituições que acompanharam a reunião com o movimento. Ao final dessa primeira rodada, haveria uma nova mesa de negociação, desta vez, com todos os envolvidos, incluindo os integrantes do Movimento Ocupe Estelita.

Na matéria, encontramos a seguinte declaração de Geraldo Júlio:

O encontro foi muito produtivo. Daqui, nós tiramos o encaminhamento do que devemos fazer para priorizar o diálogo com todos os envolvidos. Nesse encontro ficou claro a nossa capacidade de diálogo, a forma democrática como conduzimos a cidade e o compromisso que temos com o futuro de um Recife que a gente quer que se torne melhor para se viver. O Recife tem um histórico de ausência de planejamento urbano e não é isso que desejamos.

No NETV 1ª edição³¹⁶, a Rede Globo noticiou a reunião que durou quatro horas e meia, na qual jornalistas não foram autorizados a entrar. A rede Globo deu destaque à suspensão da licença de demolição por parte da Prefeitura.

15.14 DIA 4 DE JUNHO (QUARTA-FEIRA)

Destacaremos do dia 4 de junho a realização da oficina de danças populares, ministrada por Ednaldo Silva, às 14h, e a exibição do filme *Petit à Petit*, de Jean

³¹⁴ Segundo a lei, cabe cancelamento quando for constatado engano na sua aprovação, por parte do Município.

³¹⁵ <http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/03/06/2014/pcr-suspende-alvara-de-demolicao-dos-armazens-do-cais-jose-estelita>

³¹⁶ <https://globoplay.globo.com/v/3391328/>

Rouch, às 20h. Também naquela quarta-feira, foi publicada a reportagem “Ocupe Estelita: o movimento de uma cidade contra as empreiteiras³¹⁷”, na revista Carta Maior, que define o Ocupe Estelita como uma mobilização social na cidade do Recife que expõe o escândalo da separação entre desenvolvimento capitalista e democracia. O texto assinado por Luiz Carlos Pinto perpassa por temas como urbanismo, Justiça, política. A reportagem faz uma arqueologia complexa tanto do Projeto Novo Recife quanto do Movimento Ocupe Estelita de maneira investigativa.

Imagens 17 - Cartazes publicados na página Resiste Estelita



Fonte: Página do Facebook Resiste Estelita

15.15 DIA 5 DE JUNHO (QUINTA-FEIRA)

No dia 5 de junho aconteceu na ocupação a aula pública “O espaço público e o privado” ministrada pela professora Maria Eduarda da Mota Rocha, às 19h.³¹⁸

³¹⁷ <https://www.cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FPolitica%2FOcupe-Estelita-o-movimento-de-uma-cidade-contra-as-empreiteiras%2F4%2F31086>

³¹⁸ Maria Eduarda da Mota Rocha é a orientadora deste trabalho

Imagem 18 – Cartaz da Aula Pública "O Espaço Público e o privado"



Fonte: Página do Facebook Resiste Estelita

Fotografia 24 – Aula Pública "O Espaço Público e o privado"



Foto: flickr.com/direitosurbanos.

15.16 DIA 6 DE JUNHO (SEXTA-FEIRA)

No dia 6 de junho, estive na ocupação o DJ Ricardo Alves. Também é desta data um incidente de violência relatado pelo blog Mídia Capoeira³¹⁹. Na tarde daquela sexta-feira funcionários da Prefeitura do Recife retiraram moradores em situação de rua da área abaixo do Viaduto Joana Bezerra. Um dos integrantes da

³¹⁹ <https://midiacapoeira.wordpress.com/2014/06/06/acao-higienista-da-prefeitura-termina-em-violencia/>

ocupação interveio em favor dos desabrigados e foi golpeado por uma foice na região da cabeça por um dos funcionários da prefeitura.

15.17 DIA 7 DE JUNHO (SÁBADO)

No dia 7 de junho foi realizada na ocupação a formação “Nós, mulheres na cidade”, oferecida pela Ong SOS Corpo. No mesmo dia, a ocupação recebeu as oficinas de malabares e de meditação. Consta na página do Resiste Estelita a visita da cantora Zélia Duncan e uma roda de coco comandada pelo grupo Bongar.

Imagem 19 – Divulgação da formação "Nós, mulheres na cidade"



Fonte: Página do Facebook Resiste Estelita

15.18 DIA 8 DE JUNHO (DOMINGO)

Neste domingo, assim como no anterior, a ocupação recebeu atrações musicais que atraíram milhares de pessoas. Desta vez, se apresentaram no “palco” do Som na Rural o cantor Otto, o grupo de coco Bongar e o Dj Dolores. Além de música, o domingo contou com oficinas, outra edição do “Ocupinho” e um cinedebate conduzido pelo realizador Kleber Mendonça Filho.

O portal G1 de notícias realizou cobertura do evento. Em matéria intitulada “Otto atrai multidão para o Movimento Ocupe Estelita, no Recife³²⁰” a reportagem afirma que os artistas têm abraçado a causa do movimento contrário ao Novo Recife. O cantor chegou a afirmar que, “depois do movimento Mangue, essa é a primeira

³²⁰ <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/06/otto-atrai-multidao-para-o-movimento-ocupe-estelita-no-recife.html>

vez, em 15 anos, que todos nós, cantores e músicos, nos reunimos por uma causa do Recife”. A TVJC registrou e transmitiu o show de Otto³²¹.

Imagem 20 – Cartaz de divulgação do Ocupação



Fonte: Página do Facebook Resiste Estelita

Neste dia 8 de junho eclodiram duas denúncias de censura no jornalismo. A primeira, feita pelo professor Paulo Cunha relatava a recusa de publicação do artigo do economista Clóvis Cavalcanti que tinha o Ocupe Estelita como objeto. Colaborador do Diário de Pernambuco desde 1999, até então, o DP nunca havia vetado nenhum texto dele. A segunda, partiu da jornalista Patrícia Horta, que trouxe à tona a censura ao texto do reitor da UFPE Anísio Brasileiro no Jornal do Commercio. Segundo relata a jornalista, no seu perfil pessoal, o texto do reitor, encaminhado à página de Opinião do JC não foi aceito para publicação. Desde que assumiu o cargo, Brasileiro enviava mensalmente um artigo para a sessão do jornal. Nenhum havia deixado de ser publicado. No texto, o reitor se posicionava favorável ao Ocupe Estelita.

³²¹

<https://www.youtube.com/watch?v=fmP5O4z6E3E>

15.19 DIA 9 DE JUNHO (SEGUNDA-FEIRA)

Consta desse dia, a realização da roda de diálogo “Conjuntos habitacionais e campos de concentração: reflexões sobre a gentrificação e controle social”

15.20 DIA 10 DE JUNHO (TERÇA-FEIRA)

Consta desse dia, a realização da roda de diálogo com o Centro de Trabalho e Cultura.

15.21 DIA 11 DE JUNHO (QUARTA-FEIRA)

Segundo relata a página Resiste Estelita, neste dia 11, foi realizada atividade da Escolinha Estelita de alfabetização e a aula pública “O imaginário da resistência”, ministrada pelo professor Eduardo Duarte.

15.22 DIA 12 DE JUNHO (QUINTA-FEIRA)

A quinta-feira, 12 de junho, seria o dia da segunda rodada de negociação na Prefeitura. O único que registro que encontramos, desta vez, foi o uma relatoria publicada na página do Resiste Estelita em que temos o indicativo do cancelamento desta reunião. No texto, os ocupantes se dizem intencionados à negociar, mas não vêm as outras partes com o mesmo interesse.

O Consórcio, em reunião que aconteceu em 05 de junho, sem a nossa presença, declarou intenção de negociar e de revisar o projeto. Entretanto, depois disso, contrariando a premissa de toda e qualquer negociação de boa fé, o Consórcio veiculou propaganda em que defende o mesmo projeto Novo Recife que admitiu revisar. E o Prefeito DESCONTINUOU A RODADA DE NEGOCIAÇÃO INICIADA e não cumpriu a promessa feita na reunião de suspender todos os processos administrativos concernentes ao Projeto Novo Recife, colocando em dúvida suas reais intenções. Requeremos RETOMADA IMEDIATA DA NEGOCIAÇÃO e que a próxima reunião seja marcada para segunda-feira, com TODOS OS PARTICIPANTES. E que o Prefeito tome atitudes claras para preservar o processo de negociação e comprometer o Consórcio Novo Recife com ele.

Na mesma nota, o Movimento Ocupe Estelita afirma que a Prefeitura deve suspender quaisquer projetos para a área até o final da negociação, conforme o acordo firmado na reunião do dia 2 de junho.

15.23 DIA 13 DE JUNHO (SEXTA-FEIRA)

Na sexta-feira, 13 de junho, foi realizada a prática coletiva de meditação, conduzida por Antonio Guinho e a roda de conversa sobre patrimônio ferroviário.

15.24 DIA 14 DE JUNHO (SÁBADO)

No Sábado, às 16h foi realizada a palestra “Movimentos sociais democráticos e de resistência popular”, conduzida por Paulo Santos.

Imagem 21 – Cartaz de divulgação da palestra “Movimentos sociais democráticos e de resistência popular”



Fonte: Página do Facebook Resiste Estelita

15.25 DIA 15 DE JUNHO (DOMINGO)

O domingo, 15 de junho, como nos dois anteriores, foi marcado por um evento de maior porte. Dessa vez, a atração principal foi o bloco carnavalesco “Eu acho é pouco” que desfilou à tarde, concentrando às 13h e saindo às 15h. Além do bloco, a ocupação recebeu também a apresentação de Hip-hop de Rimocrata e Pixote Manjestyle e convidados e a mostra de fotografias de alunos da Unicap.

Imagem 22 – Cartazes de divulgação domingo 25/6



Fonte: Página do Facebook Resiste Estelita

No mesmo dia também foi realizada, pela manhã, a Oficina de Confecção de Livros Artesanais, ministrada pelo poeta e escritor Wellington de Melo e apresentação do grupo percussivo “Flores do Monte”.

15.26 DIA 16 DE JUNHO (SEGUNDA-FEIRA)

Na sexta-feira, dia 16, foi realizada a aula pública “Arte e cidade: experiências de encontro e confronto”, ministrada pelo curador e crítico de arte Moacir dos Anjos³²². Esta aula inspirou a presente pesquisa.

³²² Moacir dos Anjos é coorientador deste trabalho.

Imagem 23 – Divulgação da aula pública “Arte e Cidade”



Fonte: Página Facebook Resiste Estelita

Fotografia 25 – Registro da aula pública “Arte e Cidade”



Foto: Direitos urbanos

15.27 DIA 17 DE JUNHO (TERÇA-FEIRA)

Às 5h30 da manhã da terça-feira, 17 de junho, dia de jogo do Brasil contra o México na Copa do Mundo de 2014, fui acordado por uma ligação de uma amiga. Desde que a ocupação começara, dormia sempre com o celular colado a mim, no modo vibrar e tocar e não largava-o em nenhum momento. O clima de urgência trazia um sentimento generalizado de tensão em todos os ocupantes. O que temíamos, qualquer um envolvido no Movimento Ocupe Estelita, era a reintegração de posse. Com os olhos entreabertos, atendi de supetão, com o coração acelerado. O batalhão de choque acabava de chegar no Cais José Estelita para realizar a expulsão daqueles que estiveram lá por 26 noites. Sem sequer escovar os dentes, pedi imediatamente um táxi e, com minha câmera fotográfica, me encaminhei para o Cais. O Viaduto das Cinco Pontas estava interditado, pela polícia, barrando a principal via de acesso ao local. Pedi para o motorista desviar e seguir pela Avenida Imperial e em seguida, desci apressadamente margeando o muro de entrada, na Avenida Sul. Por um buraco, entrei e me deparei com a cavalaria, do meu lado direito e os ocupantes do meu lado esquerdo, formando uma trincheira de batalha.

Fotografia 26 - Reintegração de posse. Momento em que cheguei ao Cais.



Foto: Chico Ludermir.

No momento em que cheguei, por volta das 6h da manhã, o conflito ainda não tinha enveredado para violência física. Os manifestantes haviam transferido suas barracas para a cima dos trilhos do trem, compondo a trincheira. O político do Psol, Edilson Silva, encontrava-se no meio, entre a cavalaria e os ocupantes, tentando fazer uma mediação que, ao lançar da primeira bomba de efeito moral, se mostrou insuficiente. Liguei a câmera³²³ e, a partir de então, filmei cada trecho da barbárie que foi a reintegração de posse.

A cavalaria avançou sobre os trilhos do trem, sobre os ocupantes. Na porta de entrada registrei um ocupante negro que gritava “isso é governo? Isso é governo? Acha isso certo?”. Me aproximei do conflito, ainda com a câmera ligada, quando um policial jogou em minha direção mais outra bomba. Do meu registro, escuto as pessoas ao meu lado gritarem: “Eles estão jogando bomba na gente!” e outras 30 pessoas, agrupadas, gritarem o grito de ordem dos movimentos de ocupação: “Ocupar, resistir” com uma força que eu nunca tinha ouvido, por diversas vezes. Reagrupados, ouvimos outra voz gritar: “estamos aqui pacificamente para, logo em seguida, ouvirmos mais uma sequência de explosões de bombas, jogadas em nossa direção pelo batalhão de choque, dessa vez, de gás lacrimogêneo, fazendo nossos

³²³ <https://www.youtube.com/watch?v=gth04lrEDC4> – Vídeo que publiquei com as cenas da reintegração de posse, sob o título “A reintegração de posse de forma crua”.

olhos queimarem. Entre gritos de “protejam os olhos” e “não dispersa”, escutamos na filmagens, gritos de dor e horror. Os policiais, sem cessar as bombas, começaram a atirar com balas de borracha. O barulho das bombas, cada vez mais perto de nós, era assustador e ensurdecedor.

Com a câmera na mão, corro, deixando a imagem tremer bruscamente. E grito a plenos pulmões: “Terroristas! Terrorismo de Estado”. Ao meu lado, um grupo de pessoas puxa um coro de “Governo fascista, polícia terrorista”, enquanto o batalhão de choque, com escudos empunhados, empurra os ocupantes para fora. Alguns deles usam spray de pimenta em direção às pessoas.

Enquanto saíam da ocupação, os ocupantes continuaram sendo alvejados pelas costas e alguns manifestantes foram espancados por vários policiais. Um deles cai no chão com um manifestante. A advogada do movimento, Liana Cirne Lins, foi empurrada e golpeada com um cassetete na perna. Uma mulher grávida também foi agredida.

Perto do final do vídeo, escutamos uma das ocupantes gritar “a gente vai voltar. A gente tá aqui!”.

Do lado de fora, pessoas machucadas, desesperadas, chorando, tentam pensar em algo a fazer. Se mantiveram lá, enquanto mais pessoas iam chegando rapidamente para dar suporte. Filmo um menino, que não quis mostrar o rosto, com o corpo todo ensanguentado por estilhaços de bombas e outras pessoas mostram seu corpo vermelho de chicotadas que levaram, desferidas pelos homens da cavalaria.

Fotografia 27 - Pessoas feridas pela violência policial.



Foto: Direitos Urbanos.

Fotografia 28 - Pessoas feridas pela violência policial.



Foto: Chico Ludermir.

Nas páginas do Resiste Estelita e do Direitos Urbanos, publica-se esse cartaz, que rapidamente teve mais de 500 compartilhamentos:

Imagem 24 - Cartaz digital de convocação



Fonte: Facebook do Movimento Ocupe Estelita

Junto com o cartaz, seguia-se o seguinte texto:

DESCUMPRINDO TODOS OS ACORDOS FIRMADOS com a Secretaria Estadual de Defesa Social e com a Secretaria Estadual de Direitos Humanos, bem como com o Ministério Público, a POLÍCIA DE CHOQUE ESTÁ NA OCUPAÇÃO, COM HOMENS ARMADOS E CAVALARIA. Pedimos REFORÇO IMEDIATO DOS ADVOGADOS com atuação na DEFESA DE DIREITOS HUMANOS. Se houver qualquer incidente de VIOLÊNCIA no cumprimento ILEGÍTIMO desse mandado, vamos RESPONSABILIZAR o GOVERNADOR PELOS ABUSOS. Até ontem à noite, tínhamos a certeza de que o mandado não seria cumprido passando por cima dos protocolos estabelecidos em acordo firmado com o movimento e demais participantes. TODXS PARA O ESTELITA! #OcupeEstelita

Cerca de uma hora depois, fui autorizado pela Polícia a entrar para acompanhar o desmonte da ocupação. Em um cenário de guerra, encontrei todas as barracas pisoteadas e rasgadas. Os pertences foram colocados em um caminhão e despejados do lado de fora, embaixo do Viaduto Capitão Temudo, onde a ocupação iria se reestruturar, a partir daquele mesmo dia.

Fotografia 29 - Acampamento pós-reintegração



Foto: Chico Ludermir

Na página do Resiste Estelita, encontramos o seguinte relato, em que se destacam furtos de equipamentos, detenções e agressões e o descumprimento de acordos:

Nas primeiras horas da manhã desta terça-feira, dia 17 de junho de 2014, as pessoas que ocupavam no movimento #resisteestelita foram surpreendidas pela Polícia Militar de Pernambuco. Descumprindo todos os acordos que vinham sendo firmados ao longo dos últimos dias, os representantes do Estado chegaram para cumprir um mandado de

reintegração de posse em favor do Consórcio Novo Recife. De forma autoritária, exigiram que todos se retirassem do terreno em disputa em cinco minutos – mas antes disso procederam com a destruição do acampamento e com a retirada à força de quem ousava resistir pacificamente. Equipamentos de comunicação, como câmeras e computadores foram tomados. A ação covarde terminou com quatro pessoas presas e diversas feridas com estilhaços de bombas de efeito moral, balas de borracha e chicotadas. Não faltaram ofensas aos manifestantes por parte dos policiais. Barracas foram rasgadas, equipamentos destruídos, alimentos foram inutilizados e instalações artísticas arruinadas. O processo de reintegração desobedeceu inclusive os protocolos do próprio governo, que previa informação prévia aos ocupantes e ao Ministério Público, que teria a função de mediar uma solução sem violência., com um aviso prévio de 48h. O ato promovido pelo Governo do Estado de Pernambuco ignorou o clamor popular contra o projeto repleto de irregularidades do Consórcio. Causou vergonha a pernambucanos e pernambucanas, deixando claro que o governo e a prefeitura têm como objetivo principal não a democracia e o respeito às pessoas, mas os interesses mesquinhos de um punhado de endinheirados e poderosos. A violenta reintegração acontece exatamente um dia após a prefeitura ter publicado um documento com diretrizes para as negociações prevendo – inclusive – audiências públicas para a discussão do projeto. E um dia antes da decisão judicial que possivelmente definiria a ilegalidade do mandato. A covardia, a falta de espírito público e a conivência do governador João Lyra e do prefeito Geraldo Júlio não irão arrefecer o movimento que multiplica a cada dia seus apoiadores em diversas partes do Brasil e do mundo. Os participantes do Movimento Ocupe Estelita permanecem a postos, do lado de fora do terreno em disputa, e convocam mais uma vez a sociedade para vir ao Cais e mostrar que autoritarismo se enfrenta com organização popular. Resistiremos! #resisteestelita

Segundo outro relato, postado horas mais tarde, na mesma página, a polícia intensificou a repressão, atacando manifestantes do lado de fora do terreno, no meio da tarde . “Os policiais chegaram agredindo com balas de borracha e cassetete primeiro os que distribuíam o almoço, prendendo uma pessoa. Depois, impediram qualquer reagrupamento das/os manifestantes, usando spray de pimenta e muito gás lacrimogêneo”, afirma a postagem. Em outro trecho, a página escreve: “Seu objetivo é claro: intimidar as pessoas e impedir qualquer forma de resistência. Mas não nos intimidaremos. As pessoas permanecem na área externa, buscando se reagrupar e precisando de apoio”.

No vídeo “Estelita sem direitos³²⁴”, vemos o registro de uma das cenas mais impactantes do dia. Manifestantes se sentaram em frente ao batalhão de choque, alguns em posição de meditação. Mesmo sem oferecer nenhum tipo de risco ou violência, os policiais, de uma distância mínima, usaram sprays de pimenta diretamente nos rostos das pessoas. Em outra cena, vemos um jovem com o corpo todo ensanguentado por estilhaços de bomba.

Fotografia 30 - Manifestantes recebendo spray de pimenta enquanto resistiam pacificamente.



Foto: Eric Gomes

Em mais um vídeo hospedado no Youtube, intitulado “Braço armado das empreiteiras³²⁵” vemos, de um lado, um “abraço” em torno do Cais (pessoas de mãos dadas) e mais cenas de tiros e bombas. Em uma dessas, uma mulher é arrastada de dentro do seu carro. Mesmo sob forte violência, os manifestantes abriram uma faixa com os dizeres “A cidade é nossa. Ocupe-a” no meio da avenida.

No mesmo vídeo, a advogada Liana Cirne Lins afirma que todos os acordos foram quebrados:

O acordo era que, se a decisão fosse cumprida, seria cumprida com o aviso de 48h de antecedência para garantir que a desocupação fosse cumprida sem uso da força e seria acompanhada pelo Ministério Público. Nenhum dos acordos foi cumprido. O Governo do Estado descumpriu o acordo feito acintosamente com o único propósito de usar a violência.

A ocupante Ivana Driele, ainda neste mesmo vídeo afirma que, entre a chegada da polícia e o início da remoção do espaço, se passaram apenas 15

³²⁴ <https://www.youtube.com/watch?v=c0m8fA8mvLU>.

³²⁵ https://www.youtube.com/watch?v=-cw67cCuni0&list=PLEfc-ig6f-Gva_CORGI6qveApZNL8-r-p&index=50.

minutos, e que não houve abertura para negociação ou para o recolhimento do material por parte dxs ocupantes.

No vídeo “Manhã de 17.06.2014, no Estelita³²⁶”, eu apareço relatando o ocorrido: “A ação policial foi muito violenta. A gente presenciou cenas terríveis. Eles tinham garantido que não seria efetuada a reintegração de posse mas que, se fosse, seria efetuada de uma forma humana e não dessa forma, tratando a gente pior do que bichos”. Ainda neste vídeo vemos a polícia perseguindo e prendendo pessoas, inclusive crianças.

No vídeo “Fora Choque #ResisteEstelita³²⁷” vemos operários isolarem com tapumes a entrada do Cais, enquanto algumas pessoas tocam instrumentos de sopro artesanais. Enquanto a polícia se retirava, dezenas de pessoas os seguiam gritando “polícia fascista”.

Fotografia 31 - Tapumes sendo colocado pós-reintegração de posse



Foto: Eric Gomes

A cobertura da imprensa foi notável. No vídeo do JCTV³²⁸, encontramos o relato da ocupante Mariana Senhorinho que disse estar dormindo, quando, às 5h15 da manhã foi acordada por outro ocupante dizendo que o Batalhão de Choque tinha chegado. Nesse momento, a ocupação se transferiu para cima dos trilhos do trem, terreno da união onde, supostamente, a ação policial estava interdita, já que o mandado expedido cobria somente a área privada do Consórcio. “O choque se

³²⁶ https://www.youtube.com/watch?v=Fyjc4MCKTbE&list=PLEfc-ig6f-Gva_CORGI6qveApZNL8-r-p&index=67.

³²⁷ https://www.youtube.com/watch?v=Dpg1S3XAMGk&list=PLEfc-ig6f-Gva_CORGI6qveApZNL8-r-p&index=69.

³²⁸ https://www.youtube.com/watch?v=briSylN_JqU.

aproximou com espadas, chicotes e cassetetes e foi para cima, inclusive, de grávidas e crianças. Foi totalmente truculento. Fomos encurralados”, afirmou ao JC.O mesmo veículo entrevista o Capitão da Polícia Militar, Julio Aragão. O oficial afirma que não houve violência, mas, sim, uso de “força policial necessária para desocupação e reintegração de posse, como determina a decisão Judicial”. O Capitão afirma ainda que houve uma hora de negociação, contradizendo os manifestantes, que afirmaram terem tido cerca de 15 minutos para recolherem as coisas, sem nenhuma conversa com os PMs.A advogada Liana Cirne afirmou neste vídeo que, pela manhã, havia ligado para a Secretaria de Defesa Social e que esta tinha assegurado que não haveria reintegração de posse naquele dia.

No vídeo publicado pelo Diário de Pernambuco³²⁹, vemos ainda advogados sendo proibidos de entrar na área, a despeito do livre acesso da imprensa, e cenas de uma revista na ocupação que contou com cães farejadores e inspeção de carros. No vídeo, a reportagem divulga que o governo do Estado afirmara que este “cumpru restritamente seu dever legal” e que iria apurar os excessos de ambas as partes. Segundo a ocupante Yvana Driele, não houve diálogo: “Estávamos dormindo. Não entregaram o mandado. Foi quebrado o acordo com Ministério Público. Foi criada uma trincheira. Entrou cavalaria, jogaram bomba”, denuncia ao Diário de Pernambuco.

A atuação resultou, além de diversos feridos, em 6 detenções. Na BandNews³³⁰, vemos a cena da liberação de 4 deles da Delegacia de Polícia Civil. Cristina Gouvêa e Jordi Ricardo não falaram com a imprensa. Já Lybrian Shozawa e Milton Petruczok, deram depoimentos. O primeiro, relatou que não havia resistido à prisão e que, ao contrário, havia sido agredido por policiais, chegando a mostrar marcas em suas costas. O segundo, afirmou que a polícia agiu de forma irregular e que os policiais deram apenas 5 minutos para a organização da retirada.

Em vídeo do NE10³³¹, a advogada Liana Cirne Lins afirma que foi barrada e agredida. É mais uma demonstração clara de que o objetivo da ação era o uso arbitrário da violência. Lins relata ainda que o uso da força policial foi além dos limites territoriais do que previa a ação judicial. “A decisão se limita à área da

³²⁹ <https://www.youtube.com/watch?v=QiQHnXR1Ndl>.

³³⁰ https://www.youtube.com/watch?v=NYQPe_pNfcM&index=65&list=PLEfc-ig6f-Gva_CORGI6qveApZNL8-r-p.

³³¹ <https://tvuol.uol.com.br/video/advogada-comenta-reintegracao-de-posse-do-jose-estelita-04020C193960E0815326>.

propriedade do Consórcio. Eles estavam na área de domínio da união. [...] Isso coloca em xeque as instituições do Estado Democrático de Direito. O que a gente está vivendo em Pernambuco é um estado de exceção.”, denuncia.

Outros vídeos também foram encontrados, mas por recorrência dos mesmos temas e imagens, não nos ateremos a eles.³³²

Em terceira postagem, do mesmo dia, os ocupantes convocam as pessoas para fazerem uma vigília embaixo do Viaduto capitão Temudo e anunciam: “A ocupação segue e a resistência só começou”

Fotografia 32 - Boas vindas na entrada da ocupação



Foto: Movimento Ocupe Estelita.

³³² <https://www.youtube.com/watch?v=azBBxQwLROg&feature=share>.
<https://www.youtube.com/watch?v=IsLujg-f744>.
<https://tvuol.uol.com.br/video/reintegracao-no-recife-acaba-com-3-feridos-e-4-detidos-04020C183462E0815326/>.

16 CONCLUSÕES

O presente trabalho, que se propôs a contribuir com uma historicização do Movimento Ocupe Estelita, perpassou por contextualizações históricas acerca dos movimentos sociais contemporâneos. Como primeiro achado, encontramos uma vinculação do nosso objeto com as ocupações ao redor do mundo, em especial, com os Occupies, Indignados e a Primavera Árabe, partilhando diversas características e premissas com estes, dentre as quais o próprio gesto de ocupar um espaço, uma organização horizontal e uma dinâmica em que a internet tinha papel fundamental. A nível nacional, o Ocupe Estelita sofre forte influência das manifestações de Junho de 2013 e se insere ao lado de ocupações ao redor do Brasil. Localmente, o MOE é atravessado pelo movimento Coque (R)existe e é constituído a partir da criação do grupo Direitos Urbanos.

O Ocupe Estelita tem como característica singular o fato somar na ocupação um protesto contra uma realidade social que atinge a sociedade – e que extrapola o terreno, ao mesmo, disputar o próprio espaço per si. Em outras palavras, no caso da ocupação do Cais, está a disputa em torno do direito à cidade e, ao mesmo tempo, a luta pela própria destinação e uso do terreno.

Desde seu surgimento, em 2012, até a culminância na ocupação do dia 21 de maio de 2014, o ocupe passou por um período de acúmulos que envolveram a audiência pública do dia 22 de março, protestos na Prefeitura – na ocasião da aprovação do Projeto Novo Recife no Conselho de desenvolvimento urbano, no Ministério Público – em resistência à saída da promotora Belize Câmara, ocupes dominicais e uma relação com Justiça – tendo entrado com ações populares e sendo objeto de ações movidas pelo Ministério Público.

Encontramos uma ligação intensa do Ocupe Estelita com as redes sociais, tendo sido essa uma importante plataforma de articulação, em especial através do facebook, em páginas, grupos e eventos. As mobilizações virtuais culminavam em ações presenciais e mudanças concretas. A existência do Movimento Ocupe Estelita foi capaz de, no mínimo, atrasar a construção do Projeto Novo Recife, prevista para 2012, e interferir na reformulação do seu desenho.

Como conclusão, também, entendemos neste trabalho que o Ocupe Estelita foi capaz de trazer à tona diversas informações e processos antes desconhecidos e ocultos e instigou em toda a cidade uma nova cultura política de participação na

construção da cidade. Ele também foi capaz de revelar ilegalidades e alianças entre o mercado, o governo e o jornalismo hegemônico.

Destacamos aqui, como outro achado, uma intenso processo de narrativa independente por parte do movimento, seja por textos em blogs e redes sociais, seja por registros próprios em vídeo, fotos e transmissões ao vivo. Do ponto de vista da produção, encontramos uma vasta atividade artística que se reflete, especialmente em filmes e cartazes.

Os dias de acampamento no Cais José Estelita foram uma importante ferramenta de pressão política, sendo este período em que o MOE teve mais destaque dentro do cenário político. É também deste momento o maior adensamento de notícias e informações veiculados sobre e a partir da ocupação.

O jornalismo empresarial aparece como uma ferramenta controversa. Os jornais locais, por vezes, silenciaram em relação à movimentação, em outros momentos, foram agentes de discursos alinhados ao Consórcio e ao poder público, que comumente muitas apareceram como aliados.

Os prefeitos João da Costa e Geraldo Julio são dois atores importantes na luta pelo Cais José Estelita, sendo o primeiro um claro agente em prol da aprovação do Projeto, e o segundo, um governante não confiável nos processos de negociação.

O presente projeto, que passou por diversas transformações ao longo do seu percurso, acabou por se ater a uma cronologia que levanta diversas abordagens, focando na narrativa a partir das produções e publicações do Movimento Ocupe Estelita. Se no primeiro momento, a arte surgia como objeto principal, ela converteu-se em pano de fundo e fonte para a reconstrução dessa memória.

O resultado desta pesquisa se apresenta, por fim, como uma fonte para outros trabalhos que venham a discutir o tema.

REFERÊNCIAS

#OCUPEESTELITA halts historic site demolition in Brazil. **Al Jazeera**. 27 maio. 2014. Disponível em: <http://stream.aljazeera.com/story/201405271449-0023765>. Acesso em: 23 maio. 2018.

ACORDA. Direção: Movimento Ocupe Estelita. Recife: 2014. 13m16s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qEldv-tjVvY>. Acesso em: 28 maio. 2018.

ALVES, Giovanni. Ocupar Wall Street... E Depois? In: HARVEY, David et al. **Occupy: Movimentos de Protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo:/Carta Maior, 2012.

ANDRADE, Érico. Ocupe Estelita: novas formas de atuação política. **Blog Sintese**. [SI]. Recife, 4 nov. 2014. Disponível em <http://www.blogsintese.com.br/2014/11/ocupe-estelita-novas-formas-de-atuacao.html>. Acesso: 29 jul. 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1998.

BOGDAN, R. e BIKLEN, S. Investigação qualitativa em educação. Porto, Porto Editora, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. 1. Ed. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalianas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CANEVACCI, Massimo. **A cidade polifônica: ensaio sobre antropologia da comunicação urbana**. São Paulo: Stúdio Nobel, 1993.

CARNEIRO, Henrique Soares Carneiro. **Apresentação - Rebeliões e Ocupações de 2011**. In: HARVEY, David et al. **Occupy: Movimentos de Protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo:/Carta Maior, 2012.

COMITÊ INVISÍVEL (autoria coletiva). **A insurreição que vem**. Brasil: Edições Baratas, 2013.

COMITÊ INVISÍVEL (autoria coletiva). **Crise e insurreição**. São Paulo: n-1 Edições, 2016.

DE mãos dadas. Direção: Pedro Severien. Produção: Bruna Pedrosa. Recife, 2014. 1m51s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=3oeqk7v5t_w. Acesso em: 30 maio. 2018.

DIDI-HUBERMAN, G. **A sobrevivência dos vaga-lumes**. Trad. Vera Casa Nova e Márcia Arbex. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011.

DOS ANJOS, Moacir. A teia, uma situação e o que pode a arte: a cidade e o desenho nas obras de Lygia Pape e Artur Barrio. **Concinnitas**, ano 12, v. 2, n. 19, p. 6-23, dez. 2011.

DOS ANJOS, Moacir. As ruas e as bobagens: anotações sobre o delirium ambulatorium de Hélio Oiticica. **Ars**, ano 10, v. 20, p. 22-45, 2012.

FACEBOOK MOVIMENTO OCUPE ESTELITA. Disponível em: <https://www.facebook.com/MovimentoOcupeEstelita>. Acesso em: 24 maio. 2015.

FLICK, Uwe. Entrevista Espisódica. In: BAUER, Martin W.; GASKEL, George. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 9. ed. Petrópolis: Vozes. 2011.

FLICK, Uwe. Entrevistas. In: _____. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2009. Cap 13.

FLICKR DESIGN E RESISTÊNCIA. Disponível em: <http://flickr.com/designeresistencia>. Acesso em 24 jun. 2015.

FLICKR DIREITOS URBANOS. Disponível em: <http://flickr.com/direitosurbanos>. Acesso em 24 jun. 2015.

FREITAS, Artur. **Arte de guerrilha: vanguarda e conceitualismo no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2013. 360 p.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis: Vozes, 2014.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações e Protestos no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2017.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16 n. 47, maio-ago. 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Sociologia dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Cortez. 2013.

GRUPO Ocupe Estelita protesta em frente ao prédio do prefeito do Recife. **G1**, Recife, 7 maio. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2015/05/grupo-ocupe-estelita-protesta-em-frente-ao-predio-do-prefeito-do-recife.html>. Acesso 25 jun. 2015.

GUEDES, Diogo. Quando a arte reflete o ativismo político. **Jornal do Commercio**. Recife, 28 jun. 2014. Caderno C. p.3.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: MARICATO, Hermínia et al. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. [S.l]. Boitempo/Carta Maior: 2013. p. 47-61.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**: Do Direito à Cidade à Revolução Urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. Os rebeldes na rua: o Partido de Wall Street encontra sua nêmesis. In: HARVEY, David et al. **Occupy**: Movimentos de Protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo:/Carta Maior, 2012.

JACQUES, Paula Berenstein (Org.). **Apologia da deriva**: escritos situacionistas sobre a cidade. 1. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. 160 p.

LEFEBVRE, Henri. O Direito à Cidade. 1. ed. São Paulo: Moraes, 1991.

MARTINS, Mariana; MOREIRA, Mariana. Como a Ocupação Estelita venceu o silêncio da mídia. **Carta Capital Online**. São Paulo. 29 de maio. 2014. Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/cronica-de-uma-morte-anunciada-a-cobertura-do-ocupeestelita-em-pe-3964.html>. Acessado em 8 de maio de 2015.

MOREIRA, Mariana; MARTINS, Mariana. Carta Capital. O que a imprensa do Recife não conta sobre o Estelita. **Carta Capital [Intervozes]**. São Paulo, 29 maio. 2014. Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/cronica-de-uma-morte-anunciada-a-cobertura-do-ocupeestelita-em-pe-3964.html>. Acesso em: 30 maio. 2015.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. **Declaração** - Isto Não é um Manifesto. São Paulo: N-1 Edições, 2014.

OCUPE Estelita realiza 3o grande ato em Boa Viagem. **Leia Já**, Recife, 13. maio. 2015. Disponível em: <http://www.leiaja.com/noticias/2015/05/13/ocupe-estelita-realiza-3deg-grande-ato-em-boa-viagem/>. Acesso em: 23 jun. 2015.

PAIVA, Claudio Cardoso; SERRANO, Paulo Henrique. **Movimento Ocupe Estelita**: a ecologia da mídia e o imaginário político da cidade. Brasília. Compós. 2015. Disponível em http://www.compos.org.br/biblioteca/compos-2015-34ebc3f6-729d-45a8-b7bf-3361bfe4f9a2_2875.pdf. Acesso em: 27 jul. 2015

PESCHANSKI, João Alexandre. Os "ocupas" e a desigualdade econômica. In: HARVEY, David et al. **Occupy**: Movimentos de Protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo:/Carta Maior, 2012.

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

RANCIÈRE, Jacques. A estética como política. **Devires**, v. 7, jul-dez. 2010.

RANCIÈRE, Jacques. **A noite dos proletários: arquivo do sonho operário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. 1. ed. São Paulo: EXO; São Paulo: Editora 34. 2005. 72 p.

ROCHA, Maria Eduarda da Mota. O Ocupe Estelita e a “Nova Política”. **El País**. 11 out. 2014. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2014/11/10/opinion/1415574846_646558.html. Acesso em 7 jun. 2015.

SADER, Emir. Crise Capitalista e Novo Cenário no Oriente Médio. In: HARVEY, David et al. **Occupy**: Movimentos de Protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo:/Carta Maior, 2012.

SALVE o Estelita, com direito a roleção no RioMar. Direção: Ernesto de Carvalho e Leon Sampaio. Recife, 2015. 9m59s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Ev_33udlgXU. Acesso em: 1 maio. 2018.

SIMMEL, G. As grandes cidades e a vida do espírito. **Mana**, v. 11, n. 2, p. 577-591, 2005 [1903].

STRECKER, Marion. Occupy Wall Street e a Web. **Folha de São Paulo**, 2011. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/9427-occupy-wall-street-e-a-web.shtml>. Acesso em: 23 jun. 2018.

ŽIŽEK, Slavoj. Problemas no Paraíso. In: MARICATO, Hermínia et al. **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. [S.l.]. Boitempo, Carta Maior, 2013. p. 181-195.